

Josimar Gonçalves da Silva

O padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás: influência do partido do governo estadual nas eleições para os executivos municipais (1988-2012)

Brasília – DF
2015

JOSIMAR GONÇALVES DA SILVA

O padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás: influência do partido do governo estadual nas eleições para os executivos municipais (1988-2012)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Brasília, 06 de março de 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás: influência do partido do governo estadual nas eleições para os executivos municipais (1988-2012)

Autor: Josimar Gonçalves da Silva

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Aprovada em 24 de fevereiro de 2015.

Banca

Prof. Dr. Lúcio Rennó

Prof. Dr. Carlos Machado

Profa. Dra. Marilde Loyola

AGRADECIMENTOS

Os esforços para a construção de uma dissertação trazem consigo um contingente significativo de pessoas que se envolvem dos mais diferentes modos. Principalmente pelo apoio técnico representando por um companheirismo acadêmico. Assim, ao final deste metrado gostaria de destacar algumas pessoas.

Primeiramente meu orientador, Luis Felipe Miguel, com quem tive a honra de trabalhar antes mesmo desse metrado se tornar realidade, na pesquisa realizada sobre gênero e carreira política, desenvolvida em 2010. Durante o metrado aprendi muito e agradeço especialmente pela orientação, pelos ensinamentos, pelo estímulo a este trabalho, e principalmente pela paciência diante dos prazos curtos e meus atrasos devido ao excesso de trabalho.

Pesou significamente para a versão final deste trabalho as excelentes palavras dos professores Carlos Machado e Lúcio Rennó, pessoas que também merecem agradecimentos, por terem se disponibilizado para avaliarem este trabalho, participando da banca de defesa desta dissertação. Os conselhos dos professores, sugestões e observações foram fundamentais.

Na família, registro aqui minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço aqui especialmente à minha mãe, Anair Gonçalves Ferreira pelo apoio dado em todos os momentos da minha vida.

Entre os amigos, os mais justos agradecimentos ao companheiro Milton de Souza Mendonça Sobrinho mais uma vez são indispensáveis. Registro também os meus agradecimentos ao amigo Márcio Côrrea Melo, pelo companheirismo ao logo do curso de metrado e principalmente pelo auxílio estatístico para a realização deste trabalho, indicando e mostrando-me e o que deveria ser feito. E, prometo, que da próxima vez, farei. Agradeço também aos meus amigos, sem os quais nada sou. Principalmente aqueles que estiveram presentes na reta final de elaboração desta dissertação: Diogo Jayme, Hugo Mello, Laryssa Lacerda, Lorryne Porto França, Oscar Jayme e Renata de Paula Teles. Deixo o meu obrigado também aos colegas e amigos do metrado, especialmente à Felipe Corral Freitas, Lúcia Burtnik, Noëlle Silva e Rayani Mariano Santos. Também agradeço os funcionários do Instituto de Ciência Política da UnB, bem como os demais professores que contribuíram para esta investigação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço as autoridades e lideranças partidárias pelas entrevistas concedidas, as informações colhidas nessas conversas foram fundamentais para o enriquecimento desta análise.

RESUMO

A pesquisa visa entender o padrão e evolução das coligações nas eleições para prefeitos em Goiás no período da nova democracia brasileira, fazendo uma análise comparativa das coligações nas eleições entre os anos de 1988 e 2012. O objetivo principal é compreender, de forma comparada, o desenvolvimento das coligações eleitorais realizadas nas disputas para os executivos municipais no estado de Goiás e verificar se o fato de um partido estar ocupando o executivo estadual aumenta sua capacidade de agregar um maior número de aliados em torno de si, nas eleições municipais. Pois, existem teses que defendem que em países federalistas os partidos se organizam com maior clareza em torno das realidades estaduais. Assim, a hipótese principal que pretendemos testar é a de que o partido que detém o poder no executivo estadual é capaz de manter um padrão estável de coligações eleitorais nos municípios. Indicando desse modo a sua institucionalização. As eleições municipais de 2000 marcaram uma nova realidade político-partidária em nível estadual no Estado de Goiás. Após dezesseis anos conduzindo o executivo estadual, o PMDB não estava mais na administração do governo do Estado. Nesse sentido, ao investigar essa nova realidade, é identificada a força do executivo goiano para a consolidação dos partidos políticos na política regional, percebendo este como detentor de um papel central na dinâmica das coligações majoritárias municipais.

Palavras-chave: Eleições, Partidos Políticos, Coligações Eleitorais.

ABSTRACT

The research aims to understand the pattern and evolution of coalitions in the elections for mayors in Goiás in the period of the new Brazilian democracy, making a comparative analysis of coalitions in the elections between the years 1988 and 2012. The main objective is to understand, a comparative basis, the development of electoral coalitions carried out in the elections for the municipal executive and the state of Goiás and verify that the fact that a party be occupying the state executive increases its ability to aggregate a larger number of allies around him, in the municipal elections. For, there are theories that argue that in federal countries are organized parties with greater clarity around the state realities. Thus, the main hypothesis we want to test is that the party in power in the state executive is able to maintain a stable pattern of electoral coalitions in municipalities. Thereby indicating their institutionalization. The 2000 municipal elections marked a new political party reality at the state level in the state of Goiás. After sixteen years leading the state executive, the PMDB was not in the state government administration. In this sense, to investigate this new reality, it is identified the strength of Goiás executive for the consolidation of political parties in regional policy, realizing this as having a central role in the dynamics of municipal majority coalitions.

Key words: Elections, Political Parties, Electoral Coalitions.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	10
Lista de Gráficos	13
Introdução	14
Capítulo 1 – Coligações e alianças eleitorais: uma revisão bibliográfica	18
1.1 – Coligações eleitorais	18
1.2 – Coligações em eleições municipais	27
1.3 – Influência do partido do governador nas coligações eleitorais.....	33
Capítulo 2 – Formação das coligações: o papel dos governadores	39
2.1 – Eleições de 1988: Governo Henrique Santillo - PMDB.....	41
2.2 – Eleições de 1992: Governo Iris Rezende - PMDB	54
2.3 – Eleições de 1996: Governo Maguito Vilela - PMDB.....	61
2.4 – Eleições de 2000: Governo Marconi Perillo (1) - PSDB	64
2.5 – Eleições de 2004: Governo Marconi Perillo (2) - PSDB	72
2.6 – Eleições de 2008: Governo Alcides Rodrigues - PP	76
2.7 – Eleições de 2012: Governo Marconi Perillo (3) - PSDB	83
Capítulo 3 – Coligações municipais: alinhamento em torno do governo estadual	87
3.1 – Padrões e tendências gerais das candidaturas.....	88
3.2 – Cenário geral.....	93
3.2.1 – Eleições de 1988.....	93
3.2.2 – Eleições de 1992.....	98
3.2.3 – Eleições de 1996.....	104
3.2.4 – Eleições de 2000.....	109

3.2.5 – Eleições de 2004.....	117
3.2.6 – Eleições de 2008.....	125
3.2.7 – Eleições de 2012.....	133
3.3 – PMDB.....	141
3.3.1 – Eleições de 1988.....	142
3.3.2 – Eleições de 1992.....	143
3.3.3 – Eleições de 1996.....	144
3.3.4 – Eleições de 2000.....	145
3.3.5 – Eleições de 2004.....	146
3.3.6 – Eleições de 2008.....	147
3.3.7 – Eleições de 2012.....	148
3.4 – PSDB.....	149
3.4.1 – Eleições de 1992.....	150
3.4.2 – Eleições de 1996.....	151
3.4.3 – Eleições de 2000.....	152
3.4.4 – Eleições de 2004.....	153
3.4.5 – Eleições de 2008.....	154
3.4.6 – Eleições de 2012.....	155
3.5 – PP.....	156
3.5.1 – Eleições de 1996.....	157
3.5.2 – Eleições de 2000.....	158
3.5.3 – Eleições de 2004.....	159
3.5.4 – Eleições de 2008.....	160
3.5.5 – Eleições de 2012.....	161

3.6 – Análise sócio espacial das coligações eleitorais.....	162
Conclusões	177
Referências Bibliográficas	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Participações nas eleições para prefeito em 1988, por partido	93
Tabela 2. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 1988.....	94
Tabela 3. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 1988	95
Tabela 4. Tamanho médio das coligações nas eleições de 1988	96
Tabela 5. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 1988.....	96
Tabela 6. Tamanho da coligação nas eleições de 1988, por resultado.	97
Tabela 7. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 1988.....	97
Tabela 8. Participações nas eleições para prefeito em 1992, por partido.	98
Tabela 9. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 1992.....	99
Tabela 10. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 1992	100
Tabela 11. Tamanho médio das coligações nas eleições de 1992, por partido	101
Tabela 12. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 1992.....	102
Tabela 13. Tamanho da coligação nas eleições de 1992, por resultado	102
Tabela 14. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 1992.....	103
Tabela 15. Participações nas eleições para prefeito em 1996, por partido	104
Tabela 16. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 1996..	105
Tabela 17. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 1996	106
Tabela 18. Tamanho médio das coligações nas eleições de 1996, por partido	107
Tabela 19. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 1996.....	107
Tabela 20. Tamanho da coligação nas eleições de 1996, por resultado	108
Tabela 21. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 1996.....	108
Tabela 22. Participações nas eleições para prefeito em 2000, por partido	109
Tabela 23. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2000..	110

Tabela 24. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 2000.....	111
Tabela 25. Tamanho médio das coligações nas eleições de 2000, por partido	112
Tabela 26. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2000.....	113
Tabela 27. Tamanho da coligação nas eleições de 2000, por resultado	113
Tabela 28. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 2000.....	116
Tabela 29. Participações nas eleições para prefeito em 2004, por partido	117
Tabela 30. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2004..	118
Tabela 31. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 2004	119
Tabela 32. Tamanho médio das coligações nas eleições de 2004, por partido	120
Tabela 33. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2004.....	121
Tabela 34. Tamanho da coligação nas eleições de 2004, por resultado	121
Tabela 35. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 2004.....	124
Tabela 36. Participações nas eleições para prefeito em 2008, por partido	125
Tabela 37. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2008..	126
Tabela 38. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 2008	127
Tabela 39. Tamanho médio das coligações nas eleições de 2008, por partido	128
Tabela 40. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2008.....	129
Tabela 41. Tamanho da coligação nas eleições de 2008, por resultado	129
Tabela 42. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 2008.....	132
Tabela 43. Participações nas eleições para prefeito em 2012, por partido	133
Tabela 44. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2012..	134
Tabela 45. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 2012.....	135
Tabela 46. Tamanho médio das coligações nas eleições de 2012, por partido	136
Tabela 47. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2012.....	137

Tabela 48. Tamanho da coligação nas eleições de 2012, por resultado	137
Tabela 49. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 2012.....	140
Tabela 50. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 1988	142
Tabela 51. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 1992	143
Tabela 52. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 1996	144
Tabela 53. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 2000	145
Tabela 54. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 2004	146
Tabela 55. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 2008	147
Tabela 56. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 2012	148
Tabela 57. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 1992.....	150
Tabela 58. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 1996.....	151
Tabela 59. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 2000.....	152
Tabela 60. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 2004.....	153
Tabela 61. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 2008.....	154
Tabela 62. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 2012.....	155
Tabela 63. Quantidade de coligações do PPB com outras legendas em 1996.....	157
Tabela 64. Quantidade de coligações do PPB com outras legendas em 2000.....	158
Tabela 65. Quantidade de coligações do PP com outras legendas em 2004	159
Tabela 66. Quantidade de coligações do PP com outras legendas em 2008	160
Tabela 67. Quantidade de coligações do PP com outras legendas em 2012	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Coligações para prefeito em Goiás (1988-2012)	89
Gráfico 2. Perfil das candidaturas para prefeito em relação ao governo estadual	92

Introdução

O objetivo desta dissertação é analisar o padrão e evolução das coligações nas eleições para prefeitos municipais em Goiás no período da nova democracia brasileira, fazendo uma análise comparativa das coligações nas eleições entre os anos de 1988 e 2012. Procura-se identificar e compreender, de forma comparada, o desenvolvimento das coligações eleitorais realizadas nas disputas para os executivos municipais no estado de Goiás. A preocupação central é verificar se o fato de um partido político estar ocupando o executivo estadual aumenta sua capacidade de agregar um maior número de aliados em torno de si nas eleições municipais, e se o partido que detém o governo estadual consegue se aliar com as principais legendas organizadas no estado. Pois, existem teses que defendem que, em federações, os partidos se organizam com uma maior clareza em torno das realidades estaduais (Abrucio, 1998a e 1998b). A análise se concentra nas coligações eleitorais formalizadas para às disputas dos executivos municipais que foram realizadas no período mais recente da democracia brasileira, ou seja, entre os pleitos de 1988 e 2012. Duas observações são importantes nesse momento: primeiro, que o trabalho se restringe apenas às disputas para os cargos majoritários nas eleições municipais no estado de Goiás, ficando excluídas da análise a disputa aos cargos proporcionais dos municípios; segundo, que também serão analisados os motivos decisivos que levaram à formalização de determinadas coligações eleitorais.

Para realizar a presente investigação, no primeiro momento, foram obtidos dados referentes às coligações eleitorais junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), após a consulta e verificação dos dados oficiais, outras fontes foram consultadas para fins de comparação, são elas: 1) o Centro de Documentação (CEDoc) do jornal *O Popular*, de circulação diária no estado de Goiás, e 2) os partidos políticos que elegeram governadores no período recortado para análise. Após coletar todas as informações, foi construído um banco de dados referentes aos pleitos municipais realizados entre os anos de 1988 e 2012 nas disputas para o cargo de prefeito com o universo total das coligações realizadas, em todos os municípios goianos.

Através deste estudo se constata como ocorreu a participação do governador de estado na realização das coligações eleitorais nos municípios goianos. Pois, realizar uma coligação com o partido do governador poderia ser, portanto, para uma pequena legenda partidária uma forma de chegar ao poder com menores custos. Em muitas das vezes, a disputa eleitoral leva a uma aproximação de determinados partidos políticos de outras legendas partidárias devido a

existência de possibilidade de vitória. Desse modo, o estudo das eleições para prefeitos municipais se justifica pela necessidade de entender como a política municipal é organizada, tendo como recorte as cidades goianas.

Não levar em consideração o peso das lideranças locais pode influenciar em uma deficiência nos estudos sobre a arena política regional. Alguns estudos foram realizados sobre o poder local no país (Lima Júnior, 1983; Machado, 2007 e 2012; Dantas, 2007, 2008, 2009; Peixoto, 2010; Miguel e Machado, 2010; Dantas e Praça, 2004, 2010 e 2012), e desconsiderar essa arena pode comprometer a avaliação do funcionamento dos partidos políticos. Por isso, realizar uma análise das eleições municipais no estado de Goiás, no período da nova democracia brasileira, se justifica por algumas lideranças políticas no cenário regional ainda atuarem nos níveis locais e estadual de governo. As coligações eleitorais são uma ótima variável, entre as disponíveis, para o estudo dos partidos políticos no país. Segundo Schmitt (2005), essa variável foi bastante usada nas análises que foram feitas nas eleições do período entre 1946 à 1964. Contudo, essa variável não apareceu com frequência nos estudos nos primeiros anos após a redemocratização, ganhando força somente no início dos anos 2000, com abordagem de alguns trabalhos. Krause (2005) percebeu a importância do desenvolvimento das pesquisas sobre as coligações eleitorais, de acordo com a autora, as alianças eleitorais permitem desde a realização de uma crítica acerca do sistema partidário brasileiro até as análises das estratégias dos partidos políticos em municípios, estados ou regiões distintas.

Estudos acerca do tema coligações em municípios possuem tendência em utilizar apenas uma parte do total de dados disponíveis, como, por exemplo, os estudos de Dantas (2007) e Machado (2007, 2012). Analisar apenas as eleições a partir dos anos 2000 não é suficiente para abordar o tema quanto a lógica do alinhamento e influência de uns partidos políticos sobre outros no sistema político brasileiro, mesmo havendo esforços agigantados para o aumento dos dados disponíveis para análise.

Uma das características das formas de participação eleitoral dos partidos políticos no Brasil é através das coligações eleitorais, isto é, ao concorrer nas eleições as legendas tomam a decisão de realizar alianças eleitorais. Tanto os partidos de maior relevância nacional, quanto os partidos menores tem expressivos casos de celebração de alianças com vistas na competição eleitoral. O principal fator que incentiva o estudo das coligações eleitorais é a possibilidade de observação da importância que é dada às perspectivas ideológicas e pragmáticas, pois este enfoque oferece a possibilidade de avaliar o modo como os diversos partidos políticos estão

relacionados entre si. Este aspecto é de extrema importância para a verificação de como os agentes do sistema político brasileiro conquistam o seu mandato, se apenas uma determinada quantidade de votos é suficiente ou é necessário a compreensão e defesa de uma realidade brasileira. No entanto, um enfoque importante e que merece destaque nos estudos sobre coligações eleitorais diz respeito à influência do partido do governador de estado nas eleições municipais.

Abrucio (1998a e 1998b) compreende que nos estados a política é construída em torno de dois grupos, o que detém o poder no governo do estado e o que lhe faz oposição. Desse modo, a influência do governador seria o grande ponto das questões políticas regionais. Não existe uma separação entre esquerda e direita moldadas por motivos ideológicos, mas um grupo de situação e outro de oposição (Santos, 1987). Assim, é plausível refletir que a lógica nas eleições municipais corresponde ao posicionamento das legendas em torno dos governadores e o grupo que lhe faz oposição. Ou seja, é possível afirmar que a força do poder executivo estadual é uma das influências que melhor explica a lógica dos partidos políticos dentro de um cenário estadual. Nesse sentido, a principal hipótese a ser verificada neste estudo é que o partido que detém o poder no executivo estadual é capaz de manter um padrão estável de reprodução de suas forças nas coligações eleitorais realizadas para a disputa nos municípios. Indicando desse modo a sua institucionalização e corroborando o argumento de Abrucio (1998a e 1998b), relativo à força dessas organizações.

A classificação das coligações eleitorais formalizadas será aprimorada da tipologia criada por Dantas (2007). Essa classificação leva em consideração a composição de partidos da coligação e o pertencimento ou não dessas organizações à base aliada do governador, ou seja, são considerados como partidos de situação ou oposição ao executivo estadual. É necessário ressaltar também que as alianças celebradas com partidos de ambos os polos também são consideradas na classificação. Para a classificação neste estudo, não se levará em conta apenas as legendas que participaram da coligação que venceu a eleição para o governo estadual e a coligação que ficou em segundo lugar, como foi realizado por Dantas (2007). Nesse sentido, para além da consideração original do autor, será levado em conta a formação da coalizão de governo, ou seja, a nomeação da equipe de apoio ao governo estadual, através da distribuição dos cargos de primeiro escalão entre os partidos que estiveram juntos na campanha estadual, e os demais que vieram a fazer parte da coalizão. Também será levado em conta a possibilidade inversa, isto é, considerando os partidos que participaram da coalizão vencedora no momento da vitória, mas que depois deixaram a base aliada do governo do estado.

Os partidos políticos pertencentes às coalizões de governo do executivo estadual no momento das eleições municipais são indicados a seguir, por eleição analisada:

- **1988** = PMDB, PSC, PL, PN.
- **1992** = PMDB, PL, PCB, PTR. PDC, PDS. PC do B, PSB.
- **1996** = PMDB, PL, PRN, PRP.
- **2000** = PSDB, PPB, PTB, PSDC, PFL.
- **2004** = PSDB, PPB, PSL, PST, PSC, PFL, PAN, PSDC, PRTB, PHS, PSD, PRP.
- **2008** = PP, PTB, PTN, PL, PPS, PAN, PRTB, PHS, PMN, PV, PRP, PSDB, PT do B.
- **2012** = PSDB, PRB, PTB, PSL, PPS, DEM, PRTB, PHS, PMN, PTC, PT do B.

Os partidos políticos pertencentes às oposições de governo do executivo estadual no momento das eleições municipais são indicados a seguir, por eleição analisada:

- **1988** = PDC, PDS, PFL, PTB, PDT, PSB, PT.
- **1992** = PDC, PFL, PRN, PDS, PT do B, PSD, PRP, PSC, PST, PTB. PSDB.
- **1996** = PP, PTB, PSDB.
- **2000** = PMDB, PT do B, PRP, PSD, PSB, PRN, PRTB, PTN, PSC, PL, PPS, PST.
- **2004** = PMDB, PT, PTN, PCB, PMN, PV, PC do B.
- **2008** = PMDB, PSC, PRONA, PDT, PTC.
- **2012** = PMDB, PT, PC do B.

O trabalho foi dividido em três partes. No capítulo 1 será realizada uma revisão da literatura que versa a questão das coligações eleitorais. Essa análise foi dividida em três partes. A primeira delas se preocupa com os aspectos teóricos relacionados principalmente a discussão geral e questões centrais sobre as coligações. A segunda parte do primeiro capítulo tem como objetivo fundamental apresentar a discussão dos estudos desenvolvidos no Brasil acerca das coligações eleitorais em disputas municipais. Na terceira, e última parte, é apresentado argumentos de alguns estudos sobre a influência do partido do governador nas eleições municipais no país. No capítulo 2 será realizada uma análise da influência dos governadores de estado nos municípios goianos, ou seja, pretende-se verificar o poder que os governadores estaduais exercem sobre os demais atores políticos. Essa análise foi dividida em sete partes, cada uma examinando a influência de cada governador durante as sete eleições municipais selecionadas para estudo. Neste capítulo foram produzidas análises das notícias que circularam nos meios de comunicação à época e entrevistas com os ex-governadores do estado. O terceiro, e último capítulo desse estudo, tem como objetivo comprovar a existência de variáveis que influenciam na dinâmica das disputas eleitorais em nível estadual que possuem poder de explicação no alinhamento entre os partidos políticos nas eleições municipais goianas realizadas durante a nova democracia brasileira.

Capítulo 1 – Coligações e alianças eleitorais: uma revisão bibliográfica.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a discussão sobre coligações eleitorais na agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira. Este capítulo desdobra-se em três partes: a primeira contextualizando o pensamento de autores clássicos e indicando alguns argumentos de pesquisadores brasileiros; a segunda parte trata especificamente dos estudos realizados acerca das coligações eleitorais formalizadas para os pleitos municipais nas eleições brasileiras; a terceira, e última parte, mantém a preocupação especificamente nas análises que foram realizadas sobre a influência do partido do governador nas eleições municipais. Os estudos apresentados indicarão que as principais abordagens não se preocuparam em compreender a lógica das uniões realizadas, mas sim os motivos que fizeram com que os partidos formalizassem alianças. Entre os diversos motivos, destaca-se o impacto dos aspectos institucionais nas uniões e a consistência ideológica das alianças e a relações entre coligações eleitorais e os acordos de governabilidade. Esse último tema é o que melhor se aproxima dos objetivos desse estudo, mas para o caso goiano é possível afirmar que o alinhamento em torno do partido do governador é uma variável capaz de explicar a lógica das alianças nas eleições majoritárias municipais.

1.1 Coligações eleitorais

A ampla utilização de coligações partidárias nas disputas eleitorais é uma das características marcantes da vida política brasileira. A formalização de coligações em eleições majoritárias municipais pode ser explicada pelo pensamento de Duverger (1980), quando este afirma que em sistemas majoritários de turno único existe a tendência de reprodução de disputas bipolares. Ou seja, de acordo com o autor, as eleições majoritárias de turno único (de acordo com a legislação eleitoral em vigor, apenas em municípios com menos de 200 mil eleitores) tendem ao bipartidarismo ou à divisão bipolar. No caso brasileiro, em média com aproximadamente 20 partidos disputando as eleições e com a permissão de realização de coligações eleitorais, é possível pressupor um incentivo institucional para a formação de alianças entre os partidos. Duverger (1980) indica alguns fatores que caracterizam as alianças entre os partidos políticos. Segundo ele, as regras eleitorais correspondem a principal influência sobre o contexto de formalização das coligações eleitorais. Outro aspecto importante na conjuntura política que possui força na explicação do alinhamento das coligações se refere ao número de legendas disputando a eleição. Para o autor, os pleitos de turno único possibilitam uniões sólidas e estreitas.

Duverger (1980) indica a relevância dos partidos políticos modernos para a consolidação da democracia. De acordo com o autor, um sistema multipartidário, juntamente com questões ligadas ao sistema eleitoral possibilita, em última instância, confusão com ausência de partidos. Segundo os seus argumentos, num país em que a opinião é dividida em grandes grupos, entretanto instáveis, momentâneos, espontâneos, não há correspondência à noção real de multipartidarismo, ou seja, situa-se uma “pré-história partidária”. Com relação as coligações eleitorais, este fenômeno é observado e entendido sob formas e graus versáteis. Algumas delas são momentâneas e confusas, como, por exemplo, nas situações de celebração de coligações temporárias, com finalidade de benefícios advindos de vantagens eleitorais, para conquistarem algum governo ou, eventualmente, sustentá-lo. Mas existem também uniões duradouras e munidas de uma sólida estrutura que, algumas vezes, possuem semelhança a um “super partido”. Segundo Lijphart (2003) existem partidos políticos muito próximos que transmitem a impressão de que são uma única legenda partidária, do mesmo modo que existem partidos tão fragmentados internamente que apresentam ser dois ou mais partidos políticos.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 83 dos 5.565 municípios brasileiros tiveram mais de 200 mil eleitores no ano de 2012, o que de acordo com a legislação eleitoral possibilita a existência de segundo turno em eleições municipais. Nos anos anteriores esse total era ainda menor. Por isso, torna-se fundamental salientar que este é o cenário verificado na grande maioria das eleições para os executivos municipais no país (Dantas, 2007). É importante destacar que, nesse mesmo ano, apenas três cidades dos 246 municípios goianos tinham mais de 200 mil eleitores. Também é fundamental salientar que a legislação eleitoral, muitas vezes, indica a possibilidade de os organismos superiores das legendas intervirem nas coligações municipais. Dantas (2007) indica que instâncias centrais são pouco eficientes para o controle de certos alinhamentos verificados em sua análise. No entanto, é fundamental destacar que há uma existência de variação quanto ao controle superior dos órgãos políticos. Ribeiro (2013) indica que as lideranças dos principais partidos políticos¹, à exceção do PT, costumam mobilizar com alguma frequência o mecanismo das comissões provisórias como expediente de poder para as decisões internas e como estratégia para controlar as instâncias subnacionais. O autor ao avaliar o grau de centralização a partir da interação entre as instâncias partidárias aponta para uma variação no controle interno das legendas partidárias.

¹ Ribeiro (2013) analisa, a partir dos estatutos, regimentos e resoluções partidárias oficiais, as estruturas decisórias internas dos quatro maiores partidos do presente quadro partidário brasileiro: PMDB, PSDB, PT e PFL/DEM.

As coligações eleitorais constituem-se como um instrumento bastante utilizado nas eleições e de forma crescente. Kinzo (2004) observa que este mecanismo é parte fundamental na formulação de estratégias eleitorais no país. Além de serem mais significativas, a taxa de sucesso dos partidos que utilizam as coligações é crescente, fenômeno que acontece de modo inverso quando considerados os índices de vitória em tentativas isoladas. Nesse sentido, as coligações eleitorais são compreendidas a partir do seu objetivo principal, ou seja, elas são realizadas com vistas a atingir a vitória eleitoral. A decisão dos partidos políticos em realizar coligações eleitorais significa uma procura norteada em cálculos realizados com a intenção de compreender o quanto determinada aliança representa para uma ou mais legendas. O pensamento de Kinzo (2004) reforça esse argumento: segundo a autora não existe um modelo específico de partido político que busque coligar-se ao afirmar que “as estratégias eleitorais são construídas de forma a obter o melhor resultado no contexto institucional em que os partidos operam. A formação de alianças constitui, pois, a melhor estratégia tanto para os grandes como para os pequenos partidos” (Kinzo, 2004: 33). Desse modo, os estudos acerca das coligações eleitorais representa buscar a compreensão do funcionamento do sistema partidário brasileiro. Diante disso, o desafio aqui proposto é identificar a lógica no alinhamento das alianças eleitorais, utilizando as coligações formalizadas para as eleições municipais no estado de Goiás. Essas eleições, geralmente, são compreendidas como aquelas em que os interesses locais ficam sobrepostos ao comportamento nacional das organizações partidárias.

Como afirmado anteriormente, as investigações sobre coligações eleitorais ocuparam um espaço pouco relevante na Ciência Política brasileira nos primeiros anos após a redemocratização, principalmente se levado em consideração a sua importância para os resultados eleitorais (Krause, 2005). Analisando a origem e tendências das investigações sobre coligações eleitorais no Brasil, percebe-se que a revisão dos estudos sobre as coligações eleitorais no país elaborada por Schmitt (2005) apresenta com bastante detalhes a diversidade das obras que possuíam as alianças eleitorais como objeto principal. O autor separa os estudos sobre as coligações eleitorais em dois grandes grupos, tendo como característica divisora o aspecto histórico. O primeiro recorte analisa o período de 1946 até 1963, e o segundo momento mantém atenção nas coligações eleitorais a partir da redemocratização, ocorrida na década de 1980. Ao considerar os períodos destacados pela divisão feita por Schmitt (2005), no primeiro período recortado (1946 a 1964) percebe-se que a maioria dos estudos considerados pelo autor utilizou as coligações eleitorais como variável para comprovar argumentos acerca da estabilização do quadro partidário ou como explicação para a crise de 1964.

Dantas (2007) chama a atenção para o fato de muitos desses estudos utilizarem diálogos constantes, que indicam a tentativa de verificação e contestação de argumentos que consideravam a relevância das coligações. Não obstante a importância dos estudos acerca do período 1946-1964, e a existência de opiniões diferentes sobre as coligações eleitorais ligadas ao cenário posterior a redemocratização, o conjunto de estudos das alianças eleitorais após os anos 80 revelou uma falta de interesse pelo tema (Krause, 2005). A respeito dessa observação, Schmitt (1999) dedicou-se na compreensão das coligações eleitorais ao final da década de 90, a conclusão do autor direciona no sentido da compreensão das variáveis institucionais que possuem capacidade de impactar a frequência e composição das coligações em eleições para cargos proporcionais – corroborando os argumentos de Duverger (1980) e Panebianco (2005). Mesmo não concentrando atenção especial nas eleições majoritárias municipais brasileiras, Krause (2005) foi uma das poucas autoras que analisou as coligações em eleições majoritárias no país, no período após a redemocratização, mantendo ênfase no período de 1994 a 2002. Segundo a autora, nesses pleitos os partidos apresentaram tendências de nacionalização, o que reforçou a institucionalização do sistema partidário brasileiro. Os argumentos de Krause (2005) possibilitam conjecturar que os resultados das eleições nos estados trariam reforço à inexistência da necessidade de as legendas elaborarem estratégias nacionais para as eleições municipais. Contudo, esse argumento precisa de ressalvas, pois autores defendem que as eleições nacionais e estaduais possuem influência das eleições municipais.

Diante do histórico de argumentos que tratam do estudo das coligações eleitorais, e das considerações acerca das eleições, vale destacar que os resultados de pesquisas sobre o tema fortalecem a tese do uso das coligações como estratégia dos pequenos partidos em busca de espaço próximo aos principais partidos em cada estado (Figueiredo, 1994; Kinzo, 2004). Nicolau (1996) entende que as alianças eleitorais são justificadas por questões como magnitude do distrito, tamanho do partido, tempo no horário eleitoral gratuito e poder de chantagem. Além disso, o autor já indicava a heterogeneidade da relevância dos partidos nos estados brasileiros, confirmando aspectos teóricos de Duverger (1980), sobre questões relevantes como a tendência de disputas bipolares nas eleições majoritárias de turno único e a possibilidade de mudanças nas alianças de acordo com a esfera – municipal, estadual ou federal, ou seja, não sendo possível para um partido existir de maneira uniforme no país. Cox (1997) contribui para essa discussão ao questionar a racionalidade que Duverger confere a eleitores através das regras majoritárias de turno único ou de dois turnos. Cox (1997) ressalta que a implicação da diminuição da quantidade de candidatos viáveis não está afastada no primeiro turno das eleições.

Embora não exista uma tendência muito forte quanto ao sistema de turno único, ainda permanece uma conjuntura de coordenação, devido à possibilidade de que o sufrágio estratégico comprometa quais seriam os dois candidatos a participar da disputa no segundo turno das eleições (Cox, 1997: 138). O questionamento do autor acerca da premissa do sistema majoritário de turno único é peça da avaliação mais extensa da teoria de Duverger. Para este teórico a diminuição da quantidade de candidaturas ocorre pela avaliação que as elites políticas realizavam do panorama eleitoral, quando adiantam cenários de insucessos na disputa pelos votos do eleitorado. Essa observação se inicia com uma conjectura de racionalidade instrumental a curto prazo com informações disponíveis com maior clareza (Cox, 1997: 151). É preciso considerar, inicialmente, que nos cenários em que existe uma baixa estabilidade do sistema, as informações disponibilizadas são satisfatórias para amparar o modelo desenvolvido por Duverger. Ainda de acordo com Cox (1997), ao levar em consideração que os benefícios das elites políticas se resumem somente a conquista de votos para alcançar o sucesso eleitoral, Duverger desconhece a possibilidade de perceber os benefícios de longo prazo que os agentes políticos possuem. Essas expectativas de longo prazo são importantes para destacar elementos partidários e individuais (referentes às expectativas dos candidatos, que influenciam a coordenação dos atores políticos).

Bardi e Mair (2010) também contribuem para essa discussão, indicando a possibilidade de existência de mais de um sistema partidário, possuindo conexões específicas dentro de um sistema partidário. No Brasil, é preciso colocar em evidência o conflito das dinâmicas local e estadual. De acordo com Soares (2001), os estados devem ser enfatizados como unidades de análise da política brasileira. Machado (2012) ressalta que foi na transição do século XIX para o XX que a política subnacional tornou-se firme e relevante, através do pacto do então presidente Campos Sales com os governadores de estado com maior agrupamento populacional e importância econômica. Essa transição ficou conhecido como “política dos governadores” ou “a política dos estados” (Lessa, 1999). Mesmo com grandes alterações sociais e políticas acontecidas no país durante o século XX, a importância da esfera estadual ainda continuou, principalmente por meio dos poderes conferidos aos governos estaduais (Abrucio, 1998). Portanto, ocorreu uma formação de padrões de disputas políticas diferenciadas entre as unidades da federação (Lima Jr., 1983; 1997). Entender a dinâmica da celebração de coligações eleitorais em nível subnacional possibilita avaliar a eficácia da interação entre os partidos no sistema político brasileiro, com os partidos apresentando uma considerável variação também no contexto das unidades da federação.

Na teoria que desenvolveu, Panebianco (2005) indica que os partidos políticos em países federativos possuem uma tendência à descentralização, com comportamentos e espaços diferentes em cada unidade. O autor compreende que algumas das características de um sistema partidário justificam a configuração do comportamento dos partidos políticos. As reflexões de Panebianco (2005) estipulam e redefinem as alianças com outras organizações como ações comuns entre as legendas partidárias. Os partidos políticos sofrem impactos no decorrer do tempo por uma série de elementos, como o ambiente em que atuam e as regras eleitorais. É importante destacar que Panebianco (2005) chama a atenção para o grau de homogeneidade, que é a semelhança entre as unidades, a coerência e a sistematização em todo território nacional. A procura pela lógica das coligações passa, essencialmente, pelo comportamento das legendas partidárias. Daí surgem questões ligadas aos elementos levantados, ou seja, a semelhança, a coerência e a sistematização, e se estes teriam capacidades para explicar a lógica das alianças entre os partidos nos acordos para a disputa de cargos nas eleições municipais brasileiras. Outro destaque importante a ser feito diz respeito aos estados federativos possuírem tendência a reproduzir organizações partidárias descentralizadas.

O pensamento de Panebianco (2005) acerca das coligações eleitorais não é muito diferente das questões entendidas como fundamentais por Duverger (1980). Segundo o autor, em *Modelos de Partidos*, celebrar, realinhar e formalizar alianças com outras legendas partidárias são atitudes comuns entre partidos políticos. Com isso, os partidos sofrem impactos ao longo das eleições por uma variedade de fatores, como o ambiente em que atuam e as regras eleitorais. É necessário destacar que: a) os estados federativos possuem tendência em reproduzir organizações partidárias descentralizadas, o que leva a existência de partidos que se organizam melhor em torno de questões locais, com lógica nas diferentes organizações regionais nos países federativos; b) um cenário eleitoral estável a partir do forte controle pelos partidos políticos, que depende de uma estruturação robusta. Esse cenário torna-se ainda mais complicado quando existem vários competidores, e o voto do eleitor é direcionado pela opinião dos indivíduos, e não por características ideológicas ou programáticas das legendas. A normalidade dos processos políticos está sujeita à legitimidade do sistema político. Por isso, entender o mecanismo que está por trás do jogo político determina alguns resultados que exigem a idealização de interpretações acerca da dinâmica e a racionalidade da atividade política. Nesse sentido, a compreensão sobre os estímulos à interação entre as legendas partidárias, relacionado aos custos e benefícios de uma coligação eleitoral, recebe uma atenção central na análise do cálculo eleitoral.

As considerações relevantes que foram verificadas sinalizam para caminhos distintos. Os pontos fundamentais das teorias indicadas a serem utilizados na presente investigação são: 1) a legislação eleitoral possui forte influência sobre os partidos políticos e alianças eleitorais; 2) o multipartidarismo pode levar a características bastante complexas ou inconsistentes nas uniões eleitorais; 3) as disputas realizadas em turno único possuem tendência ao aspecto bipolar nos municípios; e 4) as coligações não se reproduzem, necessariamente, no âmbito local e nacional. Nesse sentido, as legendas partidárias não possuem entre si relações nacionais quando consideradas disputas nas regiões do Brasil. Dantas (2007), analisando as eleições majoritárias municipais brasileiras de 2000 e 2004, afirmou que “em cerca de metade dos cruzamentos possíveis, a soma das cinco localidades atingiu números que comprovam que em certos estados ocorrem associações que não se repetem em outros” (Dantas, 2007: 124).

Desse modo, utilizando os argumentos de Panebianco (2005), era possível supor que, devido ao sistema federativo brasileiro, cada unidade da federação possuísse uma lógica partidária independente. Esse argumento enfraqueceria a hipótese de que as coligações entre os partidos políticos nos municípios seriam confusas e desordenadas ou eram impactadas por influências relevantes do comportamento dos partidos em nível federal. De tal forma que seria fortalecida a ideia de que os partidos se organizam de modos distintos em cada um dos estados da federação. Na literatura da Ciência Política brasileira essa influência dos estados é postulada por Abrucio (1998a e 1998b), com o argumento de que as relações são baseadas na figura do governador, que geralmente possui apenas um grupo de oposição no seu estado.

Contudo, o mesmo pode ser dito do prefeito, pois existe uma variação que depende do tamanho do município e da autonomia financeira do mesmo em relação a recursos estaduais e federais. Nesse sentido, o caos registrado nos estudos de Mainwaring (2001) perderia espaço para uma série de acordos lógicos nas unidades da federação. Como abordado nesta seção anteriormente, Bardi e Mair (2010) indicam para a possibilidade de existência de mais de um sistema partidário em um país, com conexões específicas e internas a um sistema partidário. Diante disso, é importante destacar o caso brasileiro, principalmente pelos evidentes conflitos existentes nas esferas local e estadual. Sobre a dinâmica partidária das legendas, quando elas abarcam a mobilização eleitoral em volta de mais de um nível da disputa, fica evidenciado uma divisão horizontal do sistema partidário, havendo a necessidade de coordenação interna pelas legendas partidárias (Bardi; Mair, 2010). Como no caso brasileiro existe grande variação de partidos e também de cenários regionais, a dimensão horizontal influencia o comportamento das diferentes legendas dentro de um mesmo partido nacional.

A literatura produzida pela Ciência Política considera que a negociação política praticada por uma legenda partidária de grande porte com um partido de menor porte mantém o foco concentrado na eleição para o cargo executivo. Pois é preciso levar em consideração que nesta situação existe apenas uma vaga a ser disputada, assim todo o apoio possibilita somar votos e ao mesmo tempo exclui um possível apoio aos adversários na disputa (Lavareda, 1991). Ou seja, no caso de haverem aparelhos legais que impossibilitam a distribuição de cadeiras para algumas legendas, existirá incentivos para a coordenação entre as legendas, reduzindo a quantidade de candidaturas e estimulando a formação de coligações eleitorais. Nesse sentido, quanto maior for a desproporcionalidade de uma disputa, maiores precisam ser os estímulos para se coligar (Golder, 2006: 24). O modelo de barganha política demanda que as legendas partidárias com possibilidade de formação de uma coligação – seja por motivos ideológicos, programáticos ou mesmo por ganhos eleitorais – ocupem um espaço político combinado também por legendas partidárias que possuem estratégias opostas, em que cada uma procura cumprir seus objetivos propostos. O relacionamento entre os atores políticos possui uma tendência a formação de um panorama de propostas e ofertas fundamentados em recursos políticos, que, decorrendo da teoria econômica de Downs (1957), podem ser resumidos em apenas cargos públicos, políticas e votos (Golder, 2006: 42). Ou seja, é a partir dessa relação, em que esses atores políticos disputam esses expedientes, que as negociações políticas se transformarão em coligações eleitorais.

Embora a literatura produzida especificamente sobre coligações eleitorais ser bastante atual e escassa (Golder, 2006), o impacto das alianças eleitorais no sistema político brasileiro proporcionou a literatura local a tratar o assunto das coligações como agenda de pesquisa desde meados da década de sessenta do século passado. Apesar disso, poucos foram as análises nacionais que procuraram observar especialmente uma formulação teórica que fosse suficiente para explicar o modelo das coligações ou que se ocupasse acerca das estratégias eleitorais das legendas partidárias ao não utilizar esse recurso eleitoral.

O primeiro, e mais importante, referencial teórico no Brasil acerca do tema das coligações eleitorais estava presente no estudo de Soares (1964), em que o autor buscou entender os motivos para a formalização de alianças e coligações eleitorais através de uma surpresa ao constatar o crescimento do impacto das coligações para a eleição de candidatos no sistema político brasileiro. O referencial teórico que norteou o enfoque de Soares (1964) na análise das coligações eleitorais ficou limitado as considerações de Duverger, principalmente no que se refere à diminuição da quantidade de partidos, partindo da constatação de que existiria

uma relação entre a celebração de coligações e o modelo de regime eleitoral, devido a quantidade de partidos num determinado sistema partidário (Duverger, 1980). De acordo com Soares (1964), as coligações eleitorais eram incentivadas desde então pela sua capacidade de reduzir os custos de participação de um partido político. Essa teoria que postulava uma “economia de esforços” provocava no axioma de “conseguir uma representação maior com o mesmo número de votos” (Soares, 1964: 97). Entretanto, para além da extensão quantitativa da disputa política, era preciso levar em consideração o impacto de pelo menos um elemento qualitativo, o condicionamento ideológico das legendas partidárias.

A ideologia dos partidos políticos seria utilizada como um constrangimento à formação de coligações eleitorais entre legendas partidárias identificadas com as extremidades dos polos ideológicos, sinalizando uma “resistência ideológica”. Embora houvesse a utilização do conceito de racionalidade nos estudos que se seguiram, não houve na literatura brasileira, principalmente no tratamento das coligações eleitorais, uma completa revisão e um aprofundamento dos resultados do modelo original desenvolvido por Soares na década de 60. Entre os principais efeitos o mais utilizado é o conceito de racionalidade que jamais foi especificado ou formado. Como é ressaltado, a análise das coligações eleitorais procura entender a racionalidade política, consistindo na própria definição da racionalidade como algo bastante complexo (Soares, 2001). Bastantes trabalhos produzidos acerca das coligações eleitorais no Brasil procuraram desenvolver o teste empírico das considerações realizadas por Soares ou procuravam reavaliar trechos da teoria proposta pelo autor, porém, sempre levando em consideração a mobilização das alianças eleitorais a partir da coerência da maximização dos votos, do mesmo modo que proposto por Soares (1964).²

O objetivo principal das considerações apresentadas nessa seção, com destaque para os pensamentos de Soares (1964, 2001), Duverger (1980), Lima Júnior (1983, 1997), Cox (1997), Lijphart (2003), Panebianco (2005), Golder (2006), Bardi e Mair (2010) não é esgotar a discussão sobre as coligações eleitorais nos estudos que versam a teoria dos partidos políticos. A intenção principal foi indicar características relevantes para o estudo do alinhamento dos partidos políticos em eleições majoritárias municipais no estado de Goiás. Na seção seguinte, será apresentada uma revisão da literatura acerca das coligações em eleições municipais no Brasil, analisando estudos que se concentraram em problematizar as alianças eleitorais.

² Entre estas produções destacam-se: Oliveira (1973); Souza (1976); Santos (1987); Schmitt (1999, 2005); Machado (2005); Braga (2006); Machado (2007); Miguel e Machado (2007, 2010); Peixoto (2008, 2010); Carreirão e Nascimento (2010); Krause (2010). Outros autores modificam em partes o argumento proposto por Soares em 1964, são eles: Lima Júnior (1983) e Lavareda (1991).

1.2 Coligações em eleições municipais

Muitas análises têm procurado identificar a recorrência do fenômeno das coligações nas disputas eleitorais brasileiras. Como já foi mencionado anteriormente, grande parte desses estudos dedicam-se a analisá-los em suas dimensões estadual ou federal. Em menor quantidade são os que analisam as coligações eleitorais em âmbito municipal (Lima Júnior, 1983; Machado, 2007; Dantas, 2007, 2008 e 2009; Peixoto, 2010; Miguel e Machado, 2010; Dantas e Praça, 2004, 2010 e 2012; Ribeiro, 2010). Com a legislação eleitoral brasileira incentivando a formação de alianças formais, principalmente como estratégia de aumentar as forças e maximizar os ganhos eleitorais, bem como reduzir o número de adversários na disputa, são crescentes o número de coligações realizadas com vistas às disputas nas eleições majoritárias municipais. É importante destacar que nos municípios de médio e grande porte, os incentivos para a realização de alianças eleitorais são ainda maiores. A análise das coligações eleitorais nos municípios proporciona ricos instrumentos para o estudo do impacto do poder executivo no sistema partidário brasileiro. No que diz respeito ao amadurecimento do sistema partidário são apresentados vários elementos para o seu diagnóstico e é notório o debate sobre a sua fragilidade em decorrência das interferências do poder executivo na arena eleitoral e no seu desenvolvimento (Krause, 2010).

Lima Júnior (1983) foi um dos primeiros a estudar os subsistemas partidários estaduais no Brasil e mostra que nos regimes federativos as coligações nacionais não se repetem nas dinâmicas locais, com os estados apresentando lógicas diversificadas para as definições das estratégias dos partidos políticos nas disputas para os executivos municipais. O autor ainda chama atenção para o fato de as coligações eleitorais terem se tornado um instrumento importante para a conquista do sucesso eleitoral na esfera federal, mas que sua potencialidade não é reproduzida do mesmo modo na lógica estadual. Lima Júnior (1983), enfatiza em sua investigação que existe uma lógica nas coligações pautada em uma racionalidade política contextual, em que as legendas estabelecem alianças orientadas pela dinâmica da disputa partidária local. Nesse sentido, as conclusões do autor mostram que em regimes federativos as coligações nacionais não costumam ser reproduzidas nas esferas locais, pois cada estado apresenta questões ligadas a ordem regional para a escolha das estratégias dos partidos políticos nas eleições municipais. Ou seja, existem variações quanto ao formato dos sistemas partidários estaduais. Assim, a tese clássica do autor parece adequada para a compreensão do desenvolvimento e funcionamento das coligações eleitorais na disputa dos executivos municipais na nova democracia brasileira.

O tema da nacionalização dos partidos políticos se apresentou como um dos assuntos crescentes na literatura sobre coligações eleitorais no início dos anos 2000. Nesse caminho encontra-se o trabalho de Ribeiro (2005). Ao formular o Índice de Nacionalização de Alianças (INA), o autor utilizou dados das eleições nos 96 maiores municípios brasileiros – incluindo capitais de estado, mesmo que não alcançassem esse valor mínimo –, e verificou uma forte influência da política nacional das organizações partidárias na formalização de coligações para as eleições municipais (Ribeiro, 2005). Nesse sentido, o autor verificou ao mesmo tempo o crescimento da nacionalização dos partidos políticos e identificou alguns indícios relevantes de uma tendência centrípeta para as eleições de prefeitos municipais ocorridas nas maiores cidades entre os anos de 1996 e 2004.

Nas análises de Machado (2007) e Miguel e Machado (2009) verificou-se que o tamanho do eleitorado possui influência na consistência ideológica e governista das coligações eleitorais para o cargo de prefeito no Brasil. Contudo, essas análises tinham como objetivos realizar uma descrição do cenário político, de modo que não foram utilizadas metodologias sofisticadas para identificar esse efeito. Dantas (2008) e Peixoto (2008) desenvolveram explicações diferentes, desconsiderando o impacto do tamanho do eleitorado na formação das coligações eleitorais para os executivos municipais. Em outra análise, Peixoto (2010) verificou que ocorrem implicações nas condições socioeconômicas que influenciam as alianças eleitorais, mesmo havendo enorme variação entre as legendas partidárias. É importante ressaltar que no último estudo do autor, as variáveis ligadas às condições institucionais e ao cenário político local foram melhores significativas para a explicação da formalização de coligações entre os partidos.

As conclusões destas análises estimulam a elaboração de modelos de análise direcionados pela habilidade de apreender a variedade das condições locais acerca da atividade política das legendas partidárias. Nesse sentido, quando as coligações para os executivos municipais no país apresentam uma tendência centrípeta (Machado, 2007; Ribeiro, 2005), isso significa que o choque das composições de poder local sobre a ação partidária continua a ser pouco explorado. Com isso, esse jogo fortalece a nacionalização, ou seja, a apresentação de um comportamento homogêneo pelos grandes partidos políticos a partir da capilaridade destes nos municípios, contribuindo para a garantia de vantagens e competitividade, nas disputas majoritárias municipais, para uma quantidade reduzida de partidos políticos (Braga, 2006: 244). Contudo, não se deve esquecer que os partidos se comportam de modo bastante diferente no que diz respeito às alianças locais. O sistema partidário brasileiro, nesse sentido, possui alguma autonomia municipal quando o tema é a eleição para prefeituras municipais.

Não obstante a grande produção acadêmica sobre as coligações eleitorais no nível nacional, os estudos das coligações nos sistemas municipais permanecem ainda pouco explorados. Um dos trabalhos de grande importância que analisou o tema foi, sem dúvida, o desenvolvido por Miguel e Machado (2007), na qual os autores focalizaram as coligações elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2000 e 2004. Os autores mostram que as alianças petistas “se deslocaram sensivelmente para a direita” entre uma disputa eleitoral e outra. Além disso, “quanto mais o PT se flexibilizou para constituir coligações das mais abrangentes possíveis, melhores foram os seus resultados”. Contudo, os autores fazem uma ressalta, de que o PT “ainda se apresenta como o único partido de grandes proporções que se diferencia na forma como encara a disputa política. Sua taxa de coligação está entre as menores, caracterizando um comportamento desviante à regra para os partidos políticos brasileiros” (Miguel e Machado, 2007:786). Os autores ao utilizar como universo todos os municípios do país, indicaram a existência de uma alta correlação entre o tamanho do município e duas dimensões de classificação das alianças petistas. No aspecto ideológico, nos dois pleitos analisados as coligações do PT possuíam uma tendência à esquerda quanto maior era o município. Já no aspecto governativo, quanto maior o tamanho da cidade, mais as coligações petistas privilegiaram, em 2000, as legendas de oposição ao governo FHC; e em 2004, a correlação positiva ocorreu em relação as legendas da base aliada do governo Lula no Congresso.

Dantas (2007) preocupou-se com as alianças nas eleições majoritárias municipais, investigando a lógica do alinhamento dos partidos políticos dessas coligações. O autor mostra indícios de que o ordenamento estadual dos partidos é mais forte que os elementos ligados à ordem federal. Segundo Dantas (2007), as questões locais possuem maior destaque, indicando a existência de uma força centrífuga nas alianças entre os partidos que não possibilitam o controle rígido por parte de organismos partidários federais acerca das realidades municipais. Ou seja, nos regimes federativos as alianças nacionais não costumam se repetir nas esferas locais. Esse fenômeno permite uma constatação de que os partidos políticos brasileiros não são centralizados. O autor verifica essa questão e percebe que cada estado possui questões de ordem locais para a definição da estratégia eleitoral dos partidos nas eleições municipais. Os dados de Dantas (2007) indicam contrastes entre os estados e entre as eleições, asseverando que as alianças municipais alteram-se de acordo com as considerações de Duverger (1980). Essas distinções originam 26 lógicas diferentes sustentadas na força do governador e seus aliados, que possui como principal adversário, um partido político ou um bloco de legendas.

Machado (2007) também se preocupou com as alianças nas eleições majoritárias municipais, analisando a consistência ideológica dessas coligações. O autor utiliza dados das eleições municipais brasileiras de 2000 e 2004 e afirma que a ausência de barreiras na definição das identidades dos partidos políticos mostra somente a inexperiência destas legendas ao se apresentarem na busca de seus objetivos. Essa afirmação nos faz refletir sobre o contexto dos pleitos eleitorais, em que “talvez a disputa entre as elites políticas não resida em fatores ideológicos ou de conjuntura quanto ao governo federal, ou mesmo sobre diferenças quanto a práticas políticas, mas com relação à alocação de espaços de influência” (Machado, 2007: 236). O estudo do autor indica que “entre os partidos analisados apenas o PT em 2000 se apresentou com uma posição ideológica diferenciada, enquanto em 2004 a questão ideológica se dissolveu a ponto de não ser possível perceber graus diferentes entre os demais partidos abordados” (Machado, 2007: 233). As conclusões de seu trabalho sugerem que existe uma pouca importância por parte dos partidos políticos com relação aos posicionamentos ideológicos diferenciados que foram identificados em sua análise. O autor indica que não foram somente as barreiras ideológicas que se tornaram muito fluídas, mas também tornaram-se fluídas as relações com as ações governamentais. Ainda de acordo com Machado (2007), é bastante preocupante a ausência de identidades do ponto de vista da criação de condições democráticas para o sistema político.

A verificação dos perfis e tendências nas coligações em eleições municipais pode ser justificada pela extrema complexidade do cenário a ser analisado. Com o desafio de compreender essa lógica de alinhamento, Peixoto (2010) apresenta e faz uma discussão sobre a configuração das disputas eleitorais nos municípios e a relação entre as legendas. Para tanto, são utilizados dados das eleições municipais realizadas entre os anos de 2000 e 2008, nos 5.556 municípios brasileiros. Segundo o autor, uma forte sequência na expansão das legendas partidárias pode ser um aspecto fundamental para a explicação do fenômeno da fragmentação de parcerias nas disputas municipais. Este fato acontece quando os partidos políticos, ao expandirem suas bases organizacionais, disputam em um maior número de municípios e muitas das vezes são empurrados para realizar coligações com outros partidos que são adversários no âmbito nacional. Segundo Peixoto (2010), o sistema eleitoral brasileiro funciona da seguinte forma: ele estabelece restrições institucionais para a entrada de novos atores políticos na competição eleitoral e, ao mesmo tempo, também determina incentivos que vão numa direção inversa, criando cláusulas de barreiras fortes que impedem e trazem muitas dificuldades para os partidos políticos alcançarem o poder.

É possível notar ao longo do desenvolvimento dos estudos acerca das alianças eleitorais nos municípios brasileiros, que vários deles mantêm uma atenção especial ao Partido dos Trabalhadores (PT). Uma dessas investigações é a de Ribeiro (2010), mesmo não abordando apenas esse partido, o autor realiza uma análise do desenvolvimento das alianças feitas para as disputas municipais, focando apenas nos maiores municípios brasileiros, entre os anos de 1996 e 2008. O grupo de municípios corresponde as 26 capitais estaduais e as 53 cidades com mais de 200 mil eleitores, em que existe a possibilidade de realização de segundo turno nas eleições. Esse conjunto de municípios representa aproximadamente 36% do eleitorado nacional, ou seja, cerca de 47 milhões de eleitores. O foco do autor indica para um processo de “relaxamento” e descentralização do Partido dos Trabalhadores (PT), ao abrir-se para alianças pragmáticas principalmente as realizadas segundo a dinâmica local. Assim, a lógica das coligações municipais aponta para uma crescente tendência de aproximação ao governo central, ou seja, o governismo. Com a chegada de Lula à presidência, houve uma mudança na dimensão governativa com a forte inclinação para o centro do espectro ideológico.

É preciso enfatizar também os poucos estudos que possuem como objetivo compreender a lógica do alinhamento nas coligações de alguns partidos políticos considerados pequenos. Legendas partidárias estas que muitas vezes são descartadas nas análises das coligações majoritárias municipais brasileiras, uma vez que parte expressivas delas possuem relevância próxima de zero no cenário político nacional. Com o propósito de preencher essa lacuna nesses estudos, Dantas e Praça (2010) fazem um exercício sobre o comportamento coligacionista dos pequenos partidos brasileiros. O objetivo dos autores é realizar uma análise do posicionamento ideológico dos pequenos partidos com base nas coligações eleitorais realizadas nas eleições entre 2000 e 2008 na disputa às prefeituras municipais de todo o país. O estudo tem como intenção analisar se a classificação ideológica proposta por Figueiredo e Limongi (1995), com base no comportamento dos partidos políticos no Legislativo nacional, possui reflexo no comportamento eleitoral dos pequenos partidos políticos, tanto do espectro ideológico de esquerda, quanto de direita. Assim, os autores fazem uma proposta de um caminho alternativo para a compreensão do procedimento ideológico destes partidos políticos baseando-se na evolução da busca de acordos em eleições para os executivos municipais e utilizando como referência as coligações formalizadas entre as pequenas legendas e os partidos de maior porte. Com isso, o objetivo de Dantas e Praça (2010) é contribuir com a discussão da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros utilizando como instrumento as coligações eleitorais em eleições para os executivos municipais.

Seguindo o movimento que mantém atenção e foco sobre o desenvolvimento das estratégias do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo dos últimos anos nas eleições brasileiras, Miguel e Machado (2010) analisam a lógica das alianças realizadas pelo PT nas eleições para os executivos municipais. Os autores indicam uma alteração no comportamento do partido e comprovam essa mudança de estratégia principalmente pela posição do partido estar no comando do governo federal. As coligações realizadas pelo Partido dos Trabalhadores mostram a complexidade de sua estratégia. O partido ao ignorar os incentivos que as leis eleitorais oferecem para a formação de coligações simplesmente perdem as chances de vitória, a mesmos que esta decisão seja para construir uma imagem política distinta, para acumular capital político. Os dados apresentados e discutidos por Miguel e Machado (2010) mostram que, quando o PT tornou-se flexível para realizar as coligações abrangendo o maior número de partidos possíveis, melhor foi o seu desempenho. É importante mencionar que, de acordo com dados dos autores, a taxa de coligação do Partido dos Trabalhadores é uma das menores, o que caracteriza um comportamento diferente dos demais partidos políticos brasileiros.

Por fim, o último relevante trabalho apresentado sobre coligações eleitorais em eleições municipais é o de Machado (2012). O autor contribui com os estudos acerca das alianças eleitorais no Brasil com sua análise sobre os condicionantes sociais, econômicos e políticos que afetam a composição de coligações eleitorais em sistemas que existem múltiplos níveis de governo. Essa investigação contribuiu para a inclusão de novos conhecimentos sobre as relações partidárias. Com essa intenção, Machado (2012) utilizou dados das eleições para o cargo de prefeito municipal e a abordagem utilizada para a classificação dessas alianças eleitorais mais uma vez foi a elaboração de índices que tentam mensurar a composição das coligações a partir de aspectos ideológicos (IVI) e governistas (IGF). O autor partiu da premissa de que distintos ambientes eleitorais criam incentivos para movimentos de ação partidária diversas, com as legendas partidárias, primeiramente, formalizando ou não coligações eleitorais. Ou seja, a investigação partiu do pressuposto que os partidos são submetidos a constrangimentos internos e externos, e diante disso são influenciados por aspectos diferentes em respeito à decisão partidária acerca da participação em coligações. As conclusões do autor indicam para a “existência de efeitos específicos para cada partido na explicação de suas coligações” (Machado, 2012: 193). Com os resultados apontando para a consistência do modelo, a partir da existência de estímulos diferentes entre os partidos, não foi identificado uma dimensão unitária capaz de esgotar a explicação acerca do formato das coligações para todas as legendas através dos critérios de ideologia e governismo.

1.3 Influência do partido do governador nas coligações eleitorais

Como já foi bastante destacado nas duas seções anteriores, a maioria dos trabalhos realizados sobre os padrões e tendências das coligações eleitorais no Brasil tem concentrado a atenção nas eleições de nível estadual e federal, em menor quantidade estão os estudos em âmbito municipal. Ao contrário desse movimento, a intenção da presente pesquisa é identificar a influência do partido do governador nas coligações eleitorais realizadas com vistas para as eleições majoritárias municipais no estado de Goiás no período posterior a redemocratização. Dantas (2007) indica que os principais benefícios desse tipo de abordagem são: a) o universo de pesquisa é amplo – Goiás possui 246 municípios, o que proporciona muitas ofertas de coligações; b) as eleições majoritárias de turno único incentivam a realização de coligações; e c) a legislação brasileira permite que cada município atue como unidade autônoma, o que pode resultar numa complexa possibilidade de acordos eleitorais. Nesse sentido, é importante reforçar a influência do partido do governador de estado diante dos alinhamentos para as disputas dos executivos municipais. É possível entender que por mais complexo que seja explicar as alianças entre os partidos nas cidades, o enfoque sobre o partido do governador se mostra relevante. Além disso, são expressivos os percentuais de lançamentos de cabeças de chapa dos partidos dos governadores, com lançamento de candidatos em cerca de 60% das cidades (Dantas, 2007).

Sobre a figura do governador, Limongi (2006) sinaliza reconhecer a existência de questões locais reguladas no governador de cada estado, ao indicar que além das forças partidárias necessárias às coalizões federais, existem aspectos ligados “à heterogeneidade social do país, ao federalismo e ao poder dos governadores” (Limongi, 2006: 19). Nesse sentido, também é importante destacar que Lima Júnior (1991) já indicava a existência de um processo político característico aos estados brasileiros, considerando os como subsistemas partidários estaduais. Os estudos realizados sobre as coligações eleitorais na nova democracia apresentam um fenômeno chamado de “governismo”, que é a capacidade do poder executivo estadual em influenciar a dinâmica das coligações nos municípios. Com o partido do governador sendo importante para definir a dinâmica coligacionista nas eleições para os executivos municipais. O estudo de Krause e Paiva (2000) mostra a força do poder executivo estadual em Goiás na consolidação dos partidos na política regional, identificando que o executivo estadual exerce, em alguma medida, um papel central na dinâmica das alianças eleitorais nos municípios goianos até as eleições disputadas no ano de 2000.

Dantas (2007) em sua tese sobre as alianças municipais também corrobora com essa interpretação apontando diferenças na configuração das coligações entre os partidos, havendo nos estados a existência de questões de ordem regional nas disputas municipais. Desse modo, o autor ao analisar as alianças municipais nas eleições majoritárias confirma a observação realizada por Lima Júnior (1983), no que diz respeito aos subsistemas partidários estaduais no país. Segundo Dantas (2007: 165), “em regimes federativos as alianças nacionais não costumam se repetir nas esferas locais, cada estado apresenta questões de ordem regional para a definição da estratégia dos partidos políticos em disputas municipais”. É possível perceber que o partido do governador tem relevância significativa no cenário estadual. Em trabalhos já realizados sobre o tema por alguns analistas políticos, percebe-se que em alguns estados ocorreram associações que não se repetiram em outros locais (Dalmoro e Fleischer, 2005; Dantas, 2007). Essa afirmação é justificada pelo pensamento de Panebianco (2005) quando este mostra que em países federalistas o alinhamento estadual dos partidos políticos não é idêntico ao estabelecido em torno da lógica federal. Ou seja, de acordo com a teoria do fortalecimento estadual dos partidos políticos, as nações federativas possuem uma tendência em reproduzir organizações partidárias descentralizadas, o que leva a uma movimentação em torno de questões regionais. No caso das eleições brasileiras, essa teoria é verificada no trabalho de Dalmoro e Fleischer (2005) que realizam um estudo sobre as coligações em eleições proporcionais no país.

Os autores percebem que as diferenças regionais no Brasil são bastante significativas, sendo possível identificar a existência de 27 lógicas distintas no contexto entre os partidos. Dantas (2007) também certifica que a organização dos partidos nas coligações para as prefeituras municipais indica diferenças na configuração dos acordos entre os partidos, identificando a existência de 26 lógicas diversificadas nos estados onde ocorreram eleições municipais. As conclusões desses estudos já realizados reforçam a ideia de que as alianças municipais para a disputa de prefeituras, quando tratadas por regiões, podem revelar padrões e tendências distintas. Essas considerações apontam alinhamentos específicos em cada unidade da federação, com os partidos políticos construindo relações em torno de questões locais. Abrucio (1998a e 1998b) percebe que nos estados a política realiza-se pautada nas relações entre dois grupos: o que governa e aquele que lhe faz oposição. Desse modo, o partido do governador possui grande influência nas questões políticas estaduais. Assim, não haveria divisão entre esquerda e direita pautada em motivos ideológicos, mas sim um grupo da situação e outro da oposição, na maioria das vezes marcadas por um número reduzido de partidos fortes. A mesma conclusão é apontada por Dantas (2007) reforçando a tese de que os partidos relevantes nos estados repetem sua significância nos municípios.

Observada a existência de relevância estadual de poucas legendas partidárias, é importante reforçar o peso do partido do governador do estado nos alinhamentos para a disputa das prefeituras municipais. É possível compreender que por mais complexa que seja de explicar plenamente as associações entre os partidos políticos nas cidades, o enfoque sobre o partido do governador se mostra relevante. Dantas (2007) corrobora com esse argumento quando menciona que os governadores assistiram seus respectivos partidos presentes em, pelo menos, 90% das eleições municipais de seus estados nos anos de 2000 e 2004. Segundo dados do autor, essa presença do partido do governador nas eleições municipais alcançou 100% dos municípios de três estados: Acre, Amapá e Amazonas. Contudo, é preciso destacar que estas unidades da federação possuem uma pequena quantidade de municípios. Além disso, ainda segundo o autor, os percentuais de lançamentos de cabeças de chapa dos partidos dos governadores são expressivos, registrando ocorrências em mais da metade das cidades onde os partidos dos governadores lançaram candidatos. Assim, esse movimento pode indicar que nos municípios as forças políticas se concentram de forma crescente sobre o partido do governador, corroborando com a divisão de Abrucio (1998b) que destaca o peso do governador e a presença de, no máximo, um grupo relevante de oposição. No que diz respeito à polaridade situação/oposição, existem estudos recentes que identificam se as alianças formadas em torno do governo federal ou dos governos estaduais influenciaram as estratégias de coligações nas eleições municipais. Segundo Dantas (2007), a dinâmica das coligações majoritárias municipais constrói-se especialmente na “ordem” estadual.

Dantas (2007), ao indicar os percentuais de conquistas dos partidos considerados fortes destaca que essas legendas, que saíram fortalecidas nas eleições estaduais de 1998, repetiram sua hegemonia nas eleições municipais de 2000, levando consigo pequenos partidos políticos. Essa questão corrobora o argumento do uso de coligações eleitorais como estratégia das menores legendas na busca de espaço no governo e dos principais partidos em torno de ganhos específicos (Figueiredo, 1994; Kinzo, 2004). Como já tratado anteriormente, Nicolau (1996) indicava, confirmando aspectos teóricos de Duverger (1980), que não é possível um partido político atuar de maneira uniformemente grande no país. Os dados de Dantas (2007), além de atestarem essa observação, corroboram ainda mais a relação destacada por Fleischer (2002) entre as eleições estaduais e municipais, chamando atenção para a hegemonia de um partido político específico em um estado ou bipolarização destacada em volta do partido do governador, como afirmado por Abrucio (1998a; 1998b).

Com isso, a preocupação com o impacto do Poder Executivo no sistema partidário brasileiro procura evidenciar o quanto o poder executivo regional tem importância na dinâmica coligacionista, influenciando as alianças eleitorais e enfraquecendo os partidos. Krause (2010) ao fazer um balanço do “estado da arte” das coligações eleitorais no Brasil, mencionando a influência do partido do governador de estado na formação das coligações nas eleições para os executivos municipais diz que as alianças eleitorais demonstram ainda uma “carente autonomia dos partidos e a pouca consolidação do sistema partidário brasileiro” (Krause, 2010: 15). Apesar da importância do estudo da relação entre as alianças eleitorais nas disputas majoritárias municipais e o peso dos partidos políticos em cada unidade da federação, é fundamental destacar a complexidade dessa análise. Pois o cenário das disputas eleitorais nos estados acontece de forma desordenada e complexa, como já foi destacado por diversos autores que analisam o sistema partidário brasileiro. Dantas (2007) indica alguns elementos que precisam ser lembrados e podem alterar alguns dos resultados, são eles:

- a) Infidelidade partidária;
- b) Política local pautada em lideranças pessoais mais fortes que os partidos;
- c) Soberania de um partido no estado por algum período;
- d) Partido que governa o estado costuma mudar;
- e) Existem partidos que governam determinado estado, mas não repetem a mesma força nos municípios, principalmente nas cidades mais distantes da capital;
- f) Grupos gravitam em torno do partido do governador oscilando entre as eleições;
- g) Verticalização, impondo uma tentativa de alinhamento dos partidos na lógica nacional;
- h) Infidelidade partidária como prática recorrente no Poder Legislativo;

As questões apontadas por Dantas (2007) indicam o quanto complexa é a análise agregada das coligações nos estados e também como as suas realidades políticas são marcadas por particularidades e desdobramentos diversos. Nesse sentido, em sua análise sobre as eleições municipais de 2000 e 2004, o autor aponta resultados fortalecendo a tese de que os partidos relevantes nos estados reproduzem sua significância nos municípios e que o partido do governador possui relevância no cenário político estadual. Nesse sentido, para ir além das observações de Dantas (2007), é interessante analisar também qual é a distância entre a fragmentação nas eleições proporcionais, na disputa das cadeiras da Assembleia Legislativa, em que as coligações funcionam como mecanismo de ampliação do número de partidos representados, e as eleições majoritárias municipais, que ocorrem dois anos após com as coligações funcionando como mecanismo de concentração da disputa.

Os índices de presença do partido do governador nos municípios são bastante expressivos. Mais relevante ainda é a quantidade de lançamentos de candidatos como cabeça de chapa, uma vez que nas eleições locais as disputas tendem a se concentrar em dois candidatos. Assim, se os partidos dos governadores registram médias superiores a 50% das cidades com candidaturas, isso aponta que o peso desses partidos em seus respectivos estados é absolutamente marcante (Dantas, 2007). Diante das informações apresentadas, é plausível a ideia de que o partido do governador e o bloco de partidos que faz oposição são os atores principais das ações eleitorais nos municípios do estado. Ou seja, mesmo que ocorra mudanças na dinâmica de poder dos partidos políticos nas unidades da federação, a rivalidade costuma se concentrar em torno de dois grupos principais. Assim, essa agenda de pesquisa tem se preocupado e procurado evidenciar o quanto o poder executivo regional tem capacidade de influenciar a dinâmica coligacionista local. Esses estudos contribuem não somente para a compreensão dos subsistemas partidários regionais. Mas, fornecem também excelentes subsídios para o entendimento do funcionamento do poder local no Brasil.

As eleições municipais de 2000 marcaram uma nova realidade político-partidária em nível estadual no Estado de Goiás. Após dezesseis anos conduzindo o executivo estadual, o PMDB não estava mais na administração do governo estadual. O partido foi derrotado, em 1998, por uma coligação liderada pelo PSDB em coligação com o PFL, PTB, PPB e PSDC. Nesse sentido, Krause e Paiva (2000) ao investigar essa nova realidade mostram a força do executivo goiano para a consolidação dos partidos políticos na política regional, sendo este um papel central na dinâmica das coligações majoritárias municipais.

Considerando a importância do estudo das alianças eleitorais nas eleições majoritárias municipais e o peso dos partidos políticos em cada estado, é necessário mencionar que as eleições em Goiás nos últimos anos marcam um panorama político-partidário a nível estadual. O PMDB manteve-se à frente do Poder Executivo estadual por dezesseis anos, tendo sido vitorioso nas eleições entre 1982 e 1994. A hegemonia do PMDB e a aprovação do Plano Cruzado dominaram a conjuntura eleitoral na eleição de 1988. O clima político era altamente favorável a legenda partidária e praticamente fechava as chances de vitória de outro partido político com candidatura isolada ou como cabeça de chapa em uma aliança. A única alternativa de coligação restante era aliar-se com o partido hegemônico do estado, possibilitando a máquina estatal comandar um futuro governo municipal ou criar uma estratégia de diferenciar-se para o contexto político a médio e longo prazo. Contudo, o PMDB foi derrotado por uma coligação liderada pelo PSDB em 1998.

A partir desse ano, uma nova conjuntura política no plano estadual surgiu com o PSDB e PP detendo a administração do governo estadual. Dentro deste cenário, pretende-se verificar de que modo é o comportamento coligacionista dos partidos nesse período e perceber como se altera a dinâmica das alianças, especialmente em relação aos partidos que se aliavam ao PMDB nos municípios. Nesse sentido, a intenção é analisar se as coligações estabelecidas mantêm ou alteram-se ao longo do tempo e identificar em que medida o PSDB tem, ou não, uma estratégia de alianças distinta do PMDB. O controle do executivo estadual e as vantagens dele acrescidas são recursos de importância decisiva para o equilíbrio de forças na política partidária estadual. Este efeito pode ser visto também através das migrações de lideranças políticas logo após as eleições. Em Goiás, após a eleição de 1998, alguns prefeitos do PMDB transferiram-se para os partidos da coligação vitoriosa (PSDB, PFL, PTB, PPB e PSDC), principalmente para o PSDB. Ao mesmo tempo, ocorreu uma rápida alteração na composição partidária das bancadas do legislativo estadual e federal. Os novos partidos governistas cresceram suas bancadas de 11 para 18 deputados estaduais e de 5 para 8 deputados federais (Krause e Paiva, 2000).

Partindo dessas considerações, pretende-se averiguar como se apresentam as candidaturas dos partidos que comandavam o poder executivo do estado de Goiás e qual desempenho eleitoral obtiveram nos municípios e regiões durante o período recortado para o estudo (1988-2012)³, tendo como pano de fundo a influência do partido do governador do estado. A análise da influência do partido do governador nas eleições municipais para prefeito corrobora com a ideia de que as coligações são ferramentas amplamente utilizadas nas estratégias eleitorais dos partidos da nova democracia brasileira. Desse modo, a variável coligação eleitoral serve para testar várias questões teóricas relevantes da agenda de pesquisa (Schmitt, 1999; Krause, 2005). Com esta observação feita, um estudo voltado para a análise das coligações eleitorais em nível municipal se faz necessário e contribui para o avanço das análises que tratam do perfil, dinâmica e desenvolvimento dos partidos políticos no sistema partidário brasileiro. As análises acerca das coligações eleitorais tornaram-se de grande interesse para a Ciência Política brasileira, e dentro desta linha de raciocínio, é importante um estudo que busque explicação para as estratégias coligacionistas dos partidos políticos. Assim, a presente investigação pretende não apenas contribuir com subsídios que tornem mais compreensíveis a atuação dos subsistemas partidários regionais, mas também buscar oferecer importantes subsídios para a compreensão do funcionamento do poder local no Brasil.

³ Para esta análise não será considerada as eleições municipais de 1982, devido ao fato das coligações não serem permitidas pelo regime autoritário.

Capítulo 2 – Formação das coligações: o papel dos governadores

Após as eleições estaduais de 1982, os governadores de estado tornaram-se atores importantes em todos os principais eventos políticos do país, como, por exemplo, na transição para o governo civil, em marcantes votações na Constituinte e até mesmo na ocorrência do impeachment do presidente Collor (Abrucio, 1998). Essa ascensão dos governadores no cenário político nacional já foi observada por alguns analistas, mas raras são as investigações acerca da influência dos governadores de estado nos municípios. Diante desse poder dos governadores estaduais perante os demais atores políticos, este capítulo tem como objetivo analisar a influência dos governadores do estado de Goiás na formação das coligações eleitorais e o papel destes durante a campanha eleitoral para prefeito nos municípios goianos. O presente estudo compreende o período das gestões do PMDB, PSDB e PP, entre os anos de 1988 e 2012, sob duas dimensões. A primeira trata do desenho dos elementos institucionais que contribuíram com uma concentração de poder no executivo regional. A intenção principal é apresentar qual é o nível da influência do governador de estado na formalização das coligações eleitorais nos municípios goianos. A segunda dimensão procura verificar o perfil das eleições para prefeitos nos municípios goianos, com o intuito de mostrar uma cultura política que favorece a influência do poder executivo estadual.

A formação de coligações eleitorais dentro da conjuntura política do estado de Goiás começou a ser construída em 1986 nas eleições para o governo estadual, quando um turbilhão de mudanças econômicas, políticas e sociais configurava um novo perfil para o país. Mas, a primeira eleição municipal, em que as coligações eleitorais foram utilizadas após a redemocratização, foi na disputa de 1985. As eleições municipais nesse ano no Brasil ocorreram em 15 de novembro, estavam aptos para voltar aproximadamente 18 milhões de eleitores em 201 municípios para a escolha de novos prefeitos municipais que administrariam os municípios a partir de 1º de janeiro de 1986. Esta foi a primeira eleição realizada durante a Nova República e a primeira dos quatro pleitos realizadas durante o governo José Sarney. Mesmo com os avanços políticos proporcionados pelas eleições de 1982, os militares utilizaram artifícios para garantir a vitória do PDS nas urnas. Preservando, desse modo, a sua participação no poder dos estados ao impedir as capitais, instâncias hidrotermais e áreas de segurança nacional do direito de escolher os seus prefeitos. Permaneceram estes, ainda, sendo nomeados pelos governadores dos estados após a indicação prévia do Presidente da República⁴.

⁴ Lei n.º 5.449 de 04.06.1968.

Em 1985, o Congresso Nacional aprovou a proposta apresentada pelo deputado Navarro Vieira Filho que restabelecia as eleições diretas nos municípios mencionados, municípios de territórios⁵ e nos recém criados. A campanha foi rapidamente marcada pela circulação nos meios de comunicação e pelo motivo de que os partidos governistas estiveram, em regra, em campos opostos. Com a realização das eleições de 1985, o PMDB obteve uma grande vitória, conquistando 127 prefeituras, sendo 19 capitais. Contudo, apesar de ter um bom desempenho o governo foi derrotado em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, a primeira cidade por Jânio Quadros e as demais por aliados de Leonel Brizola. O PT logrou vitória apenas em Fortaleza, o PDS venceu em São Luís e algumas cidades interioranas. O PSB conquistou apenas a prefeitura de Recife, mas o prefeito eleito logo retornou ao PMDB. Por fim, o PFL não venceu em nenhuma capital.

Em Goiás, neste ano, foram realizadas eleições em apenas dois municípios, Goiânia e Anápolis. Em Goiânia foi eleito Daniel Antônio (PMDB). O prefeito eleito por voto direto, foi afastado do cargo em virtude de intervenção decretada pelo governador Henrique Santillo que nomeou como prefeito o vice-governador Joaquim Roriz, que assumiu a prefeitura da capital entre 23 de março de 1987 e 17 de outubro de 1988. Em Anápolis também foi eleito um candidato do PMDB, Adhemar Santillo, irmão do governador Henrique Santillo.

Nas eleições seguintes, em 1988, ainda com uma utilização discreta, houve casos de coligações entre partidos na capital, nos maiores municípios, e em algumas pequenas cidades. A literatura produzida em Goiás sobre este período, acerca dos partidos e sobre os protagonistas do cenário político no plano estadual compõem o instrumento principal de análise deste capítulo. Entrevistas⁶ com os ex-governadores constituem o segundo instrumento de análise deste capítulo. Por meio delas, foi possível compreender alguns assuntos pontuais acerca do cenário político regional que não foram amplamente abordados pela literatura e pelos meios de comunicação na época. Embora exista alguma bibliografia sobre partidos e eleições no estado de Goiás, faltam análises sobre as eleições municipais. Esta análise pretende preencher essa lacuna, pois se trata de um estudo da política goiana acerca da participação do governador de estado na formação das coligações eleitorais realizadas para as disputas dos executivos municipais no estado de Goiás.

⁵ Embora existissem à época três territórios federais, houve eleições somente no Amapá e em Roraima, pois Fernando de Noronha não possuía municípios.

⁶ Foram realizadas entrevistas com todos os ex-governadores do período que compreende a presente análise, exceto Henrique Santillo, falecido em 25 de julho de 2002.

2.1. Eleições de 1988: Governo Henrique Santillo - PMDB

Em Goiás, as eleições para as prefeituras municipais foram realizadas no final de 1988. Neste pleito, independentemente das legendas partidárias, foram defrontadas duas vertentes extremamente importantes presentes no panorama político regional. Uma era liderada pelo “PMDB Santilista”, com raízes ideológicas de centro-esquerda, que propunha soluções para os problemas estaduais sob o ângulo da tendência liberal. A outra vertente era liderada pelo “PMDB Irista”, que sustentava-se em torno do impacto do carisma de Iris Rezende e a sua inegável capacidade de mobilização do eleitorado. As eleições deste ano, para o cargo de prefeito municipal, trouxeram uma polarização entre poucos partidos políticos competitivos presentes no estado. Em suma, a sociedade goiana mais uma vez tinha uma oportunidade para eleger seus prefeitos e as eleições municipais de 1988 marcaram o início dessa nova redefinição da participação político-eleitoral em Goiás, com o comparecimento às urnas aumentando paralelamente à desaceleração do crescimento do número de eleitores, o que significou maior participação do eleitorado.

É importante destacar que havia um papel estruturante de que as eleições para governador em Goiás neste ano determinariam o contorno dos resultados eleitorais em geral. Nesse sentido, a ausência de partidos eleitoralmente relevantes à esquerda do PMDB no espectro ideológico propiciou o espaço para o êxito eleitoral dessa agremiação na eleição municipal ocorrida em novembro de 1988 (Assis, 1997). Apenas algumas legendas se reuniam em torno do PMDB (o PL e o PSD)⁷, mas estas foram, na maioria dos casos, utilizadas para alocar líderes peemedebistas. As alianças do PMDB com esses partidos nas eleições majoritárias municipais desse ano serviram, sobretudo, para ampliar a oferta de candidaturas nos municípios do estado. É interessante também notar que esses tradicionais aliados do partido, no plano estadual – PL e PSD – em grande medida continuaram se aliando com o PMDB após sua derrota nas eleições para o executivo estadual de 1998, o que mostrou uma relativa estabilidade em suas alianças eleitorais.

⁷ Assis (1997:82) indica que, “o PL sempre esteve vinculado ao PMDB local”. O autor utiliza reportagem do jornal O Popular para indicar que o PSD foi organizado pelo então secretário de governo Otoniel Machado (irmão do senador peemedebista Iris Rezende) para ser ‘coirmão’ do PMDB. Nesse sentido, ambas as legendas foram criadas para acomodar as disputas internas do PMDB e possibilitar vagas nas disputas eleitorais para todos os pretendentes. De acordo com o autor, Otoniel Machado afirmou em entrevista que, “o PSD abrigou, principalmente, líderes que não tinham espaço dentro do PMDB” (O Popular, 23.10.1994, p. 3). Em entrevista, o presidente regional do PMDB, Juarez Bernardes afirmou que a coligação com o PL era a única saída para a acomodação das facções internas do partido (O Popular, 09.07.1988, p. 3).

Em Goiás, também proliferaram o número de partidos políticos. Alguns surgiram em decorrência de cisões no interior das grandes agremiações remanescentes do bipartidarismo e outros vieram expressar clivagens emergentes, e, ainda outros, apenas para dar sustentação a projetos políticos individuais e particulares. No início de 1988 somente seis partidos políticos – PMDB⁸, PFL⁹, PDS¹⁰, PDT¹¹, PT e PTB – estavam aptos para disputar as eleições municipais no estado de Goiás¹². Apenas estes partidos teriam condições legais de participar da disputa se esta fosse no início do ano. Nesse momento, onze partidos tinham registro provisório, mas que não lhe garantiam o direito de participar das eleições. Desses onze partidos, somente seis deles – PL, PTRB, PDC, PCB, PSB e PC do B¹³ – conseguiram se estruturar no primeiro semestre a fim de concorrer às eleições de 1988. Para participar das eleições de novembro os partidos precisavam requerer o registro definitivo ainda no primeiro semestre, e para isso teriam que realizar convenções em pelo menos 20% dos municípios de nove estados do país.

⁸ O PMDB foi o primeiro partido político goiano a se estruturar nos municípios recém-emancipados pela Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO). Em março de 1988, o Diretório Regional do partido solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE, registro de 38 comissões provisórias em 46 municípios que elegeriam em novembro deste ano, pela primeira vez, prefeitos municipais.

⁹ O PFL realizou, no início de abril de 1988, em 150 municípios goianos convenções municipais destinadas a criar e renovar suas bases com diretórios de 60 membros (45 efetivos e 15 suplentes). Os cinco deputados estaduais do partido passaram uma semana no interior do estado, articulando a formação dos diretórios municipais. Detentor de registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o PFL se preparava para participar da eleição municipal em novembro e tinha pretensões de lançar candidatos no maior número de municípios, sem descartar coligações com os partidos que compuseram o Movimento Democrático Goiano (MDG) na última eleição. O partido, antes de 1988, contava com 12 prefeitos e era o segundo maior partido político, logo depois do PMDB, em termos de estruturação e também de representatividade em Goiás (O Popular, 16.04.1988, p. 3).

¹⁰ O PDS conseguiu registrar 84 comissões municipais provisórias e transformou-as em diretórios municipais no início daquele ano, realizando as suas convenções municipais em março. A convenção regional foi realizada em 8 de maio e a nacional ocorreu no mês de junho. Em Goiás, o partido não teve dificuldades para atender as exigências legais. Nacionalmente, o partido era pequeno na época das eleições municipais, tinha apenas cinco deputados federais, dos quais três eram de Goiás, e um senador também goiano, que era o ex-governador Mauro Borges.

¹¹ A organização definitiva do PDT em Goiás foi concluída ainda no mês de janeiro de 1988. A partir deste momento o partido passou a atuar e estar presente em cerca de 90 municípios do interior de Goiás, através de comissões provisórias e núcleos militantes. Após um período de desarticulação interna, o PDT estava concluindo uma renovação de seu diretório regional, que passou a cuidar da estruturação dos diretórios e comissões provisórias municipais do partido. Estava presente nos discursos das lideranças partidárias do PDT desde o início do mês de janeiro a preferência pela participação nas eleições municipais em Goiás apenas para marcar espaço, do que ganhar as eleições. Os discursos expressavam mais a participação no primeiro turno das eleições e apoio a outro partido no segundo turno das eleições em Goiânia.

¹² Em 1988, dos 30 partidos com registros definitivos ou provisórios no Tribunal Superior Eleitoral – TSE, apenas 15 estavam estruturados em Goiás. A legislação eleitoral facilitou o pedido de registro, por isso o número de agremiações cresceu muito desde 1985. Em 1988, o eleitor poderia escolher a proposta de filiação mais atraente: nacionalista, cristã, comunista, socialista, trabalhista ou humanista.

¹³ Nesses partidos a palavra de ordem no início de 1988 era filiação. Desde meados de janeiro o PC do B começou uma campanha de filiação e em apenas 30 dias elas já somavam mais de 8 mil em todo o estado de Goiás. Nesse momento o partido contava com comissões provisórias em 54 municípios do estado e atingiu 60 comissões provisórias até as convenções municipais que foram realizadas em 31 de janeiro de 1988. Neste ano, o PC do B realizou convenções regionais em mais de nove estados e conquistou o direito de requerer o registro definitivo antes de julho.

A situação do PMDB em nível nacional não era das melhores, o partido enfrentava uma conjuntura política adversa, devido aos desacertos econômicos do Governo Federal. Entretanto, o governo do PMDB do estado de Goiás se destacou nesse período como uma das poucas administrações estaduais que conseguiu resgatar muitos de seus compromissos assumidos com a população durante a campanha eleitoral para o executivo estadual de 1986 (O Popular, 03.01.1988, p.3). Ou seja, nem mesmo a crise política interna¹⁴, presente dentro do PMDB em nível nacional atrapalhou o bom desempenho do partido no estado de Goiás. Os partidos não são organizações monolíticas, pois existem diversas áreas de incerteza organizativa que elaboram relações de troca de recursos partidários e de poder entre membros de uma mesma organização (Panebianco, 2005). O controle destas “microestruturas” de poder possibilita aos diversos líderes atuarem com influência no estabelecimento das linhas políticas do partido político, com alguns líderes procurando realizar seus objetivos. Nesse momento, anterior ao início da campanha para as eleições municipais de 1988, a principal divergência política presente dentro do PMDB goiano era sobre quem seria o candidato do partido na disputa pela prefeitura de Goiânia, já que haviam bons nomes a serem candidatos à prefeitura da capital do estado, entre eles o do ex-prefeito e deputado Nion Albernaz, o interventor¹⁵ Joaquim Roriz¹⁶ e da deputada Lúcia Vânia (O Popular, 10.01.1988, p. 3).

A participação do ex-governador Iris Rezende nas eleições municipais de 1988 foi também de grande destaque, este permaneceu no início do ano omissivo, mas sempre esteve presente em todas as regiões do estado de Goiás, apoiando os potenciais candidatos a prefeito pelo PMDB. Segundo Iris Rezende “o PMDB necessitava resgatar sua imagem perante o eleitorado goiano, demonstrando que é um partido surgido do povo e que uma vez no poder estava sempre respondendo aos anseios da população goiana” (O Popular, 20.01.1988, p.3).

¹⁴ O PMDB passou no ano de 1988 pela sua pior crise política de toda a sua história. Em maio de 1988, quinze parlamentares constituintes se desligaram da agremiação e outros 93 ameaçaram deixar o partido. Nesse momento também, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso ameaçaram deixar o partido e formar uma nova legenda. Os dois senadores efetivamente deixaram o PMDB, criando, em julho de 1988, o PSDB.

¹⁵ A capital do estado, Goiânia, sofreu uma polêmica intervenção, mesmo o prefeito sendo eleito pela população. O prefeito Daniel Antônio de Oliveira (PMDB) por muitas vezes tinha sido motivo de desavenças e descontentamentos na cúpula do partido. O prefeito era uma liderança em ascensão, havia conseguido a marca dos 60 mil votos na eleição para deputado estadual. Além disso, o prefeito Daniel Antônio fez alianças com partidos oposicionistas. Não foi de forma casual que deixou o seu partido, o PMDB no início de 1987 (O Popular, 13.03.1987, p. 3).

¹⁶ Como governador nomeado do Distrito Federal, Roriz havia dividido glebas de terras em lotes e doado para famílias pobres construírem suas casas. Por meio deste expediente, ele conseguiu um significativo eleitorado. Na época havia sido acusado de fazê-lo de forma ilegal, e com objetivo eleitoral.

Nesse momento Iris Rezende, enquanto Ministro da Agricultura do governo de José Sarney, evitou se posicionar com respeito às candidaturas do PMDB para a prefeitura de Goiânia, afirmando que apoiaria o nome de consenso que resultaria de um entendimento político conduzido pelo atual governador Henrique Santillo.

O ex-governador e então Ministro da Agricultura, Iris Rezende, participou ativamente das eleições municipais no estado de Goiás. Antes mesmo de iniciada a campanha eleitoral, em declaração afirmou que acreditava na possibilidade do PMDB eleger mais de 80% dos prefeitos goianos, mas não considerava o resultado das urnas como decisivo para a escolha do candidato que disputaria o governo do estado em 1990. Segundo Iris Rezende, “não havia correlação acentuada entre o pleito municipal e a próxima eleição para governador de estado porque não haveria voto vinculado, não haveria eleição de deputado estadual e a discussão agora ficaria restrita à área municipal” (O Popular, 10.04.1988, p. 3). Sua integração à campanha eleitoral começou quando haviam sido definidos os candidatos às prefeituras municipais. Iris Rezende também esteve muito atuante em Goiânia, capital do estado, onde o PMDB se definiu a favor de Nion Albernaz.

Com base em sucessivas pesquisas¹⁷ realizadas em todos os municípios goianos, especialmente em Goiânia, o governador Henrique Santillo considerava como possível uma expressiva vitória do PMDB nas eleições municipais (O popular, 17.01.1988, p. 3). O governador chegou a afirmar em entrevista que o PMDB estava com 41% da preferência do eleitorado da capital, enquanto no interior essa margem havia crescido para 52%. De acordo com o governador, que se manifestou de forma clara, à época “não haviam dúvidas de que o PMDB era o grande partido popular. Os demais partidos políticos ficavam em torno de dois, três, quatro por cento de preferência do eleitorado. Então existia uma diferença bastante nítida e clara nisso” (O Popular, 18.01.1988, p. 3). Sobre as divergências internas e aos desgastes em relação às pesquisas de eleições anteriores, o Henrique Santillo argumentava com firmeza que “era bem verdade que o PMDB, em alguns pontos, tinha se desgastado e estava assumindo esse ônus. Mas também era verdade que as pesquisas ainda diziam que se tratava de um partido com muita simpatia popular” (O Popular, 19.01.1988, p. 3).

¹⁷ Em pesquisa realizada no mês de janeiro de 1988 pelo Instituto Vox Populi, o PMDB tinha nessa época em Goiás uma identificação de 27,6% dos entrevistados, seguido pelo PT, que apresentou o índice de 14,6%. O terceiro partido que o eleitorado (3,8%) se identificava era o PDS, o quarto, com 2,1% das respostas era o PDT; o quinto, com 1,9% era o PCB e o sexto, com o índice de 1,3% era o PFL. Mas, a maioria dos eleitores goianos entrevistados, entretanto, não era identificada com nenhum partido político: 40,8% deram essa resposta (O Popular, 15.01.1988, p.3).

Quanto à avaliação da administração de Henrique Santillo no governo estadual, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi em meados de fevereiro de 1988, 74,9% dos goianos fizeram uma avaliação positiva, contra 20,2% que fizeram uma avaliação negativa. O conceito ótimo recebeu 9,8% das respostas; o bom 35,7% e regular positivo ficou com 29,4%. Entre os que fizeram a avaliação negativa, 9,5% responderam que a administração do governador Henrique Santillo era regular negativa; 3,8% que era ruim e 6,9% responderam que era péssima a administração (O Popular, 17.02.1988, p. 3).

O governador Henrique Santillo, dedicado ao trabalho de coordenação do processo de escolha do candidato do PMDB à prefeitura de Goiânia nas eleições municipais de 1988, viveu uma experiência um pouco amarga, já que constatou-se um quadro complexo e que exigiu dele muita habilidade para construir o desfecho. De um lado, a opinião pública manifestava preferência pelo nome do então deputado federal e ex-prefeito Nion Albernaz e a prova disso ficou refletida em todas as pesquisas¹⁸. De outro, a cúpula do governo e do PMDB (com exceção do ministro Iris Rezende e de alguns deputados federais, estaduais e vereadores) preferiam o vice-governador e interventor Joaquim Roriz, mesmo sem haver conhecimento ainda do parecer do TSE sobre a elegibilidade deste, que ocupava o cargo de prefeito interventor na capital. Era bem verdade que Henrique Santillo não tinha preferência pessoal por Nion Albernaz, mas também era verdade que ele não estava disposto a levar o PMDB a uma “aventura eleitoral” em Goiânia. O governador ressaltou que naquele momento o mais importante não era a discussão dos nomes e sim o programa do partido. Segundo o governador Henrique Santillo “o PMDB deveria escolher seu candidato não pelas qualidades pessoais dos políticos, mas em função de seu compromisso com o partido e com a própria população, através de propostas concretas de administração” (O Popular, 25.01.1988, p. 3). Contudo, é possível observar que o candidato Nion Albernaz era mais viável eleitoralmente, como é possível observar na pesquisa citada na nota 18, logo abaixo. Com o passar dos dias e com o calor das discussões acerca de quem seria o candidato à prefeitura de Goiânia, o governador entendeu que o lançamento de outro nome que não fosse o do deputado federal Nion Albernaz, àquela altura, poderia levar o PMDB a uma derrota eleitoral, o que não faria bem à saúde política do governador Santillo.

¹⁸Pesquisas realizadas à época mostraram a preferência do eleitorado pelo deputado federal Nion Albernaz, do PMDB. Segundo pesquisa realizada nos dias 14 e 15 de janeiro de 1988, pelo Instituto Vox Populi, Nion Albernaz aparecia com 21% das intenções de voto para a prefeitura de Goiânia; em segundo lugar, com 3,6% estava o interventor Joaquim Roriz, seguido de perto pelo professor Darci Accorci, do PT, que apresentava 3,4% da preferência. Contudo, uma parcela significativa do eleitorado - 37,6% - respondeu que não votaria em nenhum dos candidatos apresentados pela pesquisa (O Popular, 19.01.1988).

Diante dessa situação, a cúpula do PMDB goiano deixou de acusar o deputado Nion Albernaz de elemento não partidário e reconheceu nele a melhor alternativa que o partido dispunha, mesmo porque ele impôs a sua candidatura a partir da influência política do governador Henrique Santillo, transferindo-o aos correligionários de todo o estado de Goiás. Os dirigentes e líderes do PMDB nessa época perceberam que o partido não poderia fugir da vontade popular, manifestada pelas pesquisas de opinião (O Popular, 27.01.1988, p. 3).

O governador Henrique Santillo reconheceu no mês de março de 1988 o valor das pesquisas como critério para situar candidaturas no âmbito popular. Confiante nas pesquisas de opinião pública, o governador não contestou a preferência da população de Goiânia pela candidatura de Nion Albernaz. O governador do estado declarou à época que “acreditava nas pesquisas, desde que feitas cientificamente e com critérios pré-estabelecidos. Ela afere posicionamentos de pessoas pesquisadas em determinados momentos do processo eleitoral, mas todos nós sabemos que a questão política é muito dinâmica” (O Popular, 10.03.1988, p. 3). Com esse raciocínio, o governador Henrique Santillo vislumbrava a oportunidade de patrocinar novas pesquisas para aferir o potencial de todos os seus candidatos do partido nos municípios goianos. Segundo ele o partido esperaria aproximadamente 30 dias e realizaria novas pesquisas. Pois haviam candidatos colocados e o governador acreditava que em no máximo um mês a população já conheceria quem estava postulando as prefeituras dos municípios goianos e quais eram os candidatos do PMDB. O governador Henrique Santillo sempre procurava formar consciência sobre a necessidade de vitória do partido nos municípios goianos e que os candidatos as prefeituras municipais que fossem escolhidos deveriam ser aqueles com melhores condições eleitorais de vitória.

O governador Henrique Santillo confirmou no final de março de 1988 que o PMDB realizaria uma coligação em Goiânia com o PL, além de uma segunda agremiação que ainda estaria sendo discutida (que depois veio a ser o PCB¹⁹) com vistas à eleição para prefeito. Para os demais municípios do estado, o governador esclareceu que a orientação era no sentido e fortalecer o PMDB na busca da unidade partidária. O Partido Liberal havia apoiado o PMDB na campanha eleitoral de 1986, quando o governador Henrique Santillo foi eleito. E nesse

¹⁹No início de 1988, o PCB já descartava a realização de uma coligação eleitoral com os partidos políticos de oposição. Os comunistas defendiam uma união com o PMDB e o defendia de ataques feitos a esse partido por outras legendas, argumentando que não havia justificativa de formação de uma coligação de partidos opositores para tira-lo do poder. Nesse momento, o PCB ainda estava discutindo a sua tática eleitoral para a disputa desse ano. Dessas discussões, as possíveis coligações do partido foram condicionadas à atuação dos diversos partidos políticos na Assembleia Nacional Constituinte, que definiu o caráter ideológico das legendas e lideranças políticas.

momento, o Partido Liberal era um partido que já estava estruturado em praticamente todo estado de Goiás. O governador Henrique Santillo negou, contudo, que estava estimulando a estruturação do PL em todo o estado para abrigar segmentos divergentes do partido governista nos municípios. Segundo declaração do próprio governador, “o PL deu respaldo na campanha eleitoral, mas nos municípios a situação é diferente. Vamos lutar pelo PMDB, buscando a unidade, mas se os diretórios municipais decidirem pela coligação com o PL, tudo bem. Esse era um problema de cada município do estado, para ser decidido pelas convenções partidárias” (O Popular, 30.03.1988, p. 3). Havia, à época, insinuações de que o governador Henrique Santillo estaria dividindo o governo do estado com o PL, inclusive incentivando o seu secretário estadual de cultura, Kleber Adorno, a assumir a direção regional do PL em Goiás. O governador enfatizou nessa mesma declaração que a mensagem que estava enviando aos correligionários no interior era a de fortalecer o PMDB e deixá-lo cada vez mais unido no interior de Goiás. O governador ressaltou que em Goiânia haveria coligação com outros partidos, mas nos demais municípios era um problema dos diretórios. Nesse sentido, percebe-se que Henrique Santillo trabalhou pessoalmente com aqueles partidos que estiveram junto com o PMDB na campanha pelo governo do estado.

Os dirigentes do PL em 1988 viram a propagação e o crescimento do partido no estado de Goiás ocorrer de modo muito rápido. Ficou nítido que esse crescimento ocorreu bem menos pelo entusiasmo momentâneo e crença ao partido em mais 30 municípios goianos e muito mais pelo estímulo que recebeu do governo estadual. O PMDB nesse momento vivia crises internas profundas em praticamente todos os municípios goianos. As alas conflitantes do partido se multiplicavam, provocando cisões irreconciliáveis. É preciso ressaltar esse ponto, pois ele oferece uma dimensão mais precisa sobre a situação política interna que o partido político passava. O racha, cada vez mais iminente do PMDB, abria perspectivas de os descontentes engrossarem as fileiras do PDC, PFL e PDS, adversários tradicionais do partido governista. Preocupado com as divisões internas no PMDB, o governador Henrique Santillo buscou o apoio do PL, através de seu presidente nacional Álvaro Valle. E, imediatamente, o presidente do partido em Goiás, Robinson Guedes, que lutava para formar um partido independente e sem atrelamento foi destituído. E para o seu lugar foi nomeado o secretário estadual de cultura, Kleber Adorno. Estava, a partir daí, feito o casamento entre o PL e o governo estadual. No interior, cada vez mais acirrada a disputa entre os santillistas e irisistas para a consagração de candidatos a prefeito, aumentou ainda mais a divisão no partido governista. Afinal, o pleito municipal de 1988 serviu como pano de fundo para a verdadeira batalha eleitoral que se

aproximava: a de 1990, quando seriam eleitos governador, senador, deputados federais e estaduais. À época, o que se constatava nos municípios goianos era a formação do PL a partir de uma dissidência do PMDB, a maioria dela formada por santillistas. A verdade era que, com exceção de Goiânia, o PL tinha a cara do santillismo. Eram raras as cidades onde o PL era formado com bases peemedebistas vinculadas ao ministro Iris Rezende. Havia, portanto, um elevado grau de fisiologismo nestes descontentes do PMDB, mesmo porque a democracia se consolidou com o respeito às decisões partidárias, ou seja, as minorias acatando as posições das maiorias. Mesmo com a nova divisão territorial de Goiás definida, a correlação de forças modificou-se a partir de então. Assim, as 20 maiores cidades de Goiás teriam peso nos rumos da política do estado, com ênfase para Goiânia, Anápolis, Luziânia, Rio Verde e Itumbiara. Diante disso, havia uma disputa velada entre as correntes de Henrique Santillo e Iris Rezende pela ocupação dos espaços dentro dos quadros do PMDB.

O governador Henrique Santillo reuniu-se em meados de abril de 1988 com a executiva regional do PMDB para traçar as estratégias do partido governista com vistas às eleições municipais daquele ano. Santillo e a executiva do partido traçaram normas afim de garantir uma grande vitória do PMDB preservando a mesma performance obtida em 1982, quando elegeu 2/3 dos prefeitos municipais. Segundo o governador, o seu partido deveria ganhar na grande maioria dos municípios goianos e também nos distritos recém emancipados. Henrique Santillo sempre fez questão de acrescentar em seus discursos que o principal objetivo do partido naquele momento, que antecedia as eleições, era a preservação da unidade do PMDB. Sobre a condução do processo eleitoral, a partir de abril daquele ano, o governador mobilizou uma ação integrada a partir da executiva regional do partido, com a participação dos senadores, deputados federais e estaduais, afim de ocupar todos os espaços políticos. Nesse sentido, essas reuniões foram convocadas, inclusive, com a participação de representantes de prefeitos, vereadores e lideranças políticas do interior. Havia uma preocupação com as divergências em vários municípios e, principalmente, com as coligações eleitorais, um tema polêmico na época. A intenção do governador Henrique Santillo era fortalecer politicamente o PMDB, mas não desaprovou a coligação com pequenos partidos, decisão de alguns diretórios municipais. Sobre isso, o governador declarou que “era uma decisão que iria ter de sair dos próprios companheiros” (O Popular, 15.04.1988, p. 3). O governador queria mesmo era uma grande vitória e não tinha dúvida de que iria conseguir. Segundo ele, bastava apenas o desprendimento e o espírito público de alguns companheiros.

O governador Henrique Santillo determinou ainda durante o início da campanha, em julho de 1988, que a executiva regional do PMDB esgotasse todos os esforços para promover a unidade do partido no interior do estado de Goiás, com vistas para as eleições municipais em novembro. Nesse sentido, o governador Henrique Santillo sempre fez questão de considerar como prioridade importante para o estado o fortalecimento do PMDB goiano. O governador sempre passava uma mensagem orientado os dirigentes e líderes partidários a pacificarem internamente o partido. Nesse momento, haviam muitas divergências em grande número de municípios.

A coligação com o PL foi uma saída para aqueles correligionários que estavam divergindo em determinados municípios, mas que não desejavam romper com o governo estadual. Havia municípios em que a unidade peemedebista era praticamente impossível e o PL era a saída natural para acomodar facções em litígio. Essa relação entre PMDB e PL é interessante de ser observada através da questão qualitativa, ou seja, a partir do apoio político de cada uma das agremiações partidárias que se lançam na disputa. Nesse momento pré-eleitoral, a explicação acerca da possibilidade de alianças não é baseada em dados precisos, mas sim de observações de aspectos históricos anteriores, como, por exemplo, pesquisas de opinião e observação dos agentes políticos da disposição da opinião pública. O tamanho de cada partido político é utilizado como moeda de troca na negociação pelos recursos que poder ser conseguidos na esfera pública. Desse modo, a capacidade de controle dos líderes partidários acerca da definição dos objetivos do partido varia de acordo com os recursos disponíveis para a campanha eleitoral (Panebianco, 2005).

Segundo declarações do governador Henrique Santillo nos meios de comunicação da época, o governo estadual seria julgado nas eleições municipais de 1988²⁰. Apesar de ter cumprido apenas metade do mandato no momento das eleições municipais, o governador não fazia questão de esconder as dificuldades que ele teve para evitar o envolvimento de questões administrativas com a política partidária, mas garantiu que essa fase logo seria superada. No campo eleitoral, o governador Henrique Santillo declarou não temer o julgamento antecipado do governo e acredita que a responsabilidade estaria sendo repartida, com maior ônus para os atuais prefeitos. Segundo ele, “todos estaremos em julgamento, num processo eleitoral. Isso

²⁰Em 1988, a campanha eleitoral pela disputa das prefeituras de Goiás começou bastante cedo, se comparada com os pleitos seguintes. Em junho de 1988 já haviam ocorrido inaugurações de comitês de partidos políticos. Contudo, nesse momento a campanha eleitoral estava com um ritmo bem lento. Essa situação se justificava pela não definição das regras do jogo pela Constituinte, por isso não havia motivos para intensificar a campanha.

inclui o governo, o partido, os prefeitos em fim de mandato e as ações dos candidatos, até mesmo seus defeitos e virtudes” (O Popular, 25.10.1988, p. 3). O governador também ressaltou que a boa imagem desfrutada por sua administração iria se constituir em ponto positivo na eleição. Acerca da participação do governador Henrique Santillo no processo eleitoral, este percorreu os mais de 180 municípios na reta final da campanha, e reconheceu as maiores exigências do ponto de vista administrativo. “No processo eleitoral, a exigência é maior em relação às ações do governo. Mas as complicações maiores foram superadas, os problemas internos foram debatidos exaustivamente, e não deixei que as questões partidárias acontecessem à revelia. Antes mesmo das convenções municipais para a escolha dos candidatos, viajei para o interior, discuti os problemas com as lideranças e encaminhei pessoalmente a escolha dos candidatos. A maratona dos encontros regionais de mobilização partidária foi positiva, deu bons resultados políticos” (O Popular, 27.10.1988, p. 3).

Estimulado pela receptividade que vinha encontrando nas cidades percorridas e empenhado em dar respaldo político aos candidatos do PMDB às prefeituras dos municípios goianos, o governador Henrique Santillo fez comício em 153 municípios durante as quatro últimas semanas de campanha eleitoral. Apenas nos dois últimos dias de campanha foram promovidas concentrações em 32 cidades, em diferentes pontos do estado. Entremeando inaugurações de obras e comícios, Henrique Santillo levou seu apoio aos companheiros do partido. Segundo ele, “as várias manifestações de apreço que foram recebidas ao longo dessa jornada, as demonstrações de apoio efetivo aos nossos candidatos nos municípios e a resposta positiva da grande maioria das populações das cidades goianas eram um atestado de que a administração realmente encontra respaldo e aprovação dos cidadãos goianos” (O Popular, 16.10.1988, p. 3). O governador sempre estava acompanhado dos deputados e senadores do PMDB com representatividade nos municípios visitados.

A meta do governador Henrique Santillo nos últimos dias de campanha eleitoral era bastante ambiciosa, ele chegou a visitar aproximadamente 8 municípios por dia. O governador manteve essa “maratona eleitoral” fazendo campanha em favor dos candidatos peemedebistas que disputavam às prefeituras municipais no interior de Goiás. Depois de percorrer um terço dos municípios goianos, o governador Henrique Santillo previa a poucos dias da eleição que a oposição, representada pelo PT, PFL, PDC e PDS, egeria no máximo 20 prefeitos nos 184 municípios. Afirmava o governador que “o PMDB vai vencer com tranquilidade em cerca de 160 a 170 municípios” (O Popular, 30.10.1988, p. 3). O governador entendia que o adversário do PMDB no interior do estado não era propriamente a oposição partidária, mas a descrença da

população com a classe política. O PMDB tinha muitos adversários, mas eles estavam divididos. Nos municípios do interior de Goiás, os principais adversários do partido eram o PDS, PFL e PDC, que formavam coligações mais à direita do PMDB. O governador, na reta final da campanha, chamou atenção, no entanto, para alguns dados sobre o comportamento da população em alguns municípios.

O governador percebeu durante a campanha diferenciações em várias cidades. Segundo ele, “no nordeste, por exemplo, havia um grande entusiasmo com o PMDB. Pois o governo estava fazendo um bom trabalho na região e o partido teria grandes chances de vitórias. Mas, haviam avaliações diferentes em outros municípios. Havia cidades onde o governo estava presente com obras e no atendimento às prioridades da população, mas existe uma certa apatia. Havia casos em que o governo estadual estava com um conceito espetacular no seio da população, mas o candidato do PMDB não estava bem; o candidato a prefeito tem um peso muito grande na decisão do eleitor. Suas possíveis qualidades e virtudes influenciam, como também seus defeitos. Assim funciona em relação a quem o apoia. No caso do governo, o respaldo vai ter reflexos positivos para os candidatos do PMDB, apesar da grave crise econômica nacional e os desgastes naturais do partido” (O Popular, 10.11.1988, p. 3).

Nesse sentido, para o partido político seria mais importante um bom nome, com viabilidade eleitoral, disputando as prefeituras municipais. Existe outro aspecto interessante para ser avaliado: qual é a relevância do PMDB no sentido do perfil de candidaturas que o partido lançou? Contudo, esse fato pode ter algo haver com a deterioração de seu poder político. A evasão de quadros que poderiam ser importantes para uma renovação partidária para outros partidos, como, por exemplo, o PL, pode ter resolvido um problema de coordenação política a curto prazo. Entretanto, a longo prazo pode ter inviabilizado a consolidação de novas lideranças políticas, tornando mais difícil a capacidade de adaptação do partido aos desafios externos, algo necessário à sobrevivência partidária (Panebianco, 2005).

O aumento das receitas arrecadadas pela União aos Estados, o crescimento da arrecadação do ICMS dos Estados, a pouca arrecadação de impostos dos municípios, além dos recursos financeiros dos bancos estaduais, evidenciara a concentração de poder no governador do estado, bem como a fragilidade do legislativo estadual e dos prefeitos (Krause, 2008: 56). O governador Henrique Santillo havia conseguido prolongar os prazos para os pagamentos das dívidas que o Estado, à época, possuía para com a União (O Popular, 26.06.1987, p. 3). Desse modo, o poder executivo possuía condições de administrar o Estado e investir em obras

públicas. Assim, os municípios sempre se encontravam dependentes do governador, ou, pelo menos, não possuíam vontade em rejeitar o seu apoio. Segundo Krause (2008), mesmo a Associação Goiana dos Municípios (AGM) comprometeu-se em favor da descentralização da tributação da arrecadação da União e do aumento do ICMS. Esta era uma instituição ligada ao partido do governador, pois os presidentes eram prefeitos eleitos pelo PMDB e eram subordinados ao executivo regional para o atendimento das demandas dos municípios. Os programas de desenvolvimento para os municípios financiados com recursos da União eram obtidos através do envolvimento pessoal do governador²¹. Ou seja, esse fato mostra a importância do poder executivo estadual para a administração dos prefeitos eleitos em 1988. Nesse sentido, se percebe que a boa relação do governador tinha com o Presidente da República também contribuiu para a concentração do poder no executivo estadual goiano.

Krause (2008) realizou pesquisa com esses prefeitos eleitos e identificou que a fidelidade ao governador era mais forte que a fidelidade partidária. Assim, a revogação da lei da fidelidade partidária continuou a favorecer o partido político do governador de estado. Como a maioria dos prefeitos eleitos nessa eleição era filiada ao PMDB, os prefeitos opositores representavam um grupo pequeno. Segundo a autora, “dos prefeitos eleitos em 1988, e que foram entrevistados, 50% trocaram no mínimo uma vez de partido entre os anos de 1982 e 1988, alguns inclusive antes da posse” (Krause, 2008: 57). Com isso, percebe-se que os políticos pertencentes à ARENA/PDS, filiaram-se a outros partidos, como, por exemplo, PDT, PL, PFL ou até mesmo o PMDB para maximizarem suas chances eleitorais nas eleições municipais de 1988. É importante destacar que esse troca-troca de partidos continuou durante o mandato²² iniciado no ano de 1989 e nenhum dos prefeitos entrevistados por Krause (2008) que afirmaram terem mudado de partido durante o tempo de mandato (1989-1992), filiou-se a um partido de oposição ao governo estadual, o que mostra uma tendência²³.

²¹É necessário considerar que muitos municípios não tinham condições de honrar essas exigências, por isso o envolvimento do governador H. Santillo em Brasília era imprescindível (O Top News, 1988 *apud* Krause, 2008).

²²Entre os prefeitos entrevistados por Krause (2008), 8% mudaram de partido durante o mandato, e todos filiaram-se ao PMDB ou PL, partido aliado do governo. O TRE-GO e o jornal *O Popular*, não possuem dados sobre isso. A autora não entrevistou todos os prefeitos da época, realizando apenas uma amostra, pois muitos não foram localizados ou já estavam mortos.

²³Em 1989 o Partido Liberal (PL) possuía um candidato à Presidência da República, os prefeitos dos municípios goianos do PL foram solicitados pelo diretório nacional para fazerem campanha para o candidato liberal (O Popular, 18.05.1989, p. 3). Mas a força do governador prevaleceu. A maioria dos prefeitos do PL decidiram por não acatar o pedido do diretório nacional (O Popular, 19.05.1989, p. 3). Segundo Krause (2008), o mais importante era apoiar o partido do governador de estado do que confrontar os custos da não obediência ao diretório.

Assim, os partidos políticos possuíam tendência de aproximação do PMDB em 1988, como nos dois pleitos seguintes. O partido manteve praticamente os mesmos percentuais de alianças com os poucos partidos políticos que concorreram nas eleições municipais no estado. Ou seja, as eleições municipais deste ano em Goiás, para o cargo de prefeito municipal, apresentaram uma polarização entre um número pequeno de partidos competitivos no estado. Apesar do reduzido número de legendas partidárias, Henrique Santillo teve dificuldades para cumprir uma longa agenda de campanha nos municípios, pois muitas dessas agremiações partidárias surgiram em decorrência de cisões no interior das grandes legendas remanescentes do bipartidarismo. O governador e a executiva do seu partido traçaram excelentes normas que garantiram uma grande vitória do seu partido nas urnas, preservando o mesmo desempenho do partido na eleição de 1982. Henrique Santillo e o PMDB elegeram seus prefeitos na grande maioria dos municípios goianos e também nos distritos recém emancipados. Mesmo não conseguindo preservar a unidade do seu partido, o governador soube conduzir bem o processo eleitoral nos municípios durante essa eleição. A partir de uma ação integrada, Henrique Santillo mobilizou a executiva regional do partido e também os senadores e deputados em prol da máxima ocupação dos espaços políticos nos municípios do estado. Com isso, o governador demonstrou preocupação com as divergências nos municípios e, principalmente, com as coligações eleitorais, um tema bastante polêmico à época.

Analisando o equilíbrio e o *checks and balances* do sistema político em Goiás é possível afirmar que o poder local no estado, ou seja, os governos municipais eram, por diversos motivos, bastante frágeis. Primeiro, devido aos aspectos constitucionais que atribuíam um papel secundário aos governos municipais e um poder centralizador ao executivo estadual; segundo, porque singularidades dentro do PMDB e dos partidos políticos de oposição no estado contribuíram para que o executivo estadual controlasse os executivos municipais. Além disso, o governador Henrique Santillo detinha total controle de toda organização partidária do PMDB (O Popular, 02.09.1988, p. 3) e a maior legenda de oposição no estado de Goiás, o PDC, havia sido fragilizada pelas disputas internas e também pela derrota eleitoral do senador Mauro Borges nas eleições estaduais de 1986 (O Popular, 03.09.1988, p. 3). Nessa época, o executivo estadual era o principal motivo da mudança de partido político dos prefeitos. A maior parte dos prefeitos eleitos na eleição de 1988 era filiada ao PMDB ou a partidos aliados, e os prefeitos oposicionistas continuavam a ser o menor grupo de chefes municipais. Também é importante destacar que o fato do governador poder fazer intervenções nos municípios (Artigo 61) desestimulava os prefeitos a fazerem oposição.

Eleições de 1992: Governo Iris Rezende – PMDB

A Constituição estadual, elaborada pela Assembleia Legislativa eleita em 1988, com maioria peemedebista, mantinha um poder centralizador no executivo estadual, concedendo ao governador um amplo poder para manobrar o processo legislativo no estado. Isso significava que o legislativo não possuía muitos direitos ao veto, quanto muito questionar e criticar as ações do executivo estadual. Além disso, a constituição estadual oferecia possibilidades de intervenções nos municípios goianos pelo governador do estado. O executivo permanecia como figura principal para a elaboração de convênios com os municípios goianos (Artigo 37), e através destes convênios, os municípios fiéis ao governador eram recompensados, e os opositoristas eram desprezados (O Popular, 05.10.1992, p. 3). Os Tribunais de Contas Municipais também eram importantes dispositivos do governador para o controle dos municípios, pois o executivo poderia realizar intervenções nos municípios caso houvesse irregularidades nas contas municipais apresentadas (Artigo 61).

Os deputados da Assembleia Legislativa e os prefeitos municipais foram elementos importantes que contribuíram para que o executivo estadual tivesse uma concentração de poder. O poder legislativo estadual permaneceu frágil devido às limitações constitucionais impostas, pelas características particulares do PMDB e também pela oposição na Assembleia Legislativa. O partido do governador possuía, como os seus aliados o PL e PSD, predominância absoluta. Além disso, o governador Iris Rezende detinha o controle de seu partido e possuía uma política imponente para domínio das lideranças (Krause, 2008). Segundo a autora, as disputas internas entre Iris Rezende e o ex-governador Henrique Santillo na Assembleia Legislativa ressurgiram somente durante as eleições municipais de 1992. Diante disso, o governador Iris Rezende conseguiu não apenas manter as lideranças locais ao seu lado, como também cuidou pessoalmente em conquistar várias lideranças locais de oposição (O Popular, 15.01.1992, p. 3). O governador pôde contar com o apoio, nas eleições municipais de 1992, de partidos opositoristas, além dos seus aliados tradicionais, PL e PSD. Segundo Krause (2008), o sistema partidário, que na época estava moderadamente fragmentado (1991= 2,6 e 1994 = 3,2), possuía partidos de oposição bastante heterogêneos e indisciplinados, o que também contribuiu para a concentração de poder no executivo estadual. É importante destacar que essas primeiras eleições analisadas sofreram o impacto da fragmentação do sistema partidário eleitoral, mediante cisões intrapartidárias e criação de novos partidos políticos, que ofereceram ao eleitorado novas opções de escolha dentro de um mesmo bloco partidário. Havendo grande proliferação de legendas situadas na ala direita do espectro ideológico (Assis, 1997).

No estado de Goiás, apesar do censo do IBGE definir que a maioria de sua população residia no meio urbano (80,8% em 1991), havia pouca concentração em metrópoles. Pois, conforme era possível observar, em 1992, a grande maioria dos municípios goianos (62,1%) não possuía mais do que cinco mil habitantes. Assim, esse caráter urbano, deve ser relativizado, na medida em que é constatado um forte predomínio de pequenos municípios com atividades ligadas à agropecuária (Campos e Paiva, 1994). Para uma melhor compreensão do padrão do comportamento eleitoral em Goiás, estas considerações são necessárias, na medida que definem um perfil que estava implícito nas eleições de 1992. Cabe considerar também, que a legislação a respeito da criação de novos municípios permitiu, nessa época, que surgissem pequenas cidades com total dependência de recursos do poder executivo estadual. Esse fato, gerou condições para o estabelecimento e o aprofundamento de relações políticas clientelistas e de troca de favores entre os poderes executivo estadual e municipal, levando a uma adesão crônica. Essa adesão crônica, principalmente por parte dos prefeitos municipais, era intensificada nos períodos de campanhas eleitorais.

A população goiana, juntamente com toda sociedade brasileira, no período anterior às eleições municipais de 1992, deixava uma experiência traumática das eleições diretas para Presidente da República, que havia eleito Fernando Collor de Melo. Em Goiás, no pleito de 1992, tanto os candidatos da base aliada do governo do estado quanto a oposição se apresentavam como candidatos não comprometidos com as velhas estruturas político-partidárias existentes no país no período anterior à redemocratização, essa característica também era um indicativo que o eleitor buscava um perfil de prefeito que desse segurança e estabilidade ao município. É possível afirmar que o eleitorado goiano buscava o conhecido nessas eleições municipais, para a garantia de um futuro previsível. Essa expectativa do eleitorado ficou claramente demonstrada nas pesquisas acerca do perfil do candidato ideal: “capacidade de transmissão de segurança, no sentido de oferecer estabilidade para o futuro do município, não havendo necessidade de possuir experiência e tampouco ser um candidato novo” (O Popular, 30.10.1992, p. 3). No início da década de 1990, eram poucos, no país, experiências de governos estaduais que apresentavam, ao final de seu mandato, um índice de aprovação alto. Nesse sentido, a administração estadual do PMDB no estado de Goiás constituiu-se como um desses raros exemplos de governos estaduais com altos índices de aprovação pela população. Ou seja, a avaliação positiva da atuação do governo estadual, contribuiu bastante para o desempenho dos candidatos às prefeituras municipais ligados ao governador, graças aos índices de satisfação que a população tinha para com a administração estadual.

O governador Iris Rezende teve uma longa maratona pelo interior do estado durante toda a campanha para as eleições municipais de 1992. O então governador chegava a fazer cerca de seis discursos por dia (O Popular, 29.08.1992, p. 3). Somente no início do mês de outubro, que o vice-governador, Maguito Vilela, iniciou suas viagens pelo estado para pedir votos para todos candidatos do PMDB às prefeituras municipais. O vice-governador esteve em Corumbá de Goiás, Cocalzinho, Rubiataba, Carmo do Rio Verde, Cezarina e Ceres. Ao seu lado estava o secretário de governo, Otoniel Machado. Maguito Vilela retomou também nesse momento sua caminhada pelo sudoeste do estado em busca de vitórias para o partido, com atenção especial para Jataí, sua cidade natal (O Popular, 02.10.1992, p. 3). O ex-governador Henrique Santillo, nessa eleição municipal, apoiou a candidatura de Darci Accorsi (PT) à prefeitura de Goiânia, principal adversário do PMDB nas eleições em Goiânia. O PST, partido presidido por Henrique Santillo no estado depois do racha deste com líderes do PMDB, esteve oficialmente neutro na disputa do segundo turno na capital goiana. Mas, com o anúncio de apoio do ex-governador, ficou assegurado que toda a executiva da comissão provisória estava reforçando a campanha do candidato petista, como os dois deputados estaduais do partido (O Popular, 01.11.1992, p. 3). Em Goiânia, no último dia de campanha do candidato a prefeito, Sandro Mabel, foi realizado na Vila Mutirão, o local foi escolhido estrategicamente pelo governador do estado, Iris Rezende, por ali residir e ter muitos “amigos de sua confiança”. No seu discurso, o governador enalteceu e fez muitos elogios ao candidato do PMDB (O Popular, 14.11.1992, p. 3).

Após a realização do primeiro turno das eleições municipais, o governador Iris Rezende, de posse do resultado das eleições nos 232 municípios do estado, comemorou o desempenho do PMDB e dos partidos aliados nas urnas, avaliando como positiva a performance na eleição. Esse fato reforça a tese defendida neste estudo, de que a questão fundamental é a instituição, ou seja, o cargo de governador, que pesa na disputa política. O governador foi apontado como o grande vitorioso nas eleições do interior, porque conseguiu reverter situações desfavoráveis em cidades que funcionavam como redutos tradicionais da oposição (PFL, PDS, PDT e PST) no estado (O Popular, 04.10.1992, p. 3). Logo após a apuração dos resultados, a ordem do governador foi para cuidar do segundo turno em Goiânia, onde a garantia do sucesso do PMDB apresentou-se como o maior dos desafios para o partido político (O Popular, 05.10.1992, p. 3). Em outras cidades de grande porte, o PMDB ou aliados foram vitoriosos. A capital, nesta época, era o espelho político que refletia os demais municípios (O Popular, 15.10.1992, p. 3). Por isso o *staff* governista foi lançado maciçamente na fase final. Mais do que nunca, o prestígio de Iris Rezende e Nion Albernaz esteve tão testado como nesse momento.

Os revezes mais notáveis ficaram por conta de Itumbiara, onde o prefeito Luiz Moura, do PDC, conseguiu fazer seu sucessor, o médico Celso Santos. Em Luziânia, Iris Rezende subiu no palanque de Osman Roriz, do PTR, coligado com o PMDB, mas seus aliados acabaram derrotados. Em Jaraguá, também caiu Alano de Freitas, ex-secretário de Meio Ambiente de Iris. Em São Luís dos Montes Belos, caiu Mariza Guimarães, do PMDB, outro resultado inesperado. Em Anápolis, o segundo maior colégio eleitoral do estado, Wolney Martins (PDS), o prefeito eleito, insistiu no apoio de Iris a sua candidatura. O governador preferiu ficar equidistante do pleito. O resultado, surpreendente, soou com bom tom ao governo estadual. Mesmo distante, o governador comemorou o desfecho em Anápolis, porque proporcionou o que se chamou de derrota do santillismo (O Popular, 10.10.1992, p. 3).

O governador Iris Rezende jogou na sucessão em Goiânia uma cartada decisiva no que dizia respeito à projeção de uma liderança no plano nacional. Se tivesse conseguido reverter a tendência das pesquisas e eleger Sandro Mabel num cenário altamente adverso, consolidaria em todo país a imagem de um dos poucos governantes a sair vitorioso das urnas. Iris Rezende poderia se impor como um nome de projeção do PMDB no momento em que Orestes Quércia e Luiz Antônio Fleury viam-se abalados pelos acontecimentos do momento²⁴. O PMDB estava órfão de lideranças, especialmente, depois do trágico desaparecimento de Ulysses Guimarães. A pretensão de Iris Rezende era naturalmente ocupar os espaços vazios. Mas, para isso, era preciso resolver a situação da eleição em Goiânia. Até então, Iris Rezende nunca tinha perdido uma disputa no pleito local. A única derrota que conheceu foi justamente nas sutilezas da política nacional que, por ironia, lhe parecia abrir as portas. O governador Iris Rezende saiu-se muito bem nos pleitos do interior, conseguindo eleger seus candidatos em mais de 80% das prefeituras municipais. Mas, o desafio maior ficou para Goiânia. No seu esforço para manter o PMDB na prefeitura de Goiânia, o governador Iris Rezende esteve atuante, inclusive, participando de caminhadas em bairros da cidade. Com isso, sua participação não ficou restrita somente a comícios e as gravações para a televisão. A missão do governador era fazer prevalecer o espírito de virada sobre o candidato Darci Accorsi²⁵. A mudança completa no comando da campanha de Sandro Mabel refletia bem a importância que o governo vinha dando ao pleito na capital. Mais do que nunca estava sendo colocado um teste ao poder do PMDB de Iris Rezende.

²⁴O envolvimento de Orestes Quércia no caso Vasp (uso dos recursos da liquidação da empresa para outros fins, e não o pagamento de funcionários) praticamente anulava seus evidentes objetivos em relação à Presidência da República. O mesmo pode-se dizer de Luiz A. Fleury depois da carnificina de presos que abalou o Brasil.

²⁵ Foi prefeito de Goiânia, eleito em 1992, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1997 filiou-se ao PTB.

A candidatura de Sandro Mabel teve dificuldades e não despertou entusiasmo e motivação em uma parte da militância do PMDB. Até o primeiro turno das eleições municipais, Sandro Mabel não tinha militância no partido. Tanto Iris Rezende quanto Nion Albernaz encontraram dificuldades para repassar o prestígio que tinham na época para Sandro Mabel, justamente por falta de identificação e vida pregressa em comum. Na reta final da campanha para o segundo turno das eleições parecia que o candidato do PMDB não era Sandro Mabel, e sim Iris Rezende. Inclusive, o governador Iris Rezende pediu ajuda aos prefeitos eleitos do interior para ajudar na eleição de Sandro Mabel, candidato do PMDB, no segundo turno das eleições em Goiânia. O governador Iris Rezende reconheceu em declaração feita que tinha “humildade suficiente para pedir socorro” (O Popular, 12.10.1992, p. 3) aos prefeitos atuais e eleitos, do seu partido e aliados por reconhecer o valor das lideranças municipais de Goiás. Com o resultado das urnas, se no primeiro turno o candidato do PT estava derrotando apenas Sandro Mabel, como candidato, no segundo turno Darci Accorsi derrotou além do candidato, o prefeito de Goiânia, Nion Albernaz e o governador Iris Rezende.

Nos últimos dias de campanha não se via mais campanha do candidato do governo, mas sim uma campanha do governo. Havia uma fragilidade muito grande do candidato do governo, que acabou sendo tirado das aparições públicas e quem passou a falar por ele era o próprio governador ou o prefeito Nion Albernaz. Nos bastidores da campanha municipal em Goiânia, segundo o ex-governador Henrique Santillo, era de uma “inimizade cordial” entre Iris Rezende e Nion Albernaz (O Popular, 15.10.1992, p. 3). Circulava entre algumas lideranças partidárias na época que havia um interesse do governador Iris Rezende em atrapalhar a carreira política do prefeito Nion Albernaz. À época, Iris Rezende agia com desespero quando aparecia na televisão para defender a postura de Sandro Mabel, indicado por Nion Albernaz. Empenhado na eleição de Darci Accorsi, do PT, Henrique Santillo reunia-se bastante com seus ex-auxiliares e correligionários para um engajamento total na campanha em Goiânia. Inclusive, a campanha do candidato a prefeito pelo PT, Darci Accorsi, ganhou na penúltima semana de campanha do segundo turno, um reforço do jurista Márcio Thomaz Bastos, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que foi enviado à Goiânia pela direção nacional do PT para integrar por 5 dias o comitê jurídico da coligação encabeçada pelo partido. A presença de Márcio Thomaz Bastos em Goiânia foi necessária, segundo declarações do candidato do PT pelas fortes acusações feitas pelo governador Iris Rezende. O prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, declarou à imprensa que “foi uma afronta a inteligência goiana do interior, a vinda de um estrangeiro de São Paulo, para auxiliar na campanha petista” (O Popular, 13.10.1992, p. 3).

O governador Iris Rezende sempre ressaltou em entrevistas que nunca esteve intimidado com os números das pesquisas, e sempre previa uma “virada histórica” em Goiânia a favor de Sandro Mabel. Segundo o ex-governador: “o objetivo era reverter o quadro. Eu acreditava que Goiânia iria experimentar uma grande virada” (Rezende, 11 de nov. 2014). Disposto a promover essa “virada histórica”, o então governador Iris Rezende destacou a sua participação numa caminhada na Vila Mutirão, em Goiânia, acompanhando o candidato Sandro Mabel e o então prefeito de Goiânia Nion Albernaz. O governador caminhou por todas as ruas do bairro e pediu votos para o candidato a prefeito. Iris Rezende até então vinha restringindo sua participação aos comícios que o partido realizava todas as noites. A caminhada foi uma quebra de rotina, que teve objetivo político bem determinado: deixar claro que o engajamento de Iris Rezende era total, num corpo-a-corpo que demonstrava a disposição do governador em reverter a tendência negativa das pesquisas.

Apenas a metade dos 20 partidos políticos registrados em Goiás no ano de 1992 elegeram prefeitos nas eleições de 3 de outubro deste ano. O partido do governador, o PMDB, foi o grande vencedor da disputa, elegendo prefeitos em 134 municípios, o que representa 58% do total oficial de eleitos no estado de Goiás. Essa informação, ao ser comparada com os resultados de outros partidos, permite afirmar com maior precisão o que foi observado por Dantas (2007). A lista oficial apresenta representantes eleitos para os executivos municipais do PMDB, PFL²⁶, PTR, PRN, PST, PDS, PDC²⁷, PSDB²⁸, PDT e PL. O Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu apenas uma prefeitura, mas a mais importante delas, da capital do estado, Goiânia. O PTR foi o segundo colocado na disputa pelas prefeituras. Fez 22 prefeitos, enquanto o PFL fez 18. O PDC conseguiu eleger 15 prefeitos e saiu vitorioso em cidades importantes como Luziânia, Rio Verde e Itumbiara. O PRN do então presidente afastado Fernando Collor, elegeu 14 prefeitos em Goiás e o PST, elegeu 10. O PL, partido aliado do governo estadual, fez nove prefeitos e o PDS elegeu sete. O PSDB e o PDT elegeram, ambos, dois prefeitos.

²⁶O PFL havia apoiado o governador Iris Rezende no início de seu mandato (O Popular, 27.04.1992, p. 3), mas o deputado federal Ronaldo Caiado possuía planos para ser candidato a governador nas eleições estaduais de 1994 (O Popular, 04.07.1993, p. 3), de modo que o PFL se dividiu a partir do ano de 1993. Contudo, uma parte de seus deputados estaduais e prefeitos não desejando fazer oposição ao governador Iris Rezende (O Popular, 07.05.1993, p. 3) e o executivo estadual conseguiu atrair estes para o seu lado (O Popular, 11.08.1993, p. 3).

²⁷O PDC, maior legenda oposicionista eleita no estado de Goiás, estava isolado e tomou a decisão, em 1992, fazer parte da coalizão do governo estadual. Em contrapartida, recebeu importantes secretarias do executivo estadual (Krause, 2008).

²⁸O PSDB estava isolado no legislativo nessa época, havia perdido alguns deputados para o PMDB e PP. O novo PP reunia lideranças ligadas à Henrique Santillo que, em 1992, filiaram-se todas ao PST (O Popular, 29.04.1992, p. 3). Contudo, o então governador Iris Rezende possuía apoio da maioria dos deputados estaduais eleitos pelo PP (O Popular, 10.02.1993, p. 3).

O resultado da eleição de outubro de 1992 não permite questionar ou desprezar a influência da liderança exercida pelo governador Iris Rezende. Todo processo eleitoral, em especial no interior foi alvo dessa influência. Situações de dificuldades para candidatos do PMDB foram revertidas após a visita do governador. Temeu-se, em determinado momento, que os ventos das dissensões ou a fuga premeditada para partidos em formação pudessem abalar o prestígio do PMDB ou de seu comandante maior, Iris Rezende. Isso, na realidade, não aconteceu em 1992, pelo menos em proporções dignas de apreciação. A sina dos eleitos pelo PMDB, de 133 prefeitos, revelou a face popular do partido e a confiança de que a legenda estava próxima das mais diferentes camadas da sociedade. Partidos políticos, como o PTR, formados no interior do estado sobre bases construídas pelo PMDB, absorveram diversas lideranças mas não conseguiram criar uma força política de ampla significação. Para o eleitor ficou a impressão de que tudo era do PMDB, já que muitos candidatos do PTR haviam deixado a legenda peemedebista havia pouco tempo.

A relação política administrativa entre os governos dos estados e as prefeituras das capitais tem sido mais complexa e geralmente mais problemática do que entre o poder estadual e os demais municípios e isso se acentua quando se interpõe no meio à questão de suscetibilidades partidárias. Quando além disso interfere uma consideração provinciana de interesses políticos, o relacionamento se torna amplamente prejudicial ao município. O que aconteceu na nova administração em Goiânia, foi um convívio com bastante tranquilidade entre o prefeito eleito e o governador. O governador e o prefeito eleito entenderam que a missão diante de Goiânia deveria ser superior aos interesses de seus partidos, mantendo ambos, não obstante, os compromissos com o partido a que pertencem sob todos os aspectos.

Com o aumento da distribuição das receitas arrecadadas pela União para os estados, o crescimento da arrecadação de ICMS do estado, a baixa arrecadação de impostos dos municípios e as reservas financeiras dos bancos estaduais continuaram a fortalecer o poder executivo estadual. Os municípios goianos continuaram permanecendo em sua maioria dependentes do governador e os prefeitos não tinham nenhum interesse em deixar de receber o apoio do governador de estado. Diretamente ligada ao governador estava a Associação Goiana dos Municípios (AGM), que possuía como presidentes os prefeitos de confiança do governador Iris Rezende, como também alguns de seus antigos secretários (O Top News, 1998 *apud* Krause, 2008). Ainda sendo frágeis financeiramente, para que as prefeituras municipais pudessem receber recursos para desenvolver suas obras, era importante a proximidade com o poder executivo estadual.

Eleições de 1996: Governo Maguito Vilela - PMDB

A gestão de Maguito Vilela (1995-1998) foi a primeira administração do PMDB em que houveram desavenças com a base governista, havendo uma reestruturação de muitas redes clientelistas de deputados e na dinâmica do legislativo goiano (O Popular, 25.07.1995, p. 3). Em aproximadamente dez municípios, inclusive Anápolis, o segundo maior colégio eleitoral do estado, o governador Maguito Vilela encontrou dificuldades para se arranjar na campanha em função de disputas entre candidatos do PMDB e partidos aliados (PL e PSD). Os dois partidos apoiavam seu governo na Assembleia Legislativa e participaram da eleição do então governador Maguito Vilela em 1994. Contudo, em algumas cidades, os três partidos lutaram entre si por espaços políticos, o que impediu até o governador de participar de eventos de campanha, como, por exemplo, subir em palanques e manifestar o apoio a candidatos de sua preferência (O Popular, 11.09.1996, p. 3).

Em Anápolis, o PMDB não conseguiu levar adiante sua candidatura própria. Uma parte do partido anunciou apoio ao candidato a prefeito do PL, Pedro Canedo, enquanto outra parte dos peemedebistas estava engajada na candidatura de Adhemar Santillo, à época do PSD. Diante disso, para o governador do estado, qualquer engajamento dele poderia trazer desgastes políticos (Vilela, 15 de mai. 2014). O então governador decidiu pela neutralidade e adotou a estratégia de não participar da campanha de nenhum dos dois candidatos. O grande problema era que o candidato Pedro Canedo (PL) havia apoiado Maguito Vilela quando ele havia sido candidato a governador e, em 1995, ano anterior, Adhemar Santillo (PSD) havia rompido com o seu irmão, o ex-governador Henrique Santillo, para apoiar o governo estadual recentemente (O Popular, 05.09.1996, p. 4). Desse modo, o município de Anápolis apresentou um quadro de polarização entre o PSD e o PL, com o primeiro começando a campanha com folgada vantagem nas pesquisas, mas, com pequeno espaço para divulgar suas propostas no horário eleitoral gratuito, presenciou o crescimento da candidatura do PL – que dispôs do maior espaço na mídia eletrônica gratuita.

O governador Maguito Vilela viajou pelo interior do estado durante o último mês de campanha eleitoral e participou de comícios organizados pelos peemedebistas nos municípios. Segundo o ex-governador, a sua agenda ficou bastante lotada e em 30 dias ele visitou o maior número possível de municípios goianos (Vilela, 25 de mai. 2014). Roteiros semelhantes ao do governador foram cumpridos também pelo então senador Iris Rezende e pela presidente do Diretório Regional do PMDB, Iris de Araújo (O Popular, 22.09.1996, p. 3).

Ex-prefeitos disputaram como favoritos a eleição municipal de 1996 nos municípios. Essa tendência de carreira política significou que o eleitor preferiu apoiar candidatos com nomes mais conhecidos. A incidência de ex-prefeitos favoritos disputando o segundo ou terceiro mandato não consecutivos (como era o caso de Nion Albernaz, em Goiânia) evidenciou também que é baixo o índice de renovação política nos municípios. Na véspera da eleição municipal, numa relação de 18 candidatos considerados favoritos para vencer a disputa, nada menos que 12 eram ex-prefeitos, cinco são parlamentares federais ou estaduais e dois – Nelci Spadoni, em Rio Verde, e Pedro Canedo, em Anápolis – disputaram o cargo pela segunda vez. Vale destacar que a quantidade de políticos profissionais disputando a eleição foi menor nas eleições anteriores. Como tradicionalmente acontece nas eleições municipais, os partidos mais estruturados, como PMDB, PPB e PFL, elegeram um número maior de prefeitos e vereadores. A representação partidária, no entanto, era bem diversificada nessa eleição. Havia candidatos favoritos filiados ao PMDB, PFL, PTB, PPB, PSD e PSDB, o que pode demonstrar que o pluralismo partidário com tendência à direita chegou para ficar em Goiás. A tendência de eleger ex-prefeitos foi testada em Goiânia, com Nion Albernaz; Anápolis, Adhemar Santillo; Catalão, Eurípedes Pereira; e na Cidade de Goiás, Adélio Aguiar (O Popular, 05.10.1996, p. 5).

A oposição saiu vitoriosa em grandes colégios eleitorais no pleito municipal do ano de 1996. Candidatos do PPB, PFL e PTB chegaram à frente do PMDB em municípios onde os peemedebistas detinham o comando das prefeituras há vários anos. Desse modo, o fato de determinado candidato ser ex-prefeito ter maiores chances de vitória foi confirmado nas eleições de 1992, com muitos ex-prefeitos que foram reconduzidos às prefeituras municipais. As oposições ganharam a eleição em boa parte das cidades de médio e grande porte e que estiveram sobre o controle do PMDB nos últimos quatro anos. Em oito foram registradas a vitória do PFL; o PPB venceu em quatro cidades e o PTB em apenas uma. O deputado estadual Hélio de Sousa, PFL, venceu a disputa pela prefeitura de Goianésia, que estava sob o comando de Gilberto Naves, PMDB. O ex-prefeito Valter Melo, PPB²⁹, retornou ao cargo pela terceira vez, substituindo o peemedebista Cícero Leão. O ex-prefeito Walfredo Perfeito, PFL, comandaria Ipameri pela segunda vez, sucedendo Lamis Cosac.

²⁹Em Ceres, uma das principais cidades do médio norte goiano, a eleição apresentou um quadro de total identificação, registrando empate técnico entre Valter Melo, PPB, e Edmário Barbosa, PSD. De acordo com a última pesquisa antes da votação, Edmário liderava com 44,7% das intenções de voto, contra 42,7% registrados a favor do ex-prefeito. Edmário, sobrinho do então prefeito, Cícero Leão, contava com o apoio do governo, enquanto Valter Melo representava as oposições. O ex-prefeito defendeu na campanha a necessidade de a cidade retomar o ciclo de desenvolvimento econômico, “com o fim das constantes administrações mal sucedidas do PMDB”, enquanto Edmário se apresentava como candidato da renovação (O Popular, 08.10.1996, p.4).

Entre os prefeitos eleitos nessa eleição, Krause (2008) afirma que 52,5% desses prefeitos trocaram no mínimo uma vez de partido. A maior parte destes eram pertencentes à ARENA/PDS ou filiaram-se antes das eleições de 1996 ao PSDB, PL, PFL, PTB ou PMDB. As mudanças de partido para o PSDB, PL e PMDB predominaram na década de 90, quando estas legendas ofereciam melhores chances eleitorais. Os prefeitos que eram provenientes do MDB/PMDB, mas que trocaram de partido no período anterior às eleições de 1996 foram para o PSDB e PL. Entretanto, quando os prefeitos dos municípios foram entrevistados pela autora, eles “ainda estavam na metade dos seus mandatos no executivo municipal, e, logo depois das eleições estaduais e federal de 1998, muitos deles manifestaram interesse em deixar o PMDB, e seus partidos aliados” (Krause, 2008: 71).

Em 1996, os municípios goianos ainda possuíam, na maior parte dos casos, total dependência do governador do estado e também da Associação Goiana dos Municípios (AGM), esta possuía com o chefe do poder executivo estadual uma relação bastante estreita, com os seus presidentes ainda pertencentes ao PMDB. O executivo estadual ainda era uma peça fundamental para uma boa administração municipal. Contudo, foi verificada uma outra tendência, que indicava a insatisfação dos prefeitos municipais eleitos em 1996 (Krause, 2008). Segundo dados da autora, mesmo 71,9% dos prefeitos ressaltaram que o executivo estadual era importante para o êxito do município; 53,1 % dos entrevistados afirmaram também que o executivo nacional ajudava mais. Esse fato justifica-se pela iniciativa do então governador Maguito Vilela haver pressionado os municípios para pagarem as suas dívidas, levando a uma insatisfação de vários prefeitos (Krause, 2008).

Alguns meses após a eleição e a posse dos novos prefeitos, eleitos em 1996, observou-se que somente 87 dos 242 municípios estavam em dia com os Tribunais de Contas Municipais (O Popular, 21.04.1997, p. 3). Ainda que a constituição estadual previsse a intervenção nos municípios inadimplentes, não ocorreu nenhuma. Não havia interesse por parte do governo estadual em realizar intervenção nos municípios, pois nas eleições municipais de 1996 o governo sofreu perdas, ocasionada por uma grande redução na quantidade de prefeituras conquistadas pelo partido do governador. Após divulgados os resultados, a presença do PMDB foi reduzida em 17,6%, mas o partido continuou controlando o maior número absoluto de prefeituras. Já o PSDB, foi o partido que mais cresceu nas eleições deste ano, passando de dois para 28 prefeitos. Do total de municípios conquistados pelos peessedebistas, aproximadamente 80% eram administrados pelo PMDB.

Eleições de 2000: Governo Marconi Perillo (1) - PSDB

As eleições municipais de 2000 marcaram uma nova realidade político-partidária a nível estadual em Goiás. Após dezesseis anos à frente do Poder Executivo estadual, o PMDB não detinha mais a administração do governo do estado. Este partido, havia sido derrotado, em 1998, por uma coligação liderada pelo PSDB em aliança com o PFL, PTB, PPB e PSDC. Dentro dessa nova conjuntura política de alinhamento dos partidos políticos no plano estadual, a presente seção marca essa transição e verifica as novas maneiras que estes vão se comportar, no que diz respeito a estratégia coligacionista das legendas da coalizão do governo estadual.

Logo no início da campanha eleitoral, o governador Marconi Perillo foi acusado de não ajudar efetivamente os candidatos a prefeito de seu partido em alguns municípios na eleição de 2000. Chegando ao ponto de uma candidata da cidade de Rio Verde, localizada na região sudeste do estado, renunciar à disputa de sua reeleição por considerar que o governador estava ajudando somente em palavras, mas prejudicando com ações de governo, beneficiando indiretamente um de seus principais adversários na disputa, o ex-prefeito Paulo Roberto Cunha, do PTB, legenda pertencente à coalização do governo estadual. Em entrevista, o governador declarou e garantiu lamentar o fato de a prefeita Nelci Spadoni (do PPB) ter decidido renunciar à sua candidatura na disputa à reeleição na cidade de Rio Verde (O Popular, 02.09.2000, p. 3). O governador afirmou ter “profunda consideração” pela então prefeita e que à época nunca havia deixado de atendê-la e ressaltou que, “todos os cargos pleiteados por Rio Verde ao governo estadual foram ocupados por indicação da prefeita e da então deputada Lila Spadoni. Contudo, o governo se manteve firme ao lado da prefeita” (Perillo, 5 de jul. 2014).

O governador Marconi Perillo acrescentou ainda na explicação durante a entrevista que “a cidade de Rio Verde sempre recebeu investimentos contínuos e relevantes do governo do estado, e que o setor agropecuário e agroindustrial do município nunca havia recebido tanta atenção do governo estadual como à época” (Perillo, 5 de jul. 2014). Contra a argumentação da prefeita, o governador Marconi Perillo ressaltou o seu comprometimento com o município de Rio Verde em todos os seus mandatos, destacando que este foi sempre pautado pela lealdade e que nunca houve nenhum compromisso do governo estadual em relação a outra candidatura que não a da prefeita. Contudo, essa afirmação não se confirmou na pesquisa realizada nos meios de comunicação da época. Foram verificadas várias notícias indicando a baixa participação do governador na campanha nos municípios. A ausência do governador era sentida nos programas de rádio e TV em vários municípios (O Popular, 03.09.2000, p. 3).

Algumas semanas depois, o governador Marconi Perillo oficializou apoio ao candidato do PTB à prefeitura de Rio Verde, Paulo Roberto Cunha. O anúncio foi feito durante entrevista coletiva no Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual. Entre as justificativas do governador para ter voltado atrás na decisão de apoiar Nelci Spadoni (PPB) estava uma série de problemas ocorridos durante a administração da prefeita em Rio Verde e a posição política assumida por ela (O Popular, 04.09.2000, p. 3).

Outro fato importante que merece ser destacado, ocorrido no município de Santa Helena de Goiás, foi quando o governador Marconi Perillo, que desde o início da campanha eleitoral não tinha ido à esta cidade para declarar apoio a um candidato, talvez pela existência de dois candidatos aliados, tomou posição somente a pouco mais de 30 dias antes das eleições municipais. O governador Marconi Perillo foi ao município e subiu no palanque do candidato Ney Nogueira (PFL), para desagrado do prefeito Flávio Romeu (PPB), que buscava a reeleição e havia sido seu aliado na campanha estadual do PSDB em 1998. Ele foi um dos 33 prefeitos que apoiaram a candidatura do governador Marconi Perillo a reclamar do mesmo, a primeira havia sido Nelci Spadoni, de Rio Verde (O Popular, 10.09.2000, p.3).

Desse modo, a divisão do bloco governista em Goiânia (PPB, PTB e PFL apoiaram Darci Accorsi e PSDB lançou candidata própria, a então deputada federal Lúcia Vânia) e algumas cidades do interior não impediu o governador de organizar a sua agenda de modo a apoiar os candidatos dos quatro partidos, na maioria das vezes subindo nos palanques com a presença dos deputados federais pertencentes aos partidos da base aliada. Percebe-se, assim, que o objetivo traçado pelo governador de não ir em municípios que havia divisão de aliados, não foi totalmente cumprido nessas eleições.

A divisão dos aliados do governo estadual estava clara desde as convenções para a escolha dos candidatos governistas, realizada no final de julho de 2000. Quando o candidato não era pertencente ao partido do governador, o PSDB, a escolha dava-se por proximidade com Marconi Perillo ou o vice-governador, Alcides Rodrigues. No exemplo citado logo acima, da cidade de Santa Helena de Goiás, a candidata apoiada pelo governo deveria ser Raquel Rodrigues, esposa do vice-governador. Após a renúncia desta na véspera da convenção do partido foi escolhido Ney Nogueira, primo do vice-governador Alcides Rodrigues e ex-assessor da vice-governadoria do estado. O vice-governador Alcides Rodrigues havia rompido com o prefeito e candidato à reeleição depois que não conseguiu que sua esposa fosse a candidata a prefeita pelo partido no município (O Popular, 13.07.2000, p. 3).

Esse fato possibilita realizar uma discussão acerca da renovação na política no estado de Goiás. Neste caso podem até surgir novos figurantes, mas a política não se renova. As eleições municipais de 1º de outubro de 2000 mostraram que havia um grande número de candidatos que eram parentes de quem exercia ou exerceu mandato eletivo. Na lista prevaleciam filhos e esposas, que aproveitavam o prestígio do parente que estava há mais tempo na vida pública para arregimentar apoios. Essa característica de lançar candidatos herdeiros de espólios eleitorais, principalmente nos municípios do interior do estado, tornou-se regra facilmente identificada na disputa eleitoral nos municípios goianos no ano de 2000. Esse caráter aristocrático de fazer política revela a face elitista da política republicana. Constata-se nos municípios goianos que não houve renovação política, mas renovação dos grupos que lutavam para permanecer no poder. É preciso destacar ainda que essas famílias controlam a estrutura partidária, com as instituições e a política não se renovando. Quando isso ocorre, surgem novos figurantes, mas a política em sua essência, não se renova.

O governador Marconi Perillo e a candidata do PSDB à prefeitura de Goiânia, a então deputada Lúcia Vânia, mantiveram agenda comum nas duas últimas semanas de campanha antes das eleições. O objetivo era promover constantes aparições juntos em solenidades e eventos com a intenção de deixar claro para a opinião pública que ela era a candidata do governador. A vinculação da imagem do governador à de Lúcia Vânia era necessária, segundo os militantes peessedebistas, porque o líder nas pesquisas de intenção de voto, o ex-prefeito Darci Accorsi (PTB), não fazia campanha de oposição ao governo estadual, o que, de acordo com entendimentos do PSDB, poderia levar os eleitores mais desavisados a pensarem que Darci Accorsi tinha o apoio do governador Marconi Perillo. Pois, nos palanques deste candidato, estavam com regularidade aliados do governo estadual, como, por exemplo, os deputados federais Roberto Balestra e Ronaldo Caiado e o presidente do PTB, Pedrinho Abrão. Os três integram os partidos da coligação que elegeu Marconi Perillo em 1998, o que, para os peessedebistas, poderiam confundir parte do eleitorado da capital.

Nesta eleição, como é possível perceber no capítulo 3, a seguir, houve uma perda de força do percentual de candidaturas isoladas do PSDB e PMDB. Consequentemente, ambos os partidos políticos ampliaram suas coligações eleitorais a partir desse pleito. A tendência verificada de crescimento, em termos gerais, do percentual de coligações eleitorais não parece estar ligada, diretamente, ao fato de o partido estar ou não à frente do poder executivo estadual. Tanto o PMDB, que controlou o governo estadual entre o período de 1982 até 1997, como o PSDB adotaram o mesmo comportamento. Um aspecto que chamou atenção, em relação ao

PSDB nas eleições municipais de 2000 foi um ligeiro aumento do número de candidaturas isoladas e uma conseqüente redução do número de alianças eleitorais. Este fato porém não alterou de forma significativa a tendência geral esboçada no período. O aumento das coligações parece também ser explicado por uma tendência mais geral observada no âmbito do sistema partidário nacional. Em trabalho que analisou o padrão das coligações eleitorais nos estados do Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina, Carreirão, Paiva e Zorzal (2000) perceberam essa tendência.

A oposição ao governo estadual, protagonizada pelos senadores e ex-governadores do estado, Iris Rezende e Maguito Vilela seguiam firme em campanha pelo interior do estado nesta eleição. Os senadores visitavam quatro cidades por dia, em média, e eram a principal atração nos comícios de candidatos do PMDB promoviam pelo estado. Desde o mês de junho, com a realização das convenções para a escolha dos candidatos a prefeito, Iris Rezende e Maguito Vilela acordaram uma agenda comum e estavam percorrendo os municípios goianos pedindo votos para os candidatos de seu partido. Durante todo o período da campanha, os senadores visitaram 185 municípios, o giro pelo interior era feito de carro e avião e normalmente começava em Goiânia ou Brasília. Ao contrário do que se pensava, a derrota em 1998 serviu para unir e não separar os dois líderes partidários. Segundo informações veiculadas nos meios de comunicação à época, os dois senadores estavam cada vez mais afinados, nos bastidores. Publicamente, não havia divisão entre os dois e Iris Rezende repetia nos palanques que seria candidato ao governo novamente, em 2002.

A sucessão estadual estava implícita na campanha municipal. Agora, ocupando o papel de oposição ao governo estadual, o PMDB queria ganhar nas principais cidades na campanha municipal de 2000 e, a partir daí, planejar sua volta ao Palácio das Esmeraldas no ano de 2002. Os líderes peemedebistas estavam convencidos da derrota dos candidatos apoiados pelo governador Marconi Perillo (PSDB), candidato natural à reeleição em 2002, nas duas cidades mais importantes do estado: Goiânia e Anápolis. Mesmo que o PMDB não vencesse nestas duas localidades ficaria claro, acreditavam os senadores peemedebistas, o descontentamento da opinião pública com o governo. Isso sem contar que era real a possibilidade de vitória peemedebista em cidades importantes como: Rio Verde, Jataí, Inhumas, Morrinhos, Catalão e Uruaçu, entre outras. Quando faltavam apenas poucos dias para o pleito de 2000, Iris Rezende e Maguito Vilela não escondiam o seu entusiasmo, avaliando, que estavam plantando para colher em dois anos (O Popular, 18.09.2000, p. 3).

Na reta final da campanha, ficou decidido em uma reunião fechada no Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual, que o governador Marconi Perillo reorganizaria sua agenda para ter mais tempo para se dedicar à eleição, principalmente na participação em atividades como comícios e caminhadas com os candidatos aliados às prefeituras municipais (O Popular, 15.09.2000, p. 3). Do dia 28 de agosto de 2000 até a véspera da eleição, em outubro, o governador Marconi Perillo esteve em 112 municípios pedindo votos para os seus aliados. As visitas ao interior foram constantes e duraram até os dias que antecederam a votação. Intercalando com as atividades na capital, Marconi Perillo pediu votos para candidatos do PSDB, PFL, PTB, PPB, PSD e PL (O Popular, 22.09.2000, p. 3).

Os aliados do governo estadual estavam divididos, nas eleições municipais de 2000, em cerca de 20 municípios do interior. Este era um número considerado pequeno, levando-se em conta que os partidos situacionistas participaram da eleição nos 246 municípios (242 atuais e nos quatro novos). O governador Marconi Perillo, explicou, em entrevista, que a divisão da base aliada foi passageira. De acordo com ele, durante a disputa para as prefeituras municipais em 2000, “não dava para identificar que determinado candidato do PPB era do deputado Roberto Balestra ou do vice-governador Alcides Rodrigues. O mesmo ocorria com o PFL, não sabíamos se determinado candidato era ligado ao Caiado ou ao secretário Jales Fontoura. Na dúvida, apoiávamos todos os candidatos” (Perillo, 5 de jul. 2014).

O governador, no caso, estava se referindo a um outro problema entre os partidos de sustentação ao governo: a divisão interna. Dentro do PFL havia um grupo mais próximo ao deputado federal Ronaldo Caiado e outro ligado a Jales Fontoura; no PPB, um grupo mais próximo à Alcides Rodrigues, vice-governador, e outro que era ligado ao deputado federal Roberto Balestra (O Popular, 25.08.2000, p. 3).

O governador insistiu na entrevista que não visitou, durante a campanha, as cidades onde os aliados não conseguiram formar chapa única. Onde havia divisão, Marconi Perillo estava fora da participação. Embora a realidade veiculada nos meios de comunicação à época tenha sido diferente, em grande parte do período eleitoral. O governador viajava sem comitiva e participava de carreatas e comícios sem a sua equipe de governo. Preferia viajar só ou acompanhado de poucas pessoas afim de evitar críticas de envolvimento da máquina pública nas eleições (O Popular, 28.09.2000, p. 19). Inclusive, vale destacar que o governador realizou visitas em 11 municípios goianos no feriado de 7 de setembro de 2000, começando por Palmeiras de Goiás, sua terra natal (O Popular, 08.09.2000, p. 20).

O processo eleitoral ocorrido no ano de 2000 indicou mudanças no comportamento da população e, conseqüentemente, do próprio processo de votação. A partir de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso disputou a eleição os prazos de campanha foram ficando bastante reduzidos em relação à eleição anterior. Na época, a oposição chamou de manobra política a reforma da legislação por considerar que ela beneficiaria o candidato à reeleição para a Presidência da República. Pela lei, as campanhas começariam no ano de 2000 no dia 6 de julho, depois do registro dos candidatos apresentados nas convenções que se encerraram em 30 de junho desse ano. Mas, na prática ela só começou em 15 de agosto, quando iniciou o palanque eletrônico no rádio e na TV. Mesmo assim, o debate só ficou intenso nos últimos 15 dias da eleição.

Ao analisar os resultados das eleições municipais de 2000, o governador Marconi Perillo fez declarações à imprensa de que, embora a sua candidata e de seu partido tivesse sido derrotada na campanha em Goiânia, o grande derrotado nessas eleições foi, na verdade, o PMDB. Referindo-se que o atual governo elegeu-se com 33 prefeitos apoiando-o na campanha de 1998, e os resultados das eleições municipais que eram verificados nas urnas indicavam para um crescimento multiplicado desse número, entre as grandes cidades, as de médio e as de pequeno porte. Em entrevista, o governador referiu-se sobre o PMDB como “o grande derrotado dessas eleições, com uma derrota atrás da outra, inclusive nas cidades para as quais esse partido tinha grandes esperanças, essas mesmas esperanças que rapidamente chegaram ao nada” (Perillo, 2 de jul. 2014).

Em entrevista, ao analisar o resultado das eleições em todo o estado, o governador Marconi Perillo se considerou vitorioso. Ele atribuiu às ações que o governo estava desenvolvendo nos municípios como um dos fatores que levaram ao sucesso do seu partido e legendas aliadas nas urnas naquele ano. O governador fez questão de enaltecer o sucesso do PSDB e aliados nos 35 dos 50 maiores municípios do estado de Goiás, contrapondo-o com o desempenho do seu antecessor, o ex-governador Maguito Vilela, do PMDB, que em 1996 elegeu somente 15 prefeitos entre as 50 maiores prefeituras do estado.

Nesse sentido, o balanço que o governador fez dessas eleições foi positivo, segundo ele:

“Com números altamente positivos, o tempo novo se consolidou em Goiás no ponto de vista de ação governamental, de projetos de inclusão social, e sobretudo do ponto de vista de força política. Tínhamos, em 1998, 33 prefeituras, passamos a contar com cerca de 170. Tínhamos uma minoria de prefeituras grandes, tivemos à época 35 das 50 maiores prefeituras de Goiás, ao contrário do governo Maguito Vilela, que em 1996 elegeu 15 entre as 50 maiores prefeituras” (Perillo, 5 de jul. de 2014).

Sobre o fortalecimento do governo estadual nas eleições municipais de 2000, é interessante observar que houve um crescimento dos partidos políticos da base aliada nesta eleição. Ocorreu uma tendência para a formação de grandes coligações eleitorais nas eleições municipais deste ano, com a presença majoritária dos partidos da base aliada do governo do estado em todas as coligações eleitorais realizadas. Segundo dados disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás é possível verificar que entre os anos de 1996 e 2000 ampliaram-se, de forma considerável (de 08 para 14), a presença de partidos políticos nas eleições locais em Goiás, seguindo a tendência nacional. Ou seja, os dados mostram que esse fenômeno cresceu de forma significativa nas eleições municipais de 2000.

Em entrevista concedida, falando acerca do fortalecimento dos partidos da base aliada, o governador Marconi Perillo declarou que:

“A base política do governo do estado, com os partidos que o acompanharam na sua aliança do governo, saíram altamente fortalecidos. Nós tivemos condições de passar os números globais de votos recebidos pelo PMDB em 1996. Saímos fortalecidos nas grandes cidades, nas médias e nas pequenas. Nós conseguimos, na eleição de 2000, derrotar nosso principal adversário do governo, que era o PMDB, na maioria esmagadora das cidades. O desempenho do PMDB foi insignificante em Goiânia, com menos de 6% dos votos. Elegendo somente um vereador. Em Anápolis também o PMDB ficou na lanterna, em quarto lugar, com votação pífia. Em Aparecida de Goiânia, o terceiro maior colégio eleitoral, a votação também foi medíocre. Quem fez oposição mais agressiva ao nosso governo foi o PMDB, que felizmente foi derrotado. As pessoas estavam conscientes do esforço que o governo fez pelo equilíbrio fiscal, no sentido da moralização, transparência e planejamento da administração pública. Desse modo, enquanto governador do estado e pertencente ao PSDB de Goiás contribuí ao máximo para o bom desempenho de nossos candidatos pelo interior do estado” (Perillo, 5 de jul. 2014).

Em Goiânia, haviam muitos candidatos homologados pela justiça eleitoral na disputa pela prefeitura municipal no pleito de 2000. Contudo, logo no começo da campanha eleitoral, o PSDB juntamente com outros partidos da base aliada passou por problemas jurídicos que precisaram ser tratados com atenção. O partido teve problemas com o registro de candidatura do deputado Sandes Júnior, que era candidato a vice-prefeito, sendo este excluído da disputa. Assim, foi preciso que a base aliada escolhesse outro candidato a vice e por esse motivo começaram a campanha mais tarde, quando tinham as questões jurídicas organizadas. Houve um processo de muita dúvida na cabeça do eleitor, com várias interrogações em relação ao que estaria acontecendo naquele momento com a candidatura peessedebista. Esses contratemplos acabaram prejudicando a deputada e candidata à prefeitura de Goiânia, Lúcia Vânia. Foi necessário bastante tempo por parte das lideranças ao se concentrarem nas questões jurídicas e partidárias, além das explicações em relação ao que havia acontecido na base aliada. Outro fator que também prejudicou os peessedebistas foi o pouco número de candidatos a vereadores.

“Com o fato de o PPB ter ficado fora da coligação, tivemos uma redução significativa do número de candidatos a vereador pelo PSDB, que tinha apenas 14 candidatos. E os candidatos a vereador são sempre puxadores de voto. Isso acabou trazendo insegurança aos candidatos à Câmara Municipal e prejudicou também o desempenho da candidata majoritária. Tivemos um tempo menor na TV, que acabou nos prejudicando. Enfim, quando se perde não há como encontrar uma explicação correta, que seja síntese de uma série de fatores para que a deputada Lúcia Vânia não fosse para o segundo turno e nós perdêssemos as eleições em Goiânia. Nós admitimos que perdemos e fomos humildes para reconhecer isso” (Perillo, 5 de jul. 2014).

O governador Marconi Perillo, ao explicar o racha com os partidos aliados e os demais problemas de campanha ocorridos no processo eleitoral de 2000, declarou que esse problema de relacionamento com os demais líderes da base aliada aconteceu apenas na capital.

“Continuamos com uma parceira no interior. Lamentavelmente esse problema não deixou de nos trazer sequelas. Claro que a relação com essas forças não é a mesma, por uma queda de confiança, embora no interior isso não tenha ocorrido. De qualquer forma, acho que todos perdemos. Aqueles que não ficaram com a candidatura do PSDB, optaram por outra. Nós, que apresentamos uma candidatura pelo PSDB, de certa forma não conseguimos convencer os demais companheiros de que era importante caminharem conosco nessa campanha” (Perillo, 5 de jul. 2014).

Em todo o estado de Goiás, 134 dos 246 prefeitos tentaram ampliar por mais quatro anos o período de mandato. Quase a metade deles atingiu o objetivo. Entre os que pleitearam a reeleição, 66 foram reeleitos e puderam permanecer no comando da prefeitura por um novo mandato. Portanto, 26,8% das prefeituras continuaram sob o mesmo comando nos quatro anos seguintes. Na opinião dos prefeitos que conquistaram o segundo mandato consecutivo, ter mais tempo para executar os projetos da prefeitura foi o motivo mais relevante na hora de optar pela reeleição. Muitos consideram que se candidatar novamente também funciona como uma “prova de fogo” que define ou não a aceitação da sociedade (O Popular, 18.10.2000, p. 19).

Com o resultado das eleições municipais de 2000, o governo estadual passou a contar, em janeiro de 2001, com aliados em dois terços das prefeituras do estado, o que corresponde a quase 170 municípios. Entre os maiores municípios, candidatos aliados ao governo estadual venceram em Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Formosa, Goianésia, Goiatuba, Iporá, Itumbiara, Porangatu, Quirinópolis, Rio Verde, Senador Canedo e Trindade. Em Anápolis, o prefeito eleito pelo PPS, Ernani de Paula, anunciou meses depois o apoio ao governo. Já o PMDB saiu vitorioso em Catalão, Inhumas, Jataí, Luziânia, Minaçu, Mineiros, Morrinhos, Santa Helena de Goiás e Uruaçu. Dessas cidades, apenas Jataí e Morrinhos já estavam sob comando peemedebista. O restante foi reconquistado das mãos do governo estadual. Nesse aspecto, os governistas levaram desvantagem nas maiores cidades, pois conseguiram retomar do PMDB somente em Iporá, Itumbiara e Trindade (O Popular, 05.10.2000, p. 23).

Eleições de 2004: Governo Marconi Perillo (2) - PSDB

Logo no início da campanha eleitoral de 2004, o governador Marconi Perillo exigiu engajamento de sua equipe de governo na campanha de Sandes Júnior à prefeitura de Goiânia e também às prefeituras municipais do interior do estado. Essa foi uma exigência feita desde o início do processo eleitoral até os últimos dias de campanha. Em reunião com todo seu secretariado para tratar, pela primeira vez, da sucessão na capital e no interior, o governador já pediu empenho e participação de todos nas campanhas dos candidatos da base aliada do governo estadual (O Popular, 15.07.2004, p. 18). Em todos os momentos, o governador deixou claro que Sandes Júnior (PP), candidato do governo estadual na capital, representava o “tempo novo” na prefeitura de Goiânia, sempre enfatizando, em suas aparições públicas que era importante para seu projeto político a vitória de seu candidato (O Popular, 02.09.2004, p. 16).

O governador Marconi Perillo durante toda a campanha para a prefeitura municipal de Goiânia foi o principal cabo eleitoral do candidato Sandes Júnior (O Popular, 28.09.2004, p.3). Mesmo recebendo dois apelos vindos por escrito de alguns líderes peessedebistas para reduzir a sua participação na reta final da sucessão municipal no estado, à exceção da capital, Goiânia. O governador Marconi Perillo reduziu, mas não cancelou todos os seus compromissos políticos assumidos no interior (O Popular, 20.09.2004, p. 17). Um dos pedidos foi feito pela bancada estadual situacionista e outro, pela Associação Goiana dos Municípios (AGM). Em entrevista, o governador declarou que continuou a campanha no interior do estado apenas nos municípios em que a base aliada não estava dividida, ou quando o candidato à prefeitura municipal era bastante ligado ao governador ou seus principais aliados. Segundo o governador, ele “precisava ser poupado de desgastes políticos nos municípios do estado, pois não precisava entrar em disputas onde os aliados estavam divididos ou tinham mais de um candidato, nem onde a situação já estava consolidada” (Perillo, 5 de jul. 2014).

O problema da divisão da base aliada do governo estadual nas eleições municipais de 2004 pode ser explicado pelo crescimento do número de partidos da coalizão do executivo estadual e também pelo aumento da quantidade de partidos políticos registrados oficialmente no estado. Um aspecto interessante em relação a presença de Marconi Perillo à frente do Poder Executivo estadual se refere ao crescimento da participação do PSDB nas eleições municipais deste ano. O partido aumentou vertiginosamente sua presença em comparação com os pleitos anteriores onde sua participação foi menor. Em 2000, o partido realizou 201 coligações, sendo que em 111 delas indicou o candidato cabeça de chapa. De acordo com dados oficiais do

Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), nas eleições anteriores, o PSDB lançou um número menor de candidatos próprios nos municípios goianos. No processo eleitoral deste ano, o partido lançou candidatos próprios em 147 municípios do estado. Esse fato está ligado à eleição para o executivo estadual em 2002 e a reeleição de Marconi Perillo, representando o fortalecimento do partido em ampliar sua implantação e estrutura organizacional no estado. Com a análise dos resultados eleitorais e dos dados em relação às disputas em todas as prefeituras do estado também foi possível comprovar o desenvolvimento e fortalecimento do PSDB em todas as regiões do estado.

Após quase duas décadas no poder e com o saldo negativo de duas derrotas consecutivas, o peemedebista Iris Rezende conseguiu capitalizar o discurso de oposição e se manter líder durante toda a campanha pela prefeitura de Goiânia, em 2004³⁰. O fato de o PSDB não ter candidatos com chances de vitória nas três principais cidades do estado não foi considerado como um ponto negativo para o governo estadual. Na opinião do governador Marconi Perillo, mais importante do que emplacar candidatos do PSDB era vencer com parceiros da base aliada. De acordo com o próprio governador, o trabalho desenvolvido em seu governo, tendo como preceito o compartilhando do espaço com os partidos da base aliada, sem concentrar o poder exclusivamente no seu partido, o PSDB, foi de grande valia para o processo de sucessão de 2006. O governador considerou como bom o desempenho do PSDB na eleição de 2004, em que elegeu mais prefeitos do que o pleito anterior. Segundo ele, “na eleição municipal de 2000 o PSDB elegeu 64 prefeitos, esse número cresceu para 84 no ano de 2004” (Perillo, 5 de jul. 2014). Ao fazer um cálculo sobre o desempenho de seus aliados, o governador Marconi Perillo explicou que ajudou a eleger candidatos da base aliada em mais de 50 municípios nas eleições municipais de 2004. O governador destacou também que em muitos casos o PSDB tinha candidatos a vice-prefeito em chapas apoiadas pelo governo estadual. Para o governador Marconi Perillo, isso não significava que o partido estivesse perdendo espaço. Mas sim, explicou o governador, que a ideia de “compartilhar poder” valeria também para 2006, quando seria escolhido o novo governador do Estado. Com isso, pode-se perceber que desde esse momento, o governador Marconi Perillo não trabalhava com a perspectiva de que o candidato fosse necessariamente do PSDB.

³⁰Nas eleições municipais deste ano, as questões locais – transporte urbano, asfalto, segurança, saúde, educação, entre outros temas – formaram as bases das propostas dos candidatos tanto nas campanhas em Goiânia, como em muitas outras cidades do interior de Goiás. Mesmo com o ex-governador Iris Rezende assumindo a liderança das pesquisas de opinião e a indicação do candidato do situacionismo estadual em segundo lugar nas pesquisas, os problemas da cidade foram mais importantes nos discursos eleitorais (O Popular, 10.10.2004, p. 3).

O governador Marconi Perillo avaliou que o governo estadual saiu vitorioso politicamente nas eleições municipais de 2004. Apesar da derrota sofrida na capital estadual, com a vitória do ex-governador Iris Rezende para a prefeitura de Goiânia, o governador Marconi Perillo destacou vitórias de sua base no conjunto dos 50 maiores municípios do estado como muito expressivas. O governador defendeu que os partidos políticos aliados em seu governo construíram um capital político expressivo nas eleições municipais goianas em 2004. Inclusive, em entrevista, o governador Marconi Perillo citou a consolidação de algumas lideranças regionais, referindo-se a nomes próximos, como, por exemplo, de George Morais (reeleito prefeito de Trindade), e do ex-prefeito e então deputado estadual Ademir Menezes (que fez seu sucessor, José Macedo, do PFL).

Em uma primeira avaliação dos resultados da eleição municipal no estado de Goiás, nota-se que havia se diluído as polaridades partidárias quase históricas, embora o PSDB tenha eleito 35% dos prefeitos e o PMDB apenas 17,6%, isto sem levar em consideração as possíveis alianças e defecções habituais, pós-investiduras nas prefeituras (O Popular, 09.10.2004, p. 3). As alianças eleitorais que o PMDB realizou na eleição anterior mostraram que o partido, preferencialmente, aliou-se com pequenos partidos. Todavia, nas eleições municipais de 2004 este número reduziu-se e ampliaram-se as alianças eleitorais com os partidos políticos grandes. Desse modo, foi possível perceber que o partido tentou manter sua hegemonia no estado, conseguindo manter pelo menos uma capacidade de agregar alianças eleitorais na disputa de 2004, segunda eleição municipal em que o partido já não mais controlava o governo estadual. O campo político estava, desse modo, aberto às prospecções habituais e às necessárias articulações para a sucessão eleitoral do governo estadual em 2006, mesmo porque os dois principais colégios eleitorais do estado, Goiânia e Anápolis, foram para um embate decisivo no segundo turno das eleições municipais.

Após o primeiro turno das eleições municipais de 2004, ficou definido que o governador Marconi Perillo participaria da campanha nacional do PSDB no segundo turno dessas eleições. Essa iniciativa visava compensar a tendência de neutralidade do governador na disputa do segundo turno em Goiânia. PSDB e PP, principais legendas da base aliada do governo estadual, articularam uma série de manifestações de apoio à candidatura do prefeito Pedro Wilson (PT) à reeleição, como uma forma de tentar compensar a tendência de neutralidade do governador (O Popular, 17.10.2004, p. 3). Contudo, o candidato de oposição ao governo estadual, Iris Rezende (PMDB), que havia sido governador do estado na década de 90 foi o candidato eleito em Goiânia. Com isso, o governador Marconi Perillo assumiu por 10 dias a coordenação das

campanhas do PSDB nos 20 municípios de todo o Brasil em que os candidatos do partido disputavam o segundo turno. O PSDB era cabeça de chapa em 20 das 44 cidades onde a disputa pelas prefeituras havia chegado ao segundo turno. Na relação, estavam sete capitais, entre elas São Paulo, Curitiba, Vitória e Florianópolis. O acerto foi formalizado com o presidente nacional do partido, José Serra, que disputava a prefeitura de São Paulo na eleição municipal de 2004. A decisão de assumir a coordenação das campanhas nos municípios de outros estados reforçou a postura de neutralidade na disputa eleitoral entre o ex-governador Iris Rezende e o prefeito Pedro Wilson em Goiânia (O Popular, 30.10.2004, p. 3).

A articulação tinha o consentimento do governador Marconi Perillo, que se manteve neutro em cumprimento à orientação que foi recebida do diretório nacional de seu partido, em função da disputa entre José Serra (PSDB) e Marta Suplicy (PT) pela prefeitura de São Paulo. Essa orientação do PSDB nacional foi feita para que o PMDB de São Paulo adotasse a mesma postura na disputa entre José Serra e Marta Suplicy. O PMDB aceitou manter-se neutro no segundo turno na capital paulista, desde que a mesma decisão fosse tomada e cumprida pelo governador Marconi Perillo em Goiânia em relação ao peemedebista Iris Rezende Machado. Em entrevista, o governador declarou que este pedido foi apresentado pelos próprios peemedebistas, o que, segundo Marconi Perillo “representava um sinal de reconhecimento ao trabalho realizado por ele, na gestão que o PSDB realizava em Goiás” (Perillo, 5 de jul. 2014). Mesmo tendo revelando a preferência no segundo turno das eleições pelo candidato à reeleição, Pedro Wilson (PT), o governador Marconi Perillo manteve a neutralidade acordada para a campanha do segundo turno em Goiânia. O chefe do executivo estadual não participou dos eventos da campanha e somente acompanhou à distância as atividades eleitorais que eram realizadas na capital. Na avaliação do governador Marconi Perillo, a administração estadual não foi julgada pelos eleitores da capital. Pois a campanha foi levada com questões que diziam respeito aos problemas municipais da cidade (O Popular, 29.10.2004, p. 3).

Perguntado se o partido havia se arrependido pelo fato de não ter lançado candidato próprio à prefeitura de Goiânia, nas eleições municipais de 2004, o governador Marconi Perillo declarou que não. Elogiou o candidato Sandes Júnior (PP) e o acerto do partido em dar um lugar aos aliados para que estes disputassem como cabeça de chapa a prefeitura da cidade de Goiânia, sem preocupação em buscar a hegemonia do PSDB.

Eleições de 2008: Governo Alcides Rodrigues - PP

O governador Alcides Rodrigues, durante a campanha eleitoral nos municípios em 2008, manteve o hábito de abrir espaços na sua agenda, em alguns dias da semana, para participar de eventos da campanha de seu candidato à prefeitura de Goiânia, Sandes Júnior (PP), e demais candidatos do seu partido no interior do estado. Com compromissos não previstos em agenda pelo governador, essas participações faziam parte de um esforço de Alcides Rodrigues para reduzir a impressão de que este não estaria participando ativamente da campanha de Goiânia. Nos primeiros dias de campanha do mês de setembro de 2008, a ausência de figuras como os senadores Marconi Perillo e Lúcia Vânia, além de nomes fortes do PSB e PTB, e do próprio governador causaram reclamações dos dirigentes da coligação (O Popular, 01.09.2008, p. 19). Com o tempo bastante reduzido, Alcides Rodrigues dividia-se entre despachos administrativos e as viagens ao interior em municípios onde apoiava candidatos da base aliada do governo estadual. Enquanto isso, o seu candidato à prefeitura de Goiânia, Sandes Júnior, percorria as ruas de Goiânia quase sempre sem a participação de lideranças dos partidos políticos aliados (O Popular, 01.09.2008, p. 22).

Nos bastidores das eleições municipais na capital, haviam especulações de que o governador Alcides Rodrigues estava com dificuldades para reverter o favoritismo do prefeito e candidato à reeleição, Iris Rezende (PMDB) nas pesquisas de intenção de voto. A gestão do então prefeito de Goiânia Iris Rezende (PMDB), candidato à reeleição era aprovada, um mês antes da eleição municipal de 2008, por 74% da população da capital, segundo mostrou pesquisa realizada pela empresa Ibope. Apenas 4% da população desaprovavam a administração do peemedebista em Goiânia (O Popular, 04.09.2008, p. 16). Já o governo Alcides Rodrigues (PP), era reprovado por 37% da população. Apenas 27% dos entrevistados avaliaram positivamente a gestão do PP. O governo de Alcides Rodrigues era classificado, à época, como ótimo por apenas 2% dos entrevistados e como bom por 25% deles. Era avaliado como ruim por 13% e como péssimo por 24%. A gestão de Alcides Rodrigues era considerada regular para 32% dos entrevistados³¹ (O Popular, 06.09.2008, p. 17). Segundo o governador Alcides Rodrigues, o seu partido estava bem representado em todos os municípios, com ótimas condições de lançar candidatos juntamente com os seus tradicionais aliados. Entre eles, o PSDB, que mesmo não mais na posição de partido de governo possuía expressiva força política. O então governador acreditava que o seu partido, considerado como uma das maiores legendas do estado, manteria sua liderança após a eleição municipal (Rodrigues, 25 de nov. 2014).

³¹ A pesquisa de avaliação foi realizada pelo Ibope entre os dias 2 e 4 de setembro.

Em entrevista, o governador Alcides Rodrigues afirmou que trabalhava bastante pelos candidatos de seu partido, ao declarar que “além do apoio na capital, estava indo também ao interior e estava à disposição de todos os companheiros durante a campanha eleitoral nos municípios” (Rodrigues, 25 de nov. 2014). Nos últimos 30 dias de campanha, antes das eleições, o governador Alcides Rodrigues intensificou a sua participação em eventos de campanha no interior e definiu atividades ao lado do seu candidato à prefeitura de Goiânia, Sandes Júnior (PP). O governador costumava receber diariamente muitos candidatos às prefeituras municipais em seu gabinete para registrar fotografias e gravar declarações de apoio (O Popular, 29.09.2008, p. 18). A participação do governador Alcides Rodrigues em eventos de campanha intensificou-se somente 15 dias antes da eleição. De acordo com o ex-governador, na reta final da campanha eleitoral ele entrou em contato com os três senadores de Goiás (Demostenes Torres, Lúcia Vânia e Marconi Perillo) e juntamente com eles, participavam dos eventos de campanhas nos municípios goianos (Rodrigues, 25 de nov. 2014).

A proximidade do Partido Progressista (PP) com o PT, PMDB e DEM desde que o governador Alcides Rodrigues assumiu o governo do estado, em 2006, não se confirmou nas coligações eleitorais nos 50 maiores municípios do estado. Ou seja, o PP continuaria tendo como aliado preferencial o PSDB. Foi o que mostrou o levantamento das coligações eleitorais registradas no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), nos maiores municípios do estado, em que concentram 74% do eleitorado (O Popular, 15.09.2008, p. 20).

A aliança inédita entre PMDB e PT na disputa pela prefeitura de Goiânia também não se refletiu no interior. Os dois partidos estavam juntos em apenas 10 dos 50 maiores municípios do estado, considerando um dos dois na cabeça-de-chapa. Nove das 28 candidaturas do PMDB tinha apoio do PT. Já os petistas, que lançaram 17 nomes, só contavam com o apoio de peemedebistas em uma cidade. Em 2004, as duas legendas estiveram unidas em 12 das maiores cidades. O PT apoiava o PMDB em 10. Considerando todo o estado – 246 municípios –, o PT apoiou nomes do PMDB em 60. O partido do prefeito de Goiânia, Iris Rezende, lançou um total de 126 candidatos. O PT, que tinha 48 candidatos em 2008, recebeu apoio do PMDB em 12 municípios. Com fraca estrutura na maioria das cidades de Goiás, o PT tinha a maioria de candidatos sem aliança ou com apoio de pequenos partidos. Dos 17 candidatos nas 50 maiores cidades, 8 concorreram isolados. A maioria dos demais contou com apoio de partidos como PV e PC do B. O PT, que no momento das eleições municipais de 2008, contava com apenas 9 prefeitos, reduziu consideravelmente o número de candidatos nessa eleição. De 65 candidatos em 2004, o número de postulantes caiu para 48, considerando os 246 municípios.

O Partido da República (PR), que era aliado do governo estadual e da prefeitura de Goiânia – estava nessa eleição na coligação do PMDB em Goiânia e lançou o peemedebista Iris Rezende na disputa pela reeleição –, apoiou candidatos do PMDB em 8 das 50 maiores cidades e contava com apoio do partido em outros quatro municípios. Em 2004, o PL apoiou quatro candidatos do PMDB nas 50 maiores cidades. O DEM apoiou cinco candidatos peemedebistas nesta eleição. De olho no fortalecimento para as eleições de 2010, o PMDB lançou o maior número de candidatos nos 50 maiores municípios. Ao todo, somaram 27 candidatos, enquanto o PSDB lançou apenas 25. Considerado todos os municípios goianos, o PMDB recebeu apoio do PP em 16 cidades, dentre as quais 8 contam também com o PSDB na aliança. O partido do então prefeito de Goiânia Iris Rezende, estava na coligação de 15 candidatos do PP – de um total de 98 –, sendo que em 4 apareciam também o PSDB.

No entanto, as eleições municipais de 2008 não sinalizavam uma preparação para a disputa estadual, como costumam afirmar lideranças políticas. PP e PSDB sinalizaram, mas não realizaram união em 2010, nas eleições estaduais e federal. Na disputa de 2008, os dois partidos estavam juntos em 30 municípios, sendo 24 com uma das duas siglas na cabeça da chapa. Nas eleições anteriores, as alianças aconteceram em 25 cidades, sendo 22 na disputa direta por prefeituras. Em 2008, a troca de apoios ficou mais equilibrada. Com o PP fortalecido pelo governo, o PSDB apoiou o partido em 12 municípios. Em 2004, o PP trabalhou por 13 candidaturas do PSDB, enquanto estes apoiavam 9 candidatos do PP. Embora deixasse algumas dúvidas ao buscar uma aproximação com outros partidos políticos no estado, o governador Alcides Rodrigues repetiu em várias ocasiões, que o caminho natural do os progressistas era manter a aliança que estava vencendo desde a eleição de 1998 (O Popular, 24.08.2008, p. 21). Entre os 27 candidatos do PMDB nas maiores cidades, o PP apoiou apenas um. Com o PT, partido do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, não havia nenhuma aliança. Dos 13 candidatos do Democratas, apenas dois contavam com o PP na coligação.

O presidente Lula havia feito nesse ano, articulações para a criação de um novo eixo político em Goiás, com os partidos políticos que à época estavam na base de sustentação do Governo Federal. Inclusive o governador Alcides Rodrigues admitiu, em declaração feita na imprensa à época, a possibilidade de discutir uma aliança com o PT para 2010, mas sempre repetindo que o caminho mais provável era manter a base. No caso do PMDB, a boa relação com o prefeito de Goiânia, Iris Rezende, também chegou a levantar dúvidas sobre uma aproximação política. O governador Alcides Rodrigues, no entanto, declarou que o partido era o adversário tradicional do PP em Goiás (O Popular, 04.08.2008, p. 18).

Sobre todas essas especulações acerca da formação de um novo eixo político no estado, com aliados do governo federal, o governador Alcides Rodrigues declarou, em entrevista, que sempre defendeu a base aliada que o elegeu. O ex-governador argumentou que nunca temeu o favoritismo que o PMDB tinha na disputa eleitoral de 2008 nas maiores cidades do estado. Segundo o ex-governador, a base aliada estadual saiu vitoriosa na maior parte dos municípios e “seguramente fez a maioria dos prefeitos” (Rodrigues, 25 de nov. 2014).

Desde o início da campanha eleitoral em 2008, o governador Alcides Rodrigues estava deixando confusos tanto aliados como adversários que buscavam a aproximação para criar novo eixo político em Goiás. Ao mesmo tempo em que declarou que seguia com a base aliada, ele acenava para partidos aliados do presidente Lula (O Popular, 05.08.2008, p. 23). Em entrevista, o ex-governador Alcides Rodrigues mostrou o que passava pela sua cabeça sobre as eleições e a sucessão estadual dois anos após. De acordo com o ex-governador,

“As eleições municipais de 2008 foram atípicas e não tinham relação com 2010. Tínhamos municípios, e não era só um, em que o DEM e o PT estavam juntos e um era candidato a vice do outro. Tínhamos municípios onde o PMDB e PSDB estavam de mãos dadas. Tínhamos municípios onde o PP estava com o PMDB e PT. Ou seja, virou uma miscelânea. Em Goiânia, o meu partido, o PP, não estava com o PT e tampouco com o PMDB. Na minha cidade (Santa Helena de Goiás), estávamos com o PT e DEM. Existiam as mais diferentes coligações. Então, eleição municipal é uma coisa, eleição para outros patamares é completamente diferente. E depende da realidade do momento. Depende das conversas partidárias, entre lideranças, isso ninguém pode desconhecer” (Rodrigues, 25 de nov. 2014).

Percebia-se, à época, que lideranças da base indicavam dois principais motivos para a união na maioria dos municípios goianos: o desejo de alianças nas bases e o empenho do PSDB – de olho nas eleições de 2010 – em evitar o distanciamento do PP. Os líderes peessedebistas, inclusive, destacavam que o apoio a um maior número de candidatos do PP, abrindo mão de lançar nomes, foi uma prova de que os líderes peessedebistas esforçaram-se para evitar o racha. O ex-governador e então senador, Marconi Perillo, tinha projeto de disputar o governo em 2010, e foi ele um dos principais articuladores da união nos maiores municípios goianos. Contudo, a relação entre PSDB e PP ficou abalada pelas críticas de pepistas às finanças do estado, pela redução do espaço no governo para o PSDB e pela aproximação de Alcides Rodrigues com partidos adversários. Em todo o estado, PSDB e PP estavam unidos (com um dos dois na cabeça-de-chapa) em 102 municípios. Os peessedebistas lançaram 120 candidatos, sendo 53 com apoio dos pepistas. O PP disputou em 98 cidades, contando com respaldo do PSDB em 49 desses municípios. Em pelo menos outras 80 cidades, os dois partidos estavam unidos no apoio a nomes de outros partidos políticos.

Em julho de 2008, o Democratas havia comemorado a abertura de duas vagas no primeiro escalão do governo estadual, como um acesso de possível aliança política para 2010. O então presidente do DEM, o deputado Ronaldo Caiado, declarou ter uma boa relação com o então governador Alcides Rodrigues, referindo que a união para 2010 era um caminho natural. O Democratas havia priorizado a aliança com o PP nos municípios onde não houvesse candidatura própria. Dos 19 candidatos do partido do governador, no entanto, apenas cinco contaram com o apoio do DEM (O Popular, 14.07.2008, p. 16).

Com a vitória em vários municípios importantes do estado, o PMDB saiu fortalecido das urnas na eleição municipal de 2008. Por outro lado, PSDB e PP garantiram ampla maioria das 246 cidades de Goiás e também manteve poder no interior. O resultado final das urnas apontou para um equilíbrio entre situação e oposição. Nas 15 maiores cidades, que concentram 52% do eleitorado goiano, PMDB e PSDB tiveram resultados positivos. Os peessedebistas conquistaram grande força na região do Entorno do Distrito Federal, região que possui grande densidade eleitoral. O senador Marconi Perillo fez campanha na região do Entorno do DF ao lado do ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (à época pertencente ao DEM). O PMDB não tinha força na região naquele momento, sendo aliado do PSDB em algumas cidades, como, por exemplo, Luziânia e Padre Bernardo. Já em 2004, o então ex-governador Marconi Perillo trabalhou fortemente para fazer a maioria dos prefeitos dos 19 municípios do Entorno. Na época, a aliança era com o ex-governador Joaquim Roriz (PMDB). Com essa articulação é possível observar que as lideranças do Distrito Federal participaram das eleições e fizeram parcerias no Entorno para atingir parte do eleitorado que mora no DF.

Mais da metade dos prefeitos que disputaram a reeleição municipal de 2008 em Goiás passaram no teste das urnas. Dos 142 que brigaram pelo segundo mandato naquele ano, 75 (52,8%) saíram vitoriosos, segundo o resultado oficial do TRE-GO. Em 2004, o número de prefeitos aprovados foi um pouco maior – 55,3%. De 130 candidatos à reeleição, 72 conseguiram novo mandato. Em 2000, quando a reeleição foi permitida pela primeira vez nas eleições municipais, 49,2% – 66 de 134 – dos prefeitos conquistaram novo mandato. O número de prefeitos candidatos na eleição de 2008 correspondeu a 55,4% do total de postulantes em Goiás, que tem 246 municípios. Os dois principais partidos da base aliada do governo do estado, PP e PSDB, tiveram mais dificuldades para reeleger seus prefeitos. A gestão de 19 peessedebistas e 13 pepistas foi reprovada nas urnas. Nos bastidores, os prefeitos aliados do governo estadual reclamaram que as dificuldades financeiras e a consequente falta de investimentos do estado prejudicaram as candidaturas.

O PMDB saiu das urnas com vitória nos dois principais colégios eleitorais do estado – Goiânia e Aparecida de Goiânia. Na capital, o prefeito venceu a disputa contra Sandes Júnior com 73,9% dos votos. Já os partidos da base aliada do governo estadual (PP, PTB, PR e PSDB) saíram vencedores da disputa, levando a maioria das prefeituras. Nesse sentido, enquanto lideranças do PMDB comemoravam o crescimento do partido nas eleições municipais de 2008, especialmente em algumas das maiores cidades do estado, os peessedebistas minimizavam a queda do número de prefeitos e contabilizaram um cenário positivo para a base aliada do governo estadual como um todo.

O resultado das urnas na eleição de 2008 equilibrou as forças políticas dos três maiores partidos de Goiás – PSDB, PP e PMDB – na divisão do número de prefeituras. O PSDB sofreu a maior queda, com perda de espaço, especialmente para o PP e PMDB. Os candidatos peessedebistas que disputaram a primeira eleição municipal depois de deixar o comando do estado, venceram em 51 municípios – 38 a menos do que em 2004. Os peemedebistas lideram o ranking, com 57 cidades nas eleições anteriores, contra 48 prefeitos eleitos em 2008. O PP do governador Alcides Rodrigues foi a legenda que mais cresceu em relação a 2004, nestas eleições somaram 50 municípios, contra 27 da disputa anterior. Cabe destacar que no momento das eleições municipais de 2008, o partido do governador ocupava 44 prefeituras após a adesões ao governo. Apesar do equilíbrio em relação ao número total de prefeituras, o PMDB surgiu nesse momento como a legenda mais forte de Goiás com a vitória em grandes municípios, incluindo Goiânia e Aparecida. Entre as 20 maiores cidades, peemedebistas foram escolhidos também em outras quatro: Trindade, Jataí, Catalão e Goianésia. A força do PMDB ficou clara na análise do quadro de votos dos partidos em Goiás. Candidatos peemedebistas tiveram mais de 1,1 milhão de votos em todo o estado.

Em entrevista, o ex-governador Marconi Perillo declarou acerca do desempenho do PSDB nas eleições municipais de 2008 que,

“Eleição se perde em alguns lugares e se ganha em outros, e a avaliação é positiva para a base aliada do governo do estado. O PSDB perdeu em número de prefeitos, mas vários dos eleitos eram do PSDB e trocaram o partido pelo PP antes das eleições. Então, nós tivemos que somar os prefeitos dos partidos aliados. Eu mesmo, durante a campanha das eleições municipais de 2008 subi no palanque de pelo menos 80% dos candidatos do PP” (Perillo, 5 de jul. 2014).

Juntos, PSDB e PP não conseguiram alcançar esse número. Os peessedebistas tiveram 498 mil votos e os pepistas, 481 mil. Lideranças da base aliada do governo, após as eleições, tentaram minimizar a força do PMDB com a alegação de que, juntos, os partidos aliados conquistaram mais de 170 das 246 cidades. Os governistas também alegaram ainda que das 50 maiores cidades, a base venceu em 35. Entre os partidos considerados da base governista, o PR, DEM, PTB e PSB mantiveram número semelhante de prefeituras em relação de cadeiras conquistadas em 2004. O PR ocupa o quarto lugar na lista de partidos que receberam mais votos na disputa pelas prefeituras – mais de 211 mil eleitores escolheram candidatos da legenda. O DEM manteve o mesmo número de prefeituras conquistadas nas eleições anteriores – 15. Em todo o estado, o Democratas alcançou mais de 138 mil votos – o que colocou em sétimo lugar no ranking dos partidos. O PTB elegeu três prefeitos na disputa anterior, mas perdeu 4 nos últimos anos. Em 2008, estava à frente de 9 cidades e no ano seguinte, foram 10 municípios que os petebistas controlavam. A legenda obteve mais de 141 mil votos nas eleições municipais deste ano. O PSB conquistou 3 prefeituras em 2004, conseguiu a filiação de mais um prefeito e nesta eleição estava à frente de quatro cidades. O partido conseguiu apenas 39,3 mil votos nas disputas majoritárias.

Mesmo com uma participação discreta, no início da campanha eleitoral nos municípios, o governador percorreu algumas cidades pedindo votos para os candidatos de seu partido e da base aliada. A ausência de participação dos senadores Marconi Perillo e Lúcia Vânia também foram sentidas pelos líderes partidários no início do período eleitoral. De acordo com o governador, o seu partido esteve bem representado em todos os municípios goianos, com bons candidatos e ótimas condições de lançamento de candidatos junto com os aliados tradicionais (Rodrigues, 25 de nov. 2014). O ex-governador demonstrou que acreditava no seu partido no momento das eleições municipais, considerando-o como uma das maiores legendas do estado, e afirmando que este manteve sua liderança após a eleição municipal. Alcides Rodrigues trabalhava bastante pelos candidatos de seu partido, tanto recebendo candidatos diariamente em seu gabinete ou viajando para os municípios para pedir votos.

Em entrevista, o ex-governador Alcides Rodrigues também avaliou o resultado das urnas como satisfatório para a base aliada e declarou que foi positivo o equilíbrio das forças entre os partidos. Na época, “elegemos quase 180 prefeitos, como prevíamos. E o nosso partido teve crescimento” (Rodrigues, 25 de nov. 2014). Para o governador, o crescimento do PMDB nas eleições municipais de 2008 não representou força maior para o fortalecimento da oposição para as eleições de 2010.

Eleições de 2012: Governo Marconi Perillo (3) - PSDB

As eleições municipais deste ano registraram crescimento dos partidos oposicionistas. A previsão de que os escândalos políticos teriam impacto negativo nas eleições municipais no Estado de Goiás, em 2012, especialmente em Goiânia, se confirmou e contribuiu para a sensação de que a campanha dos partidos demorou a começar (O Popular, 15.08.2012, p. 20). Não apenas pela descrença do eleitorado, mas pela dificuldade de se pautar uma discussão municipal num momento em que o país assistia ao julgamento do mensalão – e junto com ele, o debate sobre o sistema político-eleitoral do Brasil – e aos desdobramentos do caso Carlos Cachoeira, com uma CPI em andamento, produzindo notícias.

Diante disso, o temor do voto nulo rondava a eleição municipal desse ano em Goiás. Não havia notícia de outro fato comum às diferentes localidades, ou às mais importantes cidades, a marcar tanto o momento pré-eleitoral. Somados nas pesquisas, a ausência nas urnas, o voto em branco e o nulo criavam um absenteísmo de até 40% (O Popular, 18.08.2012, p. 20). Embora houvesse concordância geral sobre as causas do sentimento de indiferença ou repúdio à política e a seus agentes, havia diferenças na qualificação ético-política do fenômeno. Eram muitos os escândalos no momento das eleições municipais de 2012, inclusive com Comissões Parlamentares de Inquérito em andamento no Congresso Nacional. Nesta eleição, como em 2004 e 2008, faltando um mês exato para a votação, a inclinação para o absenteísmo estava reduzida para 14,5%, de acordo com pesquisas divulgadas à época pelos meios de comunicação (O Popular, 02.09.2012, p. 20).

Os eleitores, principalmente os da capital estavam bastante desiludidos com os escândalos de corrupção que pessoas e parlamentares próximos ao governador estavam envolvidos. Uma das consequências disso foi o fato da campanha pela prefeitura não ter sido uma eleição bastante disputada, que levou à reeleição o prefeito Paulo Garcia³² (PT). Tratava-se de um cenário muito específico onde o atual prefeito estava relativamente bem avaliado e o seu principal adversário não possuía nenhuma experiência administrativa sólida e muito menos um grande apoiador sólido, já que a imagem do governador Marconi Perillo também havia sido abadada pelos escândalos ocorridos naquela época.

³² A aprovação da gestão do prefeito Paulo Garcia (PT) estava em crescimento e alcançou 47,5%, segundo pesquisa realizada entre os dias 25 e 28 de setembro de 2012. No levantamento anterior, divulgado em 17 de setembro, a avaliação positiva somava 40,2%, 5,3 pontos a mais que em agosto (O Popular, 30.09.2012, p. 20).

Sobre a participação do governador Marconi Perillo nas eleições municipais de 2012, ele gravou depoimentos em programas eleitorais de aproximadamente 70 municípios, a maioria onde a sua base aliada possuía apenas um candidato a prefeito (O Popular, 14.09.2012, p. 21). O detalhe que chama atenção é que o governador aproveitou a oportunidade para divulgar ações do governo do estado, ou seja, uma estratégia para melhorar a avaliação de sua gestão no estado. Marconi Perillo focava a maior parte de sua fala em ações do governo estadual e ao final, reforçava a parceria com os prefeitos dos municípios goianos (O Popular, 16.09.2012, p. 19). As pesquisas realizadas afim de avaliar a opinião da população sobre o governo estadual mostravam que o governador tinha avaliação positiva, no momento das eleições, somente em 10% dos municípios goianos (O Popular, 29.09.2012, p. 18). Inclusive, na capital a reprovação alcançou índices maiores que a aprovação.

A gestão do governador Marconi Perillo era aprovada, no momento das eleições municipais de 2012, por 31,1% dos goianienses, com crescimento de 4,3 pontos. Em pesquisa realizada na última semana de campanha, há poucos dias da eleição, 25,2% dos entrevistados avaliaram o governo peessedebista como bom e 5,9%, como ótimo. Outros 32,2% consideraram o desempenho do governador regular. A avaliação negativa somou 34,1%, sendo 22,1% de péssimo e 12% de ruim. Em levantamento realizado anteriormente, a administração do governo do estado havia registrado 26,8% de aprovação. A pior avaliação do governo ocorreu no mês de maio, em meio ao escândalo do caso Carlos Cachoeira, quando o governador Marconi Perillo obteve apenas 19,2% de aprovação. Nos meses seguintes, a avaliação positiva oscilou entre 25,4% e 32,5% (O Popular, 29.09.2012, p. 21).

Faltando apenas quatro dias para as eleições, o governador Marconi Perillo percorreu 10 municípios goianos, pedindo votos para os candidatos de partidos da base aliada do governo. Nas visitas aos municípios, o governador falava acerca da importância do empenho na busca de votos, na reta final da campanha, para os candidatos pertencentes aos partidos da base aliada. Para esses candidatos foi extremamente positiva a entrada do governador nos últimos dias do período eleitoral. Ao todo, foram quase 80 municípios que o governador, e alguns deputados aliados, visitaram durante todo o período eleitoral nesse ano (O Popular, 03.10.2012, p. 18). Em entrevista, o governador Marconi Perillo declarou que foram essenciais essas visitas feitas aos municípios poucos momentos antes da votação: “mesmo com as funções de governador de estado, minha presença foi muito importante nos bastidores da disputa eleitoral nos municípios goianos. Tanto na capital do estado, quanto nos municípios do interior” (Perillo, 5 de jul. 2014).

Porém, o governador durante a propaganda eleitoral de rádio e TV na capital, apareceu somente duas vezes para apoiar o seu candidato a prefeito, o deputado federal Jovair Arantes.

O cenário definido nas urnas em 2012 indicou para um maior equilíbrio entre as forças de oposição e situação em Goiás. Na lista dos 20 maiores municípios do estado, que concentram quase 60% do eleitorado do estado, os candidatos de oposição venceram em 13. Na eleição de 2008 haviam conquistado 11. Além de consolidar lideranças nos três maiores colégios eleitorais – Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis –, a oposição conseguiu reduzir a força do governo estadual no Entorno do Distrito Federal, região onde a base aliada do governo do estado conseguia manter grande influência e compensar o peso da distribuição de votos no estado. Contudo, o quadro não era ruim para a base aliada do governo do estado, que conquistou sete dos 20 maiores municípios goianos.

Com o registro de pelo menos 100 prefeitos eleitos nas eleições municipais neste ano, os partidos políticos de oposição em Goiás ampliaram o espaço nos municípios e alcançaram maior equilíbrio em relação às forças da base do governo no estado. Na divisão por partido, os dois com maior número de prefeituras em Goiás, PMDB e PSDB, mantiveram espaço semelhante, enquanto 8 legendas menores mostraram maior equilíbrio na distribuição entre os municípios. O PMDB elegeu 54 prefeitos e o PSDB, somente 48. Nas eleições anteriores, em 2008, o espaço conquistado foi de 57 e 51 prefeituras, respectivamente. Fundado um ano antes das eleições municipais de 2012, o Partido Social Democrático (PSD) elegeu 21 prefeitos. Apesar de ocupar a terceira colocação em números absolutos, o PSD perdeu espaço logo na estreia, já que contou com adesão de 40 prefeitos no momento de sua fundação e lançou 56 candidatos nas cidades. PT e PTB ficaram com 17 cidades, cada, o DEM e PP, com 16. Partido do ex-governador Alcides Rodrigues, o PP sofreu a maior redução nestas eleições. Em 2008, fez 47 prefeitos. Enfraquecido em todo o país com a perda de quadros para o PSD em 2011, e bastante desgastado em Goiás pelos reflexos do caso Cachoeira – incluindo a cassação do ex-senador Demóstenes Torres –, o DEM conseguiu manter o número de prefeitos. Nas eleições anteriores, havia vencido em 15 cidades. PSB, PDT e PT foram os partidos que registraram maior ampliação no número de prefeituras. Ao total, o PT ficou com 5 cidades a mais que em 2008. Com vitórias em Goiânia, Anápolis e Valparaíso de Goiás, o partido passou a comandar municípios com total de 1,8 milhão de habitantes – 31,5% do universo goiano.

Um componente importante para avaliação das eleições municipais de 2012 é a projeção de seus resultados para a disputa eleitoral de 2014. Diante da nova geografia política após a divulgação dos resultados das urnas, algumas teses e leituras da conjuntura foram testadas e comprovadas em consistência e acuidade, na eleição seguinte, para os níveis estadual e federal. A polarização dominante entre os blocos liderados por PSDB e PMDB-PT mostrou-se, em 2012, exposta a alguns abalos capazes de quebrar a rigidez que era habitual nos últimos pleitos. No primeiro dos dois campos, em que habitavam as referências liberais-conservadoras, PSD e DEM impuseram tendências novas, com potencial e alcance definidos. De acordo com os dados do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), oito legendas conquistaram as prefeituras nas 20 maiores cidades goianas (quase 60% dos eleitores do estado). Assim, existia na base aliada do governo estadual um notório pluripartidarismo. Um dos grandes apoios do governador Marconi Perillo vinha do PSD³³, que auxiliou na resolução de todas as controvérsias a seu favor em grandes centros urbanos, como, por exemplo, Catalão, Jataí, Luziânia, Rio Verde e Formosa. Com isso, não foi estranho o PSD requerer o protagonismo na sustentação re-eleitoral do governador Marconi Perillo nas eleições de 2014. Por seu lado, o DEM havia sacramentado decisão por vida própria e caminhar com as próprias pernas, cujo símbolo máximo foi o apoio à candidatura de Simeyzon Silveira (PSC) à prefeitura de Goiânia, feito pelo deputado federal Ronaldo Caiado (ao lado de Vanderlan Cardoso, ex-prefeito de Senador Canedo).

Foi perceptível nas eleições municipais de 2012 que nas maiores cidades do estado, como, por exemplo, Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Rio Verde e Itumbiara, fosse tímida a movimentação de campanha nas ruas. Até houve um clima eleitoral, mas não chegou nem perto dos pleitos anteriores, em que a disputa ganhava ares de festa ou briga, dependendo dos ânimos. Evidentemente, nestes municípios goianos referidos a situação tinha muito haver também com a soma da descrença da população com a política e a escassez de financiadores de campanha, ambos ainda por reflexo do escândalo protagonizado por Carlos Cachoeira (O Popular, 28.10.2012, p. 14).

³³Várias lideranças políticas migraram para o PSD, principalmente do DEM. Figuras de outros partidos de apoio a coalizão do governo estadual também se filiaram ao novo partido. Vale destacar que houveram migrações de parlamentares peemedebistas para o PSD no estado de Goiás.

Capítulo 3 – Coligações municipais: alinhamento em torno do governo estadual

No capítulo anterior foi possível verificar a expressiva utilização das coligações nas eleições municipais a partir da análise dos discursos das lideranças entrevistadas. Apesar da literatura sobre coligações eleitorais ser carente de investigações mais detalhadas, os impactos das alianças eleitorais no sistema político brasileiro levaram pesquisadores a refletir o tema das coligações desde os anos 1960. Essas investigações reascendem quando a nova democracia brasileira inicia-se, principalmente a partir dos anos 1990. O aumento da fragmentação do sistema partidário brasileiro, as distorções de representação com legendas de insignificante expressão, que apenas são eleitas devido às uniões partidárias, fazem o assunto retornar novamente à agenda de pesquisas da Ciência Política brasileira. Mesmo assim, foram poucos os estudos que se debruçaram sobre as estratégias eleitorais em âmbito municipal, havendo a necessidade de mais estudos sobre o tema das coligações nos municípios, já que poucos dedicaram atenção a esta esfera de poder. As coligações eleitorais constituem-se como um instrumento essencial na formulação de estratégias eleitorais no Brasil (Kinzo, 2004), e tendência presente nos vários países que possibilitam esse tipo de acordo nos processos eleitorais (Blais e Indridason, 2007).

O objetivo desse capítulo é comprovar se existem variáveis referentes à dinâmica das disputas eleitorais estaduais que expliquem o alinhamento entre os partidos políticos nas competições municipais. Como discutido amplamente no capítulo inicial deste estudo, a tese de que no federalismo os partidos organizam-se em volta das questões estaduais possui alguns defensores e respaldo na teoria de Panebianco (2005), em que as nações federativas possuem tendência à reprodução de organizações partidárias descentralizadas, o que levaria a movimentações em torno de questões locais. É necessário também lembrar que a legislação eleitoral, por muitas vezes, indica que os órgãos superiores dos partidos políticos podem intervir nas alianças municipais. No entanto, existem alguns estudos que atribuem como baixa a eficiência no controle de algumas alianças por parte das instâncias centrais das legendas partidárias. Dantas (2007) salienta que os órgãos estaduais dos partidos são relevantes, inclusive com considerável força em vários de seus estatutos atribuindo-lhes competência para avaliar as alianças locais. A partir de dados do autor, duas das três legendas (PMDB e PSDB) a serem analisadas em particular neste estudo possuem possibilidades dos órgãos estaduais intercederem nas estratégias eleitorais nos municípios. O que torna mais significativo e rico o estudo proposto neste capítulo.

3.1. Padrões e tendências gerais das candidaturas

O presente estudo foi baseado nos dados eleitorais oficiais disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás – TRE-GO, e pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.³⁴ No universo total de eleições majoritárias para prefeitos analisados em todos os municípios do estado nas sete eleições (entre 1988 e 2012), houve 4.115 candidaturas lançadas. No entanto, para 166 candidaturas não se obtiveram informações sobre se eram isoladas ou coligadas nas bases de dados oficiais. Os dados referentes a essas coligações foram obtidos em uma série de consultas realizadas nos arquivos do Centro de Documentação – CEDoc, do jornal *O Popular*. Partindo então do universo de 4.115 candidaturas, 46,9% delas foram isoladas e 53,1% coligadas.

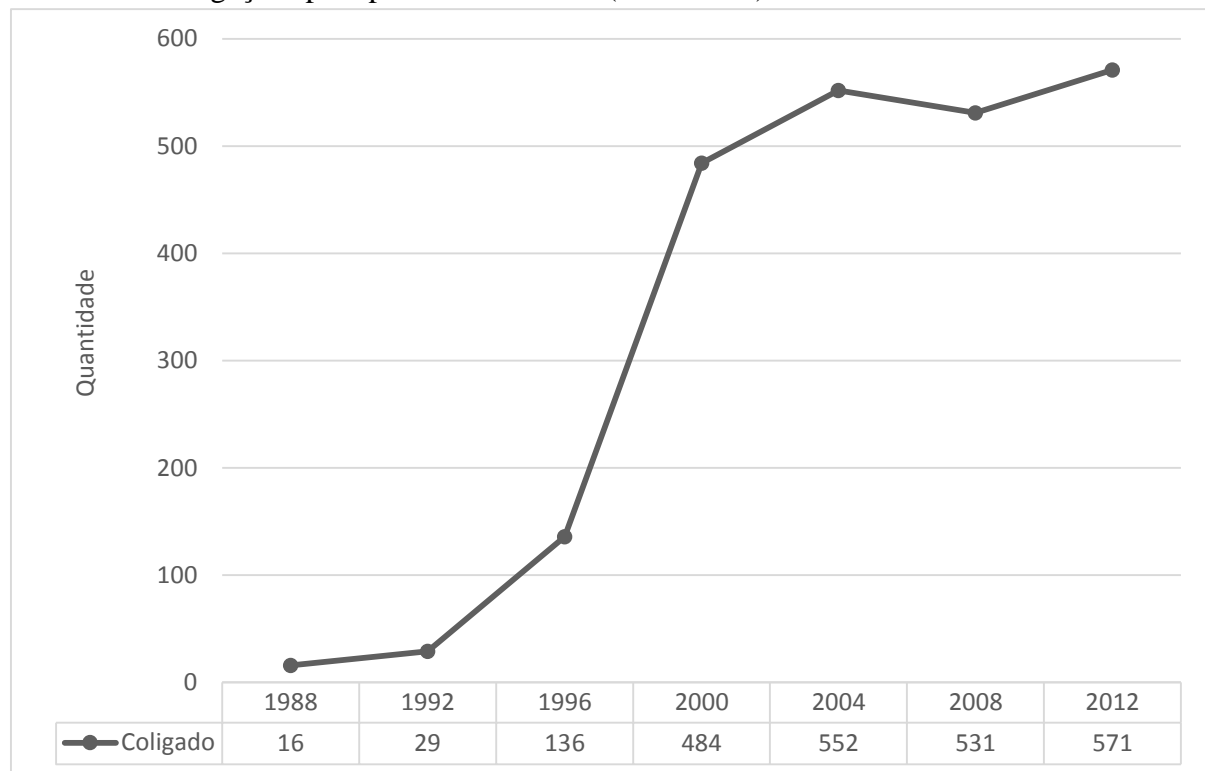
A evolução do perfil de candidaturas comprova que a estratégia de lançamento de candidaturas coligadas nas eleições para prefeitos municipais tem sido predominante na nova democracia brasileira. Com exceção dos anos de 1988, 1992 e 1996, primeiras três eleições municipais com o novo regime democrático instalado, todos os outros pleitos registraram uma inclinação dos partidos políticos em buscar aliados. É importante lembrar que as coligações eleitorais foram permitidas nas eleições de 1986, ou seja, após duas décadas de proibição estas foram novamente utilizadas como possibilidades de maximizar forças eleitorais às legendas que haviam sido criadas com a reforma partidária de 1979.

Assim, a análise das eleições para os executivos municipais deve ser feita com algumas reservas. A conjuntura das eleições entre os anos de 1988 e 1996 nos oferece um excelente poder explicativo. Em 1988 a hegemonia do PMDB determinou o ambiente eleitoral (Panebianco, 2005). O clima político bastante favorável ao partido praticamente isolava as chances de vitória de outra legenda com candidatura isolada ou como cabeça de chapa. Em seguida, a primeira eleição direta para o cargo de presidente, no ano de 1989, levou a uma instabilidade partidária no cenário político nacional e criou uma sensação de incerteza na disputa, gerando um impacto direto na estratégia coligacionista dos partidos políticos (Lamounier e Marques, 1992). O ano de 1992, representou um aumento da quantidade de candidaturas coligadas, saltou-se de 3,5% para 6,8% a quantidade de alianças entre as legendas partidárias. Já na eleição de 1996, foi registrado um crescimento no percentual de candidaturas coligadas durante o período analisado, com 21,8% das candidaturas utilizando coligações eleitorais como estratégia.

³⁴ <http://www.tre-go.jus.br>
<http://www.tse.jus.br>

A tendência de um maior percentual de candidaturas coligadas em relação às isoladas é bastante alterada nas eleições majoritárias municipais subsequentes. Apesar de ser verificado um considerável crescimento na eleição municipal de 2000, houve nos pleitos seguintes um contínuo crescimento na utilização das coligações eleitorais. Ao relacionar as informações do Gráfico 1 com o número de partidos políticos registrados e atuantes no cenário político estadual percebe-se que é possível fortalecer a hipótese de que os partidos políticos são mais favoráveis a formar coligações quando existem muitas legendas concorrendo nas eleições (Golder, 2006). Ou seja, a estratégia de escolha por candidaturas coligadas aumenta na medida em que os líderes partidários percebem que a oferta de legendas partidárias está inflacionada, procurando assim reduzir as incertezas e maximizar os ganhos.

Gráfico 1. Coligações para prefeito em Goiás (1988-2012).



Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As tendências observadas com os dados agregados por ano eleitoral apresentam-se de modo diferenciado em algumas regiões do estado, quando realizado um recorte no tratamento dos dados. Ao longo de todas as eleições analisadas percebe-se que nos municípios mais próximos à capital e nas maiores cidades do interior do estado, existe uma tendência de apresentação de candidaturas coligadas. Pretende-se, desse modo, contribuir com o debate sobre as diversidades do sistema partidário brasileiro e trazer elementos para uma reflexão acerca do comportamento político no país.

Quanto à definição da classificação das coligações, apesar dos limites já conhecidos na agenda de pesquisa, foi mantida a terminologia e classificação tradicionalmente utilizada pela literatura, principalmente por Dantas (2007). Ou seja:

- a) Situação: quando a coligação é formada apenas por partidos políticos da base aliada do governador de estado.
- b) Oposição: quando a coligação é formada apenas por partidos políticos pertencentes ao grupo de oposição ao governador de estado.
- c) Ambos: quando a coligação eleitoral é formada com a participação de partidos políticos pertencentes aos dois blocos, ou seja, de governo e oposição ao governo estadual.

A eleição de 1988 apresentou-se de modo bastante específico em uma sequência de particularidades, e devemos analisá-la com distinção.³⁵ A primeira eleição recortada para análise expõe um aspecto interessante para ser estudado, é neste ano eleitoral, como será apresentado ao final deste capítulo, que também é verificado o melhor resultado para as coligações situacionistas. É preciso ter claro o limite dos dados analisados, eles não possibilitam afirmar que a decisão do voto, deste eleitorado, ocorreu a partir da característica situacionista da coligação. No entanto, deve ser considerado que a conjuntura favorável ao PMDB e o sucesso econômico do Plano Cruzado à época seja um elemento essencial para a explicação deste fenômeno.

O pleito de 1992 não apenas apresentou, em relação ao ano de 1988, um salto considerável em relação ao percentual de candidaturas coligadas, mas também de coligações com participação de partidos de apoio ao governador no estado, ou seja, legendas situacionistas. De modo inverso, houve uma queda brusca no lançamento de coligações oposicionistas neste ano eleitoral, reduzindo, respectivamente, de 52,8% para 30,3% de candidaturas ofertadas pela oposição. A eleição seguinte, no ano de 1996, em primeiro lugar, como já foi percebido anteriormente (Gráfico 1), registrou um ótimo crescimento das candidaturas coligadas. Neste ano, a oferta de candidaturas pela oposição foi também a maior encontrada em todo o período analisado, com 55,7% de lançamentos. Desse modo, destaca-se que o pleito eleitoral de 1996 mostra um perfil que continuará a ser modificado em 2000, seguido de um movimento coligacionista em que os partidos de ambos os blocos se unem em prol da vitória.

³⁵Existem alguns motivos, que integrados, explicam essa particularidade. Entre eles estão a conjuntura hegemônica do PMDB na eleição deste ano em Goiás, e a existência de um sistema partidário nacional não fragmentado. Estes foram alguns dos elementos importantes para entender as peculiaridades da eleição de 1986.

Além disso, comparando as eleições de 1988, 1992 e 1996 percebe-se que existe uma tendência de queda se somarmos as alianças de situação e oposição (98,7% → 95,5% → 94,9%). Nesse sentido, as eleições realizadas entre os anos de 1988 e 1996 apresentam uma oscilação entre candidaturas de situação e oposição e uma baixíssima oferta de candidaturas de partidos de ambos os blocos de governo e oposição coligados. Percebe-se também que há outro aspecto do comportamento estratégico coligacionista em relação à eleição de 1988 que é revertida a partir de 1996. Este diz respeito ao crescimento na quantidade das candidaturas de situação em 1992 (65,2%), sucedido por uma brusca redução no pleito seguinte, registrando 41,7% das ofertas de candidaturas.

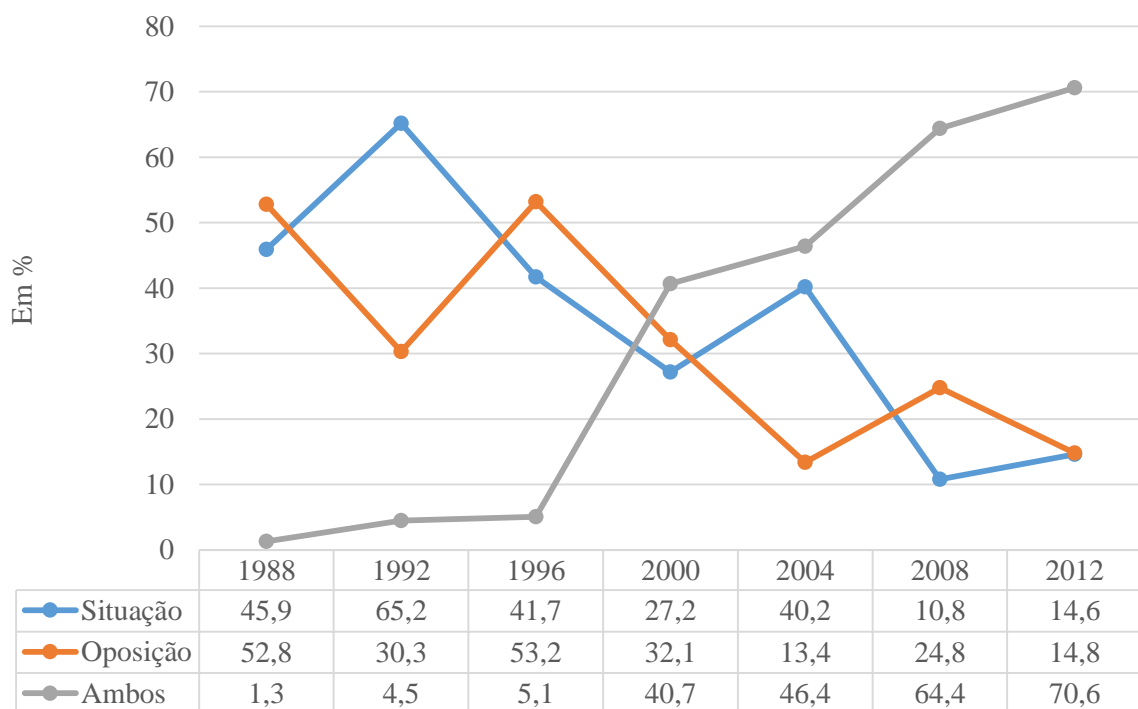
Quando analisamos as coligações de situação ao governo estadual, percebemos que elas predominam em relação às outras somente em uma eleição, 1992. O pleito de 1992 não apenas apresentou um crescimento de candidaturas coligadas (Gráfico 1) mas também o mais alto percentual de coligações de partidos de situação ao governo estadual. Já as candidaturas oposicionistas tiveram uma redução significativa comparada ao pleito anterior, registrando 30,3% das ofertas. Porém estas informações não possibilitam uma boa avaliação do perfil encontrado das coligações que corresponde a uma posição decidida das legendas ao considerarem o critério do alinhamento no momento de buscarem seus aliados.³⁶ É importante também considerar que, ao partir da hipótese de que as legendas podem ser a representação dos conflitos e realidades locais, uma pequena alteração de partido por parte de um grupo politicamente forte nos municípios podem representar uma considerável modificação nos padrões de parcerias do estado.

A disputa de 2000 já apresentava o início de um processo de crescimento das coligações formadas por ambos partidos de governo e de oposição no cenário político estadual. Tendência esta que se mantém até a eleição de 2012, quando se observa uma pequena melhoria da estratégia coligacionista dos partidos de situação. Assim, as alianças eleitorais realizadas com ambos os partidos de governo e de oposição, com apenas uma exceção no pleito de 1988, tiveram um contínuo crescimento. Ou seja, os dados eleitorais apresentam um crescimento desde o ano de 1996. Contudo, a inflexão ocorreu apenas nas eleições municipais de 2000, quando se observa uma maioria de ofertas de candidaturas envolvendo partidos de ambos os blocos de governo e oposição.

³⁶A investigação desta conexão foi realizada no capítulo anterior deste trabalho a partir da utilização de outros instrumentos metodológicos. Foi realizada a análise do discurso dos partidos e de suas lideranças sobre as coligações eleitorais realizadas.

Em relação à eleição de 2004, se somarmos as coligações classificadas como situação e ambos, elas dominam, perfazendo um total de 86,6% das ofertas de coligações. Interessante que se considerarmos as candidaturas oposicionistas, percebe-se que nos anos de 2004 e 2012, elas detêm a menor quantidade de ocorrências observadas ao longo do período analisado, com 13,4% e 14,6%, respectivamente. Ou seja, ao longo do tempo, com a entrada de novos partidos no cenário político estadual, o desejo de não ser oposição aumenta, corroborando para este movimento. O crescimento da quantidade de partidos políticos que disputaram as eleições ao longo do período analisado foi acompanhado do decréscimo das candidaturas classificadas como puramente de situação ou oposição. Esse é um indicio bastante forte de que, quanto mais partidos foram surgindo no cenário político estadual, mais abrangentes tiveram que ser as alianças realizadas com fins de vitória eleitoral nos municípios. Com uniões envolvendo partidos de ambos os blocos de governo e oposição. Isso não significa que os partidos de situação e oposição ausentaram-se das campanhas eleitorais, mas representa um jogo em que os palanques precisam ter partidos políticos diversos para conseguir a vitória.

Gráfico 2. Perfil das candidaturas para prefeito em relação ao governo estadual (1988-2012).



Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A avaliação da evolução das estratégias coligacionistas em Goiás torna possível uma investigação das diferenças e semelhanças do comportamento das lideranças locais em Goiás. Na próxima seção, será averiguado em que medida o padrão geral das coligações eleitorais se comporta quando as informações são tratadas por eleição.

3.2. Cenário Geral

Nesta seção pretende-se responder a duas questões. A primeira diz respeito às participações dos partidos nas coligações eleitorais nos respectivos anos eleitorais. Ou seja, nas eleições majoritárias para prefeitos, como se configuram as alianças no que diz respeito ao lançamento de candidaturas isoladas ou coligadas? Pois os partidos políticos podem manter entre si relações diferentes das nacionais quando são considerados regiões e localidades específicas. A segunda procura observar a evolução das candidaturas em cada ano eleitoral, com a preocupação de responder se as uniões cada vez mais se preocupam em lançar candidatos nos diversos municípios do estado e qual tipo de participação (isolado ou coligado) tem mais chances de obter a vitória nas eleições.

3.2.1. Eleições de 1988

Nas eleições municipais realizadas no estado de Goiás no ano de 1988, foram apresentadas ao todo 464 candidaturas para disputa do cargo de prefeito nos 184 municípios. Para analisar com mais detalhes os efeitos produzidos pelas coligações eleitorais no sistema partidário do estado, é importante verificar como os partidos políticos distribuíram-se em nível local. Essa distribuição partidária, realizada nas eleições majoritárias municipais deste ano, é apresentada na tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Participações nas eleições para prefeito em 1988, por partido.

Partido	Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado		Total	
PMDB	173	97,7 %	4	2,2 %	-	-	177	96,8 %
PT	96	98,9 %	1	1,1 %	-	-	97	52,8 %
PFL	52	78,7 %	7	10,5 %	7	10,6 %	66	35,8 %
PDC	37	86,1 %	16	37,2 %	6	13,9 %	59	31,3 %
PL	39	90,6 %	2	4,6 %	2	4,6 %	43	23,4 %
PDS	14	56,0 %	4	16,0 %	7	28,0 %	25	13,5 %
PTRB	12	48,0 %	2	8,0 %	11	44,0 %	25	13,5 %
PDT	17	85,0 %	2	10,0 %	1	5,0 %	20	10,8 %
PSB	4	80,0 %	1	20,0 %	-	-	5	2,7 %
PC do B	3	75,0 %	-	-	1	25,0 %	4	1,6 %
PTB	1	33,3 %	-	-	2	66,6 %	3	1,6 %
PCB	-	-	-	-	1	100 %	1	0,5 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em Goiás ocorreram diferenças quanto à distribuição territorial da participação dos partidos políticos na eleição de 1988. Ao verificar os dados da tabela 2, logo abaixo, percebe-se haver uma concentração de participação dos partidos políticos, em maior medida, nos municípios em que o número de eleitores seja superior a 10 mil. O fato de ao final da década de 80, o estado possuir em sua maioria cidades pequenas contribuiu para que houvesse uma tendência de maior número de candidaturas nos menores municípios. Um aspecto interessante observado neste pleito deve ser ressaltado, das 12 legendas que disputaram as eleições neste ano, 8 (PT, PL, PDC, PDS, PDT, PSB, PC do B e PTB) concentraram a maior parte de seus esforços nos municípios com porte entre 10 mil e 50 mil eleitores. E apenas dois partidos (PMDB e PFL) registraram maior participação em municípios com até 5 mil eleitores.

Tabela 2. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 1988, por partido.

Partido	Menos de 5.000 eleitores		5.000 a 10.000		10.001 a 50.000		50.001 a 100.000		100.001 a 200.000		Mais de 200.000 eleitores	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PMDB	88	84,6%	41	73,2%	44	91,6%	2	100,0%	1	100,0%	1	100,0%
PT	30	28,8%	28	50,0%	37	77,1%	2	100,0%	-	-	1	100,0%
PFL	31	29,8%	15	26,7%	20	41,6%	-	-	-	-	1	100,0%
PL	12	11,5%	14	25,0%	17	35,4%	-	-	-	-	1	100,0%
PDC	16	15,3%	8	14,2%	17	35,4%	2	100,0%	-	-	1	100,0%
PDS	2	1,9%	9	16,1%	12	25,0%	-	-	1	100,0%	1	100,0%
PTRB	6	5,7%	12	21,4%	7	14,5%	-	-	-	-	-	-
PDT	8	7,6%	4	7,1%	8	16,6%	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	-	-	3	6,2%	1	50,0%	-	-	1	100,0%
PC do B	-	-	-	-	3	6,2%	-	-	-	-	1	100,0%
PTB	-	-	1	1,7%	2	4,1%	-	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0%

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O número absoluto de vitórias obtidas pelos partidos com a maior participação comprova a observação feita anteriormente. Ou seja, a participação no maior número de municípios é necessária para alcançar o maior número de vitórias. É possível afirmar que as legendas partidárias utilizam um cálculo muito preciso acerca dos custos e os benefícios ao escolher o modo de participação em um pleito eleitoral. A tabela 3, abaixo, mostra o perfil da vitória eleitoral dos partidos políticos que disputaram a eleição municipal de 1988. Através dela é possível perceber que quase todos os partidos políticos que tiveram maior lançamento de candidaturas nos municípios goianos aparecem nos primeiros lugares da lista.

Tabela 3. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 1988, em todos os municípios.

Partido	Total de Vitórias		Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado	
PMDB	129	72,8 %	128	73,9 %	1	25,0 %	-	-
PFL	27	40,9 %	22	42,3 %	4	57,1 %	1	14,2 %
PL	24	55,8 %	23	58,9 %	1	50,0 %	-	-
PTRB	24	96,0 %	11	91,6 %	2	100,0 %	11	100,0 %
PDC	15	34,8 %	-	-	11	68,7 %	4	66,6 %
PDS	9	36,0 %	4	28,5 %	-	-	5	71,4 %
PDT	3	15,0 %	2	11,7 %	1	50,0 %	-	-
PT	1	2,1 %	1	2,1 %	-	-	-	-
PCB	1	100,0 %	-	-	-	-	1	100,0 %
PSB	1	20,0 %	1	100,0 %	-	-	-	-
PTB	1	33,3 %	-	-	-	-	1	50,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As taxas de sucesso dos partidos políticos não apresentam uma proximidade entre si, o efeito ocorre ao contrário, com os dados mostrando uma grande variação entre as legendas partidárias. O partido que mais logrou vitórias foi o PMDB, obviamente, graças à maior atração advinda da posição ocupada diante do governo estadual. Ao mesmo tempo é possível verificar alguma rejeição aos lançamentos de candidaturas de alguns pequenos partidos, tais como, o PTB e PCB. Uma observação interessante e que merece ser ressaltada foi o caso do PT, este foi o partido com a menor taxa de sucesso (2,1%) entre as demais legendas. A sua participação mesmo sendo considerada alta (52,8%) não refletiu em um bom desempenho nas urnas, conquistando apenas 2,1% dos municípios que concorreu. É preciso destacar que apenas uma participação isolada do PT logrou vitória (em Goiânia, elegendo Darci Accorsi). Sobre isso, é necessário levar em conta a estratégia diferenciada do partido, que optou até então por lançar um grande número de candidatos próprios, mesmo sem chances de vitória, como forma de consolidar sua marca partidária a longo prazo.

No que se refere ao tamanho das coligações eleitorais nas eleições municipais em 1988, a partir dos dados da tabela 4, abaixo, verifica-se que tanto os partidos com menor ou maior participação eleitoral tendem a formar coligações com no máximo dois ou três partidos neste pleito eleitoral. Comparando os dados, percebe-se que a quantidade de participação dos partidos políticos possui valores diversos, embora o tamanho médio de suas coligações tenha valores muito próximos. Após o Partido Liberal (PL) – com média de 1,5 partidos coligados – possuem tendências a formar coligações com dois ou três partidos, o PDC e o PTRB – ambos com 1,4 partidos em média.

Tabela 4. Tamanho médio das coligações nas eleições de 1988, por partido e exceto casos isolados.

Partido	Média do número de partidos coligados	Partido	Média do número de partidos coligados
PL	1,5	PSB	1,2
PDC	1,4	PDT	1,1
PTRB	1,4	PT	1,0
PFL	1,3	PCB	1,0
PDS	1,2	PTB	1,0
PMDB	1,2	PC do B	1,0

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao comparar as informações da tabela 3 com aquelas apresentadas na tabela 2 se percebe o quanto é importante questionar o modo em que ocorre a distribuição territorial de acordo com o tamanho das coligações. O número de partidos coligados se refere à quantidade de partidos que fizeram parte da coligação, além da legenda que disputa na condição de cabeça de chapa. Ou seja, nas tabelas 5, 6 e 7, logo abaixo, o campo “isolados” significa que não houve uma coligação entre, no mínimo, dois partidos políticos. Portanto, trata-se dos casos de candidaturas envolvendo apenas um partido. É muito importante ressaltar que o tamanho das coligações eleitorais neste pleito foi bastante pequeno, havendo muitos casos de candidaturas isoladas (tratados na tabela 1 e 2). Houve apenas três coligações formadas com três legendas partidárias disputando as eleições nas cidades de Ceres, Edéia e Rio Verde, municípios de porte entre 5 mil e 100 mil eleitores. Inclusive, vale destacar que essas uniões levaram os seus respectivos candidatos à vitória. Ocorreram apenas 34 alianças entre dois partidos, representando 7,3% das uniões realizadas para as eleições de 1988. Estas coligações concentraram-se nas cidades com porte inferior aos 5 mil eleitores até 50 mil eleitores, e houve um caso de coligação entre duas legendas em Goiânia, capital do estado, com porte de quase 500 mil eleitores.

Tabela 5. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 1988, por tamanho do eleitorado.

Resultado	Número de Partidos Coligados					
	Isolados		2		3	
Menos de 5.000	178	41,6 %	6	17,6 %	-	-
De 5.000 à 10.000	106	24,8 %	10	29,4 %	1	33,3 %
De 10.001 à 50.000	130	30,4 %	17	50,0 %	1	33,3 %
De 50.001 à 100.000	6	1,4 %	-	-	1	33,3 %
De 100.001 à 200.000	3	0,7 %	-	-	-	-
De 200.001 à 500.000	4	0,9 %	1	2,9 %	-	-
Total	427	100 %	34	100,0 %	3	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Independente do porte do município, o movimento observado é pela preferência dos partidos em celebrar alianças com o menor número de partidos políticos ou participar da disputa de modo isolado. De outro modo, teoricamente, alianças eleitorais maiores teriam capacidade de alcançar sucesso com mais facilidade do que as coligações pequenas ou as candidaturas isoladas. Nas eleições municipais de 1988, como mencionado anteriormente, as três uniões realizadas com três partidos lograram 100% de vitória e as alianças formadas com dois partidos políticos alcançaram apenas 50% de sucesso nos casos observados.

Tabela 6. Tamanho da coligação nas eleições de 1988, por resultado.

Resultado	Número de Partidos Coligados					
	Isolados		2		3	
Eleito	193	45,1 %	17	50,0 %	3	100,0 %
Não Eleito	234	54,9 %	17	50,0 %	-	-

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para melhor compreensão destes valores é preciso utilizar uma variável de controle, que nos permita controlar estatisticamente o porte do município a fim de verificar se esta característica fornece alguma distinção. Com a intenção de comparar a eficácia do tamanho da coligação sobre a quantidade de vitórias a partir do porte do eleitorado no município, foi calculado a taxa de sucesso para cada grupo apresentado na tabela 7, logo abaixo.

Tabela 7. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 1988, por eleitorado.

Resultado	Número de Partidos Coligados					
	Isolados		2		3	
Menos de 5.000	99	51,2 %	4	66,6%	-	-
De 5.000 à 10.000	48	24,8 %	7	70,0 %	1	100,0 %
De 10.001 à 50.000	44	22,7 %	5	29,4 %	1	100,0 %
De 50.001 à 100.000	1	0,5 %	-	-	1	100,0 %
De 100.001 à 200.000	1	0,5 %	-	-	-	-
De 200.001 à 500.000	-	-	1	100,0 %	-	-
Total	193	100 %	17	100,0 %	3	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados da tabela 7, acima, mostram o tamanho da coligação e a eficácia eleitoral em todos os grupos de variação de eleitores. Ao realizar o cálculo da correlação entre o tamanho do eleitorado e o tamanho das coligações do total de participações, o valor encontrado é de apenas +0,145. Quando fazemos o mesmo procedimento apenas com os dados das coligações vitoriosas, este valor sobe para +0,226, mostrando uma tendência de que o crescimento no tamanho das coligações aumenta as chances de ocorrência de uma vitória.

3.1.2. Eleições de 1992

As eleições municipais no Brasil em 1992 foram deflagradas durante o governo do presidente Fernando Collor, porém o processo de *impeachment* movido contra o presidente fez com que as eleições ocorressem sob o governo de Itamar Franco. Assim, o pleito foi disputado sob o impacto do movimento Fora Collor, que resultou na queda do presidente. As eleições de 1992 no estado de Goiás foram marcadas pela grande participação do PMDB nas disputas municipais, o partido lançou candidatos em 80,8% dos municípios, sendo que em 164 deles (94,7%) foi de modo isolado. Outros dois partidos que tiveram maior participação de modo isolado foram o PT (92,3%) e PST (92,8%). Baseando-se ainda nos dados apresentados na tabela 8 também é possível perceber que outros partidos políticos, tais como o PTR, PDC, PT, PL e PRN, tiveram uma quantidade razoável de participações nas eleições municipais. O PTR lançou candidatos em 19,6% dos municípios, o PDC em 19,1%, o PT em 18,2%, e o PL e PRN em 15,9% das cidades goianas. Essa distribuição partidária, ocorrida nas eleições majoritárias municipais de 1992, é apresentada na tabela 8, abaixo.

Tabela 8. Participações nas eleições para prefeito em 1992, por partido.

Partido	Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado		Total	
PMDB	164	94,7 %	6	3,4 %	3	1,7 %	173	80,8 %
PFL	38	82,6 %	3	6,5 %	5	10,8 %	46	21,4 %
PTR	35	83,3 %	3	7,1 %	4	9,5 %	42	19,6 %
PDC	33	80,4 %	3	7,3 %	5	12,1 %	41	19,1 %
PT	36	92,3 %	1	2,6 %	2	5,1 %	39	18,2 %
PL	25	73,5 %	2	5,8 %	7	20,5 %	34	15,9 %
PRN	26	76,4 %	4	11,7 %	4	11,7 %	34	15,9 %
PDS	11	64,7 %	4	23,5 %	2	11,7 %	17	7,9 %
PST	13	92,8 %	1	7,1 %	-	-	14	6,5 %
PSDB	7	63,6 %	1	9,0 %	3	27,2 %	11	5,1 %
PDT	4	57,1 %	1	14,2 %	2	28,5 %	7	3,2 %
PSB	3	60,0 %	-	-	2	40,0 %	5	2,3 %
PSD	3	100 %	-	-	-	-	3	1,4 %
PC do B	-	-	-	-	2	100,0 %	2	0,8 %
PSC	1	100 %	-	-	-	-	1	0,4 %
PCB	1	100 %	-	-	-	-	1	0,4 %
PMN	-	-	-	-	1	100,0 %	1	0,4 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Existem algumas considerações importantes a serem feitas sobre as diferenças territorialmente existentes no estado de Goiás quanto a participação dos partidos políticos na eleição de 1992. Ao verificar os dados da tabela 9, logo abaixo, percebe-se haver uma concentração de participação dos partidos políticos, em maior medida, nos municípios em que o número de eleitores é superior a 50 mil, com 54,4% das candidaturas. É interessante também notar que neste período, início da década de 90 ainda haviam muitas cidades pequenas no interior de Goiás, contribuindo para que essa tendência ainda fosse observada neste ano. O estado de Goiás, localizado no centro-oeste brasileiro, teve um lento crescimento populacional. Não atraindo atenção de pessoas de outras localidades. Retomando a análise dos dados apresentados na tabela 8, percebe-se o valor ligeiramente superior que o partido do governador, o PMDB, possui frente aos demais partidos quando concorre nos menores municípios (75,0%). Neste pleito também deve ser ressaltado que das 15 legendas que disputaram as eleições municipais deste ano, 9 (PMDB, PFL, PTR, PT, PDS, PST, PSDB, PDT, PCB) concentraram maior parte de seus esforços nas cidades com mais de 50 mil eleitores. Apenas o PL que se comportou de modo diferenciado das demais legendas, registrando o maior número de participação em municípios com porte de até 5 mil eleitores.

Tabela 9. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 1992, por partido.

Partido	Menos de 5.000 eleitores		5.000 a 10.000		10.001 a 50.000		50.001 a 100.000		100.001 a 200.000		200.001 a 500.000	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
PMDB	87	75,0%	41	73,2%	38	79,1%	5	83,3%	1	100,0%	1	100,0%
PFL	23	20,0%	8	14,2%	12	25,0%	2	33,3%	-	-	1	100,0%
PTR	17	14,6%	7	12,5%	16	33,3%	1	16,6%	-	-	1	100,0%
PDC	10	8,6%	12	21,4%	14	29,1%	4	66,6%	-	-	1	100,0%
PT	13	11,2%	9	16,1%	12	25,0%	3	50,0%	1	100,0%	1	100,0%
PL	21	18,1%	7	12,5%	6	12,5%	-	-	-	-	-	-
PRN	12	10,3%	14	25,0%	7	14,5%	1	16,6%	-	-	-	-
PDS	1	0,8%	5	8,9%	7	14,5%	2	10,7%	1	100,0%	1	100,0%
PST	5	4,3%	3	5,3%	5	10,4%	1	16,6%	-	-	-	-
PSDB	5	4,3%	2	3,5%	2	4,1%	1	16,6%	-	-	1	100,0%
PDT	2	1,7%	2	3,5%	2	4,1%	1	16,6%	-	-	-	-
PSB	3	2,5%	2	3,5%	-	-	-	-	-	-	-	-
PSD	1	0,8%	1	1,7%	1	2,0%	-	-	-	-	-	-
PSC	-	-	-	-	1	2,0 %	-	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-	-	1	16,6%	-	-	-	-

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao analisar as vitórias dos partidos políticos que concorreram às eleições municipais de 1992, percebe-se que os partidos tradicionais que disputaram o pleito anterior ainda marcam presença. Como podemos observar na tabela 10, logo abaixo, o PMDB mantém a sua presença como partido com a maior quantidade de vitórias neste pleito eleitoral, somando 124 prefeituras conquistadas, o que corresponde a 71,6% de suas candidaturas. Nas eleições municipais de 1992 os partidos pertencentes à base de apoio do governo estadual (PMDB, PTR e PR) conquistaram 164 prefeituras, o que corresponde à 76,7% dos municípios goianos. A taxa de sucesso do PMDB, partido do governador de estado, apresentou uma pequena queda, sem afetar expressivamente a presença do partido nas cidades do estado de Goiás, ela reduziu de 72,8% no pleito anterior para 71,6% nesta eleição. A opção do PMDB neste pleito pela disputa de prefeituras sem coligação ainda continuou alta se comparada com as opções como cabeça de chapa ou coligado à outra legenda, o que mostra ainda alguma resistência por parte das legendas partidárias na utilização deste instrumento disponível. Os demais partidos pertencentes a coalizão do governo estadual, alcançaram também bons resultados nas urnas. O PTR foi o segundo partido com maior total de vitórias, conquistando 25 prefeituras, o que corresponde à 59,5% de suas candidaturas. Já o PL logrou sucesso em apenas 15 municípios, o que corresponde à 44,1% do total de candidaturas lançadas.

Tabela 10. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 1992, em todos os municípios.

Partido	Total de Vitórias		Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado	
PMDB	124	71,6 %	117	71,3 %	5	83,3 %	2	66,6 %
PTR	25	59,5 %	20	57,1 %	1	66,6 %	4	100,0 %
PDC	23	56,1 %	17	51,5 %	2	66,6 %	4	80,0 %
PFL	17	36,9 %	14	36,8 %	2	66,6 %	1	20,0 %
PRN	17	50,0 %	11	42,3 %	3	75,0 %	3	75,0 %
PL	15	44,1 %	9	36,0 %	1	50,0 %	5	71,4 %
PST	12	85,7 %	11	84,6 %	1	100,0 %	-	-
PDS	5	29,4 %	3	27,2 %	1	25,0 %	1	50,0 %
PSDB	5	45,4 %	3	42,8 %	1	100,0 %	1	33,3 %
PSB	4	80,0 %	2	66,6 %	-	-	2	100,0 %
PC do B	2	100,0 %	-	-	-	-	2	100,0 %
PDT	1	14,2 %	-	-	-	-	1	50,0 %
PT	1	2,5 %	-	-	1	100,0 %	-	-
PSD	1	33,3 %	1	33,3 %	-	-	-	-
PMN	1	100,0 %	-	-	-	-	1	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O tamanho das coligações pouco aumentou quando comparado com o pleito anterior. O mesmo valor registrado nas eleições municipais de 1988. As maiores coligações foram registradas em Goiânia, capital do estado, e no município de São Simão, e contaram com um total de cinco partidos, sendo eleito apenas o candidato a prefeito da capital em uma coligação liderada pelo PT com o apoio do PSDB, PC do B, PMN e PSB. O PMDB, partido do governador de estado, manteve uma posição com as menores coligações. Porém sua média reduziu 0,1 ponto se comparada à eleição anterior. É preciso considerar que, de outro modo, alguns partidos alcançaram maior número de legendas coligadas, são eles: PDS e PSDB, ambos registrando médias de 1,6 partidos, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 11. Tamanho médio das coligações nas eleições de 1992, por partido.

Partido	Média do número de partidos coligados	Partido	Média do número de partidos coligados
PDS	1,6	PT	1,2
PSDB	1,6	PST	1,2
PRN	1,4	PSB	1,2
PDC	1,3	PMDB	1,1
PL	1,3	PSD	1,0
PDT	1,3	PSC	1,0
PFL	1,2	PCB	1,0
PTR	1,2	PC do B	-

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 1992 percebe-se que as coligações eleitorais foram maiores do que as realizadas para o pleito anterior, conforme tabela 12, abaixo. Nessa eleição houveram casos de alianças entre quatro legendas em busca do sucesso eleitoral. Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que o tamanho das coligações eleitorais neste pleito foi razoavelmente maior que o anterior. Vale mencionar também que a ocorrência de casos de candidaturas isoladas continuou alto, se comparado com a eleição anterior. Ocorreram apenas 20 alianças entre dois partidos, representando 68,9% das uniões realizadas para as eleições municipais de 1992. As menores coligações concentram-se nas regiões com menor eleitorado, em municípios com até 5 mil eleitores.

Tabela 12. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 1992, por tamanho do eleitorado.³⁷

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados							
	Isolados		2		3		4	
Menos de 5.000	10	50,0 %	1	20,0 %	-	-	-	-
De 5.000 à 10.000	2	10,0 %	2	40,0 %	1	50,0 %	1	50,0 %
De 10.001 à 50.000	3	15,0 %	2	40,0 %	1	50,0 %	-	-
De 50.001 à 100.000	2	10,0 %	-	-	-	-	-	-
De 100.001 à 200.000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 200.001 à 500.000	3	15,0 %	-	-	-	-	1	50,0 %
Total	20	100 %	5	100 %	2	100 %	2	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao comparar o comportamento coligacionista dos partidos políticos na eleição de 1992 percebe-se que, independentemente do tamanho do eleitorado no município, a tendência verificada em grande escala, tanto nas eleições de 1988 como nesta, é a preferência pelos partidos políticos goianos em celebrar alianças com a menor quantidade possível de partidos. É importante também considerar que, segundo os dados da tabela 13, as alianças eleitorais maiores tiveram 50% de sucesso, estas coligações envolvem cinco legendas partidárias, cada uma, e houveram apenas duas ocorrências nesta eleição. As alianças envolvendo 4 partidos lograram 100% de vitórias neste pleito eleitoral, foram realizadas apenas duas chapas com essa quantidade de legendas, uma na cidade de Itapirapuã (PRN), no noroeste de Goiás, e a outra no município de Pires do Rio (PST), localizado na região Sul do estado. Também nas eleições municipais de 1992, as uniões realizadas com três partidos lograram apenas 40% de vitória, apenas duas candidaturas foram vitoriosas, uma no município de Piranhas (PFL) e a outra na cidade de Vianópolis (PDC), localizadas nas regiões Noroeste e Sul, respectivamente. Já as alianças formadas somente com dois partidos políticos alcançaram 65% de sucesso dos casos observados, correspondendo a 13 municípios do estado.

Tabela 13. Tamanho da coligação nas eleições de 1992, por resultado.

Resultado	Número de Partidos Coligados							
	Isolados		2		3		4	
Eleito	13	65,0 %	2	40,0 %	2	100,0 %	1	50,0 %
Não Eleito	7	35,0 %	3	60,0 %	-	-	1	50,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

³⁷ O número de partidos políticos coligados nesta tabela segue o mesmo procedimento das tabelas 5,6 e 7 deste capítulo. Ela se refere à quantidade de partidos que fizeram parte da coligação, além da legenda que disputa na condição de cabeça de chapa.

Para uma melhor interpretação destes valores é necessário controlar estatisticamente o porte dos municípios com a intenção de compreender se esta característica proporciona alguma diferença nos valores. Com o objetivo de estabelecer uma comparação entre a relação da quantidade de partidos políticos de uma coligação sobre o número de vitórias, segundo o porte do eleitorado do município, foi realizado o procedimento de cálculo da taxa de sucesso para cada categoria apresentada na tabela 14, logo abaixo.

Tabela 14. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 1992, por eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados							
	Isolados		2		3		4	
Menos de 5.000	8	80,0 %	-	-	-	-	-	-
De 5.000 à 10.000	1	50,0 %	2	100,0 %	1	100,0 %	-	-
De 10.001 à 50.000	3	100,0 %	-	-	1	100,0 %	-	-
De 50.001 à 100.000	1	50,0 %	-	-	-	-	-	-
De 100.001 à 200.000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 200.001 à 500.000	-	-	-	-	-	-	1	100,0 %
Total	13	100,0 %	2	100,0 %	2	100,0 %	1	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados apresentados na tabela 14, acima, mostram o tamanho da coligação e o sucesso eleitoral em todos os grupos de eleitores no estado de Goiás. Inicialmente, percebe-se que nos municípios com porte de até 100 mil eleitores, quanto menor é o tamanho da coligação, maior é a tendência ao sucesso eleitoral. A exceção ficou apenas com cinco casos, já discutidos anteriormente em análises de outras tabelas. As divisões regionais do estado não apresentam grandes contribuições para a explicação do comportamento político, contudo o peso do tamanho do eleitorado se manifesta de extrema importância para a compreensão do fenômeno político. Em 1992, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro comandava o governo do estado, e neste ano a legenda foi vitoriosa em 7 municípios, coligado ao menos com outro partido político. Desse total de vitórias, quatro delas foram em municípios com população inferior aos 5 mil eleitores, as demais candidaturas vitoriosas variaram em cidades com eleitorado de 10 mil até 100 mil. As candidaturas isoladas vitoriosas do PMDB também seguem esse mesmo perfil, com a maioria delas (58,9%) sendo nos menores municípios do estado. Por fim, ao realizar o cálculo padrão para se chegar ao valor da correlação entre o tamanho do eleitorado e o tamanho das coligações do total de participações, o valor encontrado é de apenas +0,145. Quando fazemos o mesmo procedimento, porém selecionando apenas os casos das coligações vitoriosas, este valor sobe para +0,213, indicando que ao existir um crescimento no tamanho das coligações ocorre um aumento nas chances de vitória dos partidos políticos.

3.2.3. Eleições de 1996

As eleições municipais de 1996 foram as primeiras eleições realizadas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Estas eleições foram marcadas pela expectativa da influência da chegada do PSDB à presidência da República em 1994. A partir dos dados apresentados na tabela 15, logo abaixo, é possível perceber o número de participações do PSDB nesta eleição. Finalmente, o partido salta de 10º, com 5,1% de participação nos municípios em 1992, para a sexta maior legenda em número de lançamentos de candidaturas. O partido neste ano registrou candidatos em 74 municípios, representando 30,4% de participação nos municípios goianos. Com isso o PSDB chega ao nível dos partidos políticos mais estruturados no estado de Goiás (PMDB, PFL, PL), de modo que a legenda chegou a se tornar o principal adversário do PMDB a partir das eleições estaduais seguintes.

Tabela 15. Participações nas eleições para prefeito em 1996, por partido.

Partido	Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado		Total	
PMDB	181	81,9 %	36	16,2 %	4	1,9 %	221	90,9 %
PPB	44	45,8 %	25	26,1 %	27	28,1 %	96	39,5 %
PL	45	48,9 %	11	11,9 %	36	39,2 %	92	37,8 %
PFL	52	66,6 %	8	10,2 %	18	23,2 %	78	32,1 %
PSD	44	56,4 %	15	19,2 %	19	24,4 %	78	32,1 %
PSDB	48	64,8 %	24	32,4 %	2	2,8 %	74	30,4 %
PT	25	51,1 %	4	8,1 %	20	40,8 %	49	20,1 %
PTB	14	46,6 %	4	13,3 %	12	40,1 %	30	12,3 %
PDT	3	15,0 %	3	15,0 %	14	70,0 %	20	8,2 %
PSC	10	62,5 %	2	12,5 %	4	25,0 %	16	6,5 %
PST	3	42,8 %	1	14,4 %	3	42,8 %	7	2,8 %
PSB	3	50,0 %	-	-	3	50,0 %	6	2,4 %
PMN	3	60,0 %	1	20,0 %	1	20,0 %	5	2,1 %
PPS	3	60,0 %	1	20,0 %	1	20,0 %	5	2,1 %
PRP	4	80,0 %	-	-	1	20,0 %	5	2,1 %
PC do B	3	100,0 %	-	-	-	-	3	1,2 %
PV	1	50,0 %	1	50,0 %	-	-	2	0,8 %
PDS	1	100,0 %	-	-	-	-	1	0,4 %
PSTU	1	100,0 %	-	-	-	-	1	0,4 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados apresentados na tabela 16, logo abaixo, mostram uma concentração na participação dos partidos, em maior número, nas cidades em que a quantidade de eleitores era entre 10 e 100 mil. Cabe notar que as principais legendas estruturadas no estado (PMDB, PSDB, PPB, PFL, PSD e PL) concentraram a maioria dos seus esforços nos municípios com eleitorado superior a 10 mil. A participação do PMDB, partido do governador, concentrou-se em praticamente todos os municípios, exceto nas cidades com porte entre 100 e 200 mil eleitores. Esse perfil de municípios (menores de 5 mil até 100 mil eleitores) se somados juntos correspondem à 99,1% do total de candidaturas do partido. Deve-se notar também que neste período houve o crescimento do PSDB no estado de Goiás e percebe-se o quando o PSDB não possui proximidade do PMDB em percentual de lançamentos de candidaturas nos municípios. Os dados mostram que a legenda recém chegada ao executivo nacional adotou a estratégia de se lançar na disputa pelas prefeituras de todos os perfis de municípios goianos.

Tabela 16. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 1996, por partido.

Partido	Menos de 5.000 eleitores		5.000 a 10.000		10.001 a 50.000		50.001 a 100.000		100.001 a 200.000		Mais de 500.000 eleitores	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
PMDB	123	92,4%	49	92,4%	44	86,2%	3	100,0%	1	33,3%	1	100,0%
PSDB	32	24,1%	20	37,7%	18	35,2%	1	33,3%	2	66,6%	1	100,0%
PPB	38	28,5%	26	49,1%	28	54,9%	3	100,0%	1	33,3%	-	-
PFL	39	29,3%	18	33,9%	20	39,2%	-	-	1	33,3%	-	-
PSD	44	33,1%	11	20,7%	21	41,1%	1	33,3%	1	33,3%	-	-
PL	49	36,8%	25	47,1%	16	31,3%	1	33,3%	1	33,3%	-	-
PT	16	12,1%	8	15,1%	21	41,1%	1	33,3%	2	66,6%	1	100,0%
PTB	15	11,2%	5	9,3%	8	15,6%	1	33,3%	1	33,3%	-	-
PSC	5	3,7%	5	9,4%	6	11,7%	-	-	-	-	-	-
PDT	2	1,5%	8	15,1%	9	17,6%	1	33,3%	-	-	-	-
PST	3	2,2%	-	-	3	5,8%	-	-	-	-	1	100,0%
PMN	2	1,5%	-	-	3	5,8%	-	-	-	-	-	-
PPS	1	0,7%	1	1,8%	3	5,8%	-	-	-	-	-	-
PRP	2	1,5%	1	1,8%	2	3,9%	-	-	-	-	-	-
PC do B	1	0,7%	-	-	2	3,9%	-	-	-	-	-	-
PSB	1	0,7%	3	5,6%	2	3,9%	-	-	-	-	-	-
PV	-	-	-	-	2	3,9%	-	-	-	-	-	-
PSTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0%
PT do B	-	-	-	-	1	1,9%	-	-	-	-	-	-

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As vitórias dos partidos políticos tradicionais do estado de Goiás ainda prevalecem com grande margem de vantagem, mesmo ainda com a maioria das candidaturas sendo isoladas os principais partidos políticos, aqueles melhores estruturados, conquistaram prefeituras com expressividade. Como podemos observar na tabela 17, logo abaixo, o PMDB consegue mais uma vez manter sua presença como legenda com maior número de vitórias nesta eleição, somando 107 prefeituras conquistadas, o que corresponde a 48,1% de suas candidaturas. Ao comparar o sucesso do partido do governador de estado, nesta eleição com a anterior, percebe-se que as vitórias das candidaturas do PMDB tiveram uma redução de 23,3%. Nas eleições municipais de 1996 os partidos pertencentes à base de apoio do governo estadual (PMDB, PL, PRN, PRP) conquistaram 128 prefeituras, o que corresponde à 52,6% dos municípios goianos. Desse modo, a taxa de sucesso do PMDB continuou a apresentar queda nesta eleição, movimento registrado já nas eleições municipais de 1992, afetando parcialmente a expressividade deste partido nos municípios do estado de Goiás. Entre os partidos pertencentes a coalizão do governo estadual, apenas o PL apresentou um bom resultado nas urnas, alcançando 47 prefeituras, o que representa 48,9% de suas tentativas, ocupando o 2º lugar entre as legendas que mais foram vitoriosos nesta eleição. Assim, a opção dos partidos políticos nesta eleição em disputar os executivos municipais de modo isolado ainda foi expressiva, estratégia que não afetou a taxa de sucesso dos principais partidos estruturados no estado de Goiás. É interessante destacar que as coligações realizadas pelo partido do governador e seu principal aliado (PL) lograram sucesso neste pleito, com excelentes taxas de sucesso.

Tabela 17. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 1996, em todos os municípios.

Partido	Total de Vitórias		Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PMDB	107	48,1 %	90	49,7 %	15	41,6 %	2	50,0 %
PL	47	48,9 %	15	33,3 %	7	63,6 %	25	92,5 %
PPB	36	37,5 %	15	34,1 %	13	52,0 %	8	29,6 %
PFL	32	41,1 %	20	38,4 %	3	37,5 %	9	50,0 %
PSDB	30	40,5 %	18	37,5 %	11	45,8 %	1	50,0 %
PSD	29	37,1 %	14	31,8 %	7	46,6 %	8	44,4 %
PTB	12	40,0 %	5	35,7 %	3	75,0 %	4	33,3 %
PT	9	18,3 %	1	4,0 %	-	-	8	40,0 %
PSC	4	25,0 %	1	10,0 %	1	50,0 %	2	50,0 %
PSB	2	33,3 %	1	33,3 %	-	-	1	33,3 %
PST	2	28,5 %	1	33,3 %	-	-	1	33,3 %
PRP	2	40,0 %	1	25,0 %	-	-	1	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O procedimento de cálculo do tamanho médio das coligações nas eleições municipais de 1996, no estado de Goiás, registou uma quantidade média de 1,5 partido por aliança. O tamanho das alianças eleitorais sofreu uma redução nessas eleições, se comparado com a disputa anterior. A quantidade identificada nessa eleição foi de coligações realizadas com até três partidos políticos. Como já era de se esperar, as maiores uniões, compostas de quatro legendas, ocorrem na capital do estado, Goiânia.

Tabela 18. Tamanho médio das coligações nas eleições de 1996, por partido.

Partido	Média do número de partidos coligados	Partido	Média do número de partidos coligados
PPB	1,9	PT	1,4
PSDB	1,8	PST	1,4
PPS	1,8	PRP	1,4
PV	1,8	PSB	1,4
PDT	1,6	PT do B	1,4
PL	1,6	PSC	1,3
PSD	1,5	PMDB	1,2
PTB	1,5	PMN	1,2
PFL	1,4	PC do B	1,1

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 1996 nota-se que as coligações eleitorais foram realizadas em poucos municípios, como apresentado anteriormente. É importante destacar que os candidatos a prefeito do PMDB, partido do governador de estado, mantiveram posição inclusive nas menores coligações.

Tabela 19. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 1996, por tamanho do eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados					
	Isolados		2		3	
Menos de 5.000	247	50,5 %	43	39,3 %	13	46,4 %
De 5.000 à 10.000	105	21,4 %	29	26,8 %	6	21,4 %
De 10.001 à 50.000	116	23,7 %	33	30,5 %	9	32,1 %
De 50.001 à 100.000	6	1,2 %	3	2,7 %	-	-
De 100.001 à 200.000	10	2,1 %	-	-	-	-
De 200.001 à 500.000	5	1,0 %	-	-	-	-
Total	489	100 %	108	100 %	28	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A tendência observada nas eleições municipais de 1996 é a de que os partidos políticos optaram ainda por não realizar muitas coligações eleitorais, lançando-se na disputa de forma isolada. Portanto, torna-se importante considerar que, segundo dados da tabela 20, cerca de 24% das candidaturas eleitas eram compostas por coligações eleitorais.

Tabela 20. Tamanho da coligação nas eleições de 1996, por resultado.

Resultado	Número de Partidos Coligados					
	Isolados		2		3	
Eleito	182	62,7 %	49	45,3 %	11	39,2 %
Não Eleito	307	37,2 %	59	54,6 %	17	60,7 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao realizar o procedimento padrão de controle estatístico a partir do porte dos municípios, com a finalidade de verificar se esta variável contribui de alguma forma na variação nos valores, nota-se que nesta eleição ainda é seguido o mesmo padrão de tendência.

Tabela 21. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 1996, por eleitorado.

Resultado	Número de Partidos Coligados					
	Isolados		2		3	
Menos de 5.000	101	55,4 %	22	44,8 %	9	81,8 %
De 5.000 à 10.000	38	20,8 %	14	28,5 %	1	9,1 %
De 10.001 à 50.000	38	20,8 %	12	24,4 %	1	9,1 %
De 50.001 à 100.000	2	1,1 %	1	2,3 %	-	-
De 100.001 à 200.000	2	1,1 %	-	-	-	-
De 200.001 à 500.000	1	0,6 %	-	-	-	-
Total	182	100 %	49	100 %	11	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados apresentados na tabela 21, acima, mostram que as candidaturas coligadas neste pleito eleitoral sofreram uma leve redução do número de partidos políticos, como indicado acima. Esse fato faz com que o cálculo padrão para se chegar ao valor da correção entre o tamanho do eleitorado e o tamanho das coligações da quantidade total de participações seja baixíssimo. O valor encontrado foi de +0,020 para todas as participações registradas em 1996. Após identificar esse valor, é fundamental destacar que esse resultado é baixo, não tendo significância estatística. Vale registrar também, que até mesmo o cálculo da correlação feito apenas com a seleção dos casos de candidaturas vitoriosas resultou no valor de -0,041, indicando que não houve influência positiva do tamanho do eleitorado e o tamanho das coligações, ou seja, um não tem efeito significativo com o outro.

3.2.4. Eleições de 2000

A eleição municipal de 2000 foi a primeira disputa realizada com o PSDB à frente do governo do estado. Desse modo, este pleito foi marcado pela expectativa da influência da chegada do partido à frente do governo do estado em 1998. A partir dos dados apresentados na tabela 22, logo abaixo, é possível perceber que o número de participações do PSDB nesta eleição ultrapassa o número de candidaturas do PMDB.

Tabela 22. Participações nas eleições para prefeito em 2000, por partido.

Partido	Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado		Total	
PSDB	28	12,2 %	111	48,4 %	90	39,3 %	229	93,1 %
PMDB	44	20,1 %	108	49,5 %	66	30,2 %	218	88,6 %
PFL	25	11,6 %	61	28,5 %	128	59,8 %	214	86,9 %
PPB	15	7,8 %	61	31,9 %	115	60,2 %	191	77,6 %
PPS	5	4,1 %	22	18,1 %	94	77,6 %	121	49,1 %
PL	6	5,1 %	26	21,8 %	87	73,1 %	119	48,3 %
PSD	4	3,5 %	21	18,4 %	89	78,1 %	114	46,3 %
PT	8	9,1 %	10	11,4 %	69	79,3 %	87	35,3 %
PTB	3	3,7 %	14	17,5 %	63	78,7 %	80	32,5 %
PSC	4	6,1 %	16	24,2 %	46	69,6 %	66	26,8 %
PST	6	10,1 %	10	16,6 %	44	73,3 %	60	24,3 %
PDT	4	6,7 %	8	13,5 %	47	79,6 %	59	23,9 %
PSDC	3	6,9 %	8	18,6 %	32	74,4 %	43	17,4 %
PC do B	-	-	1	2,4 %	41	97,6 %	42	17,1 %
PSL	2	5,7 %	4	11,4 %	29	82,8 %	35	14,2 %
PSB	3	10,7 %	1	3,5 %	24	85,7 %	28	11,3 %
PTN	-	-	1	7,2 %	13	92,8 %	14	5,6 %
PRTB	1	7,1 %	1	7,1 %	12	85,7 %	14	5,6 %
PT do B	-	-	-	-	11	100 %	11	4,4 %
PMN	2	22,3 %	-	-	7	77,7 %	9	3,6 %
PV	1	12,5 %	-	-	7	87,5 %	8	3,2 %
PRP	1	14,3 %	-	-	6	85,7 %	7	2,8 %
PP	4	80,0 %	1	20,0 %	-	-	5	2,1 %
PSTU	1	50,0 %	-	-	1	50,0 %	2	0,8 %
PCB	-	-	-	-	1	100 %	1	0,4 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados apresentados na tabela 23, logo abaixo, mostram uma concentração na participação dos 7 partidos mais estruturados (PSDB, PMDB, PFL, PPB, PPS, PL e PSD) em todos os perfis de municípios. Contudo, apenas PSDB e PMDB possuem considerável participação nas cidades com eleitorado inferior a 10 mil. Os demais partidos, que correspondem ao maior número de legendas do estado, concentraram seus esforços nas cidades com porte superior a 10 mil eleitores. Vale registrar que a participação do PSDB, para além dos municípios menores, concentrou-se também nas cidades com mais de 50 mil eleitores.

Tabela 23. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2000, por partido.

Partido	Menos de 5.000 eleitores		5.000 a 10.000		10.001 a 50.000		50.001 a 100.000		100.001 a 200.000		Mais de 500.000 eleitores	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PSDB	123	96,1%	50	92,5%	49	87,5%	4	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PMDB	113	88,2%	50	92,5%	49	87,5%	3	75,0%	2	100,0%	1	100,0%
PFL	110	85,9%	45	83,3%	54	96,4%	2	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PPB	89	69,5%	47	87,1%	51	91,1%	2	50,0%	1	50,0%	1	100,0%
PPS	43	33,5%	29	53,7%	43	76,7%	3	75,0%	2	100,0%	1	100,0%
PL	54	42,1%	25	46,2%	35	62,5%	2	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSD	51	39,8%	28	51,8%	30	53,5%	2	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PT	25	19,5%	22	40,7%	36	64,2%	1	25,0%	2	100,0%	1	100,0%
PTB	24	18,7%	22	40,7%	28	50,0%	3	75,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSC	28	21,8%	14	25,9%	23	41,1%	2	50,0%	1	50,0%	1	100,0%
PST	18	14,1%	12	22,2%	25	44,6%	2	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PDT	15	11,7%	11	20,3%	28	50,0%	2	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSDC	14	10,9%	9	16,6%	16	28,5%	1	25,0%	2	100,0%	1	100,0%
PC do B	6	4,6%	5	9,2%	23	41,1%	1	25,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSL	13	10,1%	6	11,1%	12	21,4%	1	25,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSB	3	2,3%	4	7,4%	16	28,5%	2	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PTN	3	2,3%	2	3,7%	7	12,5%	1	25,0%	-	-	1	100,0%
PRTB	3	2,3%	2	3,7%	6	10,7%	1	25,0%	1	50,0%	1	100,0%
PT do B	1	0,7%	3	5,5%	4	7,1%	2	50,0%	1	50,0%	1	100,0%
PMN	1	0,7%	2	3,7%	3	5,3%	2	50,0%	-	-	1	100,0%
PV	2	1,5%	-	-	3	5,3%	1	25,0%	1	50,0%	1	100,0%
PRP	1	0,7%	-	-	6	10,7%	1	25,0%	1	50,0%	1	100,0%
PP	2	1,5%	1	1,8%	1	1,7%	-	-	1	50,0%	-	-
PSTU	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	100,0%

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Como podemos verificar na tabela 24, logo abaixo, o PMDB deixou de ser o partido com maior quantidade de vitórias e ficou em 4º lugar na lista dos partidos com melhor desempenho eleitoral. Nas eleições municipais de 2000, o partido logrou apenas 92 vitórias, o que corresponde à 42,2% de suas candidaturas. Ao comparar o sucesso do PMDB com os pleitos anteriores percebe-se que tanto as candidaturas quanto as vitórias da legenda houveram redução, efeito este que pode ser observado desde às eleições de 1992. O PSDB, partido do governador de estado, foi a legenda que mais conquistou prefeituras em números absolutos, alcançando a marca de 104 municípios, o que representa 45,4% de suas candidaturas. Ao todo, os partidos pertencentes à base de apoio do governo estadual (PSDB, PPB, PTB, PSDC, PFL) conquistaram 139 prefeituras, ou seja, 56,2% dos municípios goianos. Desse modo, nota-se uma redução significativa na taxa de sucesso entre os partidos mais competitivos.

Tabela 24. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 2000, em todos os municípios.

Partido	Total de Vitórias		Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
PSDB	104	45,4 %	7	25,5 %	52	46,8 %	45	50,0 %
PFL	103	48,1 %	8	32,0 %	29	47,5 %	66	51,5 %
PPB	100	52,3 %	2	13,3 %	33	54,1 %	65	56,5 %
PMDB	92	42,2 %	13	29,5 %	51	47,2 %	28	42,4 %
PSD	60	52,6 %	-	-	10	47,6 %	50	56,1 %
PPS	57	50,0 %	1	20,0 %	6	27,2 %	50	53,1 %
PL	54	45,3 %	1	16,6 %	11	42,3 %	42	48,2 %
PTB	34	42,5 %	-	-	4	28,5 %	30	47,6 %
PSC	34	51,5 %	-	-	6	37,5 %	28	60,8 %
PT	30	34,4 %	-	-	1	10,0 %	29	42,1 %
PST	25	41,6 %	-	-	4	40,0 %	21	47,7 %
PDT	24	40,6 %	-	-	1	12,5 %	23	48,9 %
PC do B	16	38,1 %	-	-	-	-	16	39,1 %
PSB	16	57,1 %	-	-	1	100,0 %	15	62,5 %
PSDC	14	32,5 %	-	-	2	25,0 %	12	37,5 %
PSL	11	31,4 %	-	-	-	-	11	37,9 %
PTN	7	50,0 %	-	-	1	100,0 %	6	46,1 %
PMN	4	44,4 %	-	-	-	-	4	57,1 %
PRP	4	57,1 %	-	-	-	-	4	66,6 %
PV	3	37,5 %	-	-	-	-	3	42,8 %
PP	2	40,0 %	-	-	1	100,0 %	-	-
PRTB	1	7,1 %	-	-	-	-	1	8,3 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A operação de cálculo do tamanho médio das coligações eleitorais nas eleições municipais de 2000, no estado de Goiás, registrou uma quantidade média de 2,7 partidos por aliança. Comparado aos pleitos anteriores, este foi o processo eleitoral que registrou a mais alta quantidade de coligações eleitorais, inclusive superando as candidaturas isoladas. As alianças com maior quantidade de partidos também foram registradas nesta eleição, havendo coligações compostas de até 12 partidos políticos. É importante notar que as menores legendas partidárias tiveram as maiores médias de número de partidos coligados, com aproximadamente 6 partidos. De outro modo, os partidos políticos maiores e melhor estruturados no estado de Goiás registraram as menores médias. Ao ser comparado com as demais legendas, o PSDB, partido do governador, alcançou 3,4 partidos coligados e o PMDB ficou com a menor média, com apenas 2,9 partidos por aliança.

Tabela 25. Tamanho médio das coligações nas eleições de 2000, por partido.

Partido	Média do número de partidos coligados	Partido	Média do número de partidos coligados
PRP	6,6	PSC	4,5
PT do B	6,2	PTB	4,4
PCB	6,0	PL	4,1
PMN	5,8	PSD	4,1
PSB	5,7	PT	4,0
PTN	5,6	PSL	4,0
PC do B	5,3	PPS	3,6
PRTB	5,2	PPB	3,5
PV	5,2	PSDB	3,4
PDT	4,8	PFL	3,4
PST	4,6	PSTU	3,0
PSDC	4,6	PMDB	2,9

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 2000 foram realizadas coligações eleitorais em praticamente todos os municípios goianos. Percebe-se que as alianças eleitorais foram as maiores realizadas até então, conforme a tabela 26, logo abaixo. Nesta eleição houveram casos de alianças entre 12 partidos políticos em busca da vitória eleitoral. Nesse sentido, mais uma vez é importante enaltecer que o tamanho das coligações eleitorais nesta eleição foi bastante maior que nos pleitos anteriores. Nesta eleição, segundo dados da tabela abaixo, ocorreram 170 alianças entre apenas dois partidos, representando 25,9% das alianças realizadas para este pleito.

Tabela 26. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 e 6		7 e 8		9 e 10		11 e 12	
Menos de 5.000	86	50,6 %	112	58,3 %	86	50,6 %	112	58,3 %	16	23,8 %	1	7,7 %	-	-	-	-
De 5.000 à 10.000	36	21,1 %	46	24,0 %	36	21,1 %	46	24,0 %	14	20,8 %	3	23,1 %	-	-	-	-
De 10.001 à 50.000	43	25,3 %	30	15,6 %	43	25,3 %	30	15,6 %	29	43,2 %	8	61,5 %	7	100 %	2	50,0 %
De 50.001 à 100.000	2	1,2 %	-	-	2	1,2 %	-	-	1	1,4 %	-	-	-	-	2	50,0 %
De 100.001 à 200.000	1	0,6 %	3	1,6 %	1	0,6 %	3	1,6 %	4	5,9 %	-	-	-	-	-	-
Mais de 500.000	2	1,2 %	1	0,5 %	2	1,2 %	1	0,5 %	3	4,4 %	1	7,7 %	-	-	-	-
Total	170	100 %	192	100 %	170	100 %	192	100 %	67	100 %	13	100 %	7	100 %	4	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 27. Tamanho da coligação nas eleições de 2000, por resultado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 e 6		7 e 8		9 e 10		11 e 12	
Eleito	33	19,4 %	69	35,9 %	61	49,2 %	31	40,3 %	38	56,7 %	7	53,8 %	5	71,4 %	1	33,3 %
Não Eleito	137	80,6 %	123	64,1 %	63	50,8 %	46	59,7 %	29	43,3 %	6	46,2 %	2	28,6 %	3	66,6 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As uniões entre três legendas somaram 192 casos de candidaturas coligadas, ou seja, representaram 29,3% das coligações realizadas. Já as alianças com quatro partidos políticos alcançaram 124 coligações, valor equivalente à 18,9% do total de coligações realizadas. As menores coligações concentram-se nas regiões com cidades de menor porte, em municípios com até 50 mil eleitores. Houveram ocorrências de apenas 11 grandes coligações em municípios com porte entre 10 mil e 100 mil eleitores. As maiores coligações, com 12 partidos ocorrem nos municípios de Aparecida de Goiânia (Centro), Goianira (Centro), Luziânia (Leste) e Valparaíso de Goiás (Leste), vale destacar que as duas primeiras cidades pertencem à região metropolitana da capital, Goiânia, e os dois últimos municípios fazem parte da microrregião do entorno do Distrito Federal. Também é importante ressaltar que estes quatro municípios durante às eleições municipais de 2000 possuíam mais de 10 mil eleitores, portanto, eram cidades de médio porte do estado de Goiás.

A tendência verificada nas eleições municipais de 2000 é a de que as legendas partidárias optaram por celebrar coligações eleitorais. Portanto, torna-se necessário realizar a análise do desempenho das coligações realizadas neste pleito eleitoral.

Ao comparar o comportamento coligacionista dos partidos políticos na eleição de 2000 percebe-se que, as alianças eleitorais maiores (aquelas com quantidade de legendas partidárias entre 5 e 10 partidos), tiveram o melhor sucesso eleitoral. As alianças envolvendo cinco ou seis legendas partidárias lograram 56,7% de vitórias neste pleito eleitoral. Também nas eleições municipais de 2000, as uniões realizadas com 7 ou 8 partidos lograram 53,8% de vitória, correspondendo a 7 municípios do estado de Goiás. As alianças envolvendo 9 ou 10 partidos lograram 71,4% de vitórias neste pleito eleitoral, vale registrar que a mais alta taxa de sucesso ficou com as coligações realizadas com nove e dez partidos. Lograram vitória cinco coligações com essa quantidade de partidos políticos nos seguintes municípios: Bom Jesus de Goiás (Sul), Itaberaí (Centro), Palmeiras de Goiás (Sul), Posse (Leste), Trindade (Centro). Já as alianças formadas com 11 ou 12 partidos políticos alcançaram apenas 33,3% de sucesso nos casos observados, correspondendo à somente um caso, na cidade de Valparaíso de Goiás, município da Região Leste do estado, na microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Para a melhor compreensão destes valores é preciso realizar o controle estatístico do porte dos municípios com o intuito de perceber se esta característica proporciona alguma diferença nos valores. Com a finalidade de estabelecer uma comparação entre a relação da quantidade de legendas partidárias de uma coligação sobre o número de vitórias, a partir do

porte do eleitorado no município, foi desenvolvido o procedimento padrão de cálculo da taxa de sucesso para cada categoria. Os dados apresentados na tabela 28, logo abaixo, mostram o tamanho da coligação e o sucesso eleitoral em todos os grupos de eleitores no estado de Goiás. A princípio, percebe-se que nos municípios com porte de até 5 mil eleitores, quanto menor é o tamanho da coligação, maior é a propensão ao sucesso eleitoral.

Em 2000, o PSDB comandava o governo do estado, e neste ano o partido foi vitorioso em 104 cidades, coligando-se, na maioria dos casos com pelo menos duas outras legendas nos menores municípios, estas alianças representam 31,4% dos casos de sucesso da legenda.

Por fim, ao realizar o procedimento de cálculo padrão para se obter o valor da correlação entre o tamanho do eleitorado e o tamanho das coligações da quantidade total de participações, o valor identificado é de +0,272. Ao encontrar este valor, torna-se importante destacar que este resultado pode ser considerado alto, principalmente se comparado com os valores identificados nas correlações realizadas com os dados das eleições anteriores. Quando fazemos este mesmo procedimento, porém selecionando apenas os casos das coligações vitoriosas, este valor sobe para +0,410, mostrando que ao existir um crescimento no tamanho das coligações eleitorais ocorre um aumento nas chances de vitória dos partidos políticos.

Tabela 28. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 2000, por eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 e 6		7 e 8		9 e 10		11 e 12	
Menos de 5.000	20	60,6 %	50	72,5 %	33	54,1 %	15	48,4 %	11	28,9 %	1	14,2 %	-	-	-	-
De 5.000 à 10.000	10	30,3 %	12	17,4 %	16	26,2 %	9	29,0 %	5	13,1 %	2	28,5 %	-	-	-	-
De 10.001 à 50.000	3	9,1 %	6	8,7 %	12	19,7 %	5	16,1 %	19	50,0 %	4	57,3 %	5	100 %	1	100,0 %
De 50.001 à 100.000	-	-	-	-	-	-	2	6,5 %	1	2,6 %	-	-	-	-	-	-
De 100.001 à 200.000	-	-	1	1,4 %	-	-	-	-	1	2,6 %	-	-	-	-	-	-
Mais de 500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,6 %	-	-	-	-	-	-
Total	33	100 %	69	100 %	61	100 %	31	100 %	38	100 %	7	100 %	5	100 %	1	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.1.5. Eleições de 2004

A eleição municipal de 2004 foi a segunda disputa realizada com o PSDB à frente do governo do estado. Com a reeleição do partido, essa disputa municipal foi a segunda avaliação nas urnas acerca da influência do partido à frente do governo do estado.

Tabela 29. Participações nas eleições para prefeito em 2004, por partido.

Partido	Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado		Total	
PSDB	10	4,2 %	147	62,8 %	77	32,9 %	234	95,1 %
PMDB	15	6,4 %	104	44,8 %	113	48,7 %	232	94,3 %
PL	12	5,2 %	58	25,2 %	160	69,5 %	230	93,4 %
PT	29	13,1 %	36	16,1 %	158	70,8 %	223	90,6 %
PFL	12	5,8 %	44	21,3 %	150	72,8 %	206	83,7 %
PP	5	2,4 %	69	33,8 %	129	63,3 %	204	82,9 %
PTB	2	1,2 %	28	17,5 %	130	81,2 %	160	65,4 %
PPS	6	4,1 %	19	13,1 %	121	82,8 %	146	59,3 %
PDT	7	6,1 %	7	6,1 %	90	78,8 %	104	42,2 %
PSB	3	3,1 %	13	13,5 %	80	83,3 %	96	39,2 %
PSC	6	7,3 %	5	6,1 %	71	86,5 %	82	33,3 %
PSDC	4	5,1 %	5	6,4 %	68	88,3 %	77	31,3 %
PHS	5	8,2 %	4	7,1 %	48	84,2 %	57	23,1 %
PTC	-	-	2	3,8 %	51	96,2 %	53	21,5 %
PC do B	1	2,1 %	-	-	48	97,9 %	49	19,9 %
PSL	-	-	2	4,3 %	45	95,7 %	47	19,1 %
PMN	1	2,6 %	3	7,8 %	34	89,4 %	38	15,4 %
PV	2	6,2 %	2	6,2 %	28	87,5 %	32	13,8 %
PRP	-	-	3	10,0 %	27	90,0 %	30	12,1 %
PT do B	1	4,2 %	-	-	23	95,8 %	24	9,7 %
PTN	1	5,0 %	1	5,0 %	18	90,0 %	20	8,1 %
PRTB	-	-	-	-	18	100,0 %	18	7,3 %
PAN	-	-	-	-	17	100,0 %	17	6,9 %
PRONA	1	16,6 %	-	-	5	83,3 %	6	2,4 %
PCB	-	-	-	-	5	100,0 %	5	2,3 %
PSTU	2	66,6 %	-	-	1	33,3 %	3	1,2 %
PCO	1	100 %	-	-	-	-	1	0,3 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados apresentados na tabela 30, logo abaixo, atestam a continuidade da concentração na participação dos 5 partidos mais estruturados (PSDB, PMDB, PL, PFL, PP) nas cidades com mais de 10 mil eleitores. Uma novidade, foi a chegada do PT ao rol de partidos com maior participação nas eleições municipais, somando 223 candidaturas em 2004.

Tabela 30. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2004, por partido.

Partido	Menos de 5.000 eleitores		5.000 10.000		10.001 a 50.000		50.001 a 100.000		100.001 a 200.000		200.001 a 500.000	
PSDB	118	95,1%	50	94,3%	55	100,0%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PMDB	120	96,7%	47	88,6%	54	98,1%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PL	111	89,5%	42	79,2%	53	96,3%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PT	107	86,2%	51	96,2%	54	98,1%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PFL	103	83,1%	46	86,7%	49	89,1%	7	87,5%	2	100,0%	1	100,0%
PP	97	78,2%	44	83,1%	53	96,3%	7	87,5%	2	100,0%	1	100,0%
PTB	68	54,8%	40	75,4%	41	74,5%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PPS	50	40,3%	36	67,9%	48	87,2%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PDT	31	25,0%	24	45,2%	38	69,1%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSB	31	25,0%	20	37,7%	35	63,3%	7	87,5%	2	100,0%	1	100,0%
PSC	24	19,3%	19	35,8%	28	50,9%	7	87,5%	2	100,0%	1	100,0%
PSDC	21	16,9%	15	28,3%	30	54,5%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PHS	14	11,2%	13	24,5%	22	40,0%	5	62,5%	2	100,0%	1	100,0%
PTC	13	10,4%	10	18,8%	21	38,1%	6	75,0%	2	100,0%	1	100,0%
PC do B	5	4,1%	7	13,2%	26	47,2%	8	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSL	11	8,8%	6	11,3%	20	36,3%	7	87,5%	2	100,0%	1	100,0%
PMN	9	7,2%	5	9,4%	15	27,2%	7	87,5%	2	100,0%	1	100,0%
PV	5	4,1%	3	5,6%	16	29,1%	5	62,5%	2	100,0%	1	100,0%
PRP	4	3,2%	4	7,5%	14	25,4%	4	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PT do B	4	3,2%	3	5,6%	10	18,1%	4	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PTN	2	1,6%	2	3,7%	8	14,5%	5	62,5%	2	100,0%	1	100,0%
PRTB	2	1,6%	1	1,8%	8	14,5%	5	62,5%	2	100,0%	1	100,0%
PAN	1	0,8%	1	1,8%	9	16,3%	3	37,5%	2	100,0%	1	100,0%
PRONA	-	-	-	-	3	5,4%	3	37,5%	-	-	1	100,0%
PCB	-	-	-	-	3	5,4%	1	12,5%	-	-	1	100,0%
PSTU	-	-	-	-	1	1,8%	1	12,5%	-	-	1	100,0%
PCO	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50,0 %	-	-

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O partido do governador, o PSDB, manteve seu lugar na lista dos partidos com melhor desempenho eleitoral, sendo o partido que mais logrou vitórias neste pleito eleitoral, alcançando o total de 123 prefeituras, correspondendo a 52,5% de suas candidaturas. O PMDB, principal adversário do governo estadual, manteve sua posição de 4º partido com maior quantidade de vitórias nestas eleições. Os partidos políticos pertencentes à base de apoio do governo estadual (PSDB, PPB, PSL, PST, PSC, PFL, PAN, PSDC, PRTB, PHS, PSD, PRP) conquistaram nesta eleição 127 prefeituras, ou seja, 51,8% dos municípios goianos.

Tabela 31. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 2004, em todos os municípios.

Partido	Total de Vitórias		Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado	
PSDB	123	52,5 %	3	30,0 %	81	55,1 %	39	50,6 %
PL	99	43,1 %	3	25,0 %	27	46,5 %	69	43,1 %
PFL	99	48,1 %	1	8,3 %	15	34,1 %	83	55,3 %
PMDB	98	42,2 %	7	46,6 %	40	38,4 %	51	45,1 %
PP	94	46,1 %	-	-	28	40,5 %	66	51,1 %
PT	83	37,2 %	2	6,8 %	8	22,2 %	73	46,2 %
PPS	74	50,6 %	1	16,6 %	8	42,1 %	65	53,7 %
PTB	72	45,0 %	-	-	13	46,4 %	59	45,3 %
PSB	50	52,1 %	-	-	3	23,1 %	47	58,7 %
PDT	42	40,3 %	-	-	-	-	42	46,6 %
PSC	35	42,6 %	-	-	-	-	35	49,2 %
PSDC	35	45,4 %	-	-	2	40,0 %	33	48,5 %
PTC	29	54,7 %	-	-	-	-	29	56,8 %
PSL	23	48,9 %	-	-	-	-	23	51,1 %
PHS	23	40,3 %	-	-	1	25,0 %	22	45,8 %
PMN	21	55,2 %	-	-	-	-	21	61,7 %
PC do B	18	36,7 %	-	-	-	-	18	37,5 %
PTN	12	60,0 %	-	-	-	-	12	66,6 %
PV	11	34,3 %	-	-	-	-	11	39,2 %
PT do B	10	41,6 %	-	-	-	-	10	43,4 %
PRP	9	30,0 %	-	-	-	-	9	33,3 %
PRTB	9	50,0 %	-	-	-	-	9	50,0 %
PAN	7	41,1 %	-	-	-	-	7	41,1 %
PRONA	5	83,3 %	-	-	-	-	5	100,0 %
PCB	1	20,0 %	-	-	-	-	1	20,0 %
PSTU	1	33,3 %	-	-	-	-	1	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O tamanho médio das coligações eleitorais nas eleições municipais de 2004, no estado de Goiás, tiveram em média 3,5 partidos por coligação. A quantidade de coligações eleitorais realizadas nesta eleição novamente superou o número de candidaturas isoladas, como no pleito anterior. Houve também aumento no número médio de partidos por coligação (2,7 → 3,5) em comparação com a eleição anterior. O mesmo ocorreu com a quantidade de partidos políticos nas coligações desta eleição, com aumento no número de legendas nas alianças, registrando uniões com até 18 organizações políticas. É importante ressaltar que, como ocorrido na eleição anterior, os menores partidos tiveram as maiores médias de número de partidos coligados, como foi o caso do Partido dos Aposentados da Nação (PAN) com 9,2 partidos coligados. As legendas maiores e melhores estruturadas no estado de Goiás, de outro modo, concentram-se entre as menores médias registradas, o PSDB, partido do governador do estado, ficou com 4,3 partidos coligados e o PMDB, principal partido de oposição ao governo estadual, marcou uma média pouco menor, com 4,1 partidos por coligação eleitoral.

Tabela 32. Tamanho médio das coligações nas eleições de 2004, por partido.

Partido	Média do número de partidos coligados	Partido	Média do número de partidos coligados
PAN	9,2	PSDC	5,7
PTN	8,9	PDT	5,5
PRONA	8,7	PSB	5,5
PRTB	7,9	PSC	5,5
PSL	7,5	PTB	5,1
PRP	7,4	PP	4,8
PT do B	7,3	PPS	4,8
PCB	7,0	PL	4,5
PMN	6,8	PFL	4,5
PTC	6,7	PSDB	4,3
PC do B	6,7	PMDB	4,1
PHS	6,1	PSTU	4,0
PV	5,8	PT	3,9

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 2004, foi mantida a tendência observada na eleição anterior, em que houveram lançamentos de coligações eleitorais em todos os municípios goianos. Nesta disputa, segundo dados da tabela 33, logo abaixo, ocorreram 134 alianças entre apenas dois partidos, representando 20,5% das alianças realizadas nesta eleição.

Tabela 33. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 14		15 a 18	
Menos de 5.000	45	35,7 %	67	50,0 %	63	47,4 %	71	60,2 %	50	38,7 %	4	14,8 %	-	-	-	-
De 5.000 à 10.000	22	17,5 %	33	24,6 %	34	25,6 %	22	18,6 %	31	24,1 %	4	14,8 %	-	-	-	-
De 10.001 à 50.000	44	34,9 %	31	23,1 %	30	22,6 %	19	16,1 %	45	34,8 %	15	55,5 %	3	33,3 %	-	-
De 50.001 à 100.000	9	7,1 %	-	-	1	0,8 %	5	4,2 %	2	1,6 %	3	11,1 %	5	55,5 %	1	50,0 %
De 100.001 à 200.000	2	1,6 %	2	1,5 %	4	3,0 %	1	0,8 %	-	-	1	3,8 %	-	-	1	50,0 %
Mais de 500.000	4	3,2 %	1	0,7 %	1	0,8 %	-	-	1	0,8 %	-	-	1	11,2 %	-	-
Total	126	100 %	134	100 %	133	100 %	118	100 %	129	100 %	27	100 %	9	100 %	2	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 34. Tamanho da coligação nas eleições de 2004, por resultado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 14		15 a 18	
Eleito	17	13,5 %	36	26,9 %	52	39,1 %	46	39,0 %	65	50,3 %	18	66,6 %	7	77,7 %	2	100 %
Não Eleito	109	86,5 %	98	73,1 %	81	60,9 %	72	61,0 %	64	49,7 %	9	33,3 %	2	22,3 %	-	-

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As alianças entre três partidos políticos somaram 133 casos de candidaturas coligadas, perfazendo 19,6% das coligações realizadas. Já as coligações com quatro partidos políticos alcançaram 118 uniões, valor equivalente à 17,4% do total de coligações realizadas nesta eleição. É importante destacar que as coligações menores estiveram presentes em todos os tamanhos de municípios, mas foram nas cidades com porte de até 50 mil eleitores que elas tiveram sua maior concentração. Houveram ocorrências de apenas duas grandes coligações em cidades com porte entre 50 mil e 500 mil eleitores. Essas coligações maiores, com 16 e 18 partidos ocorreram nos municípios de Aparecida de Goiânia (região metropolitana da capital) e Itumbiara (região sul). A primeira liderada pelo PFL (partido da coalizão do governo estadual) e a segunda pelo PMDB (principal partido de oposição, em todas as eleições mantém força e tradição no município de Itumbiara). Vale ressaltar que estes dois municípios durante as eleições municipais de 2004 eram considerados cidades de porte médio, com constante crescimento, graças ao desenvolvimento industrial e comercial.

A tendência observada nas eleições municipais de 2004 é a de que as legendas partidárias utilizaram em peso à estratégia de formar coligações eleitorais. Nesse sentido, estas alianças eleitorais registraram neste pleito um excelente crescimento se comparadas com o anterior. Por isso, torna-se ainda fundamental realizar uma análise do desempenho das coligações formadas neste processo eleitoral.

Ao verificar a estratégia coligacionista dos partidos políticos na eleição de 2004 percebe-se mais uma vez que, foram as uniões eleitorais maiores (aquelas com quantidade de legendas partidárias entre 11 e 18 partidos), tiveram o melhor sucesso eleitoral. As coligações que envolveram entre 5 e 7 partidos políticos lograram 50,3% de vitórias neste pleito eleitoral. Também nas eleições municipais de 2004, as uniões realizadas com 8, 9 ou 10 partidos políticos marcaram 66,6% de vitórias, correspondendo a 18 prefeituras municipais. As coligações formadas entre 11 até 14 partidos políticos alcançaram 77,7% de sucesso nos casos observados, conquistando 7 municípios. Já as alianças envolvendo mais de 15 partidos lograram 100% de vitórias neste pleito eleitoral, vale registrar que a mais alta taxa de sucesso ficou com as coligações realizadas com 16 e 18 partidos. Lograram vitória duas coligações com esses respectivos números de partidos políticos nos seguintes municípios: Aparecida de Goiânia, elegendo José Macedo, do PFL; e Itumbiara, elegendo José Gomes, do PMDB.

A melhor verificação destes dados necessita do controle estatístico do porte dos municípios, para que seja possível notar se esta característica oferece alguma diferença nos

valores. Estabelecendo, assim, uma análise entre a relação da quantidade de legendas de uma coligação eleitoral sobre o número de vitórias, a partir do porte do município.

Na disputa eleitoral de 2004, percebe-se que as candidaturas isoladas tiveram sucesso apenas nos municípios com até 50 mil eleitores, e o mesmo aconteceu com as coligações envolvendo apenas dois partidos políticos. Os dados mostram que entre as coligações menores, apenas aquelas envolvendo três partidos políticos alcançaram êxito nos municípios com porte eleitoral maior.

Ao realizar o procedimento de cálculo padrão para se obter o valor da correlação entre o tamanho do eleitorado e o tamanho das coligações da quantidade total de participações, o valor encontrado é de +0,170. Esse valor identificado pode ser considerado baixo, principalmente se comparado com os valores encontrados nas correlações realizadas com dados das eleições anteriores. Quando este mesmo procedimento é realizado selecionando apenas os casos das coligações vitoriosas, este valor aumenta para +0,489, indicando que ao existir um aumento no tamanho das coligações eleitorais acontece um crescimento na possibilidade de vitória dos partidos políticos.

Tabela 35. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 2004, por eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 14		15 a 18	
Menos de 5.000	10	58,8 %	19	52,8 %	34	65,4 %	33	71,7 %	28	43,1 %	1	5,6 %	-	-	-	-
De 5.000 à 10.000	4	23,5 %	11	30,6 %	9	17,3 %	6	13,0 %	18	27,7 %	4	22,2 %	-	-	-	-
De 10.001 à 50.000	3	17,6 %	6	16,7 %	7	13,5 %	6	13,0 %	19	29,2 %	11	61,1 %	3	42,9 %	-	-
De 50.001 à 100.000	-	-	-	-	-	-	1	2,2 %	-	-	2	11,2 %	4	57,1 %	1	50,0 %
De 100.001 à 200.000	-	-	-	-	1	1,9 %	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50,0 %
Mais de 500.000	-	-	-	-	1	1,9 %	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	17	100 %	36	100 %	52	100 %	46	100 %	65	100 %	18	100 %	7	100 %	2	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.2.6. Eleições de 2008

Nesta eleição houve um aspecto interessante, que merece ser destacado logo no início. Os pleitos estiveram polarizados entre os candidatos do PMDB e do PT até a última eleição municipal. No entanto, em 2008 houve um realinhamento no cenário político local, com a formação de muitas alianças entre os dois partidos, inclusive na capital, Goiânia.

Tabela 36. Participações nas eleições para prefeito em 2008, por partido.

Partido	Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado		Total	
PSDB	7	2,9 %	108	46,1 %	119	50,8 %	234	95,1 %
PMDB	14	6,1 %	107	47,3 %	105	46,4 %	226	91,8 %
PT	14	7,2 %	31	15,5 %	154	77,3 %	199	80,8 %
PR	5	2,6 %	65	34,1 %	121	63,3 %	191	77,6 %
DEM	9	4,8 %	27	14,4 %	151	80,7 %	187	76,1 %
PTB	3	1,7 %	22	11,9 %	159	86,4 %	184	74,7 %
PP	4	2,5 %	91	56,8 %	65	40,6 %	160	65,5 %
PSB	7	4,9 %	12	8,5 %	122	86,5 %	141	57,3 %
PPS	1	0,8 %	16	12,3 %	113	86,9 %	130	52,8 %
PDT	8	6,6 %	4	3,3 %	109	90,1 %	121	49,1 %
PTN	1	1,1 %	12	12,5 %	83	86,4 %	96	39,2 %
PSC	1	0,8 %	7	7,9 %	81	92,1 %	89	36,1 %
PT do B	-	-	6	7,1 %	79	92,9 %	85	34,5 %
PV	1	1,4 %	1	1,4 %	71	97,2 %	73	29,6 %
PTC	1	1,8 %	1	1,8 %	55	96,4 %	57	23,1 %
PRB	3	5,5 %	8	14,5 %	44	80,0 %	55	22,3 %
PC do B	-	-	-	-	55	100,0 %	55	22,3 %
PHS	2	3,7 %	1	1,8 %	50	94,3 %	53	21,5 %
PSDC	-	-	2	3,9 %	49	96,1 %	51	20,7 %
PMN	-	-	1	2,7 %	37	97,3 %	38	15,4 %
PSL	-	-	-	-	36	100,0 %	36	14,3 %
PRP	2	6,2 %	2	6,2 %	28	87,5 %	32	13,8 %
PRTB	3	12,0 %	2	8,0 %	20	80,0 %	25	10,1 %
PSOL	8	53,4 %	5	33,3 %	2	13,3 %	15	6,9 %
PCB	-	-	-	-	7	100,0 %	7	2,8 %
PSTU	-	-	-	-	3	100,0 %	3	1,2 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados da eleição de 2008 mostram a continuidade da concentração dos partidos melhores estruturados no estado. Os partidos dos ex-governadores, PSDB e PMDB, continuam na liderança com maior quantidade de participação nos municípios, seguido neste pleito pelo PT. O partido do atual governador do estado, o Partido Progressista (PP) apareceu este ano como o 7º partido que lançou o maior número de candidaturas.

Tabela 37. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2008, por partido.

Partido	Menos de 5.000 eleitores		5.000 a 10.000		10.001 a 50.000		50.001 a 100.000		200.001 a 500.000		Mais de 500.000 eleitores	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PSDB	116	94,3%	53	94,6%	52	98,1%	10	100,0%	3	100,0%	-	-
PMDB	116	94,3%	49	87,5%	50	94,3%	8	80,0%	2	66,6%	1	100,0%
PT	93	75,6%	48	85,7%	48	90,5%	6	60,0%	3	100,0%	1	100,0%
PR	114	92,6%	50	89,2%	51	96,2%	10	100,0%	2	66,6%	1	100,0%
DEM	84	68,2%	46	82,1%	46	86,7%	8	80,0%	2	66,6%	1	100,0%
PTB	84	68,2%	39	69,6%	49	92,4%	9	90,0%	3	100,0%	1	100,0%
PP	114	92,6%	51	91,1%	53	100,0%	10	100,0%	2	66,6%	1	100,0%
PSB	50	40,6%	35	62,5%	46	86,7%	7	70,0%	2	66,6%	1	100,0%
PPS	46	37,3%	32	57,1%	41	77,3%	8	80,0%	2	66,6%	1	100,0%
PDT	42	34,1%	27	48,2%	42	79,5%	7	70,0%	2	66,6%	1	100,0%
PTN	31	25,2%	24	42,8%	30	56,6%	10	100,0%	2	66,6%	1	100,0%
PSC	29	23,5%	21	37,5%	29	54,7%	7	70,0%	2	66,6%	1	100,0%
PT do B	24	19,5%	19	33,9%	31	58,4%	9	90,0%	2	66,6%	1	100,0%
PV	16	13,1%	15	26,7%	34	64,1%	9	90,0%	2	66,6%	1	100,0%
PTC	13	10,5%	9	16,1%	23	43,3%	9	90,0%	2	66,6%	1	100,0%
PRB	12	9,7%	10	17,8%	34	64,1%	9	90,0%	2	66,6%	1	100,0%
PC do B	10	8,1%	5	8,9%	30	56,6%	7	70,0%	2	66,6%	1	100,0%
PHS	10	8,1%	6	10,7%	26	49,1%	8	80,0%	2	66,6%	1	100,0%
PSDC	15	12,1%	15	26,7%	28	52,8%	6	60,0%	2	66,6%	1	100,0%
PMN	3	2,4%	5	8,9%	14	26,4%	9	90,0%	2	66,6%	1	100,0%
PSL	9	7,3%	2	3,5%	18	33,9%	8	80,0%	2	66,6%	1	100,0%
PRP	6	4,8%	5	8,9%	12	22,6%	6	60,0%	2	66,6%	1	100,0%
PRTB	5	4,1%	4	7,1%	11	20,7%	7	70,0%	2	66,6%	1	100,0%
PSOL	-	-	2	3,5%	5	9,4%	5	50,0%	2	66,6%	1	100,0%
PCB	-	-	-	-	2	3,7%	3	30,0%	1	33,3%	1	100,0%
PSTU	-	-	-	-	-	-	2	20,0%	1	33,3%	-	-

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O partido do governador, o PP, chegou ao primeiro lugar na lista de vitórias e registrou a mais alta taxa de sucesso entre todos os partidos, alcançando 79,3% de vitórias no seu total de candidaturas. Os dados mostram que o Partido Progressista (PP) conquistou 127 prefeituras seja isolado, como cabeça-de-chapa ou coligado. Os partidos políticos pertencentes à base de apoio do governo estadual (PP, PSDB, PTB, PTN, PL, PPS, PAN, PRTB, PHS, PMN, PV, PRP, PT do B) conquistaram nesta eleição a maioria dos municípios goianos. O PMDB, principal partido adversário do governo estadual, alcançou a segunda maior taxa de sucesso nesta eleição, registrando 52,6% de candidaturas vitoriosas.

Tabela 38. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 2008, em todos os municípios.

Partido	Total de Vitórias		Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
PP	127	79,3 %	1	25,0 %	49	53,8 %	77	84,5 %
PMDB	119	52,6 %	4	28,5 %	56	52,3 %	59	56,1 %
PSDB	114	48,7 %	2	28,5 %	49	45,3 %	63	52,9 %
DEM	103	55,1 %	1	11,1 %	13	48,1 %	89	58,9 %
PR	102	53,4 %	2	40,0 %	26	40,0 %	74	61,1 %
PT	95	47,7 %	-	-	12	38,7 %	83	53,8 %
PTB	92	88,4 %	-	-	8	36,3 %	84	52,8 %
PSB	67	47,5 %	-	-	4	33,3 %	63	51,6 %
PPS	63	48,4 %	-	-	2	12,5 %	61	53,9 %
PDT	59	48,7 %	-	-	1	25,0 %	58	53,2 %
PSC	52	58,4 %	-	-	5	71,4 %	47	58,1 %
PT do B	50	58,8 %	-	-	2	33,3 %	48	60,7 %
PTN	45	46,8 %	-	-	3	25,0 %	42	50,6 %
PRB	33	60,0 %	-	-	2	25,0 %	31	70,4 %
PSDC	31	60,7 %	-	-	-	-	31	63,2 %
PV	30	41,1 %	-	-	1	100,0 %	29	40,8 %
PC do B	25	45,4 %	-	-	-	-	25	45,4 %
PTC	25	43,8 %	-	-	-	-	25	45,4 %
PHS	24	45,2 %	-	-	-	-	24	48,0 %
PSL	21	58,3 %	-	-	-	-	21	58,3 %
PMN	19	50,0 %	-	-	-	-	19	51,3 %
PRTB	15	60,0 %	-	-	1	50,0 %	14	70,0 %
PRP	14	43,7 %	-	-	1	50,0 %	13	46,4 %
PCB	2	28,5 %	-	-	-	-	2	28,5 %
PSOL	1	6,6 %	-	-	-	-	1	50,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao calcular o tamanho médio das alianças eleitorais nas eleições municipais de 2008, no estado de Goiás, percebe-se que neste ano elas tiveram em média 4,3 partidos por coligação. O número de coligações eleitorais realizadas nesta eleição mais uma vez superou a quantidade de candidaturas isoladas, efeito percebido também nos dois últimos pleitos realizados. Ocorreu também crescimento no número médio de partidos por coligação (2,7 → 3,5 → 4,3) em comparação com as eleições anteriores. Quanto ao tamanho das coligações eleitorais, estas tiveram uma redução nesta eleição, registrando casos com no máximo 16 partidos políticos coligados. É importante ressaltar que, como ocorrido nas duas eleições anteriores, as menores legendas partidárias tiveram as maiores médias de número de partidos coligados. Os partidos políticos maiores e melhores estruturados no estado de Goiás, por outro lado, concentraram as menores médias registradas, o PP, partido do governador de estado, registrou o valor mediano de 5,6 legendas coligadas e o PMDB, principal partido de oposição ao governo estadual, ficou com uma média menor, com 4,8 partidos por coligação eleitoral.

Tabela 39. Tamanho médio das coligações nas eleições de 2008, por partido.

Partido	Média do número de partidos coligados	Partido	Média do número de partidos coligados
PMN	8,6	PSC	6,4
PRP	8,1	PPS	6,2
PHS	7,8	PDT	6,2
PTC	7,6	PTB	6,1
PRTB	7,6	PP	5,6
PSL	7,5	PCB	5,6
PV	7,4	PR	5,5
PSDC	7,4	DEM	5,4
PRB	7,3	PSDB	5,3
PC do B	7,3	PT	5,1
PT do B	7,1	PMDB	4,8
PTN	6,5	PSOL	2,5
PSB	6,4	PSTU	2,0

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Houveram lançamentos de coligações em todos os municípios goianos nas eleições municipais de 2008, tendência observada nas últimas eleições. Nesta disputa, segundo os dados ocorreram 94 candidaturas isoladas, representando 15% das candidaturas realizadas.

Tabela 40. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2008, por tamanho do eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 13		14 a 16	
Menos de 5.000	32	34,0 %	41	52,6 %	64	56,1 %	49	57,6 %	78	42,3 %	9	19,5 %	1	5,0 %	-	-
De 5.000 à 10.000	20	21,3 %	16	20,5 %	24	21,1 %	20	23,5 %	50	27,1 %	10	21,7 %	-	-	-	-
De 10.001 à 50.000	31	33,0 %	13	16,7 %	19	16,7 %	15	17,6 %	48	26,1 %	23	50,0 %	11	55,0 %	1	25,0 %
De 50.001 à 100.000	10	10,6 %	3	3,8 %	6	5,3 %	1	1,2 %	5	2,7 %	3	6,5 %	6	30,0 %	2	50,0 %
De 100.001 à 200.000	1	1,1 %	3	3,8 %	1	0,9 %	-	-	2	1,1 %	1	2,1 %	2	10,0 %	-	-
Mais de 500.000	-	-	2	2,6 %	-	-	-	-	1	0,6 %	-	-	-	-	1	25,0 %
Total	94	100 %	78	100 %	114	100 %	85	100 %	184	100 %	46	100 %	20	100 %	4	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 41. Tamanho da coligação nas eleições de 2008, por resultado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	1		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 13		14 a 16	
Eleito	10	10,6 %	22	28,2 %	38	33,3 %	33	38,8 %	98	53,2 %	27	58,6 %	13	65,0 %	4	100,0 %
Não Eleito	84	89,4 %	56	71,8 %	76	66,7 %	52	61,2 %	86	46,8 %	19	41,4 %	7	35,0 %	-	-

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As uniões entre duas legendas somaram 78 casos de candidaturas coligadas, ou seja, representaram 12,5 % das coligações realizadas. As alianças com três legendas registraram 114 coligações, ou seja 18,3 % do total. Já as uniões com quatro partidos políticos alcançaram 85 coligações eleitorais, valor equivalente à 13,6% do total de coligações realizadas. As menores coligações concentraram-se nas regiões com cidades de menor porte, em municípios com até 10 mil eleitores. Houveram ocorrências de apenas quatro grandes coligações em municípios com total de eleitores superior a 10 mil. As maiores coligações ocorreram nas cidades de Goiânia, com uma aliança liderada pelo PMDB, com 14 partidos políticos; Jataí, na região sul do estado, também com uma coligação liderada pelo PMDB, com 14 legendas unidas; Luziânia, na região leste do estado, com uma aliança liderada pelo PSDB, com 16 partidos políticos coligados (a maior aliança deste pleito); e Senador Canedo, município da região metropolitana da capital, com uma aliança liderada pelo Partido da República (PR), contendo 15 partidos coligados. Também é importante ressaltar que as coligações de tamanho médio, aquelas com 11 até 13 legendas, registraram maior ocorrência nas cidades com porte médio, com quantidade de eleitores acima de 10 mil e até 500 mil eleitores.

O comportamento observado nas eleições municipais de 2008 é o de que os partidos políticos utilizaram bastante a estratégia de celebração de coligações eleitorais. Contudo, estas alianças tiveram uma pequena redução de tamanho, se comparadas com a eleição anterior. Mesmo assim, torna-se importante desenvolver uma análise do desempenho das coligações realizadas neste processo eleitoral.

Ao estabelecer uma comparação do comportamento coligacionista dos partidos políticos na eleição de 2008 percebe-se que as alianças eleitorais maiores (aquelas com quantidade de legendas partidárias entre 5 e 16 partidos), tiveram o melhor sucesso eleitoral. De outro modo, as candidaturas que tiveram o menor sucesso eleitoral foram as isoladas, logrando apenas 10,6% de vitórias. Nesta eleição a melhor taxa de sucesso registrada ficou com as maiores coligações lançadas, ou seja, das quatro candidaturas coligadas envolvendo 14, 15 e 16 partidos políticos, 100% delas tiveram sucesso. Uma informação importante e que merece destaque especial foi a vitória da coligação liderada pelo PMDB nesta eleição na capital estadual, Goiânia. O candidato reeleito para o executivo municipal foi Iris Rezende, ex-governador do estado de Goiás entre os anos de 1983 até 1986 e de 1991 até 1994. O segundo melhor desempenho eleitoral foi registrado pelas coligações com tamanho entre 11 e 13 partidos, este grupo de coligações alcançou 65% de sucesso em suas tentativas.

A melhor compreensão destas informações requer o controle estatístico do porte dos municípios, para que seja possível perceber se esta característica leva a alguma diferença nos valores. Estabelecendo uma análise comparativa entre a relação da quantidade de partidos políticos de uma coligação sobre o número de vitórias, a partir do porte do município.

Inicialmente, percebe-se, que as candidaturas isoladas tiveram sucesso apenas nos municípios com porte até 50 mil eleitores, e o mesmo ocorreu com as coligações envolvendo apenas dois partidos políticos. Entre as menores coligações, apenas as envolvendo três partidos políticos conseguiram êxito nos municípios maiores, com até 500 mil eleitores.

Ao realizar o procedimento de cálculo padrão para se obter o valor da correlação entre o tamanho do eleitorado e o tamanho das coligações da quantidade total de participações o valor indicado foi de +0,206. Ao identificar esse valor, torna-se necessário e fundamental destacar que este resultado é considerado como alto, especialmente se comparado com os valores identificados nas correlações realizadas utilizando os dados das eleições anteriores. Quando este mesmo procedimento é realizado, porém selecionando apenas os casos de candidaturas vitoriosas, este valor aumenta para +0,489, apresentando que ao existir um crescimento no tamanho das coligações eleitorais realizadas ocorre um crescimento também na possibilidade de vitória dos partidos políticos.

Tabela 42. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 2008, por eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 13		14 a 16	
Menos de 5.000	5	50,0 %	16	72,7 %	23	60,5 %	20	60,6 %	52	53,1 %	5	18,5 %	-	-	-	-
De 5.000 à 10.000	4	40,0 %	5	22,7 %	7	18,4 %	9	27,3 %	24	24,5 %	8	29,6 %	-	-	-	-
De 10.001 à 50.000	1	10,0 %	1	4,5 %	6	15,8 %	4	12,1 %	19	19,3 %	13	48,2 %	9	59,3 %	1	25,0 %
De 50.001 à 100.000	-	-	-	-	1	2,6 %	-	-	3	3,1 %	1	3,7 %	3	23,1 %	2	50,0 %
De 100.001 à 200.000	-	-	-	-	1	2,6 %	-	-	-	-	-	-	1	7,6 %	-	-
Mais de 500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,0 %
Total	10	100 %	22	100 %	38	100 %	33	100 %	98	100 %	27	100 %	13	100 %	4	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.2.7. Eleições de 2012

Essa eleição foi marcada pela volta do PSDB ao governo estadual, com a vitória do ex-governador Marconi Perillo para o seu terceiro mandato no estado de Goiás.

Tabela 43. Participações nas eleições para prefeito em 2012, por partido.

Partido	Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado		Total	
PSDB	4	1,7 %	110	47,4 %	118	50,8 %	232	94,3 %
PMDB	4	1,7 %	113	48,9 %	114	49,3 %	231	93,9 %
PP	2	1,0 %	48	21,3 %	175	77,7 %	225	91,4 %
PSD	2	0,8 %	50	20,3 %	163	66,2 %	215	87,3 %
PT	12	4,8 %	44	17,8 %	161	65,4 %	217	84,1 %
PTB	2	0,8 %	44	21,5 %	158	77,4 %	204	82,9 %
PDT	5	2,9 %	25	14,7 %	140	82,3 %	170	69,1 %
PSB	1	0,6 %	24	16,2 %	123	83,1 %	148	60,1 %
PR	1	0,7 %	15	10,7 %	124	88,5 %	140	56,9 %
PPS	2	1,5 %	8	6,2 %	117	92,1 %	127	51,6 %
DEM	8	6,5 %	38	30,8 %	77	62,6 %	123	50,0 %
PSC	-	-	9	7,3 %	113	92,6 %	122	49,5 %
PV	1	0,9 %	2	1,9 %	101	97,1 %	104	42,2 %
PT do B	1	0,9 %	8	7,9 %	92	91,1 %	101	41,5 %
PC do B	-	-	1	1,8 %	92	98,9 %	93	37,8 %
PSL	1	1,1 %	3	3,3 %	86	95,5 %	90	36,6 %
PMN	-	-	3	3,5 %	85	96,5 %	88	35,8 %
PSDC	-	-	1	1,25 %	79	98,7 %	80	32,5 %
PTN	-	-	2	2,6 %	76	97,4 %	78	31,8 %
PTC	-	-	10	13,3 %	65	86,7 %	75	30,5 %
PRP	2	0,4 %	2	0,4 %	65	94,2 %	69	28,1 %
PHS	1	1,7 %	7	12,2 %	49	85,9 %	57	23,1 %
PPL	2	5,8 %	1	2,9 %	31	91,1 %	34	13,8 %
PRTB	-	-	3	8,9 %	31	91,1 %	34	13,8 %
PRB	2	8,6 %	11	47,8 %	10	43,4 %	23	9,3 %
PSOL	11	84,6 %	1	7,6 %	1	7,6 %	13	5,3 %
PCB	2	40,0 %	-	-	3	60,0 %	5	2,3 %
PSTU	1	100,0 %	-	-	-	-	1	0,4 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O partido do governador novamente voltou a liderança na quantidade de candidaturas, seguido pelos partidos dos ex-governadores. Mais uma vez a distribuição da participação mostra a concentração das legendas melhores estruturadas nos municípios menores.

Tabela 44. Distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2012, por partido.

Partido	Menos de 5.000 eleitores		5.000 a 10.000		10.001 a 50.000		50.001 a 100.000		100.001 a 200.000		200.001 a 500.000		Mais de 500.000 eleitores	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
PSDB	107	98,1%	61	100,0%	49	96,1%	10	100,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PMDB	105	96,3%	61	100,0%	51	100,0%	9	90,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PP	99	90,8%	60	98,3%	51	100,0%	10	100,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSD	91	83,4%	61	100,0%	47	77,1%	10	100,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PT	92	84,4%	55	90,1%	45	88,2%	10	100,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PTB	85	77,9%	58	95,1%	47	77,1%	9	90,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PDT	61	55,9%	50	81,9%	46	90,1%	9	90,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSB	60	55,1%	52	85,2%	50	98,1%	7	70,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PR	92	84,4%	50	81,9%	46	90,1%	10	100,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PPS	34	31,1%	36	59,1%	44	86,2%	8	80,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
DEM	82	75,2%	53	86,8%	44	86,2%	9	90,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSC	40	36,6%	40	65,5%	40	78,4%	9	90,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PV	13	11,9%	30	49,1%	35	68,2%	8	80,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PTdoB	19	17,4%	25	40,9%	34	66,6%	8	80,0%	1	50,0%	1	50,0%	1	100,0%
PSL	16	14,6%	23	37,7%	37	72,5%	10	100,0%	1	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PMN	15	13,7%	18	29,5%	33	64,7%	9	90,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSDC	13	11,9%	23	37,7%	30	58,5%	9	90,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PTN	27	24,7%	27	44,2%	33	64,7%	10	100,0%	2	2,0%	2	100,0%	1	100,0%
PTC	22	20,1%	21	34,4%	32	62,7%	9	90,0%	1	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PRP	9	8,2%	16	26,2%	32	62,7%	7	70,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PHS	15	13,7%	20	32,7%	37	72,5%	9	90,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PCdoB	21	19,2%	21	34,4%	37	72,5%	8	80,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PPL	6	5,5%	4	6,5%	17	33,3%	8	80,0%	1	50,0%	2	100,0%	1	100,0%
PRTB	6	5,5%	5	8,1%	19	37,2%	9	90,0%	2	100,0%	1	50,0%	1	100,0%
PRB	25	22,9%	21	34,4%	40	78,4%	10	100,0%	2	100,0%	2	100,0%	1	100,0%
PSOL	1	0,9%	1	1,6%	7	13,7%	2	20,0%	1	50,0%	1	50,0%	1	100,0%
PCB	-	-	-	-	1	1,9%	2	20,0%	-	-	1	50,0%	1	100,0%
PSTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0%

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A última eleição analisada mostra um cenário, no mínimo, bastante curioso. O PMDB, partido que governou o estado entre 1982 e 1997, conquistou o maior número de prefeituras municipais no estado de Goiás, ficando em primeiro lugar na lista de vitórias. Nesse sentido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro alcançou uma taxa de sucesso maior que o partido político do atual governador de estado, o partido registrou 52,3%, contra 49,5% do seu concorrente, o PSDB. O partido do governador conquistou o segundo lugar em quantidade de vitórias, somando 115 candidaturas vitoriosas para os executivos municipais.

Tabela 45. Vitórias dos partidos que concorreram as eleições em 2012, em todos os municípios.

Partido	Total de Vitórias		Isolado		Cabeça-de-chapa		Coligado	
PMDB	121	52,3 %	1	25,0 %	55	48,6 %	65	57,1 %
PSDB	115	49,5 %	1	25,0 %	49	44,5 %	65	55,1 %
PTB	113	55,3 %	1	50,0 %	17	38,6 %	95	60,1 %
PP	106	47,1 %	-	-	21	43,7 %	85	48,5 %
PR	104	74,2 %	-	-	8	53,3 %	96	77,4 %
PT	103	49,7 %	1	8,3 %	15	34,1 %	87	54,1 %
PSD	102	47,4 %	-	-	21	42,0 %	81	49,6 %
DEM	95	77,2 %	-	-	15	39,4 %	70	90,9 %
PSB	81	54,7 %	-	-	8	33,3 %	73	59,3 %
PDT	78	45,8 %	1	20,0 %	10	40,0 %	67	47,8 %
PPS	56	44,1 %	-	-	2	25,0 %	54	46,1 %
PC do B	54	58,6 %	-	-	-	-	54	58,6 %
PV	49	47,1 %	-	-	-	-	49	48,5 %
PTN	49	62,8 %	-	-	1	50,0 %	48	63,1 %
PRB	45	44,5 %	-	-	2	18,1 %	43	23,2 %
PMN	43	48,6 %	-	-	-	-	43	50,5 %
PT do B	36	35,6 %	-	-	2	25,0 %	34	36,9 %
PSDC	34	42,5 %	-	-	-	-	34	43,1 %
PHS	34	59,6 %	-	-	1	14,2 %	33	67,3 %
PTC	34	45,3 %	-	-	4	40,0 %	30	46,1 %
PRP	33	47,8 %	-	-	2	100 %	31	47,6 %
PSL	31	34,4 %	-	-	-	-	31	36,1 %
PPL	16	47,1 %	-	-	1	100 %	15	48,3 %
PRTB	13	38,2 %	-	-	1	33,3 %	12	38,7 %
PCB	1	20,0 %	-	-	-	-	1	33,3 %
PSOL	1	6,6 %	-	-	-	-	1	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O cálculo do tamanho médio das coligações eleitorais realizadas no pleito municipal de 2012, no estado de Goiás, indica que nesta eleição as associações entre legendas tiveram em média 5,3 partidos coligados. A quantidade de coligações realizadas neste pleito novamente superou o número de candidaturas isoladas, movimento ocorrido também nas três últimas eleições realizadas. Houve também aumento da quantidade média de legendas por coligação (2,7 → 3,5 → 4,3 → 5,3) em comparação com as disputas anteriores. Sobre o tamanho das coligações eleitorais, estas tiveram um aumento nesta eleição, registrando um caso com 19 partidos políticos coligados. Como ocorrido na maioria das eleições anteriores, é necessário destacar mais uma vez que, os menores partidos políticos tiveram as maiores médias de partidos coligados. Os partidos políticos maiores e melhores estruturados no estado de Goiás, concentraram médias entre 6,1 e 7,4. Os últimos da lista, os pequenos partidos políticos de esquerda (PCB, PSOL e PSTU) registraram médias menores.

Tabela 46. Tamanho médio das coligações nas eleições de 2012, por partido.

Partido	Média do número de partidos coligados	Partido	Média do número de partidos coligados
PMN	9,1	PSC	7,7
PPL	9,1	PR	7,4
PRTB	9,1	PDT	7,2
PRP	8,8	PSB	7,1
PT do B	8,7	PP	6,9
PSDC	8,7	PSD	6,9
PTN	8,6	PSDB	6,7
PTC	8,5	PTB	6,7
PV	8,4	DEM	6,4
PSL	8,4	PMDB	6,1
PHS	8,4	PT	6,1
PRB	8,3	PCB	6,1
PC do B	8,1	PSOL	1,8
PPS	7,9	PSTU	1,0

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ocorreram lançamento de candidaturas coligadas em todos os 246 municípios goianos nas eleições municipais de 2012, característica observada também nas eleições anteriores. Nesta disputa, de acordo com os dados ocorreram 68 candidaturas isoladas, perfazendo 10,6% das candidaturas realizadas.

Tabela 47. Distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2012, por tamanho do eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 14		15 a 19	
Menos de 5.000	20	29,4 %	27	36,0 %	37	52,9 %	50	55,6 %	87	45,3 %	28	29,5 %	3	7,9 %	-	-
De 5.000 à 10.000	14	20,6 %	23	30,7 %	18	25,7 %	21	23,3 %	53	27,6 %	30	31,5 %	8	21,1 %	1	12,5 %
De 10.001 à 50.000	18	26,5 %	16	21,3 %	13	18,6 %	15	16,7 %	49	25,5 %	26	27,3 %	19	50,0 %	4	50,0 %
De 50.001 à 100.000	9	13,2 %	4	5,3 %	-	-	2	2,2 %	3	1,5 %	8	8,4 %	5	13,1 %	2	25,0 %
De 100.001 à 200.000	2	2,9 %	-	-	1	1,4 %	-	-	-	-	-	-	2	2,6 %	1	12,5 %
De 200.001 à 500.	2	2,9 %	3	4,0 %	-	-	2	2,2 %	-	-	1	1,1 %	1	5,2 %	-	-
000Mais de 500.000	3	4,4 %	2	2,7 %	1	1,4 %	-	-	-	-	2	2,2 %	-	-	-	-
Total	68	100 %	75	100 %	70	100 %	90	100 %	192	100 %	95	100 %	38	100 %	8	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 48. Tamanho da coligação nas eleições de 2012, por resultado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 14		15 a 19	
Eleito	6	8,8 %	13	17,3 %	21	30,0 %	31	34,4 %	91	47,4 %	51	53,6 %	26	61,9 %	5	62,5 %
Não Eleito	62	91,2 %	62	82,7 %	49	70,0 %	59	65,6 %	101	52,6 %	44	46,4 %	16	38,1 %	3	37,5 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As alianças entre dois partidos políticos somaram 75 casos de candidaturas coligadas, ou seja, representaram 11,7% das coligações realizadas. As uniões com três partidos políticos registraram 70 coligações, representando 10,9% do total. Já as coligações eleitorais com quatro partidos políticos alcançaram 90 uniões, número equivalente a 14,1% do total de coligações eleitorais realizadas. As menores coligações concentraram-se nas regiões com municípios de pequeno e médio porte, em cidades com até 100 mil eleitores. Houveram ocorrências de apenas 8 grandes coligações somente em cidades com porte entre 5 mil e 200 mil eleitores. A maior coligação realizada para as eleições municipais de 2012 (e também a maior coligação do recorte temporal) ocorreu na cidade de Senador Canedo, com uma aliança liderada pelo PDT, composta de 19 partidos políticos. As coligações médias, compostas de 5 até 10 partidos concentraram seus esforços nos municípios pequenos e médios, com porte de até 100 mil eleitores.

A tendência observada nas eleições municipais de 2012 é a de que os partidos políticos continuaram utilizando a estratégia de celebração de coligações eleitorais. As alianças realizadas para este pleito tiveram um aumento de tamanho, inclusive registrando as maiores uniões observadas nesta análise. Portanto, torna-se fundamental realizar o exame do desempenho das coligações formadas nesta eleição.

Ao realizar a comparação do comportamento coligacionista dos partidos políticos na eleição municipal de 2012 nota-se que quando as coligações eleitorais são maiores, mais alta é a sua chance de sucesso eleitoral. Ou seja, a melhor taxa de sucesso ficou com as coligações compostas de 15 a 19 partidos. Percebe-se que o menor percentual de vitórias ficou com as candidaturas isoladas (8,8%), esse valor foi aumentando na medida em que a quantidade de partidos políticos da coligação crescia. Chegando ao nível de as maiores alianças, aquelas compostas com 15 até 19 partidos políticos registraram 62,5% de sucesso eleitoral.

Para o melhor entendimento destes valores é necessário realizar o controle estatístico do porte dos municípios com a intenção de verificar se esta característica oferece alguma diferença nos valores. Com o intuito de estabelecer uma análise comparativa entre a relação da quantidade de legendas partidárias de uma coligação sobre o número de vitórias, a partir do porte do eleitorado no município, foi realizado o procedimento padrão de cálculo da taxa de sucesso para cada categoria. Os dados apresentados na tabela 49, logo abaixo, apresentam o tamanho da coligação e o desempenho eleitoral em todos os grupos de eleitores de Goiás. Inicialmente, percebe-se que nos municípios com porte de até 5 mil eleitores, quanto menor é a coligação eleitoral, maior é a possibilidade de sucesso eleitoral.

É preciso destacar, primeiramente, que as coligações menores tiveram sucesso apenas nos municípios com porte até 50 mil eleitores. Vale destacar também que, na última eleição analisada as candidaturas isoladas registraram baixíssimo sucesso eleitoral, elegendo apenas 6 prefeitos, o que corresponde a apenas 8,9% de suas tentativas.

Por fim, o cálculo da correlação entre o tamanho do eleitorado e o tamanho das coligações da quantidade total de participações apresenta o valor de +0,142. Ao identificar esse valor, torna-se importante destacar que este resultado é considerado baixo, especialmente se comparado com os dados das eleições anteriores. Quando este mesmo cálculo é feito, porém selecionando apenas os casos de candidaturas vitoriosas, este número aumenta para +0,453, indicando que ao existir um aumento no tamanho das coligações eleitorais realizadas ocorre um aumento também na possibilidade de vitória dos partidos políticos.

Tabela 49. Vitórias proporcionais ao número de participações nas eleições de 2012, por eleitorado.

Tamanho do Eleitorado	Número de Partidos Coligados															
	Isolados		2		3		4		5 a 7		8 a 10		11 a 13		14 a 16	
Menos de 5.000	2	33,3 %	9	69,2 %	14	66,7 %	20	64,5 %	49	53,8 %	14	27,4 %	2	7,6 %	-	-
De 5.000 à 10.000	1	16,7 %	1	7,7 %	4	19,0 %	8	25,8 %	24	26,3 %	21	41,1 %	6	23,0 %	1	20,0 %
De 10.001 à 50.000	2	33,3 %	3	23,1 %	3	14,3 %	3	9,7 %	17	18,6 %	10	19,5 %	13	50,0 %	2	40,0 %
De 50.001 à 100.000	1	16,7 %	-	-	-	-	-	-	1	1,3 %	4	7,8 %	3	11,5 %	1	20,0 %
De 100.001 à 200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,8 %	1	20,0 %
De 200.001 à 500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,1 %	1	3,8 %	-	-
Mais de 500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,1 %	-	-	-	-
Total	6	100 %	13	100 %	21	100 %	31	100 %	91	100 %	51	100 %	26	100 %	5	100 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.3. PMDB

Em 1979, a Lei nº 6.767 proibiu, como em 1965, as coligações para as eleições proporcionais, permanecendo os acordos em eleições majoritárias³⁸. A principal intenção dessa medida era enfraquecer o MDB, que já estava atingido pelo projeto de reforma partidária que dissolveu os dois grupos existentes – transformando-os em PMDB e PDS.

A sigla PMDB apareceu somente com a abertura do sistema político para a criação de novos partidos políticos, foi a partir daí que o MDB no início da década de 1980 se tornou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. De acordo com Machado (2007), essa alteração de nomenclatura levou a duas principais modificações: (1) parte dos membros que possuíam tendências políticas inclinadas mais à esquerda retiraram-se do partido para iniciar legendas partidárias próprias, levando ao esvaziamento desta tendência política; (2) crescimento no tamanho do partido devido à migração de lideranças políticas interessadas na boa imagem atribuída à legenda partidária pelo eleitorado brasileiro.

O PMDB conseguiu grande apoio popular logo no início de sua fundação ao liderar a luta pelas eleições diretas para presidente e graças a sua posição de adversário ao governo militar e também ao sucesso econômico inicial do Plano Cruzado. Esse contexto lhe rendeu quase uma hegemonia política nesse breve período, o qual o fez atrair muitos políticos à procura do apoio popular. Segundo Machado (2007), a legenda é a melhor que se encaixa na classificação de partido *cath-all*, sendo considerada por muitos estudos como pertencente ao centro do espectro ideológico. “Sua posição no centro político deriva de congregar as tendências políticas mais variadas, desde herdeiros do antigo MDB a políticos tradicionais incorporados ao partido por questões de benefício eleitoral” (Machado, 2007: 74). O autor ainda indica outra característica que oferece possibilidade de caracterizar o partido na posição de centro: a adesão a qualquer governo para assegurar capacidade de decisão no parlamento, sem levar em consideração posicionamentos ideológicos.

No entanto, no estatuto do partido, acerca do tema das coligações eleitorais, fica explícito que os órgãos hierarquicamente superiores podem realizar intervenções em questões de instâncias inferiores, entre outros motivos, para vetar acordos ou coligações desalinhadas às suas orientações. Mas, torna-se importante destacar que, de acordo com o estatuto, as decisões sobre as coligações são de competência das Convenções Municipais ou Zonais.

³⁸ Entre outras proibições, o artigo 19 impedia os partidos políticos de realizarem coligações com outras legendas para as eleições para a Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

3.3.1. Eleições de 1988

A composição das coligações do PMDB na primeira eleição analisada é bastante pequena. O partido praticamente se coliga apenas com quatro legendas (PL, PFL, PDT e PCB). Entre os partidos políticos de médio e grande porte, os peemedebistas rejeitaram alianças com o PT, PDS, PSB, PTRB e PTB para a formação de coligações eleitorais nos municípios goianos. A tabela abaixo apresenta a quantidade de vezes que o PMDB se coligou com outras legendas partidárias nas eleições para prefeito no ano de 1988.

Tabela 50. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 1988, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PL	2	1,1 %	4,5 %
PDT	1	0,6 %	5,0 %
PFL	1	0,6 %	1,6 %
PCB	1	0,6 %	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nas eleições municipais realizadas no estado de Goiás no ano de 1988, foram apresentadas pelos peemedebistas 177 candidaturas para disputa do cargo de prefeito nos 184 municípios goianos. Como foi apresentado logo no início dessa seção, o partido possui a sua origem direta no MDB, legenda que funcionou durante o período da ditadura militar no Brasil. O PMDB possuía nessa eleição a maior capacidade de presença ao alcançar 96,8% de participação nos municípios do estado, em que houveram eleição municipal em 1988.

Quanto as formas de participação do PMDB, as lideranças do partido decidiram nessa eleição concorrer sem a utilização de alianças eleitorais. Essa foi uma postura adotada pelos demais partidos com relevância estadual. Ou seja, esta parece ser a estratégia adotada pela maioria das legendas partidárias registradas em Goiás. Nesse sentido, é possível perceber que o PMDB concorreu no ano de 1988 de forma isolada em 97,7% das vezes em que participou. Dessa participação, os peemedebistas registraram maior concentração em municípios com porte de até 5 mil eleitores, com 88 candidaturas, o que representa quase a metade (49,7%) da participação do partido nessa eleição. O lançamento de candidaturas no maior número possível de municípios resultou na maior quantidade absoluta de vitórias obtidas pelo partido na eleição, foram 129 municípios goianos conquistados, correspondendo a uma taxa de sucesso de 72,8%. Sendo possível afirmar que o PMDB utilizou um cálculo bastante preciso sobre os custos e os benefícios de adotar um modo de participação na eleição de 1988.

3.3.2. Eleições de 1992

A composição das alianças eleitorais do PMDB na segunda eleição analisada e a quantidade de aliados preferenciais manteve um leve crescimento na eleição municipal de 1992. A legenda partidária aumentou de quatro para sete o número de partidos políticos aliados nessa eleição municipal (PL, PRN, PFL, PTR, PDC, PSB e PPS). Entre os partidos políticos de médio e grande porte, os peemedebistas não registraram coligações com algumas legendas, são elas: PDT, PT e PST. Ao todo 19 partidos políticos concorreram nessa eleição nos municípios goianos. A tabela abaixo apresenta a quantidade de vezes que o PMDB se coligou com outras legendas partidárias nas eleições para prefeito no ano de 1992.

Tabela 51. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 1992, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PL	2	1,2 %	5,8 %
PRN	2	1,2 %	2,9 %
PFL	1	0,6 %	2,1 %
PTR	1	0,6 %	2,3 %
PDC	1	0,6 %	2,4 %
PSB	1	0,6 %	20,0 %
PPS	1	0,6 %	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nas eleições municipais realizadas no ano de 1992, no estado de Goiás, foram apresentadas pelos peemedebistas 173 candidaturas para a disputa dos executivos municipais nas cidades goianas. Essa eleição também foi marcada pela grande participação do PMDB nas disputas municipais, com o partido lançando candidatos em aproximadamente 80% das cidades. Assim, o partido ainda possuía uma boa capacidade de presença ao alcançar a maioria dos municípios do interior, mesmo com uma redução registrada no número de participações nas cidades goianas (de 96,8% para 80,8%).

O governador Iris Rezende, nessa época, era o grande articulador e a liderança do PMDB goiano. Em grande parte, a força do partido no estado era proveniente da figura de Iris Rezende. O então governador simbolizava e centralizava a velha tradição da raiz clientelista da política brasileira. Ele era o canal e fio condutor da relação entre os poderes estadual-federal e municipal em Goiás. Desse modo, mesmo com a leve redução no número de participações, o PMDB lançou o maior número de candidatos a prefeito nos municípios.

3.3.3. Eleições de 1996

A composição das alianças eleitorais do PMDB na terceira eleição investigada e a quantidade de aliados preferenciais se manteve com o leve crescimento na eleição municipal realizada em 1996. O partido político aumentou de sete para nove o número de legendas partidárias aliadas nessa eleição municipal (PL, PT, PTB, PSD, PPB, PDT, PSB, PSC e PSDB). Entre as legendas partidárias de médio e grande porte, os peemedebistas não registraram coligações com apenas dois partidos políticos: PFL e PSC. Ao todo 20 legendas partidárias concorreram nessa eleição nos municípios goianos. É importante destacar que, a partir dessa eleição municipal, o PSDB se tornou o principal partido político adversário dos peemedebistas. A tabela abaixo apresenta a quantidade de vezes que o PMDB se coligou com outras legendas partidárias nas eleições para prefeito no ano de 1996.

Tabela 52. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 1996, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PL	17	7,7 %	18,4 %
PT	9	4,1 %	18,3 %
PTB	5	2,3 %	16,6 %
PSD	5	2,3 %	6,4 %
PPB	5	2,3 %	5,2 %
PDT	4	1,8 %	20,0 %
PSB	2	0,9 %	33,3 %
PSC	1	0,5 %	6,2 %
PSDB	1	0,5 %	1,3 %

Fonte: autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A evolução da participação do PMDB na disputa eleitoral de 1996 possui proximidade com às eleições realizadas anteriormente (1988 e 1992). Inicialmente é preciso ressaltar que o PMDB é o partido político com o maior número de participações nos pleitos realizados, mantendo o seu espaço de lançamento de seus candidatos em um número grande de municípios. Ou seja, como nos pleitos anteriores, foram os peemedebistas (partido que ocupava o poder executivo estadual) que lançaram a maior quantidade de candidatos a prefeito nos municípios goianos. Outra informação que merece destaque é a proximidade das candidaturas isoladas do PMDB neste pleito, se comparado à anterior. Houve uma pequena redução nas tentativas isoladas e, conseqüentemente, um leve crescimento de candidaturas coligadas.

3.3.4. Eleições de 2000

Na condição de partido de oposição ao executivo estadual, a estratégia do PMDB em 2000 foi lançar candidatos em todos os municípios para eleger o maior número possível de prefeitos, mantendo assim sua representação e força político-eleitoral no estado de Goiás. Mesmo não estando mais na posição de partido de governo, o PMDB manteve expressiva força política. Isso demonstra que o partido dispunha de um significativo grau de institucionalização no plano regional.

Tabela 53. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 2000, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PSD	52	23,9 %	46,1 %
PL	50	22,9 %	42,1 %
PPS	43	19,7 %	35,5 %
PSC	34	15,6 %	49,2 %
PT	32	14,7 %	36,7 %
PPB	29	13,3 %	18,1 %
PFL	26	11,9 %	12,1 %
PST	23	10,6 %	38,3 %
PTB	23	10,6 %	28,7 %
PDT	22	10,1 %	37,2 %
PSL	17	7,8 %	48,5 %
PSDB	17	7,8 %	7,4 %
PC do B	9	4,1 %	21,4 %
PSB	8	3,7 %	28,5 %
PSDC	6	2,8 %	13,9 %
PTN	5	2,3 %	35,7 %
PRP	4	1,8 %	40,0 %
PMN	3	1,4 %	33,3 %
PT do B	3	1,4 %	25,0 %
PAN	2	0,9 %	66,6 %
PGT	2	0,9 %	40,0 %
PRN	2	0,9 %	33,3 %
PV	1	0,5 %	12,5 %
PRTB	1	0,5 %	9,1 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.3.5. Eleições de 2004

Os dados apresentados na tabela 54, logo abaixo, indicam a continuidade dos aliados preferenciais do PMDB nas eleições municipais no estado (PL, PT, PFL, PTB, PP, PPS e PSC). A novidade nessa eleição foi a chegada do PT ao rol dos partidos com maiores alianças com o PMDB, somando 101 alianças nessa eleição (representando 44,5% das candidaturas petistas). Os peemedebistas, principais adversários do governo estadual em Goiás, mantiveram sua posição de 4º partido com maior quantidade de vitórias nestas eleições.

Tabela 54. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 2004, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PT	101	43,5 %	45,2 %
PL	98	42,2 %	45,1 %
PFL	62	26,7 %	29,8 %
PTB	59	25,4 %	36,8 %
PP	56	24,1 %	27,4 %
PPS	52	22,4 %	35,6 %
PSC	45	19,4 %	55,5 %
PDT	38	16,4 %	36,5 %
PSB	29	12,5 %	30,2 %
PSDB	29	12,5 %	12,3 %
PSL	20	8,6 %	42,5 %
PTC	19	8,2 %	35,8 %
PHS	19	8,2 %	33,3 %
PSDC	19	8,2 %	24,6 %
PC do B	18	7,8 %	36,7 %
PMN	13	5,6 %	33,3 %
PT do B	9	3,9 %	37,5 %
PRP	9	3,9 %	30,0 %
PV	9	3,9 %	28,1 %
PAN	7	3,0 %	41,1 %
PRTB	7	3,0 %	36,8 %
PRONA	5	2,2 %	71,4 %
PTN	5	2,2 %	25,0 %
PCB	2	0,9 %	40,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.3.6. Eleições de 2008

Nesta eleição, o realinhamento no cenário político local permaneceu como nas eleições anteriores, com o PT presente entre os partidos que mais se coligaram com os peemedebistas. Inclusive, merece ser destacado a coligação entre os dois partidos na capital do estado, Goiânia. Neste pleito, o PMDB registrou uma média de 4,8 partidos políticos por coligação eleitoral. Também é preciso destacar que os peemedebistas alcançaram a segunda maior taxa de sucesso da eleição, registrando 52,6% de candidaturas vitoriosas.

Tabela 55. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 2008, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PT	102	45,3 %	51,2 %
PR	94	41,8 %	41,1 %
DEM	60	26,7 %	32,1 %
PP	60	26,7 %	25,8 %
PTB	58	25,8 %	31,3 %
PSC	55	24,4 %	61,7 %
PPS	50	22,2 %	38,4 %
PDT	49	21,8 %	40,4 %
PSB	44	19,6 %	31,2 %
PSDB	41	18,2 %	17,5 %
PV	32	14,2 %	41,5 %
PRB	29	12,9 %	42,6 %
PT do B	27	12,8 %	31,3 %
PTN	27	12,8 %	27,5 %
PC do B	25	11,1 %	45,4 %
PTC	23	10,2 %	40,3 %
PSDC	22	9,8 %	32,8 %
PSL	20	8,9 %	50,0 %
PHS	18	8,0 %	33,9 %
PMN	12	5,3 %	35,2 %
PRP	11	4,9 %	34,3 %
PRTB	8	3,6 %	26,6 %
PCB	1	0,4 %	14,2 %
PSOL	1	0,4 %	6,6 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.3.7. Eleições de 2012

A participação do PMDB na última eleição analisada registrou o maior número de prefeituras municipais conquistadas pelo partido, com a legenda ficando em primeiro lugar na quantidade de vitórias. Os peemedebistas formalizaram coligações com 26 legendas neste pleito, com 89,6% dos partidos políticos registrados formalmente no TSE.

Tabela 56. Quantidade de coligações do PMDB com outras legendas em 2012, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PT	134	58,0 %	64,7 %
PSB	87	37,7 %	50,0 %
PSC	80	34,6 %	59,7 %
PR	80	34,6 %	39,4 %
PDT	75	32,5 %	43,8 %
PSD	64	27,7 %	29,9 %
PTB	58	25,1 %	28,4 %
PP	56	24,2 %	24,8 %
DEM	50	21,6 %	25,9 %
PTN	48	20,8 %	47,1 %
PC do B	47	20,3 %	51,1 %
PRP	40	17,3 %	57,9 %
PRB	40	17,3 %	39,6 %
PSDB	34	14,7 %	14,6 %
PTC	32	13,9 %	36,3 %
PV	32	13,9 %	35,1 %
PMN	31	13,4 %	38,7 %
PSL	31	13,4 %	34,4 %
PSDC	31	13,4 %	38,7 %
PPS	30	13,0 %	23,6 %
PHS	29	12,6 %	33,7 %
PT do B	27	11,7 %	30,3 %
PPL	23	10,0 %	58,9 %
PRTB	16	6,9 %	37,2 %
PCB	2	0,9 %	40,0 %
PCO	1	0,4 %	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.4. PSDB

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi formado dentro do parlamento brasileiro, principalmente por um descontentamento de algumas lideranças políticas insatisfeitas com os caminhos adotados pela Constituinte em 1988 e a organização interna do PMDB aquela época. Segundo Machado (2007), faltou no período inicial de sua fundação uma capilaridade mais abrangente nas instâncias locais do partido político. Ou seja, devido a sua bancada presente no Congresso Nacional e suas lideranças nacionais mais robustas, a influência de suas lideranças locais era pequena (Machado, 2007: 121). O caráter parlamentarista³⁹ do partido ficou exposto ao não receber nenhuma adesão dos governadores eleitos no ano de 1986. Em seu Manifesto de fundação, as críticas ao “envelhecimento precoce” e a invasão de oportunistas aparecem, bem como o compromisso com o desenvolvimento, com a justiça social, a distribuição de renda e no equacionamento da dívida externa do Brasil como forma de controlar a inflação (Kinzo, 1993).

Desse modo, o surgimento do PSDB pode ser explicado a partir de duas visões distintas: 1) uma visão ideológica, onde existia um conflito de posições entre o grupo fundador do partido e a direção nacional do PMDB e; 2) Uma visão pragmática, onde havia a percepção de um espaço político localizado ao centro do espectro ideológico por políticos influentes possuidores de grande capital político que se encontravam sem espaço dentro do PMDB (Silva, 2010). Assim, a origem do PSDB, está ligada a três fatores principais: 1) o descontentamento de um grupo influente com os rumos nacionais do PMDB; 2) perda de espaço político de políticos influentes, pois estes almejavam disputar cargos majoritários mais altos e essa opção só se mostrou possível através da fundação de uma nova legenda e; 3) surgimento de um espaço político no centro através do desgaste do governo José Sarney.

Segundo Dantas (2007), as estratégias coligacionistas do PSDB são discutidas e definidas em convenções orientadas por voto direto e secreto dos membros do partido político. De acordo com o artigo 31 do estatuto do partido, as coligações são aceitas de forma democrática no interior da organização partidária. Nas decisões acerca de disputas municipais, a convocação para deliberação ocorre sempre com no mínimo três dias de antecedência. Não ocorrendo esse princípio, “o estatuto do partido reforça a necessidade de intervenção dos órgãos hierarquicamente superiores às organizações municipais” (Dantas, 2007: 67).

³⁹ Por causa da sua origem interna ao parlamento brasileiro, o PSDB já nasceu com uma base sólida de deputados (45 ao todo, sendo que a grande maioria pertencente ao PMDB). Dos parlamentares fundadores: 38 pertenciam ao PMDB, quatro ao PFL e o PSB, PDT e PTB tinham um parlamentar (Sanchez, 2003).

3.4.1. Eleições de 1992

A composição das coligações eleitorais do PSDB na primeira eleição disputada pelo partido em Goiás mostrou uma tímida tendência da legenda em formalizar alianças com demais atores no sistema partidário regional. O partido iniciou sua participação nas eleições municipais goianas junto com oito aliados preferenciais (PT, PFL, PL, PDS, PDT, PC do B, PSB e PMN). O PSDB realizou duas coligações com candidatos petistas (inclusive uma aliança em Goiânia, apoiando juntamente com o PSB, PMN e PC do B, o candidato a prefeito petista Darci Accorsi, na disputa pela prefeitura da capital) e com os demais partidos formalizou apenas uma aliança com cada legenda na disputa pelas prefeituras municipais goianas. Entre os partidos políticos de médio e grande porte, os peessedebistas não registraram coligações eleitorais com várias legendas, entre elas: PMDB, PDC, PST, PRN e PTR. Ao todo 19 partidos concorreram nessa eleição nos municípios goianos. A tabela abaixo apresenta a quantidade de vezes que o PSDB se coligou com outras legendas partidárias nas eleições para prefeito no ano de 1992.

Tabela 57. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 1992, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PSDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PT	2	18,2 %	5,1 %
PFL	1	9,1 %	2,1 %
PL	1	9,1 %	2,9 %
PDS	1	9,1 %	5,8 %
PDT	1	9,1 %	14,2 %
PSB	1	9,1 %	20,0 %
PC do B	1	9,1 %	50,0 %
PMN	1	9,1 %	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nas eleições municipais realizadas no estado de Goiás no ano de 1992, foram apresentadas pelos peessedebistas apenas 11 candidaturas para a disputa do cargo de prefeito nos municípios goianos. O PSDB possuía nessa eleição uma baixa capacidade de presença ao alcançar somente 5,9% de participação nos municípios do estado, em que houveram eleição municipal em 1992. Os peessedebistas concorreram de forma isolada em 7 municípios do estado (63,6% de sua participação), apoiaram candidatos de outras agremiações em 3 cidades (27,2%) e lançaram candidato próprio em apenas 1 município (9,1%). É preciso destacar também que o partido obteve vitória em 42,8% das candidaturas isoladas e no apoio aos petistas.

3.4.2. Eleições de 1996

A composição das alianças eleitorais do PSDB na segunda eleição disputada pelo partido em Goiás indicou ainda uma fraca tendência do partido em formalizar coligações com as demais legendas atuantes no sistema partidário regional. Os peessedebistas realizaram na sua segunda participação nas eleições municipais goianas coligações com 10 aliados preferenciais (PT, PL, PSD, PFL, PPB, PST, PDT, PTB, PMDB e PRP). Entre as legendas partidárias de médio e grande porte, os peessedebistas não registraram coligações eleitorais com apenas dois partidos: o PSB e PPS. Ao todo concorreram nessa eleição 20 partidos nos municípios goianos. A tabela abaixo apresenta a quantidade de vezes que o PSDB se coligou com outras legendas partidárias nas eleições para prefeito no ano de 1996.

Tabela 58. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 1996, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PSDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PT	8	10,8 %	16,3 %
PL	7	9,5 %	7,6 %
PSD	6	8,1 %	7,6 %
PFL	6	8,1 %	7,6 %
PPB	5	6,8 %	5,2 %
PST	2	2,7 %	28,5 %
PDT	2	2,7 %	10,0 %
PTB	2	2,7 %	6,6 %
PMDB	1	1,4 %	0,4 %
PRP	1	1,4 %	20,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A eleição municipal de 1996 foi o primeiro pleito realizado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa disputa foi marcada pela expectativa da influência da chegada do PSDB à Presidência da República em 1994. Nesse ano, o número de participações do partido nas eleições municipais cresceu, o partido saltou de 10º (em 1992) para o a segunda maior legenda em lançamento de candidaturas. Os peessedebistas registraram candidatos em 72 municípios, perfazendo 26,9% de participação nos municípios goianos. O partido concorreu de forma isolada em 51 municípios do estado (70,8% de sua participação), apoiaram candidatos de outras legendas partidárias em apenas 2 cidades (2,7%) e lançaram candidatos próprios em 19 municípios (26,3%). Com isso o PSDB alcançou o nível dos partidos mais estruturados no estado, sendo o principal adversário dos peemedebistas a partir das eleições de 1988.

3.4.3. Eleições de 2000

Com o controle do poder executivo estadual, o PSDB ampliou a composição de suas coligações eleitorais. A quantidade de aliados do partido cresceu de 10 para 26 legendas nesta eleição, o que representa um crescimento de 49,4%. Nessa eleição, o PSDB não realizou coligações apenas com o PDS, PSTU, PAN e PP.

Tabela 59. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 2000, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PSDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PFL	117	51,1 %	54,6 %
PPB	103	45,0 %	53,9 %
PPS	42	18,3 %	34,7 %
PL	38	16,6 %	31,9 %
PTB	35	15,3 %	43,7 %
PSD	32	14,0 %	28,3 %
PT	31	13,5 %	35,6 %
PC do B	21	9,2 %	50,0 %
PSDC	21	9,2 %	48,8 %
PDT	21	9,2 %	35,5 %
PSC	19	8,3 %	27,5 %
PMDB	17	7,4 %	7,7 %
PST	15	6,6 %	25,0 %
PSB	11	4,8 %	39,2 %
PSL	6	2,6 %	17,1 %
PV	4	1,7 %	50,0 %
PMN	4	1,7 %	44,4 %
PTN	4	1,7 %	28,5 %
PHS	3	1,3 %	60,0 %
PRP	3	1,3 %	30,0 %
PT do B	3	1,3 %	25,0 %
PGT	2	0,9 %	40,0 %
PRN	2	0,9 %	33,3 %
PRTB	2	0,9 %	18,1 %
PCB	1	0,4 %	100,0 %
PSN	1	0,4 %	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.4.4. Eleições de 2004

A eleição municipal de 2004 foi a segunda disputa realizada com o PSDB à frente do poder executivo estadual. Com a reeleição do governador Marconi Perillo, esse pleito foi a segunda avaliação nas urnas da influência do partido do governador. Nesse sentido, o PSDB manteve seu lugar na lista das legendas com melhor sucesso eleitoral, logrando vitórias em 123 prefeituras, correspondendo a 52,5% de suas candidaturas.

Tabela 60. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 2004, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PSDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PP	107	46,1 %	52,4 %
PFL	92	39,7 %	44,2 %
PL	81	34,9 %	37,3 %
PTB	67	28,9 %	41,8 %
PT	57	24,6 %	25,5 %
PPS	50	21,6 %	34,2 %
PSB	43	18,5 %	44,7 %
PDT	40	17,2 %	38,4 %
PSDC	32	13,8 %	41,5 %
PMDB	29	12,5 %	12,5 %
PC do B	24	10,3 %	48,9 %
PTC	19	8,2 %	35,8 %
PMN	19	8,2 %	48,7 %
PSC	19	8,2 %	23,4 %
PHS	16	6,9 %	28,1 %
PSL	15	6,5 %	31,9 %
PRP	12	5,2 %	40,0 %
PTN	9	3,9 %	45,0 %
PV	9	3,9 %	28,1 %
PRTB	8	3,4 %	42,1 %
PT do B	7	3,0 %	29,1 %
PAN	6	2,6 %	35,2 %
PSTU	1	0,4 %	33,3 %
PRONA	1	0,4 %	14,2 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.4.5. Eleições de 2008

Mesmo não estando mais à frente do poder executivo estadual, o PSDB continuou na liderança com maior quantidade de participação nos municípios. O partido concorreu às eleições em 234 municípios e conquistou vitórias em 114 deles. Quanto as formas de vitória, os peessedebistas venceram concorrendo de modo isolado em apenas 2 municípios do estado (28,5% de sua participação), apoiando candidatos de outras agremiações em 63 cidades (52,9%) e lançando candidato próprio em 49 municípios (45,3%).

Tabela 61. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 2008, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PSDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PP	135	57,7 %	58,1 %
PR	105	44,9 %	45,8 %
PTB	102	43,6 %	55,1 %
DEM	85	36,3 %	45,4 %
PSB	61	26,1 %	43,2 %
PPS	57	24,4 %	43,8 %
PDT	51	21,8 %	42,1 %
PT	50	21,4 %	25,1 %
PTN	48	20,5 %	48,9 %
PT do B	46	19,7 %	53,4 %
PMDB	41	17,5 %	18,1 %
PSDC	37	15,8 %	55,2 %
PV	31	13,2 %	40,2 %
PRB	27	11,5 %	39,7 %
PHS	25	10,7 %	47,1 %
PC do B	23	9,8 %	41,8 %
PTC	22	9,4 %	38,5 %
PSC	21	9,0 %	23,5 %
PRTB	17	7,3 %	56,6 %
PMN	14	6,0 %	41,1 %
PSL	13	5,6 %	32,5 %
PRP	11	4,7 %	34,3 %
PCB	1	0,4 %	14,2 %
PSOL	1	0,4 %	6,6 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.4.6. Eleições de 2012

Essa disputa foi marcada pelo retorno do PSDB ao governo estadual, com a vitória do ex-governador Marconi Perillo para o seu terceiro mandato. O partido concorreu às eleições em 232 municípios e conquistou vitórias em 115 deles, perfazendo uma taxa de sucesso de 49,5%. O PSDB realizou nessa eleição municipal coligações com 25 aliados, registrando redução de um partido (o PSOL) se comparado com o pleito anterior.

Tabela 62. Quantidade de coligações do PSDB com outras legendas em 2012, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PSDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PP	143	61,6 %	63,3 %
PSD	126	54,3 %	58,8 %
PTB	111	47,8 %	54,4 %
DEM	107	46,1 %	55,4 %
PR	94	40,5 %	46,3 %
PPS	73	31,5 %	57,4 %
PT do B	56	24,1 %	62,9 %
PDT	54	23,3 %	31,5 %
PSB	50	21,6 %	28,7 %
PMN	45	19,4 %	56,2 %
PTN	44	19,0 %	43,1 %
PHS	43	18,5 %	50,0 %
PV	43	18,5 %	47,2 %
PRB	41	17,7 %	40,5 %
PSL	40	17,2 %	44,4 %
PTC	37	15,9 %	42,1 %
PSDC	36	15,5 %	45,0 %
PC do B	35	15,1 %	38,1 %
PMDB	34	14,7 %	14,7 %
PSC	31	13,4 %	23,1 %
PT	28	12,1 %	13,5 %
PRTB	18	7,8 %	41,8 %
PRP	13	5,6 %	18,8 %
PPL	12	5,2 %	30,7 %
PCB	1	0,4 %	20,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.5. PP

Sucessor do PDS, o PP tem suas raízes na antiga ARENA, partido de sustentação do regime militar. Ou seja, esse fato caracteriza o partido atualmente como uma legenda de base na política tradicional. Inclusive, a imagem do partido possui forte ligação à figura de Paulo Maluf (Machado, 2007). Criado em 1993, o PPB desde logo foi comprometido com o apoio ao Plano Real, ao governo FHC, e a estabilização econômica do país. O primeiro embate do novo partido político aconteceu nas eleições municipais de 1996 quando seus candidatos conquistaram 625 prefeituras. Entre as quais, estavam Manaus, com Alfredo Nascimento; Palmas, com Manoel Odir Rocha e em São Paulo, com Celso Pitta, cuja vitória demonstrou a predominância de Paulo Maluf sobre os rumos do partido. Quatro anos mais tarde, nas eleições municipais de 2000, o partido venceu em Florianópolis, com Ângela Amin, a mais importante das 618 vitórias do partido. Em 1998, o PPB elegeu Espiridião Amin governador de Santa Catarina e Neudo Campos governador de Roraima, obtendo também duas cadeiras no Senado e 60 assentos na Câmara dos Deputados, números que reduziram drasticamente em 2002, quando a legenda perdeu as disputas por cargos majoritários e elegeu somente 49 deputados federais. Após o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso e completado mais um ciclo na vida política do país, a Convenção Nacional do PPB, buscando inspiração nas transformações políticas internacionais, decide, em 4 de abril de 2003, alterar sua denominação para Partido Progressista (PP). Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, o PP passou a integrar a base de apoio ao novo presidente do Congresso Nacional.

Segundo Dantas (2007), o Partido Progressista trata em seu estatuto um título especial acerca da formalização de coligações eleitorais, atribuindo ao assunto dois artigos (109 e 110). O primeiro artigo oferece possibilidade do partido realizar coligações com uma ou mais agremiações partidárias somente quando exista entre eles coerência doutrinária e pragmática. O segundo artigo complementa o princípio do anterior, ao indicar que à Executiva Nacional do partido poderá estabelecer alguma resolução com força estatutária para o rígido cumprimento da coerência e preservação da unidade do partido no país. Ainda de acordo com Dantas (2007), apesar de existir uma harmonia, a formalização da coligação é sujeita à aprovação do órgão maior da legenda no local de disputa eleitoral e nessa situação não existe questões específicas acerca do posicionamento do partido em eleições municipais. Nesse sentido, “é possível supor que existindo ‘coerência local’ é livre a celebração de acordos. A ‘unidade nacional’, nesse caso, perderia parte de seu sentido, uma vez que é possível supor a existência de diferentes desenhos e aproximações” (Dantas, 2007: 64).

3.5.1. Eleições de 1996

A composição das alianças eleitorais do Partido Progressista Brasileiro na primeira eleição disputada pelo partido no estado de Goiás indicou haver uma ênfase de alianças com partidos políticos do bloco de oposição ao governo estadual. O PPB realizou em sua estreia nas eleições majoritárias municipais goianas coligações eleitorais com nove partidos políticos aliados preferenciais (PFL, PSD, PL, PDT, PTB, PSDB, PMDB, PSC e PT). Concorreram nesta eleição um total de 20 partidos políticos nos municípios do estado de Goiás. Entre as legendas de médio porte, os pepebistas não registraram alianças com: PST, PSD e PRP. A tabela abaixo apresenta a quantidade de vezes que o PPB se coligou com outras legendas partidárias nas eleições para prefeito no ano de 1996.

Tabela 63. Quantidade de coligações do PPB com outras legendas em 1996, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PPB	% sobre o total de participações do partido coligado
PFL	17	17,7 %	21,7 %
PSD	13	13,5 %	16,6 %
PL	11	11,5 %	11,9 %
PDT	5	5,2 %	25,0 %
PTB	5	5,2 %	16,6 %
PSDB	5	5,2 %	6,7 %
PMDB	5	5,2 %	2,2 %
PSC	3	3,1 %	18,7 %
PT	2	2,1 %	4,1 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nas eleições municipais realizadas no estado de Goiás no ano de 1996, foram apresentadas pelos pepebistas 96 candidaturas para a disputa do cargo de prefeito nos municípios goianos. O PPB possuía nessa disputa uma excelente capacidade de presença ao alcançar 28,3% de participação nos municípios do estado, em que houveram eleições em 1996. Os candidatos pepebistas concorreram de modo isolado em 44 municípios do estado (45,8% de sua participação), apoiaram candidatos de outras legendas em 27 cidades (28,1%) e lançaram candidatos próprios em 25 municípios (26,1%). É preciso destacar também que o partido logrou vitórias em 37,5% das candidaturas, sendo que o perfil de maior sucesso foram os de candidaturas com o PPB ficando como cabeça-de-chapa (13 vitórias, correspondendo a 52%); seguido pelas candidaturas isoladas, eleitas em 15 municípios (34,1%).

3.5.2. Eleições de 2000

O PPB apresentou 191 candidaturas a prefeito nessa eleição. O partido formalizou coligações com 24 legendas nesse ano, o que representou um crescimento de 37,5% da quantidade de aliados, se comparado com a eleição anterior. É preciso destacar também que entre os partidos aliados preferenciais do PPB, entre os cinco primeiros da lista abaixo se encontra três legendas que compõem a base aliada do governo do estado, são elas: o PSDB (partido do governador), o PFL (2º maior aliado) e o PTB (4º maior aliado).

Tabela 64. Quantidade de coligações do PPB com outras legendas em 2000, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PPB	% sobre o total de participações do partido coligado
PSDB	103	53,9 %	44,9 %
PFL	86	45,0 %	40,1 %
PPS	34	17,8 %	28,1 %
PTB	32	16,8 %	40,0 %
PSD	32	16,8 %	28,3 %
PL	32	16,8 %	26,8 %
PMDB	29	15,2 %	13,3 %
PST	22	11,5 %	36,6 %
PT	19	9,9 %	21,8 %
PSC	18	9,4 %	26,1 %
PC do B	16	8,4 %	38,1 %
PDT	15	7,9 %	25,4 %
PSDC	13	6,8 %	30,2 %
PSB	9	4,7 %	32,1 %
PSL	6	3,1 %	17,1 %
PT do B	5	2,6 %	41,6 %
PTN	3	1,6 %	21,4 %
PRTB	3	1,6 %	27,2 %
PV	3	1,6 %	37,5 %
PRP	2	1,0 %	20,0 %
PMN	2	1,0 %	22,2 %
PRN	1	0,5 %	16,6 %
PHS	1	0,5 %	20,0 %
PSN	1	0,5 %	100,0 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.5.3. Eleições de 2004

Agora utilizando a sigla PP, o Partido Progressista apresentou 204 candidaturas as prefeituras municipais nessa eleição, representando uma participação de 82,9% nos municípios. Nessa eleição, a base aliada do governo estadual se ampliou, a coalizão do governo era composta por 13 partidos, um crescimento cerca de 30%. Nota-se que a quantidade de coligações do PPB (partido do vice-governador) com os partidos aliados também aumenta, comparado ao pleito anterior, representando 36,3% das alianças progressistas.

Tabela 65. Quantidade de coligações do PP com outras legendas em 2004, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PP	% sobre o total de participações do partido coligado
PSDB	108	53,5 %	46,1 %
PFL	81	40,1 %	38,9 %
PTB	68	33,7 %	42,5 %
PL	66	32,7 %	30,4 %
PMDB	56	27,7 %	24,1 %
PT	55	27,2 %	24,6 %
PPS	42	20,8 %	28,7 %
PDT	41	20,3 %	39,4 %
PSB	35	17,3 %	36,4 %
PSDC	30	14,9 %	38,9 %
PTC	26	12,9 %	49,1 %
PSC	23	11,4 %	28,3 %
PSL	19	9,4 %	40,4 %
PHS	19	9,4 %	33,3 %
PMN	17	8,4 %	43,5 %
PC do B	17	8,4 %	34,6 %
PT do B	16	7,9 %	66,6 %
PRP	14	6,9 %	46,6 %
PV	13	6,4 %	40,6 %
PAN	10	5,0 %	58,8 %
PTN	8	4,0 %	40,0 %
PRTB	6	3,0 %	31,5 %
PRONA	2	1,0 %	28,5 %
PSTU	1	0,5 %	33,3 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.5.4. Eleições de 2008

Ocupando o poder executivo estadual, o PP apresentou nessa eleição 160 candidatos, sendo o 7º partido que lançou o maior número de candidaturas. A base aliada do governo estadual contava com 13 partidos no momento das eleições municipais, e como já era de se esperar, as duas legendas mais próximas do governador (PSDB e PTB) lideraram neste pleito a lista de aliados preferenciais do partido do governador.

Tabela 66. Quantidade de coligações do PP com outras legendas em 2008, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PP	% sobre o total de participações do partido coligado
PSDB	133	58,3 %	56,8 %
PTB	94	41,2 %	50,8 %
DEM	93	40,8 %	49,7 %
PR	93	40,8 %	40,6 %
PT	65	28,5 %	32,6 %
PMDB	59	25,9 %	26,1 %
PTN	58	25,4 %	59,1 %
PSB	54	23,7 %	38,2 %
PPS	52	22,8 %	40,0 %
PDT	48	21,1 %	39,6 %
PT do B	47	20,6 %	54,6 %
PV	35	15,4 %	45,4 %
PHS	29	12,7 %	54,7 %
PTC	29	12,7 %	50,8 %
PRB	29	12,7 %	42,6 %
PSDC	28	12,3 %	41,7 %
PSC	28	12,3 %	31,4 %
PC do B	22	9,6 %	40,0 %
PMN	17	7,5 %	50,0 %
PSL	14	6,1 %	35,0 %
PRP	12	5,3 %	37,5 %
PRTB	11	4,8 %	36,6 %
PSOL	2	0,9 %	13,3 %
PCB	1	0,4 %	14,2 %

Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.5.5. Eleições de 2012

Devido a desgastes entre PSDB e PP, os progressistas não faziam parte da coalizão do governo no momento das eleições municipais de 2012. Mesmo assim, o PSDB continuou sendo o principal aliado do partido político nessa eleição. Desse modo, o PP concorreu às eleições em 225 municípios e conquistou vitória em 106 deles, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 47,1%. Por fim, é importante destacar que o partido realizou coligações com 24 legendas nessa disputa, mantendo a sua tendência de se coligar com 6,9 partidos em média.

Tabela 67. Quantidade de coligações do PP com outras legendas em 2012, por partido.

Partidos coligados	Número de ocorrências	% sobre o total de participações do PP	% sobre o total de participações do partido coligado
PSDB	143	63,6 %	61,6 %
PTB	106	47,1 %	51,9 %
PSD	102	45,3 %	47,6 %
DEM	98	43,6 %	50,7 %
PR	96	42,7 %	47,2 %
PPS	66	29,3 %	51,9 %
PDT	61	27,1 %	35,6 %
PSB	60	26,7 %	34,4 %
PT	57	25,3 %	27,5 %
PMDB	56	24,9 %	24,2 %
PTN	47	20,9 %	46,1 %
PSC	47	20,9 %	35,1 %
PT do B	46	20,4 %	51,6 %
PTC	43	19,1 %	48,8 %
PRB	43	19,1 %	42,5 %
PMN	40	17,8 %	50,0 %
PC do B	40	17,8 %	43,4 %
PV	38	16,9 %	41,7 %
PSL	37	16,4 %	41,1 %
PHS	36	16,0 %	41,8 %
PSDC	31	13,8 %	38,7 %
PRP	26	11,6 %	37,6 %
PRTB	16	7,1 %	37,2 %
PPL	10	4,4 %	25,6 %

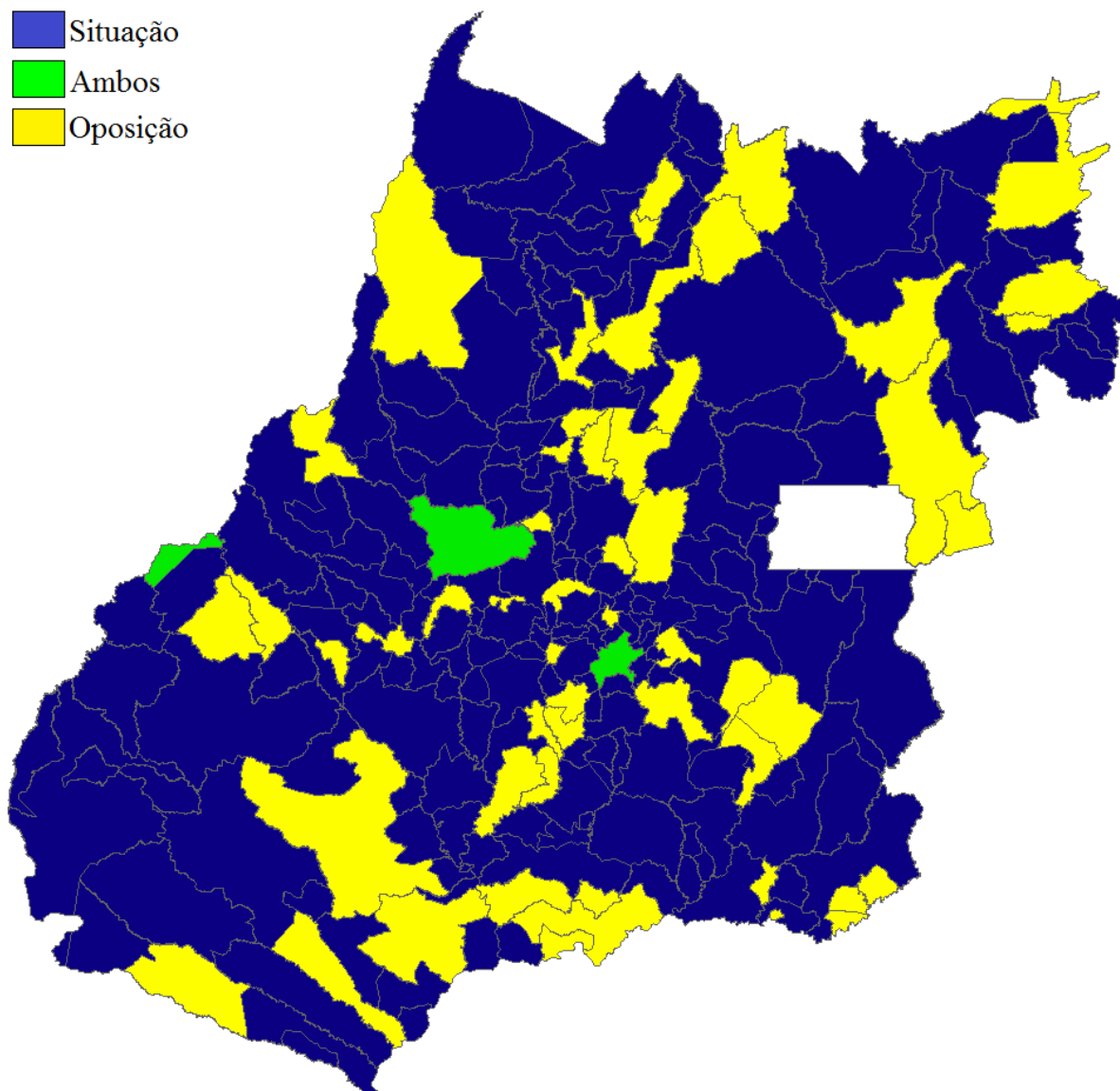
Fonte: O autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.6. Análise sócio espacial das coligações eleitorais

Nessa seção será realizada uma análise espacial das candidaturas (isoladas ou coligadas) que foram vitoriosas nas eleições municipais ocorridas no estado entre os anos de 1988 e 2012. Essa observação será realizada a partir da construção de mapas dessas alianças através do geoprocessamento dos dados eleitorais. Esse procedimento foi executado pelo sistema de informações geográficas do software *Terraview*, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Tendo em vista a importância do conhecimento e a distribuição das coligações nas eleições municipais no estado de Goiás, foi realizada a organização e espacialização dos dados agregados neste programa, com o objetivo de facilitar a visualização das informações, e principalmente o alinhamento da candidatura vitoriosa, nas disputas para os executivos municípios goianos.

A classificação das coligações eleitorais realizadas foi baseada na tipologia criada por Dantas (2007). Essa classificação considera a composição de partidos da coligação e o pertencimento ou não dessas legendas à base aliada do governador, ou seja, são considerados como partidos de situação ou oposição ao governo estadual. É importante destacar também que as coligações realizadas com partidos políticos de ambos os polos também são consideradas na classificação pela categoria “ambos”. Para fins de classificação nesta análise, não se levará em conta somente os partidos políticos que fizeram parte da coligação eleitoral que venceu a eleição para o cargo de governador de estado e a coligação que ficou em segundo lugar na disputa, como foi realizado por Dantas (2007).

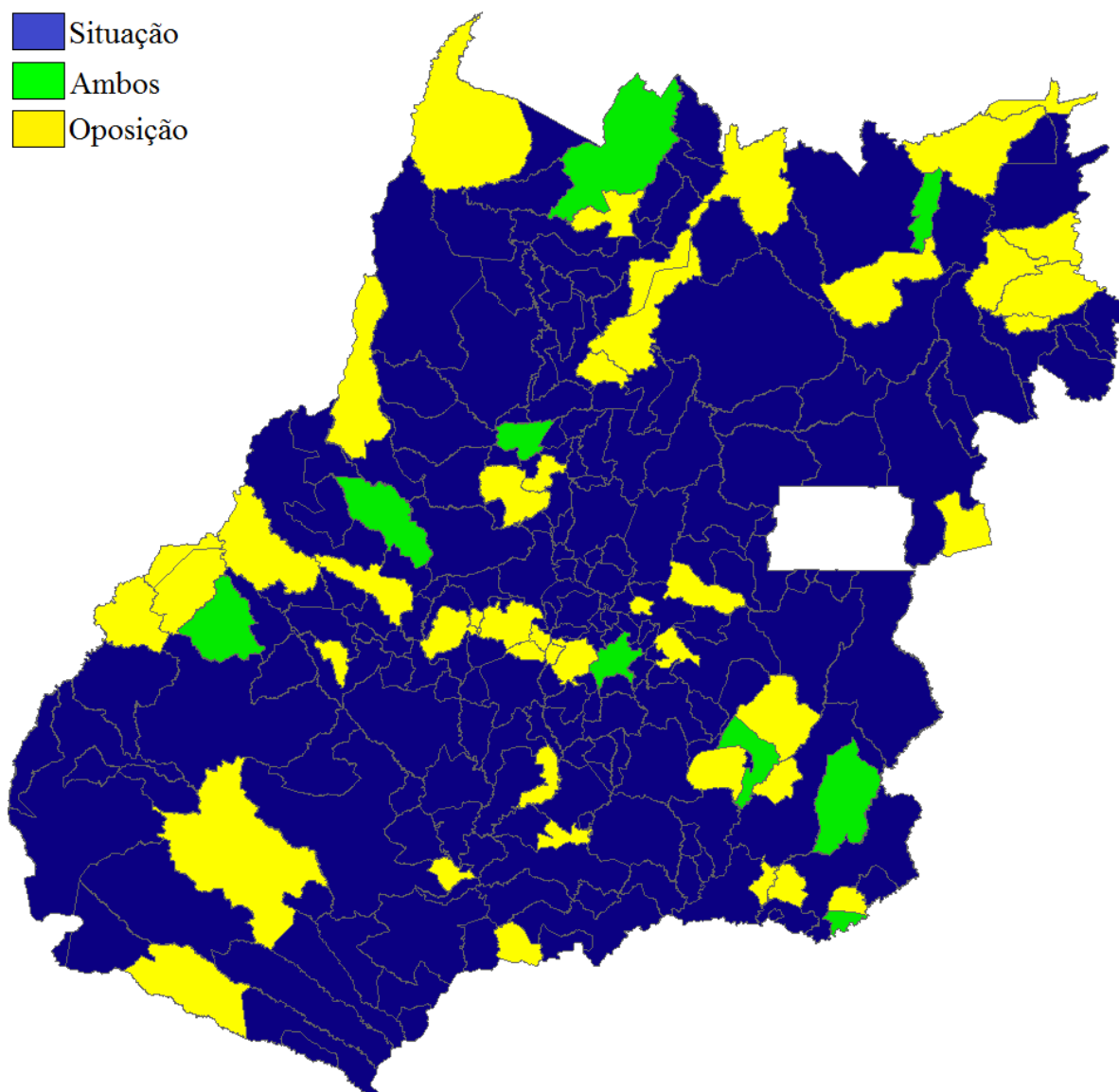
Nesse sentido, para além da consideração original do autor, será levado em conta a formação da coalizão de governo, ou seja, a nomeação da equipe de apoio ao governo estadual, através da distribuição dos cargos de primeiro escalão entre os partidos que estiveram juntos na campanha estadual, e os demais que vieram a fazer parte da coalizão. É preciso destacar também que será levado em conta a possibilidade inversa, isto é, os partidos que fizeram parte da coalizão vencedora no momento da vitória, mas que algum tempo depois abandonaram a base aliada do governo do estado. Desse modo, o esforço de resgatar o posicionamento político dos partidos em cada período de eleição municipal permite maior precisão acerca dos partidos políticos no cenário regional. Esse resgate de posicionamento foi possível a partir da análise das notícias veiculadas, à época, nos meios de comunicação.

Mapa 1 - Alinhamento eleitoral segundo o Governo Estadual (Eleição 1988)

Fonte: o autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com a visualização do alinhamento eleitoral dos partidos políticos diante da coalizão do governo estadual verifica-se que o poder executivo possuía uma ampla força em suas alianças eleitorais, com um satisfatório número de vitórias nos municípios goianos. A grande concentração de partidos situacionistas no mapa acima representa a força do PMDB no interior do estado ao final da década de 1980. Contudo, é preciso ressaltar que nesse contexto praticamente não haviam coligações eleitorais. O partido, após o pleito municipal de 1988 estava bem representado em todas as regiões do estado, as legendas oposicionistas haviam conquistado apenas algumas cidades nas regiões sul, leste e noroeste do estado. Nesse sentido, ao se apresentar como um partido com grande capilaridade em 1988, cobrindo quase todos os municípios do estado, o partido demonstrou força em muitas cidades goianas.

A porcentagem de participações vitoriosas do PMDB nos municípios goianos foi de 72,8%. As menores taxas de sucesso, por sua vez, foram registradas nas regiões sul e leste, onde em alguns municípios a participação do PMDB foi um pouco baixa. Observando a menor participação nessas regiões, pode-se inferir que o fato de haver candidatos bastante fortes de outros partidos influenciou a menor quantidade de vitórias dos peemedebistas nessas regiões destacadas. Algo que possivelmente explica esse fenômeno era a força que alguns líderes do PFL tinham na região, o que dificultava a competição política em alguns municípios das regiões sul e leste. Mas, vale registrar que apesar da menor participação nessas regiões, o partido se mostrou forte ao manter sua posição à frente do executivo estadual. Na primeira eleição analisada, o PMDB já demonstrou uma capilaridade que pode ser notada também nas eleições seguintes, mesmo havendo variações de sua força regional a partir de 1996. Ao se apresentar como partido que detém o poder executivo estadual, o PMDB conseguiu vitórias em 129 municípios goianos.

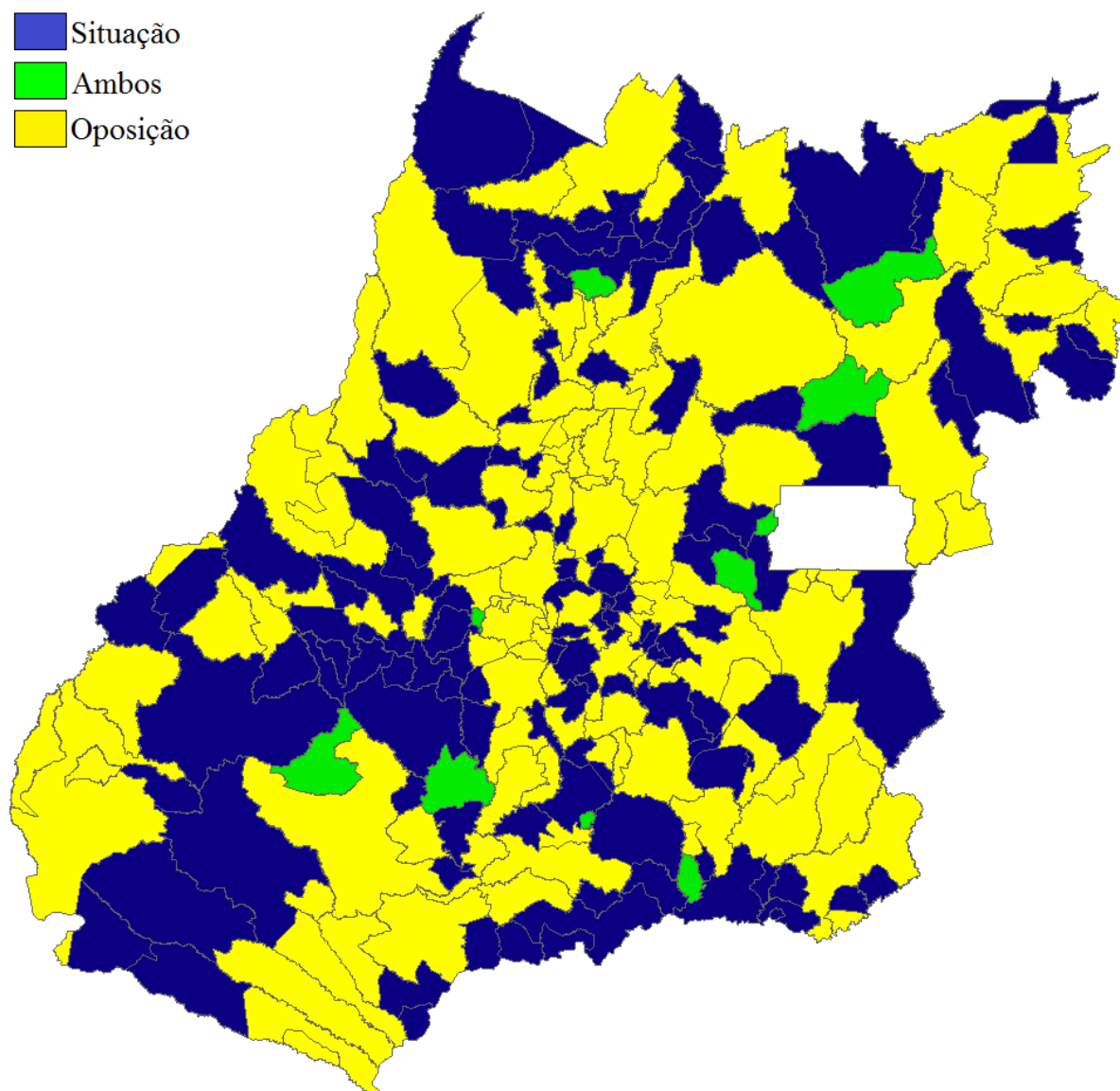
Mapa 2 - Alinhamento eleitoral segundo o Governo Estadual (Eleição 1992)

Fonte: o autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nesta eleição, os partidos de oposição em Goiás estavam organizados em 203 dos 232 municípios, o que corresponde a um universo de aproximadamente 96% dos eleitores goianos. E de forma isolada, a oposição (PPR, PSDB e PP) não conseguiria lançar candidatos na totalidade dos municípios. O PPR, por exemplo, era o partido que tinha a menor estrutura e só conseguiu atingir 53% dos eleitores. Diferentemente, o PSDB tinha sozinho a maior estrutura (herdada principalmente do PMDB). A vantagem do partido sobre os demais era que ele havia se organizado nos maiores colégios eleitorais e com cerca de 100 diretórios municipais conseguiu atingir mais de 70% do eleitorado. Uma das maiores dificuldades de união dos partidos oposicionistas nos municípios dizia respeito ao atendimento de critérios que deveriam ser considerados para escolher os candidatos que representariam as oposições nas disputas

eleitorais. O PP concentrava suas forças em definir a ideia de que a aliança das oposições não poderia ser apenas sustentada na discussão de candidatos. Para os pepistas, deveria ser levado em conta também, a estrutura partidária. O PSDB, por sua vez, fazia exigências quanto ao apoio de um candidato cabeça-de-chapa do partido à prefeitura de Goiânia. Contudo, esse quadro de negociações para as alianças partidárias não se concretizou, pois foi possível observar que as coligações que efetivaram-se não seguiam essa tendência discutida no período anterior às eleições. Assim, os resultados das dificuldades de união da oposição foram expressos nas diversas candidaturas de legendas oposicionistas nos municípios goianos.

As eleições municipais de 1992 confirmaram e reforçaram a hegemonia do PMDB no estado de Goiás e praticamente deram o tom da disputa eleitoral para o governo estadual em 1994. Nesse momento, há de se considerar que o predomínio político do PMDB no estado já vinha ocorrendo desde a eleição estadual de 1982, ou seja, completava-se 10 anos de hegemonia. Considerando o tamanho do eleitorado dos municípios, a taxa de sucesso do PMDB variou com o partido conquistando maior número de vitórias nos municípios pequenos, situação que não muda consideravelmente a partir do aumento do tamanho do eleitorado. Com o resultado das urnas, o partido do governador passou a controlar a maioria dos municípios. Este controle pode ser constatado no mapa acima, acerca do alinhamento dos partidos de acordo com a coalizão do governo estadual. Logo no início do ano de 1993, ou seja, poucos meses depois das eleições, o partido governista de Goiás, o PMDB, possuía mais de 160 prefeitos em todo o estado. Sobre isso, cabe observar que em relação ao resultado eleitoral de 1992 houve um aumento de representação surpreendente. As principais explicações para este fenômeno são: o caráter adesista dos prefeitos oposicionistas eleitos nesse pleito, a cultura política de desprezar as legendas e a infidelidade partidária.

Mapa 3 - Alinhamento eleitoral segundo o Governo Estadual (Eleição 1996)

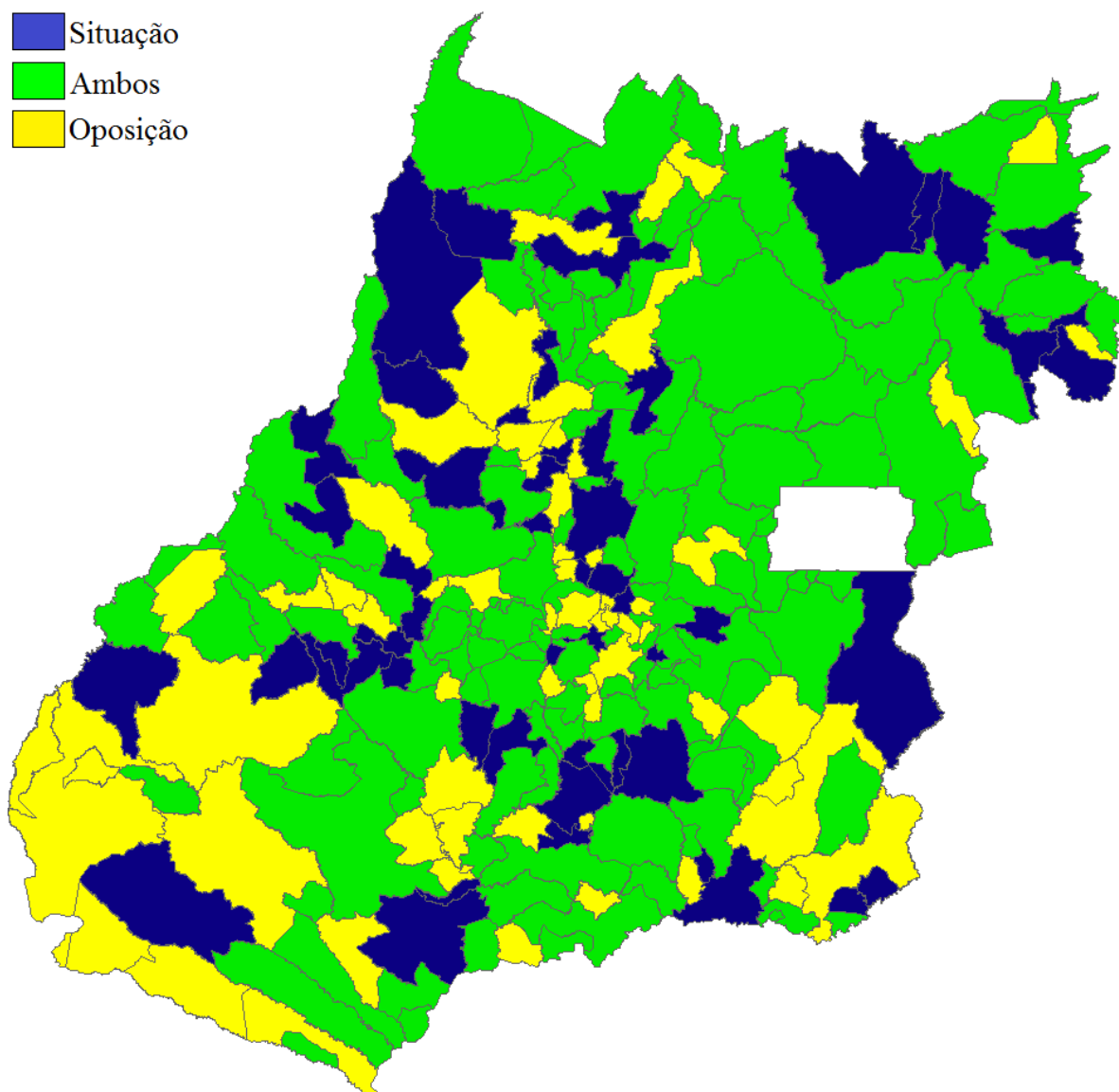
Fonte: o autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O mapa 3, logo acima, permite perceber que a quantidade de alianças eleitorais do PSDB (e partidos de oposição ao governo do estado) se ampliou. Além disso, o partido cada vez mais vinha privilegiando os partidos grandes e as pequenas legendas de esquerda em suas alianças eleitorais. Desse modo, desde a eleição municipal anterior, em 1992, a participação do PSDB nas eleições municipais cresceu de forma constante. A oposição saiu vitoriosa em vários colégios eleitorais na eleição municipal de 1996, com candidatos do PPB, PFL e PTB vencendo lideranças tradicionais do PMDB em cidades onde os pemedebistas possuíam o comando das prefeituras há muitos anos. Desse modo, os partidos oposicionistas conquistaram a vitória eleitoral em um número considerável de municípios de médio e grande porte.

Apesar do PMDB e os partidos pertencentes à base aliada de apoio do governo estadual ainda contar com o maior número absoluto de prefeituras (ao todo, 129 municípios), a oposição conquistou 113 cidades nesta eleição, representando 49,7% das prefeituras do estado de Goiás. Entre todas as regiões do estado, apenas na região Noroeste que a oposição logrou mais vitórias (12 cidades, representando 55% dos municípios dessa região) que as legendas pertencentes a coalizão do governo do estado. Na região Leste tanto os blocos de situação quanto de oposição conquistaram a mesma quantidade de municípios, 16 cada bloco. Contudo, o PMDB e sua base aliada ainda conseguiu manter força à frente da oposição nas regiões Norte (16 prefeituras), Centro (44 prefeituras) e Sul (43 prefeituras) do estado. Os principais partidos de oposição do governo estadual nessa eleição eram o PSDB, PFL, PPB e PTB.

A eleição municipal deste ano não confirmou a tendência apresentada nas eleições anteriores. O PMDB não manteve a sua tendência e a oposição conseguiu romper com os condicionamentos da hegemonia do partido em Goiás. Além do enfraquecimento dos fatores histórico-estruturais e culturais (o tradicional clientelismo, o populismo e etc.), a partir da absorção de quadros do PMDB pelo PSDB, para explicar a redução da quantidade de vitórias do PMDB em Goiás através do declínio da capacidade do partido em acomodar seus conflitos internos, a conjuntura estava favorável a esse resultado. O governador Maguito Vilela não conseguiu apresentar os candidatos a prefeito de seu partido como os que tinham mais condições de oferecer expectativas de segurança e estabilidade aos eleitores do estado. A aprovação, da opinião pública goiana, dos candidatos oposicionistas às prefeituras nos municípios era um sintoma de que o governador não conseguiu reproduzir a sua força em vários municípios do estado e que a população desejava mudanças. Com essa alteração nas forças partidárias no estado, torna-se possível afirmar que não houve um voto conservador nas eleições municipais de 1996 em Goiás. A visualização das vitórias do bloco oposicionista ao governo estadual em todas as cinco regiões do estado demonstrou um voto que tinha receio da repetição das experiências das candidaturas que já haviam sido apresentadas em eleições anteriores.

Após a realização do pleito, a distribuição das forças dos partidos ficou da seguinte forma: o poder do PMDB foi reduzido em cerca de 17% dos municípios, mas o partido continuou a frente do maior número absoluto de prefeituras. E o PSDB foi o partido oposicionista que mais cresceu nas eleições de 1996, aumentando de dois para 28 o seu número de prefeitos municipais, o que representou um crescimento significativo. Os peessedebistas lograram vitórias em todas as regiões do estado, com uma boa distribuição de prefeituras conquistadas.

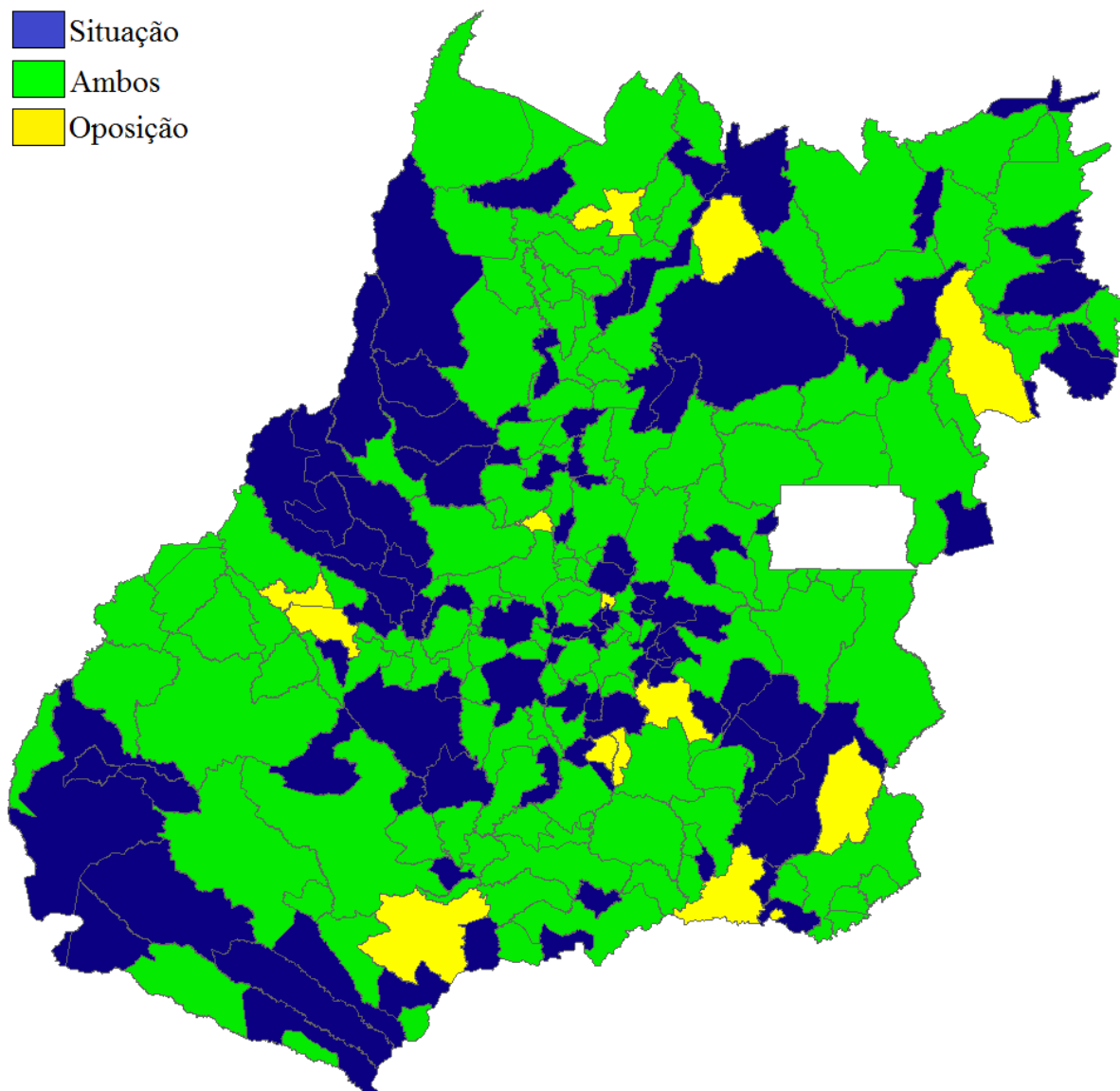
Mapa 4 - Alinhamento eleitoral segundo o Governo Estadual (Eleição 2000)

Fonte: o autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir da visualização do alinhamento eleitoral dos partidos políticos frente da coalizão do governo estadual percebemos que o poder executivo, sem dúvida, possui capacidade de ampliar as alianças eleitorais, exercendo um impacto sobre os partidos e o sistema partidário estadual. O crescimento da categoria “ambos” nesta eleição municipal ocorreu devido ao aumento do número de legendas partidárias registradas no Tribunal Superior Eleitoral e também ao fato desses pequenos partidos políticos se dividirem no apoio entre PSDB e PMDB. Além disso, ambas as legendas tiveram os mesmos percentuais de alianças com os partidos de esquerda. Essa tendência pode ser explicada pelo perfil ideológico dos mesmos, na medida que o PSDB e PMDB são partidos com ideologia de centro, possuem o mesmo potencial para atrair aliados à esquerda e a direita do espectro ideológico.

Entre as grandes legendas, o PT continuou alternando suas alianças com os dois principais partidos do estado, aqui enfocados, não se observando uma preferência entre ambos. Já o PFL, PPB e PTB – que integraram a coalizão do governo estadual em 1998 – mantiveram a mesma tendência iniciada na eleição de 1996, ao coligarem, preferencialmente, com o PSDB. Ao comparar as coligações eleitorais realizadas neste pleito, verifica-se, em termos percentuais, a concentração de pequenos partidos políticos nas alianças do PMDB. De modo contrário, o PSDB demonstrou tendência oposta, com os partidos grandes e institucionalizados como principais aliados. Isso pode ser explicado pelo fato de que o PMDB, tendo maior penetração local, não necessitar de celebrar coligações com os grandes partidos políticos para aumentar suas oportunidades eleitorais. Porém, a derrota sofrida nas eleições estaduais de 1998, provocou alguma instabilidade nas elites dirigentes do partido, chegando ao ponto de várias lideranças do PMDB acusarem a direção do partido de falta de comando ou omissão. Essa situação se refletiu num refluxo da força eleitoral do partido nas eleições municipais em todo estado, no ano 2000. Mesmo não estando mais na posição de partido de governo, os partidos que apoiaram o PMDB no governo estadual mantiveram alguma expressiva força política, como foi possível perceber no mapa anterior, principalmente nas regiões sudeste e leste do estado. Isso demonstrou que o partido dispunha de alguma força eleitoral em certas regiões do estado. Ou seja, nos dezesseis anos que esteve à frente do governo estadual, entre 1982 – quando disputou eleições pela primeira vez após o retorno ao pluripartidarismo – e 2000, o PMDB conseguiu se estruturar e organizar no âmbito estadual.

De acordo com o mapa 4, a porcentagem de participações, e consequentemente de vitórias, dos partidos oposicionistas nas regiões norte e nordeste reduziu cerca de 45% nos municípios nessas regiões. As menores taxas de sucesso dos partidos oposicionistas ao governo estadual, por sua vez, se encontram na região leste do estado, onde a força do PMDB caiu bastante nas eleições estaduais de 1998. Apesar da capilaridade do partido, a sua força regional variou bastante nesta eleição. Ao se apresentar como partido de oposição nas eleições municipais de 2000, o PMDB conseguiu vitórias em 64 municípios goianos, o que correspondeu há aproximadamente 26,1%. Soma-se a isso, o fato do partido ter apresentado candidatos próprios – cabeça-de-chapa – em mais de 2/3 do total de municípios do estado. Ainda observando à capacidade do PMDB manter sua liderança depois de deixar o comando do governo estadual, a baixa participação na região nordeste do estado mostra uma dificuldade do partido em manter sua posição. Inclusive apoiando, em alguns casos, candidaturas a prefeito de outros partidos da base aliada do governo do estado. Por fim, torna-se importante ressaltar que, ao todo, a oposição logrou vitória em 92 governos locais.

Mapa 5 - Alinhamento eleitoral segundo o Governo Estadual (Eleição 2004)

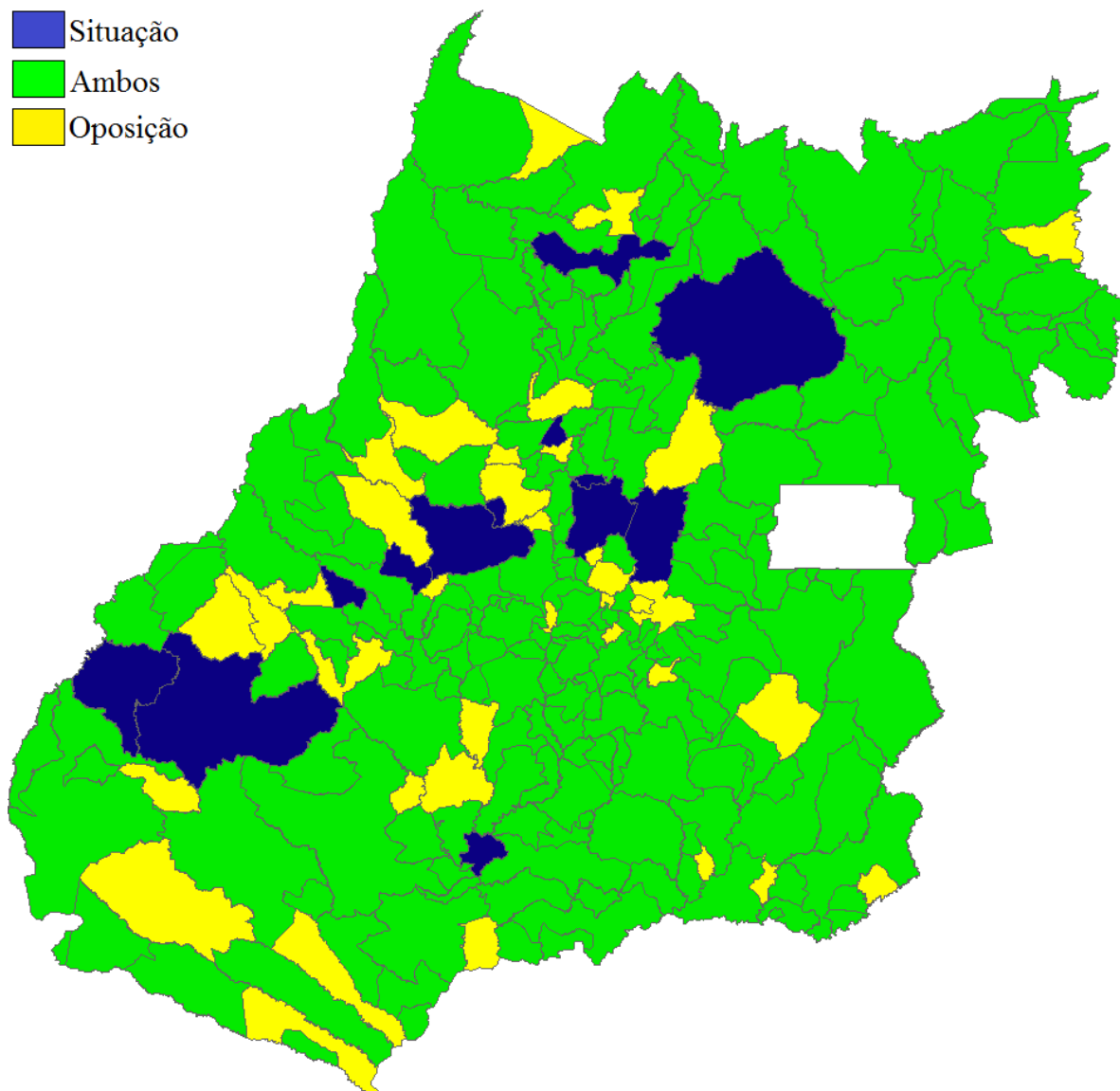
Fonte: o autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A segunda eleição municipal após a chegada dos peessedebistas ao poder caracteriza-se como muito importante no sentido de indicar se as tendências apresentadas na eleição anterior se mantiveram ou se houve um realinhamento do sistema partidário estadual, após a derrota sofrida pelo PMDB em 1998. A estratégia do PSDB foi tentar manter a coligação que o fez vitorioso na disputa pelo governo do estado em 1998 (PSDB, PFL, PPB e PSDC), assim como ampliar o leque de coligações no interior do estado. Em 2004, as lideranças do PSDB não só buscaram alianças com partidos que tinham como tradição se aliar com o PMDB, como procuraram também incorporar entre o seu rol de apoiadores, lideranças que pertenciam ao PMDB. Porém, a fraqueza do PSDB em alguns poucos municípios do interior do estado foi percebida pelo fato do partido ter apoiado candidatos de partidos opositoristas.

Os pequenos partidos políticos, continuaram se dividindo entre PMDB e PSDB, porém com exceção do PSDC (aliado do PSDB no governo estadual), a maior parte deles continuou com o PMDB até as eleições de 2004. Os dados das coligações eleitorais realizadas neste ano, pelo partido do governador para esta eleição mostram que, o PSDB não conseguiu atrair de forma expressiva os pequenos partidos que vinham se aliando com o PMDB, na maioria das vezes. A respeito dessa fragilidade do PSDB, identificada e mencionada logo acima, houve um crescimento significativo de sua participação nessas eleições municipais, no que diz respeito ao percentual de candidaturas lançadas (eram 54,4% em 1996; 94,7% em 2000 e 97,8% neste ano). Além disso, o partido ampliou sua capacidade de atrair alianças eleitorais, o que pode explicar o fato do partido conseguir se reeleger e continuar ocupando o executivo estadual.

Apesar do crescimento do número de partidos políticos no cenário político estadual ao longo dos últimos anos, o partido do governador e os partidos da base aliada continuaram a manter força nas eleições municipais de 2004. Mesmo a categoria “ambos” praticamente predominando no mapa acima, é preciso destacar que as legendas situacionistas estavam presentes nessas alianças. As coligações vitoriosas que envolviam os partidos de situação e de oposição alcançaram sucesso nesse ano em 136 municípios, o que correspondeu a 55,2% das cidades do estado. Apenas as regiões Centro e Sul registraram maior número de coligações, envolvendo apenas partidos da coalizão do governo estadual, sendo vitoriosas, com 35 e 28 municípios, respectivamente. Mas, esses valores não superam as alianças formadas por legendas de ambos blocos, apenas aproximam, o que não ocorre nas demais regiões do estado. Esse fato mostra que na região central do estado (incluindo a região metropolitana de Goiânia, capital do estado) e também na região Sul o governador Marconi Perillo conseguiu manter unidos o seu partido, juntamente com sua base de sustentação no estado, ou seja, preservando as parceiras realizadas em nível estadual.

Assim, a posse do executivo estadual e as vantagens dela advindas são recursos de importância decisiva para o equilíbrio das forças na política regional. Esse efeito pode ser observado a partir das migrações de lideranças políticas logo após as eleições municipais de 2000 e 2004. Antes dessa eleição, alguns prefeitos do PMDB se filiaram nos partidos da coligação vitoriosa (PSDB, PFL, PTB, PSDC), principalmente para o PSDB. Ao realizar a análise do alinhamento dos blocos de poder após a eleição municipal de 2004, percebe-se que o PSDB se tornou a grande força política do estado, mostrando que os partidos da base aliada do governo estadual conquistaram vários municípios nas diversas regiões do estado.

Mapa 6 - Alinhamento eleitoral segundo o Governo Estadual (Eleição 2008)

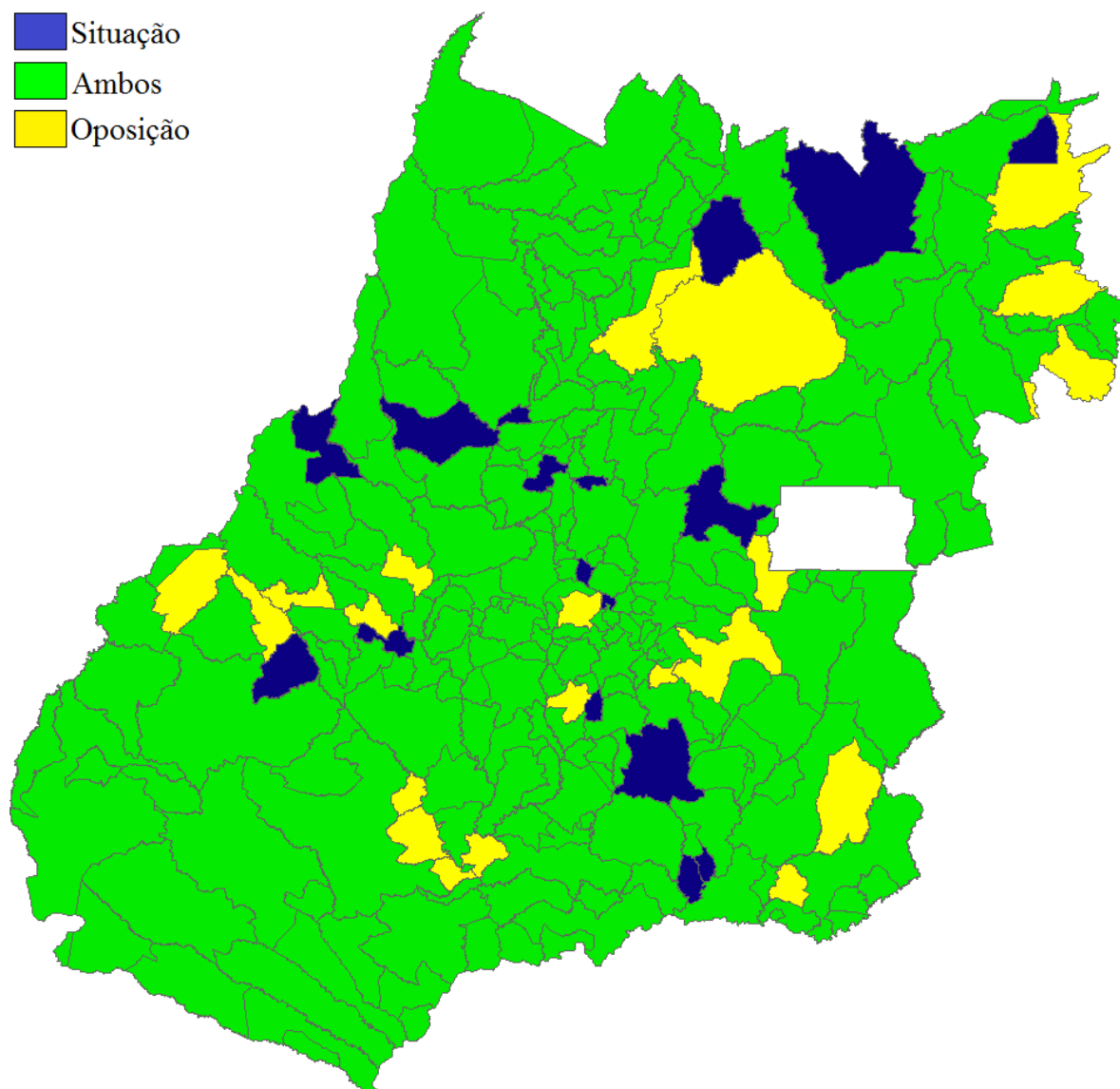
Fonte: o autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

É importante observar que o esquema de poder formado a partir da vitória de Marconi Perillo (PSDB) em 1998 teve condições de fazer frente, por um período prolongado à força do PMDB no estado de Goiás. A ascensão dos peessedebistas pode ser melhor entendida como uma predominância desse partido (e sua base aliada) por um período prolongado no executivo estadual. As eleições para o cargo de governador do estado em 2006 ilustram bem essa força, quando o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) conseguiu transferir seus votos para o seu candidato Alcides Rodrigues (PP). Já nas eleições municipais de 2008, o governador auxiliou o seu partido na conquista de muitos municípios, fazendo com que o PP se tornasse uma das maiores legendas partidárias do estado.

Após a realização da eleição municipal, o Partido Progressista tornou-se líder na quantidade absoluta de prefeituras conquistadas no estado, confirmando a expectativa do governador Alcides Rodrigues. Com a abertura das urnas, o PP passou a comandar 50 prefeituras municipais, e entre todos os partidos da base aliada que foram formalizadas coligações com os pepistas, o seu aliado principal nas cidades era o PSDB. Nesse sentido, os dois partidos garantiram uma ampla maioria dos 246 municípios do estado, mantendo o poder nas cidades do interior.

O PMDB, principal adversário político do governador de estado, saiu fortalecido em vários municípios importantes do estado após as eleições municipais de 2008. Os peemedebistas saíram das urnas com vitória nos dois principais colégios eleitorais do estado – Goiânia e Aparecida de Goiânia. O PMDB conquistou nessa eleição 60 prefeituras – 13 a mais que na eleição anterior –, contabilizando mais de 1 milhão de votos recebidos. O sucesso do PMDB nas urnas confirmou que o partido conseguiu manter sua estabilidade, mesmo fora do poder executivo estadual há 10 anos. Esse fato já chamava atenção em 2004, na primeira eleição municipais depois de deixar o governo do estado, em que o PMDB conseguiu se manter como catalisador da oposição. O partido conseguiu manter aliados e não houve uma debandada tão grande como seria de se esperar, o que foi confirmado com o seu fortalecimento nas cidades do interior após a eleição municipal de 2008.

O resultado final divulgado pelas urnas indicou um equilíbrio entre situação e oposição. Tanto o PMDB quanto o PSDB tiveram resultados positivos nas quinze maiores cidades do estado, que concentram cerca de 52% do eleitorado goiano. É interessante observar que os peessedebistas conquistaram grande força na região do Entorno do Distrito Federal, como é possível perceber no mapa 06 acima, a categoria ambos é predominante na região Leste do estado. Antes dessa eleição, o PMDB não possuía força nessa região há bastante tempo, e para conseguir chances reais de sucesso nas urnas aliou-se ao PSDB em algumas cidades para disputas as eleições, como, por exemplo, Luziânia e Padre Bernardo. Desse modo, os partidos da base aliada do governo estadual (PP, PTB, PR e PSDB) saíram vitoriosos na disputa eleitoral deste ano, conquistando a maioria das prefeituras. Vale destacar que, enquanto o PMDB comemorava o crescimento do partido nas eleições municipais de 2008, principalmente em alguns dos maiores municípios do estado, os peessedebistas (estes elegeram apenas 51 prefeitos, 38 a menos que em 2004, com 498 mil votos) minimizavam a queda do número absoluto de prefeitos e projetavam um cenário positivo para toda a base aliada do governo estadual.

Mapa 7 - Alinhamento eleitoral segundo o Governo Estadual (Eleição 2012)

Fonte: o autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O resultado das urnas na eleição de 2012 ajudou a equilibrar as forças políticas dos dois maiores partidos políticos de Goiás – PMDB e PSDB – na divisão do número de prefeituras. Apesar do equilíbrio em relação ao número total de prefeituras, o PMDB conseguiu manter na eleição municipal de 2012 a sua força no estado, sendo o partido com maior número absoluto de prefeituras conquistadas. Vale destacar que nessa eleição o PSDB estava novamente à frente do poder executivo estadual, com a vitória do ex-governador Marconi Perillo para o seu terceiro mandato. O partido do governador logrou vitórias em 115 municípios, em 17 deles somente com partidos políticos pertencentes a base aliada do governo estadual, nas outras 98 cidades a legenda realizou uniões com partidos opositoristas ao governo estadual, conforme pode ser verificado no mapa acima.

Como também é possível observar no mapa 7, o PMDB mesmo não estando há 14 anos à frente do executivo estadual foi capaz de se manter estável em sua capacidade de realizar alianças eleitorais vitoriosas. Ou seja, a última eleição analisada apresenta um panorama político, no mínimo, bastante curioso. Os peemedebistas conquistaram o maior número de prefeituras municipais na disputa desse ano, registrando o primeiro lugar na lista de vitórias. Com 121 prefeituras conquistadas, o partido logrou vitória em coligações envolvendo partidos de oposição ao governo estadual em apenas 22 municípios, nas outras 99 cidades o PMDB realizou alianças com partidos políticos pertencentes a coalizão de apoio ao governo estadual. Nesse sentido, os peemedebistas e seus aliados alcançaram uma taxa de sucesso maior que a do partido do governador de estado, registrando 52,3%, contra 49,5% do seu principal adversário, o PSDB (que conquistou seis prefeituras a menos que os peemedebistas).

Sobre o tamanho das coligações eleitorais e a quantidade de coligações que foram celebradas pelos partidos políticos, estas tiveram bastante crescimento nessa eleição realizada. Diante desse crescimento, é possível notar que a partir das eleições municipais no ano de 2008 a maioria das coligações realizadas, que conquistaram vitória, nos municípios goianos eram formalizadas com partidos pertencentes aos blocos de situação e oposição ao governo do estado. Essa questão pode ser explicada por três fenômenos: 1) uma união maior de partidos, o que distribui mais as possíveis alianças e diminui o peso de um acordo eleitoral; 2) o crescimento do tamanho das alianças, o que também pode contribuir para uma diversificação das uniões; e 3) uma participação bastante pontual nos municípios. Para além desses fatores, torna-se importante observar também que, à época dessa eleição municipal, existia na base aliada do poder executivo estadual um notório pluripartidarismo, com 11 legendas compondo a coalizão do governo estadual.

A partir dos dados aqui apresentados é possível afirmar que, o poder executivo estadual, teve capacidade de aumentar as alianças eleitorais, realizando um impacto sobre os partidos e o sistema partidário estadual, o que pode ser comprovado pela quantidade de coligações com partidos de ambos blocos de governo e oposição, além de algumas dezenas de municípios conquistados apenas por partidos da base aliada estadual. Com isso, o controle do poder executivo estadual torna-se uma das variáveis capazes de explicar o fato de um partido aumentar e se manter estável no sistema partidário regional. Essa tendência pôde ser melhor verificada com os resultados eleitorais de 2012, com a observação de um período maior de tempo e a ocorrência de sete eleições.

Conclusão

A coleta dos dados sobre as eleições municipais goianas desde o ano de 1988 tornou possível uma avaliação completa acerca do padrão do comportamento dos partidos políticos no estado. Após a análise dessas informações foi possível fazer algumas considerações que podem ser apreendidas. A mais importante delas diz respeito a existência de grupos políticos que influenciam a política estadual na determinação dos alinhamentos nos municípios. Desse modo, percebe-se que no cenário político goiano existe uma importância dos grupos políticos nas disputas municipais no período analisado, com esses grupos políticos e o governismo exercendo papel fundamental nas alianças majoritárias municipais. Quando o partido que controla o governo estadual muda, a afirmação do controle do governo sobre a disputa municipal não é sustentada, inclusive, essa realidade já era observada na eleição municipal realizada em 1996. Nesse sentido, a relação entre as organizações partidárias no estado ocorre pela força dos partidos políticos melhores estruturados.

Em termos gerais, este trabalho contribuiu para avaliar a força dos governadores do estado de Goiás e verificar como o governismo explica o alinhamento dos partidos no cenário político estadual. Os dados indicam que apenas durante o predomínio do PMDB, nos primeiros anos da análise, que o controle do executivo estadual foi capaz de fortalecer o partido do governador de estado, fazendo com que este liderasse em quantidade de prefeituras vitoriosas e alcançando uma excelente taxa de sucesso nas eleições. O PMDB foi o partido político que mais venceu as eleições majoritárias municipais entre os anos de 1988 e 1996 no estado, sendo a legenda partidária que conquistou o maior número de executivos municipais naquelas eleições (1988: 129; 1992: 124 e 1996: 107). O partido possui uma taxa de sucesso eleitoral de mais de 70% nas duas primeiras eleições realizadas, e quando analisado o seu desempenho tendo por base a divisão dos municípios por regiões, somente nas regiões Centro e Sul do estado conseguem obter os melhores percentuais de municípios. A sua força eleitoral e política está concentrada essencialmente nos municípios de pequeno e médio porte, ou seja, nas cidades com até 50 mil eleitores. Destaca-se ainda, que é o partido com maior capilaridade organizacional, possuindo a maior quantidade de filiados do estado (com mais de 200 mil pessoas) e do país. Com essas condições, é possível perceber que o partido sempre possuía recursos satisfatórios para a ampliação de sua estrutura política organizacional no estado, sempre ocupando importantes prefeituras municipais ao longo dos anos.

O PSDB ficou com o segundo maior número de prefeituras conquistadas nas eleições majoritárias municipais no estado de Goiás. O partido logrou vitória em 491 municípios ao longo das eleições analisadas. A legenda ainda possui, tal como seu principal adversário, as regiões Centro e Sul do estado como principal reduto eleitoral que lhe conferiu excelente quantidade de vitórias, embora o partido venha crescendo o número de executivos municipais conquistados na região Leste ao longo dos anos. Quanto as disputas eleitorais pela capital, Goiânia, o partido nunca lançou candidato próprio e sempre apoiou outra legenda, mas nunca alcançando a vitória eleitoral mesmo controlando muitas cidades da região central do estado. Quanto as taxas de sucesso eleitoral do PSDB, estas se mantêm superiores a 40%, sendo este dado já observado nas eleições municipais em todo o Brasil no ano de 2012 por Kerbauy (2014), que indica esse fato como uma resposta positiva do eleitorado acerca dos candidatos lançados pela legenda.

Embora o PP tenha ocupado por apenas 4 anos o poder executivo estadual, a legenda ficou em terceiro lugar no resultado final das eleições majoritárias municipais, controlando ao todo 329 cidades ao longo do período analisado. O partido manteve a partir da eleição de 2000 uma boa taxa de sucesso, indicando que a aliança de apoio ao governo peessedebista rendeu bons frutos, inclusive o cargo de vice-governador do estado. Quanto ao seu desempenho, levando em consideração as regiões do estado, o partido também conseguiu ter bons percentuais de vitória nas regiões Centro e Sul de Goiás. Os esforços eleitorais dos líderes do partido, principalmente na figura do ex-governador Alcides Rodrigues levaram em alguma medida excelentes resultados eleitorais, principalmente na disputa de 2008, quando o partido estava à frente do executivo estadual. Naquele momento, o PP dispunha de excelente estrutura política e material e, portanto, possuía capilaridade e capacidade suficientes para mobilizar recursos (inclusive financeiros) e pessoas para fazer a campanha dos candidatos aos executivos municipais.

Desse modo, a hipótese do presente estudo não foi confirmada com os dados analisados. Pois o partido que detém o poder executivo estadual não conseguiu, na maioria das eleições, ser capaz de manter estabilidade nas coligações eleitorais realizadas nas disputas para os executivos municípios. O alto número de partidos políticos que vieram a competir nas eleições municipais a partir do final da década de 90 sugeriu uma elevada fragmentação do sistema partidário goiano, fenômeno também observado nacionalmente por Kerbauy (2014). Contudo, os valores expressivos de votação obtidos pelos partidos que ocuparam o executivo estadual (PMDB, PSDB e PP) sinalizam para a consolidação desses no estado.

Os dados apresentados, ao indicar as articulações do partido do governador de estado nas eleições municipais, sinalizam para uma boa estruturação política estadual que alguns deles aparentam ter alcançado ao longo dos anos analisados, principalmente o PMDB, PSDB e PP. Os partidos políticos pertencentes as coalizões dos governos estaduais alcançaram votações expressivas no resultado geral, e guardam algumas especificidades locais que interferiram fortemente na arena eleitoral local.

Com o objetivo de compreender a lógica nos alinhamentos entre os partidos políticos nos municípios a partir da realidade estadual em Goiás, percebeu-se que a avaliação do comportamento das legendas pertencentes as coalizões dos governadores do estado eleitos ao longo dos anos responderam para uma força da estruturação das principais organizações partidárias no cenário político estadual. O exercício realizado nesta investigação, complexo em sua operação, testou as coligações realizadas para as eleições estaduais e a formação da coalizão de apoio ao governo estadual nas disputas para os executivos municipais nas cidades goianas. Nesse sentido, as conclusões do estudo indicam que a variável alinhamento em torno do governo estadual não possui muita força para explicar o comportamento dos partidos políticos nos municípios goianos. Portanto, a hipótese de que existe uma lógica nas alianças realizadas a partir das forças políticas que apoiam o governador durante o mandato não foi confirmada em todas as eleições analisadas.

Outra questão relevante identificada se refere à compreensão da estratégia coligacionista dos partidos nas eleições municipais a partir dos anos 2000. É possível observar que o crescimento do número de partidos políticos a partir dessa eleição gerou o aumento da quantidade de candidaturas envolvendo partidos de ambos blocos de governo e oposição nas disputas a partir desse ano. Isso pode ser entendido como uma consequência da nacionalização de um sistema multipartidário e fragmentado. Diante desse cenário, foi possível perceber que houve um crescimento na quantidade de candidaturas coligadas ao longo das eleições. Mesmo havendo crescimento do número de municípios no estado, a média de candidatos nas cidades manteve-se estável. Nesse sentido, é possível supor que os partidos nos municípios atuavam utilizando a estratégia de formalizar coligações, lembrando que nas eleições municipais as disputas costumam ser polarizadas entre dois candidatos. Ou seja, na maioria dos casos, as legendas partidárias menores apoiavam os partidos políticos mais fortes (os partidos pertencentes a base aliada do governo estadual) nos municípios com a expectativa de participar na divisão dos ganhos obtidos com a conquista da prefeitura.

Diante da complexidade do estudo das coligações eleitorais, realizar uma investigação acerca da influência do partido do governador de estado revelou resultados interessantes sobre a lógica das coligações em Goiás. A construção dos mapas acerca do alinhamento eleitoral no estado como análise complementar foi interessante para facilitar a visualização da reprodução das forças do governador nas eleições municipais realizadas. O cruzamento das informações obtidas na pesquisa junto aos meios de comunicação e as entrevistas, quando comparadas com os dados oficiais sobre o resultado das eleições fornecem relevantes apontamentos para a explicação dos alinhamentos das legendas nas disputas. O que essa dissertação se preocupou em fazer com maior destaque, devido ao extenso e considerável volume de informações, foi trabalhar com dados capazes de apresentar a lógica do alinhamento das coligações nos municípios goianos nas disputas eleitorais na nova democracia brasileira. Ou seja, o principal motivo foi avaliar a força do governador de estado. Apenas este.

Referências Bibliográficas

- ABRUCIO, Fernando L. O Ultrapartidarismo estadual. In: Andrade, Regis de Castro (org.) *Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo, Edusp / FAPESP, 1998a.
- ABRUCIO, Fernando L. *Os barões da federação*. São Paulo, Hucitec, 1998b.
- ASSIS, E. A. Goiás: Os partidos, as eleições e as transformações recentes. In: LIMA Jr, O. B. (Org.) *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências 1982-94*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- BARDI, Luciano; MAIR, Peter. The parameters of party systems. *Party Politics*, v. 14, n. 2, 2010, p. 147-166.
- BLAIS, A.; INDRIDASON, I. Making candidates count: the logic of electoral alliances in two-round legislative elections. *The Journal of Politics*, volume 69, number 1, February 2007, Blackwell Publishing, 2007.
- BRAGA, Maria do Socorro. *O processo partidário eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política – Universidade de São Paulo, 2003.
- BRAGA, Maria do Socorro. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio R. (org.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 228-248.
- CAMPOS, Itami; PAIVA, Denise. Mundo rural, cidade pequena e voto conservador. In: *Cadernos do ICHL / Série: Estudos Regionais*. Nº. 5. Goiânia. UFG, 1994.
- CARREIRÃO, Yan de Souza; ZORZAL, Marta; PAIVA, Denise. Coligações Majoritárias (governador e prefeito) no Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina (1986-1996). In: *Seminário Nacional de Comportamento Político*, Florianópolis, UFSC, 1997.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, vol. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.
- COX, Gary W. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- DALMORO, Jefferson; FLEISCHER, David. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (org.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung / Editora UNESP, 2005.
- DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2004 e 2004*. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo: USP, 2007.

DANTAS, Humberto. Partidos políticos e alianças em eleições municipais: ideologia ou pragmatismo? In: *32º Encontro da ANPOCS*. Caxambu, 2008.

DANTAS, Humberto. Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. *Revista Liberdade e Cidadania – Ano II*, n. 6, out./dez., 2009.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas eleições municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar/UnB, 1980.

FIGUEIREDO, Marcus. A lei de ferro na competição eleitoral: a aritmética eleitoral. *Cadernos Conjuntura*, n. 50, p. 3 – 14, Rio de Janeiro: IUPERJ, jul. 1994.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. In: *Revista Dados*, vol. 38, nº 3, p. 497-524, 1995.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). In: *Opinião Pública*, v 8, n 1, Campinas, 2002.

GOLDER, Sona Nadenichek. *The logic of pre-electoral coalition formation*. Columbus: The Ohio State University Press. 2006.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Competição partidária e articulação da disputa eleitoral nas eleições municipais brasileiras de 2012. *38º Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 2014.

KINZO, Maria Dalva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KINZO, Maria Dalva Gil. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, São Paulo, fev. 2004.

KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise Paiva. *Institucionalização partidária e influência do partido do governo estadual nas eleições para o Executivo municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás*. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000, Petrópolis. Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da Unesp, 2005.

KRAUSE, Silvana. *Politische Partizipation und Repräsentation in Brasilien: Eine Fallstudie zur Konsolidierung der neuen Demokratien in Lateinamerika*. Tese de doutorado em Ciência Política, Eichstätt: Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt – KUE-I, 2006.

KRAUSE, Silvana. The consequences for democracy of a weak party system: party defections in Brazil. In: MATLOSA, Khabele; SHALE, Victor. *The Impact of Floor Crossing on Party Systems and Representative Democracy*. Konrad Adenauer Stiftung. Seminar Report 19. Joannesburg. 19-27, 2007.

KRAUSE, Silvana. Governadores na "era PMDB" em Goiás (1982-1998): um caso de "hiperpresidencialismo" regional? In: FERREIRA, Denise Paiva; BEZERRA, Heloisa Dias (Org.). *Panorama da Política em Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2008, v., p. 43-86.

KRAUSE, Silvana. Coligações: o estado e desafio das artes. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). *Coligações Partidárias na nova democracia brasileira*. Perfis e tendências. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da UNESP, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar; MARQUES, Alexandre Hubner. A democracia no final da “década perdida”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) *Ouvindo o Brasil. Uma análise da opinião pública brasileira hoje*. São Paulo: IDESP. Editora Sumaré, 1992.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; Iuperj, 1991.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Top books, 1999.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros. A experiência regional e federal 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Sistema Eleitoral Brasileiro – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo / IUPERJ, 1991.

LIMA, JÚNIOR, Olavo Brasil de. “A reimplantação do multipartidarismo: efeitos institucionais e contextuais”. In: LIMA JR., Olavo Brasil de. *O sistema partidário brasileiro. Diversidade e tendências – 1982-1994*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 76, p. 17-41, 2006.

LIMONGI, Fernando. “A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório”. *Novos estudos CEBRAP*, n. 76, 2006, p. 17-41.

MACHADO, Carlos A. M. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MACHADO, Carlos A. M. *Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000 a 2008)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: Editora FGC, 2001.

MIGUEL, Luís Felipe; MACHADO, Carlos A. M. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, v. 50, n. 4, p. 757-793, Rio de Janeiro, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe, MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto, MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia*. Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. *6º Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

PERILLO, Marconi. Entrevista concedida ao autor Josimar Gonçalves da Silva, em 5 de julho de 2014, em Goiânia, perfazendo um total de 23 minutos.

REZENDE, Iris. Entrevista concedida ao autor Josimar Gonçalves da Silva, em 11 de novembro de 2014, em Goiânia, perfazendo um total de 27 minutos.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais municipais. *29º Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 2005.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Velhos e novos comportamentos: coligações eleitorais nos municípios do G-79. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 10. 2013, p. 225-265.

RODRIGUES, Alcides. Entrevista concedida ao autor Josimar Gonçalves da Silva, em 25 de novembro de 2014, em Goiânia, perfazendo um total de 45 minutos.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

SCHMITT, Rogério. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SCHMITT, Rogério. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.) *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

SILVA, Josimar Gonçalves. *PSDB: Origem, organização e desenvolvimento*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Goiânia: UFG, 2010.

SOARES, Gláucio Dillon. “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria”. *Revista brasileira de estudos políticos*, n. 17, 1964, p. 95-124.

SOARES, Gláucio Dillon. *Democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

VILELA, Luis Alberto Maguito. Entrevista concedida ao autor Josimar Gonçalves da Silva, do dia 15 de maio de 2014, em Aparecida de Goiânia, perfazendo um total de 36 minutos.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS: www.tre.go.gov.br

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: www.tse.jus.br